GRUPO POLITICA setembro 2019

Coletânea de artigos sobre a conjuntura

Contexto e Análise

Org. Paulo Timm - Uso sala de aula

AGRADECIMENTO

A todos os amigos que me honraram com votos pelos meus 75, minha gratidão.

Prolegômenos

- **EMBRAER 50 ANOS**
- "Vocês roubaram nossa infância e sonhos com suas palavras vazias", diz Greta Thunberg, na ONU, em discurso emocionado.
- Serviço público e lei de abuso de autoridade por J.
 Carlos de Assis
 - Ato Político pela Democracia e Soberania Nacional.

ÍNDICE

PARTE I – Contexto

1. Preparando o Estado para a Soberania: Heróis e Ideologia nacional Por Felipe Quintas, Gustavo Galvão e Pedro Augusto Pinho.

- 2. "Estamos criando o ciberproletariado, uma geração sem dados, sem conhecimento e sem léxico" brasil.elpais.com/brasil
- 3. Entenda porque o capitalismo rentista ameaça a democracia, por Martin Wolf. por-martin-wolf
 - 4. Restaurar o Estado é preciso Maria da Conceição Tavares
- 5. A globalização está morta e precisamos inventar uma nova ordem mundial www.economist.com
 - 6. AS PRIMAVERAS PREMATURAS por Mauro Santayana
 - 7. NA ÁFRICA, O BRASIL JÁ ERA.por Mathias Alencastro
- 8. Por que o Financial Times, mais importante jornal econômico do mundo, pede um 'recomeço' para o capitalismo www.bbc.com/portuguese/internacional
- 9. Alemanha promove transição ambiciosa para a economia verde brasil.elpais.com/brasil por ANA CARBAJOSA VICENTE
- 10. China suscita a emergência de uma nova experiência econômico-social por LUIZ GONZAGA BELLUZZO ELIAS JABBOUR
 - 11. A garota, o fascista e a luta pelo futuro por REVISTA IHU ON-LINE.
- 12. A INTERNET E O ETERNO APELO AO FASCISMO por Juliana de Albuquerque
- 13. Análise: Tergiversação e constrangimento na ONU por politica.estadao.com.br

PARTE II - Análises

1. Apoio evangélico a Bolsonaro é marcado por uma grande volatilidade. Entrevista especial com Christina Vital da Cunha Por: Patricia Fachin

- 2. Mais mortes podem acontecer, dizem invasores a indígenas após assassinato de colaborador da Funai POR J.ROSHA
- 3. QUE MAL ACOMETE OS PARTIDOS DE OPOSIÇÃO? Por Artur
- 4. Garantia de falar por último é para todos. STF não pode restringir! Por Lenio Luiz Streck
- 5. Lava Jato afeta 51 mil empresas e 500 mil empregos

 Por Karin Salomão
- 6. Acabou a conversa mole: está provado que Lula foi condenado sem provas. por blogdacidadania
- 7. Sergio Moro pode acabar preso na teia de aranha que ele mesmo teceu por Juan Arias
 - 8. Bolsonaro no túnel do tempo por Marco Aurelio Nogueira
- 9. Nas entrelinhas: Suprema decisão por Luiz Carlos

 Azedo
- 10. Greta Thunberg, Catarina Lorenzo e Paloma Costa:

 conflito geracional e desenvolvimento sustentável por

 redebrasilatual.
- 11. Acordão e Lava Jato medem forças no plenário do STF por Andrei Meireles
- 12. BOLSONARO NA ONU JOGA PARA SUA PLATÉIA MAIS Radical. por Igor Gielow via Wanderley Diniz

- 13. Bolsonaro na ONU Editorial ESP por opiniao.estadao.com.br
 - 14. Pragmatismo, afinal opiniao.estadao.com.br/noticial
- 15. Checamos o discurso de Bolsonaro na AssembleiaGeral da ONU: veja o resultado por Alessandra Monnerat e Paulo Roberto
 Netto
 - **16. VALORIZAR O SUS** por João Guilherme Vargas Netto
- 17. No Future-se, MEC vai contratar professores sem concurso público. www.cartacapital.com.br
- 18. Onde estão nossos militares nacionalistas?

 por Patrícia Laier
- 19. Militares já não alimentam expectativas. "O governo não será aquilo que esperavam". Por: Patricia
 Fachin e Wagner Fernandes de Azevedo.
- 20. Três meses de revelações do Intercept e nada acontece no Brasil www.cartacapital.com.br
 - 21. O nome disso é fascismo por Marco Aurelio Nogueira
- 22. O que explica a queda de homicídios? Facções,

 programas estaduais e economia dão pistas. por Marco Antônio
 Carvalho
- 23. PARA PENSAR SOBRE O FUTURO, depois do senhor Guedes e seu capitão. por José Luís Fiori
- 24. Dissonâncias no campo progressista por Aldo Fornazieri

- 25. 'O bolsonarismo é maior que Bolsonaro': projeto punitivista admite o intolerável e ameaça democracia. por Marco Weissheimer
- 26. O risco do bolsonarismo é a redução por Marco

 Antonio Teixeira
- 27. Miguel Arroyo: Escolas militarizadas

 criminalizam infâncias populares por ANA LUIZA BASILIO
 - 28. Polarização inoperante opiniao.estadao.com.br
- 29. Deve à esquerda participar da nova "frente ampla" contra o bolsonarismo, lançada faz uma semana na PUC paulistana? por Jairo Menegaz
 - 30. O VINHO, A MÚSICA, O TRÁGICO. por Wanderley Diniz.
- 31. Veto de Bolsonaro cai e Fake News dá até 8

 anos de cadeia. blogdacidadania.com.br
- 32. Mourão é a antítese do militar nacionalista, o ignorante motivado. Leandro Fortes. www.brasil247
- 33. Com Jair Bolsonaro e sua 'ideologia', o Brasil comete suicídio. MiNO cartacapital.
- 34. STF decide que escolas públicas podem ter ensino confessional por Carolina Brígido
 - 35. Atos e venenos por Marco Aurelio Nogueira
- 36. PSL pressiona Joice Hasselmann a sair do

 partido contraponto.jor.br

- 37. QUE MAL ACOMETE OS PARTIDOS DE OPOSIÇÃO? por Artur Araujo
- **38.** O TRISTE FIM DE JAIR MESSIAS BOLSONARO por José Eduardo Agualusa
 - 39. Bolsonarismo-raiz é apenas 6% do Brasil. por

Marcos Coimbra www.brasil247.com

PARTE III – Artigos autores Torres/Passo Torres

- 1. AS PROCLAMAÇÕES DE SETEMBRO por Paulo
 Timm
 - 2. O DIA DO RIO GRANDE DO SUL por Paulo Timm
 - 3. DEMOCRACIA EM CRISE por Paulo Timm
 - 4. POSTS no Facebook Nazistas e fascistas
 - 5. Negros: O verdadeiro impasse à

<mark>democracia</mark>

- 6. OS HERDEIROS DE KANT: HEIDEGGER x
 CASSIRER
- 7. Almanak do Timm por Moisés Trisch, PauloTimm Comentário.
- 8. O povo é o sangue que dá vida à sociedade, como dizia Babeuf. Décio Freitas Escritor RS.
 - 9. NUVENS NEGRAS por Manu Mantovani

- 10. Almanak do Timm Comentário por Paulo Timm
- 11. Citação abaixo de Marcelo Gullo, argentino em "A insubordinação fundadora" Ed.. Insular pg.189 Recomendo leitura.

Anexo

Bolsonaro e as Redes

- 1. Rede pró-Bolsonaro engaja mais do que Madonna e
 Neymar
- 2. A digital dos Bolsonaro no projeto que quer mudar a TV
 paga (e pode afetar o streaming) brasilelpais.com/brasil
- 3. Rede social de ultradireita chega ao Brasil com
 acenos a Bolsonaro Por Ethel Rudnitzki e Felipe Sakamoto

EMBRAER 50 ANOS

https://www.facebook.com/Embraer/videos/454636495118036/?t=11

Adroaldo Quintela Santos 11 de setembro às 18:20

Conseguimos o apoio de *TODOS OS PARTIDOS DA ESQUERDA para a PEC da Reforma Tributária Justa e Solidária*. Estão colhendo as 170 assinaturas. Será uma emenda à PEC 45, global e substitutiva.

Eduardo Fagnani, Unicamp e Associação Brasileira de Economistas pela Democracia - ABED

"Vocês roubaram nossa infância e sonhos com suas palavras vazias", diz Greta Thunberg, na ONU, em discurso emocionado.

23 de setembro de 2019 Suzana Camargo- http://conexaoplaneta.com.br/blog/voces-roubaram-nossa-infancia-e-sonhos-com-suas-palavras-vazias-diz-greta-thunberg-na-onu-em-discurso-emocionado/?fbclid=lwAR1Qy3iZEmo4c0XXVqKX-mUKQtOloqG1xfP0SZjlqfTVECDOwfAzCllyV3o



Esta manhã, mais uma vez, a garota de apenas 16 anos, com trança no cabelo, emocionou o mundo com seu discurso, sem entrelinhas e cheio de verdades desagradáveis. Greta Thunberg, a jovem ativista sueca, que inspirou milhões de pessoas, em mais de 150 países, a irem às ruas na última sexta-feira (20/09), durante a primeira Greve Global pelo Clima, está participando da Cúpula do Clima das Nações Unidas, que acontece esta semana, em Nova York.

"Isso está tudo errado. Eu não deveria estar aqui. Deveria estar de volta à escola. Do outro lado do oceano. Vocês vêm até nós, jovens, em busca de esperança. Como se atrevem?", afirmou Greta, visivelmente enfurecida.

"Vocês roubaram nossa infância e sonhos com suas palavras vazias. Eu tenho sorte. Mas há pessoas sofrendo, pessoas morrendo, ecossistemas inteiros entrando em colapso. Estamos no início de uma nova extinção em massa e tudo sobre o que vocês podem falar é dinheiro e contos de fadas de um desenvolvimento econômico eterno. Se vocês decidirem por falhar conosco, nunca iremos perdoá-los".

E ela continuou.

"Por mais de 30 anos a Ciência foi clara. Como ousam vir aqui dizendo que estão fazendo o suficiente, quando as políticas e soluções necessárias não são vistas em lugar algum. Com os níveis de emissões atuais, nosso orçamento restante de CO2

será inferior a 8,5 anos. Vocês dizem que "nos ouvem" e que entendem a urgência. Mas não importa o quão triste e zangada eu esteja, não quero acreditar nisso. Porque se vocês realmente tivessem entendido a situação e mesmo assim não fizeram nada, então vocês seriam perversos. E eu me recuso a acreditar nisso".

E Greta finalizou, diante do plenário lotado da ONU:

"Vocês estão nos deixando na mão. Mas os jovens estão começando a entender a sua traição. Os olhos de todas as gerações futuras estão sobre vocês. Eu digo que nunca os perdoaremos. Vocês não conseguirão escapar. Bem aqui e agora, é onde traçamos a linha. O mundo está acordando e a mudança está chegando, quer vocês gostem ou não".

*Com informações da <u>CNN</u> e <u>The Guardian</u> Leia também:

"Vocês precisam fazer o impossível. Porque desistir não pode ser nunca uma opção", diz Greta Thunberg ao Congresso dos EUA

"Vocês não estão tentando o suficiente", diz Greta Thunberg a senadores do Congresso dos Estados Unidos

Greta Thunberg fala no parlamento francês, dribla os deputados conservadores e envia mensagem para jovens brasileiros Greta Thunberg é nomeada 'Game Changer of The Year' pela revista britânica GO

Greta Thunberg atravessará o Atlântico a bordo de um veleiro de regata para participar da Cúpula do Clima, em Nova York Greta Thunberg, líder da greve mundial de estudantes pelo clima, doa prêmio de mais de R\$ 100 mil para ONGs

Foto: reprodução vídeo CNN



Suzana Camargo

Jornalista, já passou por rádio, TV, revista e internet. Foi editora de jornalismo da Rede Globo, em Curitiba, onde trabalhou durante 6 anos. Entre 2007 e 2011, morou na Suíça, de onde colaborou para publicações brasileiras, entre elas, Exame, Claudia, Elle, Superinteressante e Planeta Sustentável. Desde 2008, escreve sobre temas como mudanças climáticas, energias renováveis e meio ambiente. Depois de dois anos e meio em Londres, vive agora em Washington D.C.

•



O grupo de investidores que pressiona empresas contra aquecimento global

Serviço público e lei de abuso de autoridade

J. Carlos de Assis FB SET 20

O serviço público remunerado está ancorado nos próprios alicerces dos sistemas democráticos modernos. Foi a forma como Péricles, o grande estratego da Atenas clássica, fundador da democracia, estabeleceu para que os cidadãos pobres também pudessem exercer cargos públicos. É que, até Péricles, eram os ricos, os mais afortunados, que podiam exercer magistraturas públicas porque tinham meios próprios, privados, de sobrevivência. Naturalmente, exerciam o serviço em seu próprio interesse.

Foi Péricles quem instituiu o serviço público remunerado. Depois dele, séculos mais tarde, o serviço público foi organizado em burocracias, as quais, segundo Max Weber, seriam os alicerces da garantia de direitos iguais perante o Estado, sem discriminação, com impessoalidade. Veja. Estamos falando de uma época em que acabava de ser derrogado o direito do rei, isto é, do Estado de esbulhar direitos dos cidadãos discricionariamente. A burocracia foi o meio institucional de se opor a isso.

A crítica vulgar e genérica à burocracia é uma reação superficial dos cidadãos contemporâneos contra vícios específicos do aparelho público. Como toda a generalização acrítica de costumes, esta também é burra. Há servidor público de todo o tipo, mas posso assegurar, sem estatística, que a esmagadora maioria dos professores e professoras e dos médicos e médicas honram seu serviço público. Se não acontecesse assim, as reclamações num país de 210 milhões de habitantes, no qual a maioria esmagadora não manda filhos para a escola particular ou não tem plano de saúde, tornariam a vida comum insuportável.

A televisão, quando foca num caso específico de atendimento hospitalar, obviamente não menciona os milhares de hospitais que estão funcionando corretamente. Nossa cozinheira aqui em casa fez uma intervenção cirúrgica de certa complexidade num hospital público e saiu de lá literalmente encantada com o atendimento. Jamais seria procurada pela Globo para uma entrevista. Alega-se que o jornalista procura o anormal, não o normal. De qualquer forma, isso deforma o juízo que as pessoas fazem do serviço público, e sobretudo do gasto público. O cidadão entupido por comentários de televisão sobre corrupção no setor público tende a acreditar que o país está podre. O pai que diz que todo servidor público é ladrão, com base no massacre televisivo sobre

casos específicos, não associa serviço público à professorinha dedicada da escola de seu filho. Um único médico, e mesmo um médico falso, mediante intervenção irresponsável, pode comprometer a imagem de toda a classe, dada a susceptibilidade das pessoas a tomar o particular como o geral.

É claro que a televisão tem culpa nisso. O noticiário sobre os crimes de Cabral, o ex-governador do Rio de Janeiro condenado a mais de 100 anos de prisão, é redundante: aparece com grande freqüência no vídeo, mas nada tem de novo a não ser nomes de terceiros que o povo sequer conhece, e que além disso podem não corresponder à verdade. Um noticiário não sensacionalista esperaria pelo menos o indiciamento e a denúncia dessas pessoas indicadas, antes de expô-las publicamente com base na palavra de um condenado atrás de prêmio.

Essa sensação de que tudo está podre, que todo mundo (menos eu) é desonesto, cria uma atmosfera de cinismo na sociedade, de total descrença em valores. O comportamento positivo só acontece na tela quando um gari acha mil reais no lixo e sai à procura do dono, em lugar de embolsá-lo. Apresentado em destaque na tevê, como caso único, não tem o mesmo efeito do médico que atende bem a uma paciente: no país dos corruptos, o gari é apresentado não como regra de conduta, mas como exceção num país totalmente corrompido.

Nesse contexto, e com essa mídia, vai ser muito difícil uma regeneração. As pessoas continuarão a atacar o servidor público como oportunista, privilegiado e preguiçoso. Não como alguém que está ali para seu serviço. E o próprio servidor se acomodará às críticas. Claro, há carreiras de Estado, com remuneração exagerada, que se tornaram corporações privilegiadas voltadas para si mesmas, e não para o serviço público. São aquelas do Judiciário. A procuradores, promotores e juízes se deu um status de infalibilidade regada a remunerações em nível sem paralelo no restante do serviço público. Além disso, tornaram-se algozes da cidadania, que não aceitam sequer uma lei de abuso de autoridade decente.

Ato Político pela Democracia e Soberania Nacional.

Assinatura do Memorando de Parceria entre o Centro Internacional Celso Furtado e a Associação Brasileira de Economistas pela Democracia. Concessão de títulos de sócios beneméritos da ABED aos economistas desenvolvimentistas Celso Furtado (in memoriam), Maria da Conceição Tavares, Carlos Lessa e Saturnino Braga.

Participação da deputada Jandira Feghali do PCdoB, Lindberg Faria do PT e José Fevereiro do PSol. A deputada Marta Rocha do PDT e o deputado Alexandre Molon do PSB não puderam comparecer. Entretanto, enviaram mensagens de apoio e congratulação ao Centro Internacional Celso Furtado e à ABED.

As entidades de economia do Rio de Janeiro foram representadas por Wellington Leonardo, presidente do Conselho Federal de Economia. Representantes da Associação de Advogadas e Advogados para a Democracia e Médicos pela Democracia se pronunciaram em nome de

outras entidades presentes tais como Afipea, Assibge e Funcionários da Caixa.

A ABED foi representada por Adroaldo Quintela, coordenador nacional de organização e Luiz Gustavo Martins, coordenador do Rio de Janeiro. Enfim, um evento para promover o lançamento público do Coletivo da Associação Brasileira de Economistas pela Democracia do Rio de Janeiro, assim como dar mais um passo para a construção política do pacto pela democracia, pelo desenvimento sustentável inclusivo e pela soberania nacional.

Rio de Janeiro, 20/9/2019.



"A grande maioria do povo é socialista sem saber, pois defendem escolas, sistema de saúde e segurança publicos de qualidade; erradicação da pobreza, taxação das grandes fortunas e distribuição de renda. No entanto, na hora de votar, só escolhem políticos da direita, seus verdadeiros algozes. Por ignorância desconhecem que essa gente representa os donos do poder econômico num governo"

"É inacredtável como 1% da população mais abastada pode ter a mesma riqueza que 90% de miseráveis. Pior é saber que a grande maioria da classe trabalhadora vota nos representantes dessa gente que, faz justamente ao contrário de seus desejos. Culpa da mídia que engana e distorce os fatos"; Bill Maher - âncora do HBO

Renato Janine Ribeiro FB Set 30

Criminalistas discutem se Lula pode recusar a "progressão" do regime fechado para o aberto.

Talvez, em tese, não possa.

Mas prestem atenção: a progressão está condicionada ao uso da tornozeleira eletrônica.

Lula pode recusar essa condição.

Sendo inocente, ele pode se negar a usar esse símbolo de culpa.

E aí?

Quem criou o problema, que o resolva. Lula joga a bola no grupo que se articulou para condená-lo sem provas.

Resolvam eles. Se quiserem soltá-lo, não podem obrigá-lo a usar a tornozeleira.

Foram bulir com alguém mais inteligente que eles.

PARTE I – Contexto

Preparando o Estado para a Soberania: Heróis e Ideologia nacional

Publicado em 14/08/2019 no jornal Monitor Mercantil, pag. 2, Opinião) https://duploexpresso.com/?p=107908

https://duploexpresso.com/?p=107908 - 30 de setembro de 2019

Por Felipe Quintas, Gustavo Galvão e Pedro Augusto Pinho

Felipe Quintas, doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense Gustavo Galvão, doutor em economia, autor do Livro: "As 21 lições das Finanças Funcionais e da Teoria do Dinheiro Moderno (MMT)"

Pedro Augusto Pinho, administrador aposentado

provavelmente.

também

é

parte

Por esse motivo, em nosso continente é muito mais difícil construir e enraizar

constituinte

de

seu

Povo.

Não existe Nação Soberana e Desenvolvimento sem solidariedade nacional e objetivos nacionais permanentes. Solidariedade e objetivos nacionais precisam de uma Ideologia Nacional para fundamentar uma visão própria e de mundo, compartilhada coletivamente por seus cidadãos. Em resumo um Estado-Nação precisa de uma Ideologia Nacional para nascer, sobreviver e prosperar. Os Estados-Nações do Velho Mundo normalmente não têm muita dificuldade de conformarem uma Ideologia Nacional poderosa, porque são, em sua grande maioria, constituídos de uma única etnia básica que, desde o início dos tempos, luta contra seus vizinhos por sua própria sobrevivência. Luta mesmo. Quase todos têm genocídios e injustiças terríveis para acusar seus vizinhos. A lealdade étnica está enraizada até o fundo da alma desses povos. Assim bastou muito pouco para que esses povos constituíssem sua Ideologia virada do século XIX século Nacional na para A Rússia é um exemplo extremo de como é um trabalho fácil constituir e enraizar uma forte Ideologia Nacional. Basta que as crianças estudem um livro de história da Rússia. A forma como eles lutaram pela própria sobrevivência e venceram exércitos tidos como invencíveis que queriam exterminá-los deve ser extremamente motivante para qualquer criança ou adulto desse país. Deram a volta por cima contra os poderosos conquistadores mongóis, poloneses, franceses alemães. suecos. Os Russos devem achar aborrecidas as histórias de super-heróis. Eles se acham descendentes de verdadeiros heróis de carne e osso. Mas não estamos falando dos heróis dos livros, estamos falando dos próprios antepassados que invariavelmente participaram de guerras terríveis pela sobrevivência do povo e tem histórias reais para contar. Esse é apenas um caso extremo. Em todo o Velho Mundo vemos a rivalidade étnica ou religiosa como base inquebrantável nacionalidade. No Novo Mundo, a situação é muito diferente. Somos intrínsecamente constituidos de povos multiétnicos e multirreligiosos. É inconcebível para um cidadão do Novo Mundo entender uma etnia ou religião em especial como inimiga mortal de sua Nação. Mesmo porque essa etnia ou religião,

uma Ideologia Nacional forte. Os EUA possuem uma máquina de propaganda nacionalista que funciona 24 horas por dia, dia após dia, há 200 anos para manter viva essa Ideologia Nacional, que, no caso deles, é de ser o Povo Excepcional, escolhido por Deus para levar a democracia e a liberdade literalmente Universo. para Haja visto que em centenas, milhares de filmes lutam para salvar o mundo até contra forças extraterrestres, sem contar os terroristas, nazistas e comunistas malvados terríveis. Toda essa ideologia se baseia no gens "maravilhoso" por "Pais inoculado tais uns Na América Latina, isso foi muito difícil de ser constituído e seus países sofrem há séculos de falta de rumo, soberania e solidariedade nacional. As maiores exceções são Cuba de Fidel e Guevara, México da Revolução de Pancho Villa, Zapata e Cárdenas, e Venezuela de Bolívar. Tratando de Bolívar. os EUA têm um verdadeiro horror a esse nome, porque Bolívar não apenas deixa os "Pais Fundadores dos EUA" no chinelo como intelectual e humanista. mas também porque o heroísmo e as aventuras verdadeiras dele sozinho superam em muito a de todos os super hérois da Marvel. Pena que a América Hollywood não tenha uma para contar sua Por esse motivo, esses três países tiveram e têm momentos históricos de superação nacional admiráveis e são exemplos para muitos. Eles têm uma base de onde podem construir e sempre reconstruir uma Ideologia Nacional, ainda que levando em conta que no Novo Mundo, esse deve ser um processo contínuo razão da ausência de rivalidade em E o Gigante da América Latina? Como ele conseguiu ser o país que mais cresceu no mundo no momento histórico em que o mundo mais cresceu na história. Fomos os campeões de desenvolvimento mundial entre 1930 e 1980. Isso é um mérito incrível para um país que não tem uma Ideologia Nacional e nem heróis nacionais reconhecidos como existem em outros países. Será não temos? Será que nunca tivemos? que Tivemos. Nossa Ideologia Nacional foi o generoso positivismo riograndense que se popularizou por meio do Varguismo. E temos heróis. Além dos pouco lembrados heróis da Independência e de lutas populares, temos os heróis do positivismo e do Varguismo. Vargas em primeiro lugar. Que herói norte-americano chegou aos pés do heroísmo de Vargas, que se matou quando tudo já estava perdido para poder dar a volta por cima e vencer, já morto, contra um aparentemente invencível ataque múltiplo oligárquicoestrangeiro sem que nenhum de seus liderados precisasse se sacrificar por ele? Que país pode se orgulhar de um herói de tamanha generosidade? O verdadeiro arquétipo do herói moderno é latino, porque luta contra inimigos muito mais poderosos a favor dos mais fracos e se entrega mesmo de forma espontânea com toda sua alma, paixão e generosidade sem perder nada de humanidade tão humanamente falível... Mas Mas nosso objetivo aqui é falar de Ideologia Nacional. E a nossa foi o Positivismo riograndense que precisou, como nos EUA, de uma Guerra Civil Regional para ser parido ao mundo, a Revolução Federalista, e de outras Guerras Civis Nacionais para se consolidar: as Revoltas Tenentistas dos anos 20 do século passado.

É a geração Y que está por trás dos recentes aumentos da sindicalização. Por Rana Foroohar

O trabalhador organizado está de volta

reves na General Motors, símbolo do mundo empresarial americano, são coisa séria. A paralisação na semana passada comocada pela central sindical United Auto Workers, a primeira em 12 anos, ganhou as manchetes mundiais e foi uma forte mensagem política sobre o ressurgimento das atividades do trabalho organizado nos Estados Unidos.

A recente greve dos pilotos da British Airways pode ter resultado em menos manchetes nos EUA (embora possivelmente tenha causado mais sofrimento aos consumidores, ao suspender 1,7 mil voos), mas tanto uma quanto a outra são reflexo de uma tendência com a qual as empresas internacionais deveriam começar a se acostumar: o renascimento do trabalho como força política e econômica e

Não é nada difícil adivinhar por que isso está acontecendo agora. Nos EUA, o trabalho organizado, que nas últimas décadas havia perdido força tanto em termos de atividade quanto de pessoas inscritas, está de volta porque grandes números de pessoas e cansaram da desigualdade cada vez maior, da insegurança da aposentadoria (menos da metade dos trabalhadores tem acesso a planos de pensão empresariais), do aumento dos custos de uma assistência médica relativamente ruim para os padrões internacionais e de uma sensação geral de vulnerabilidade econômica.

vumerabilidade econômica.

De acordo com estudo do Conselho do Federal Reserve (Fed, banco central dos EUA), 40% dos americanos teriam que vender algo ou pedir dinheiro emprestado para pagar uma despesa emergencial de US\$ 400. Um em cada cinco americanos conhece alguém viciado em opiáceos ou analgésicos. Não é surpresa que o Fed se preocupe em ter uma recuperação econômica que seja baseada no bem-estar dos consumidores.

oem-estar dos consumiores. Muitos vão argumentar que pilotos bem pagos de empresas aéreas e operários sindicalizados de montadoras automotivas têm pouco do que reclamar. Algums poderiam até ver essas ações como o último suspiro de um movimento trabalhista arcaico que em grande medida foi varrido do mapa pela globalização, pela financeirização e, agora, pela ecconomia digutal. Mas elas estariam erradas.

Não são apenas trabalhadores brancos, velhos e em situação rela-



Estamos encaminhados a afastar-nos da economia voltada às finanças e nos aproximar de uma mais voltada ao crescimento da renda. A mudança poderia tornar a economia dos EUA menos volátil e mais sólida, algo que tanto trabalhadores quanto executivos deveriam comemorar

tivamente cómoda que estão entrando em greve. É a geração Y, mais jovem, multicultural, subempregada, que está pot trás dos recentes aumentos no número de pessoas sindicalizadas. O "Lute por USS 15", um movimento para organizar trabalhadores de baixos salários de lanchonetes e varejistas, entre outros tipos de empresas, começou há sete anos em Nova York e se disseminou pelo país a ponto de tornar-se uma força política importante. O SEIU, um dos grupos trabalhistas por trás do movimento, convocou todos os candidatos do Partido Democrata na eleição de 2020 a defender uma plataforma de "sindicatos para todos" que torne mais fácil para as pessoas se organizarem nos setores de serviços e na área de empregos temporários.

gos temporários.

O Freelancers Union, que representa profissionais de colarinho branco, como fotógrafos, escritores e desenhistas, também ganhou mais inscritos e influência política. Curiosamente, o movimento tem força tanto entre jovens conservadores quanto liberais; metade dos conservadores jovens da geração Y apoia os sindicatos, em comparação aos cerca de 25% dos republicanos idosos.

As mazelas econômicas da geração Y, que mora com os pais em
proporção recorde em razão de dificuldades para arcar ao mesmo
tempo com as dividas estudantis e
com a compra de uma casa, estão
entre os muitos motivos para o
apoio popular aos sindicatos ter
chegado ao maior patamar em 15
anos. Dada a atual situação política e demográfica, é uma tendência
que não vai perder força tão cedo.

O que isso significa para as em-

O que isso significa para as empresas? No curto prazo, pressão sobre o lucro, em particular, no das empresas de tecnologia. Na Califórnia, a recente aprovação de uma lei tornando os trabalhadores de empregos temporários, como os motoristas de serviços por aplicativo, em funcionários em tempo integral poderia elevar em até 30% os custos de empresas como Uber e Lyft.

As empresas vão recorrer contra a lei, mas a impressão não é nada boa. Em nossa economia do "conhecimento", uma parte enorme do valor da empresa está no capital humano. Isso significa que a satisfação e o bem-estar dos trabalhadores poderiam tornar-se uma questão a ser levada em conta pelos investidores.

No fim de 2018, o CtW Investment Group, que trabalha com fundos de pensão apoiados por sindicatos e tem ativos de mais de US\$ 250 bilhões sob administração, começou a levantar preocupações quanto à gestão do capital humano em 30 companhias, entre elas várias gigantes do Vale do Silício, como Google e Uber.

O próprio mercado, por sua vez, pode fazer parte do trabalho de reconfigurar a dinâmica de poder entre capital e trabalho. Um dos motivos pelos quais acredito que ainda não vimos mais greves — dianto do fato de que a participação do trabalho no total nacional está em queda na maioria dos países do G-20 desde os anos 80 — é que os preços dos ativos subiram consideravelmente nesse período, compensando, para alguns, a estagnação dos salários.

tagnação dos salanos. Muitos americanos basearam seus cálculos de aposentadoria nos altos retornos do passado, Acredito, no entanto, que estamos diante de um importante ponto de inflexão e que os fundos de índices atrelados ao S&P 500, nos quais a maioria de nôs aplicamos nossas poupanças ao longo da vida, vai ter nos próximos anos retornos muito mais baixos do que no assado paixos do que no assado paixos do que no assado paixos do que no assado.

mos anos retornos muito mais baixos do que no passado. Um mergulho no preço dos ativos e um período duradouro de baixos retornos levariam uma futura crise previdenciária ao topo da agenda política. Isso, por sua vez, nos obrigaria a, enfim, a ajustar as contas com um modelo económico que colocou os interesses do capital acima dos interesses dos trabalhadores por um tempo longo demais. A criação de riqueza e a distribuição de riqueza, afinal, vêm em ciclos. Em algum momento, o pêndulo vai mudar de direção.

vai mudar de direção.
Eu argumentaria, dada a recente ação emergencial de liquidez do Fed, que estamos encaminhados a afastar-nos da econonia voltada às finanças e a aproximar-nos de uma mais voltada
ao crescimento da renda. É uma
mudança que poderia tornar a
economia dos EUA menos voláril
e mais sólida, Esso é algo que tanto trabalhadores quanto executivos deveriam comemorar. (Tradução de Sabino Ahumada)

Rana Forochar é editora do Financial

 "Estamos criando o ciberproletariado, uma geração sem dados, sem conhecimento e sem léxico"

nqx_a4NklgQsuj_px93itQtsKvhCn6aWCTlUh7XXXe0

Andreu Navarra, professor do ensino médio, denuncia a ausência de debate sobre o futuro a que esta sociedade quer conduzir seus jovens

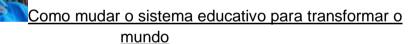


Andreu Navarra, professor e autor do

livro 'Devaluación Continua'. LORENA RUIZ

BERNA GONZÁLEZ HARBOUR - Madri 18 SET 2019 - 17:00 CEST

MAIS INFORMAÇÕES



O mundo da educação debate as horas de aulas, a avaliação dos professores e os maus resultados da Espanha nos testes do PISA, mas tudo isso é bastante secundário no universo de Andreu Navarra, um professor de língua e literatura no ensino médio que retrata desde as vísceras do ensino, da própria sala de aula, uma realidade de emergências mais prementes: da desnutrição de uma boa parte dos estudantes à incapacidade de se concentrar da nova geração do "ciberproletariado" ou a ausência de debate sobre o futuro a que esta sociedade quer conduzir seus jovens. Navarra não é um teórico, mas uma verdades torrente de acaba de publicar Devaluación que Continua (desvalorização contínua) pela editora Tusquets, uma chicotada contra a cegueira, um chamado emergencial diante da degradação do modelo educacional.

"Nós, professores, queremos criar cidadãos autônomos e críticos, mas, em vez disso, estamos criando o ciberproletariado, uma geração sem dados, sem conhecimento, sem léxico. Estamos vendo o triunfo de uma religião tecnocrática que evolui para menos conteúdo e alunos mais idiotas. Estamos servindo a tecnologia e não a tecnologia a nós", diz Navarra. "O professor está exausto, devorado por uma burocracia para gerar estatísticas que lhe tiram a energia mental para dar aulas."

O testemunho de Andreu Navarra (Barcelona, 1981), historiador, tem o valor de quem leciona há seis anos em escolas públicas e em subvencionadas, em áreas ricas e em degradadas, onde encontra por igual "professores heroicos" em um sistema educacional estressado pela própria sociedade da qual é espelho: há pais ausentes porque trabalham demais; há violência; há crianças sem comer ou tomar café da manhã; há muitos problemas mentais; e há uma geração ausente por causa de sua concentração nas redes sociais e sua identidade virtual.

"O audiovisual está criando uma nova Idade Média de pessoas dependentes de satisfazer o prazer aqui e agora, quando a vida é muito diferente. Na vida você precisa saber ler contratos, alugar apartamentos, cuidar dos idosos, criar filhos. Mas o ciberproletariado desmorona por qualquer problema. São pessoas que não serão capazes de trabalhar porque têm a concentração sequestrada pelas redes", diz ele. Não que todos os jovens se encaixem em seu olhar crítico, mas ele vê o risco de exclusão de um quarto dos alunos em uma tempestade perfeita de precariedade e vida virtual.

Navarra descreve, por exemplo, uma turma de 20 alunos com dificuldades de aprendizado em que, depois de lhes perguntar, descobriu que nenhum havia tomado o café da manhã. "Estão pálidos e ficam inquietos. Há estudantes que não comem por causa de distúrbios alimentares, outros por negligência da família, outros por pura miséria." No entanto, na ausência de professores de apoio e de especialistas, as patologias (teve classes em que 30% tinham algum diagnóstico) concentram a atenção dos professores nas reuniões de avaliação e os impedem de pensar nos conteúdos. O pedagogo se confunde com o

terapeuta, diz ele. E no debate da inclusão se esquece, diz ele, que "o que realmente falta incluir é a instituição". Navarra conta como ele e seus colegas se alegram quando encontram um livro didático de segunda mão dos anos 90 e o compram "como se fosse ouro". "Nos livros de Lázaro Carreter há explicações, agora temos excertos, *flipped classroom* [um método participativo que ele considera inaplicável havendo excesso de alunos]. Explique Quevedo com uma *flipped classroom*! O que não pode haver é uma pedagogia indecente. Temos pessoas inteligentes, queremos uma sociedade inteligente, não a rebaixemos. Temos de distinguir o tempo da escola do tempo externo, e não reduzi-lo. Ser aluno é importante. Ser professor é importante. Vamos explicar quem é Quevedo! Tiramos a literatura do currículo e depois nos perguntamos por que a nação é fraca. É que a nação é isso! Temos que dar a eles a oportunidade de um debate crítico."

Nem tudo é negativo, é claro. Seu livro tem tantos problemas detalhados como sinais de esperança em experiências possíveis, diz ele, quando a autonomia do professor é respeitada: oficinas de poesia, contos, recreio dedicado ao tempo de leitura, como em sua atual escola, em Collbató, onde os alunos leem e depois contam o que leram, com êxito. "A chave é a autonomia da instituição frente a um pensamento único, frente às teorias da panaceia. Quando Portugal concedeu 25% de autonomia às escolas, melhorou."

O livro de Navarra recorre a Ortega y Gasset para apelar a um debate necessário antes de tudo o mais: para onde estamos indo. "Se você sabe para onde está indo, se abrirmos um debate sobre o modelo de futuro para o qual queremos avançar, você depois regulará a tecnologia, os horários ou o que for, mas antes de aumentar ou diminuir as horas é preciso pensar no que se quer fazer com elas", argumenta. E o modelo de sociedade que transforma Pablo Escobar ou Jesús Gil em heróis carismáticos nas séries; o mau exemplo de alguns políticos malandros; a mentalidade Fraga do "turismo e populismo que continua em Salou, em Magaluf, em destroçar Barcelona" não ajuda. "Falta reflexão sobre a sociedade que queremos porque não apostamos em um MIT espanhol, em exportar literatura, engenharia patenteada aqui em vez de exportar engenheiros".

Mas "o papel da educação de promover a ascensão social está fracassando e estamos criando bolsões de guetos, de pessoas sem futuro". Menciona também a ação de "maquiar" a ignorância que as escolas praticam para melhorar as estatísticas. E insiste repetidamente na incapacidade de fixar a atenção, grande carência de uma nova geração com fotos nas redes, mas sem memória. "Conhecemos vários capitalismos e agora estamos no capitalismo da atenção, em uma economia de plataformas que mercantilizam a atenção. Se você estiver vendo algumas mensagens, alguém ganha dinheiro e, se vê outras, outro alguém ganha. Não podemos repensar a educação se não pensarmos em como devolver a atenção às salas de aula, o regresso do mundo virtual. Agora não podemos nos ensimesmar, como Ortega defendia, porque tudo é ruído, política é gritaria e slogans, ninguém pensa, ninguém escreve, tudo é bobagem e slogan e isso chegou às salas de aula: o simplista, o binário, o bem e o mal. Os Steve Jobs e Zuckerberg, lembre-se, receberam educação analógica. E os gurus da tecnologia mandam seus filhos para escolas analógicas. É por isso que, ele conclui, "enquanto não consertarmos a sociedade, não podemos consertar o sistema educacional".

PUBLICIDADE

3. Entenda porque o capitalismo rentista ameaça a democracia, por Martin Wolf.

'Economia não está mais beneficiando igualmente a todos, gerando um perigoso avanço populista, que ameaça destruir a democracia liberal', pondera jornalista britânico

<u>Jornal GGN</u> - 20/09/2019 - https://jornalggn.com.br/politica/entenda-porque-o-capitalismo-rentista-ameaca-a-democracia-por-martin-wolf/

Jornal GGN – De 1948 a 1973, a renda familiar mediana real nos Estados Unidos cresceu anualmente 3%. Com esse percentual havia uma probabilidade de 96% de que uma criança teria uma renda maior que a de seus pais. Desde 1973, porém, a família mediana viu sua renda real crescer somente 0,4% anualmente. Em decorrência disso, 28% das crianças terão renda inferior à de seus pais.

De 1980 a 2014, a renda do 1% dos americanos mais ricos saltou de 11% para 20%. Entre 1998 e 2016, a relação entre a remuneração média dos executivoschefes e a da média dos trabalhadores subiu de 48 para 1. Nos Estados Unidos, essa relação subiu de 42 para 1, em 1980, para 347 para 1 em 2017.

PUBLICIDADE

O que esses dados significam? Que a explosão da atividade financeira que ocorre desde 1980 não se reverteu em crescimento da produtividade, aumentando a concentração cresceu, mesmo nos países mais ricos.

Esses dados estão no artigo "Capitalismo rentista ameaça a democracia", do jornalista britânico Martin Wolf, produzido para o Financial Times e traduzido no Valor Econômico.

"Se acompanharmos o debate político em muitos países, notadamente nos EUA e no Reino Unido, concluiremos que essa decepção [com o baixo crescimento da renda populacional] é principalmente culpa dos produtos importados da China ou dos imigrantes de baixo salário, ou de ambos. Os estrangeiros são bodes expiatórios ideais", escreve.

"Mas a ideia de que a crescente desigualdade e a lenta expansão da produtividade se devem aos estrangeiros é, simplesmente, falsa. Todos os países ocidentais de alta renda fazem hoje mais transações comerciais com os países emergentes do que há 40 anos. Mas os aumentos da desigualdade variaram significativamente. O resultado depende do comportamento das instituições da economia de mercado e das opções de políticas internas", explica.

O articulista prossegue trazendo a conclusão dos trabalhos sobre o panorama mundial do economista Elhanan Helpman, de Harvard. Segundo ele, "a globalização, sob a forma de comércio exterior e de terceirização no exterior, não tem contribuído de forma relevante para o aumento da desigualdade. Vários estudos sobre diferentes acontecimentos no mundo inteiro apontam para essa conclusão".

Leia também: STF forma maioria em favor de tese que pode anular condenações da Lava Jato

"A transferência do local de produção de boa parte da indústria, principalmente para a China, pode ter reduzido um pouco os investimentos nas economias de alta renda. Mas esse efeito não teve força suficiente para diminuir significativamente o crescimento da produtividade. Pelo contrário, a mudança da divisão de trabalho global induziu países de alta renda a se especializarem em setores intensivos em qualificação, onde há mais potencial para uma expansão acelerada da produtividade", pontua Wolf.

"O impacto econômico da imigração também é pequeno, por maior que possa ser o "choque do estrangeiro" nos domínios político e cultural. Pesquisas sugerem enfaticamente que o efeito da imigração sobre a renda real da população nativa e sobre a situação fiscal dos países que os recebem é pequeno e, algumas vezes, positivo", destaca o articulista avaliando que o foco no prejuízo causado pelo comércio exterior e pela migração "é politicamente útil", mas equivocado.

A mudança de cenário depende de um exame sobre o "próprio capitalismo rentista". "As finanças desempenham papel central, com várias dimensões. O setor financeiro liberalizado tende a entrar em processo de metástase, como um câncer. Assim, a capacidade desse setor de criar crédito e dinheiro é o que financia suas próprias atividades, receitas e lucros (muitas vezes ilusórios)", prossegue.

Um estudo de 2015 para o Banco de Compensações Internacionais (BIS), Stephen Cecchetti e Enisse Kharroubi concluíram que "um setor financeiro de crescimento acelerado é prejudicial ao crescimento da produtividade agregada". Eles explicam que, quando um setor financeiro cresce rapidamente, contrata pessoas talentosas que passam então a conceder empréstimos lastreados em imóveis, porque isso gera garantias. "Isso representa uma dispersão de recursos humanos talentosos para direções improdutivas, inúteis", completa Wolf.

Leia também: Em primeiro teste para Aras, CNMP julgará Deltan Dallagnol em 8 outubro

"É por isso que nenhum governo atual ousa permitir que o setor financeiro, supostamente dirigido pelo mercado, opere desassistido e sem comando. Mas isso, por sua vez, cria enormes oportunidades de ganho com a irresponsabilidade: jogando a moeda, se der cara, eles ganham; se der coroa, todos perdemos. Novas crises são inevitáveis", ressalta. Clique aqui para ler seu artigo na íntegra.

4. Restaurar o Estado é preciso

http://brasildebate.com.br/restaurar-o-estado-e-preciso/?fbclid=IwAR0hl4cfSUUZqu5Mi14GIN3np03A1RVDnIXzV1IKC5t3JAUoFOqZ9rBHzn0

'Só consigo enxergar alguma possibilidade de cura desse estado de astenia e de reordenação das bases democráticas a partir de uma maciça convocação e ação dos jovens'

Maria da Conceição Tavares - 02/02/2018;

Vivemos sob a penumbra da mais grave crise da história do Brasil, uma crise econômica, social e política. Enfrentamos um cenário que vai além da democracia interrompida. A meu ver, trata-se de uma democracia subtraída pela simbiose de interesses de uma classe política degradada e de uma elite egocêntrica, sem qualquer compromisso com um projeto de reconstrução nacional – o que, inclusive, praticamente aniquila qualquer possibilidade de pactação.

Hoje, citar um político de envergadura com notória capacidade de pensar o país é um exercício exaustivo. O Congresso é tenebroso. A maioria está lá sabe-se bem com que fins. O elenco de governadores é igualmente terrível. Não há um que se sobressaia. E não vou nem citar o caso do Rio porque aí é covardia. O "novo" na política, ou o que tem a petulância de se apresentar como tal, é João Doria, na verdade um representante da velha extrema direita.

A ditadura, a qual devemos repudiar por outros motivos, não era tão ordinária nesse sentido. Não sofríamos com essa escassez de quadros que vemos hoje. O mesmo se aplica a nossos dirigentes empresariais, terra da qual não se vê brotar uma liderança. A velha burguesia nacional foi aniquilada. Eu nunca vi uma elite tão ruim quanto esta aqui. E no meio dessa barafunda ainda temos a Lava Jato, uma operação que começou com os melhores propósitos e se tornou uma ação autoritária, arbitrária, que atenta contra as justiças democráticas, para não citar o rastro de desemprego que deixou em importantes setores da economia.

É de infernizar a paciência que a Lava Jato tenha se tornado símbolo da moralização. Mas por quê? Porque nada está funcionando. Ela é uma resposta à inação política. Conseguiram transformar a democracia em uma esbórnia, em que ninguém é responsável por nada. Não há lei ou preceitos do estado de direito que estejam salvaguardados.

O futuro foi criminalizado. Não estou dizendo que o cenário internacional seja um oásis. O resto do mundo não está nenhuma maravilha, a começar pelos Estados Unidos. Convenhamos, não é qualquer país que é capaz de produzir um Trump. Eles capricharam.

Na Europa como um todo, a situação também é desoladora. E a China, bem a China é sempre uma incógnita... Mas, voltando ao nosso quintal, o centro medíocre se ampliou de uma maneira bárbara no Brasil. Não há produção de pensamento contra a mediocridade, de lado algum, nem da direita, nem da esquerda. Faltam causas, bandeiras, propósitos, falta até mesmo um slogan que cole a sociedade. O mais impressionante é que não estamos falando de um processo longo, de uma ou duas décadas, mas, sim, de um quadro de rápida deterioração em um espaço razoavelmente curto de tempo. Estou no Brasil desde 1954 e jamais vi tamanho estado de letargia. Na ditadura, havia protesto. Hoje, mal se ouve um sussurro.

Por outro lado, também não se acham soluções pela economia, notadamente o setor produtivo. A indústria brasileira "africanizou", como há muito já previra o saudoso Arthur Candal. Rendemo-nos à financeirização, sem qualquer resistência. A ideia do Estado indutor do desenvolvimento foi finalmente ferida de morte pela religião de que o Estado mínimo nos levará a um estado de graça da economia. Puro dogma. Estamos destruindo as últimas forças motrizes do crescimento econômico e de intervenção inclusiva e igualitária no social.

Essa minha indignação, por vezes misturada a um indesejável, mas inevitável estado de pessimismo, poderia ser atribuída a minha velhice. Mas não acho que seja não. Estou velha há muito tempo. Luto para não me deixar levar pelo ceticismo. Não é simples pelo que está diante de meus olhos.

Lamento, mas não me dobro; sofro, mas não me entrego. Jamais fugi ao bom combate e não seria agora que iria fazê-lo. Há saídas para esse quadro de entropia nacional e estou convicta de que elas passam pelas novas gerações.

Como diria Sartre, não podemos acabar com as ilusões da juventude. Pelo contrário temos de estimulá-las, incuti-las. Por ilusão, em um sentido não literal, entenda-se a capacidade de mirar novos cenários, a profissão de fé de que é possível, sim, interferir no *status quo* vigente, o forte desejo de mudança, associado ao frescor, ao ímpeto e ao poder de mobilização necessário para que ela ocorra. Só consigo enxergar alguma possibilidade de cura desse estado de astenia e de reordenação das bases democráticas a partir de uma maciça convocação e ação dos jovens.

Por mais íngreme que seja a caminhada, não vislumbro saídas que não pela própria sociedade, notadamente pelos nossos jovens. Não os jovens de cabeça feita, pré-moldada, como se fossem blocos de concreto empilhados por mãos alheias. Esses mal chegaram e já estão a um passo da senectude. Estou me referindo a uma juventude sem vícios, sem amarras, de mente aberta, capaz de se indignar e construir um saudável contraponto a essa torrente de reacionarismo que se espraia pelo país.

Há que se começar o trabalho de sensibilização já, mas sabendo que o tempo de mudança serão décadas, sabe-se lá quantas gerações. Não consigo vislumbrar outra possibilidade para sairmos dessa geleia geral, dessa ausência de movimentos de qualquer lado, qualquer origem, seja de natureza política, econômica, religiosa, senão por uma convocatória aos jovens. Até porque, se não for a juventude, vai se falar para quem? Para a oligarquia que está no poder? Para a burguesia cosmopolita — que foi a que sobrou — com sua conveniente e perversa indiferença? Para uma elite intelectual rarefeita e um tanto quanto aparvalhada?

Ao mesmo tempo, qualquer projeto de costura dos tecidos do país passa obrigatoriamente pela restauração do Estado. É urgente um processo de rearrumação do aparelho público, de preenchimentos das graves lacunas pensantes. Nossa própria história nos reserva episódios didáticos, exemplos a serem revisitados. Na década de 30, durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, guardadas as devidas proporções, também vivíamos uma dura crise. Não íamos a lugar algum. Ainda assim, surgiram medidas de grande impacto para a modernização do Estado, como, por exemplo, a criação do Dasp — Departamento Administrativo do Serviço Público, comandado por Luis Simões Lopes.

Na esteira do Dasp, cabe lembrar, vieram os concursos públicos para cargos no governo federal, o primeiro estatuto dos funcionários públicos do Brasil, a

fiscalização do Orçamento. Foi um soco no estômago do clientelismo e do patrimonialismo. O Dasp imprimiu um novo modus operandi de organização administrativa, com a centralização das reformas em ministérios e departamentos e a modernização do aparato administrativo. Diminuiu também a influência dos poderes e interesses locais. Isso para não falar do surgimento, nas fileiras do Departamento, de uma elite especializada que combinou altíssimo valor e conhecimento técnico ao comprometimento com uma visão reformista da gestão da coisa pública.

Faço esse pequeno passeio no tempo para reforçar que nunca fizemos nada sem o Estado. Não somos uma democracia espontânea. O fato é que hoje o nosso Estado está muito arrebentado. Dessa forma, é muito difícil fazer uma política social mais ativa. Não é só falta de dinheiro. O mais grave é a falta de capital humano. O que se assiste hoje é um projeto satânico de desconstrução do Estado, vide Eletrobras, Petrobras, BNDES...

Restauração

O Estado sempre foi a nobreza do capital intelectual, da qualidade técnica, da capacidade de formular políticas públicas transformadoras. O que se fez no Brasil é assustador, uma calamidade. É necessário um profundo plano de reorganização do Estado até para que se possa fazer políticas sociais mais agudas. Chegamos, a meu ver, a um ponto de bifurcação da história: ou temos um movimento reformista ou uma revolução. A primeira via me soa mais eficiente e menos traumática. Ainda assim, reconheço, precisaremos de doses cavalares do medicamento para enfrentarmos tão grave enfermidade. Os sintomas são de barbárie. Parece um fim de século, embora estejamos no raiar de um. Em uma comparação ligeira, lembra o começo do século XX. Os fatos levaram às duas Guerras Mundiais. Aliás, a guerra, ainda que indesejável, é uma maneira de sair do impasse.

Por isso, repito: precisamos de uma ação restauradora. O que temos hoje no Brasil não é uma feridinha à toa que possa ser tratada com um pouco de mertiolate ou coberta com um esparadrapo. O Estado e a sociedade brasileira estão em uma mesa de cirurgia. O corte é profundo, órgãos vitais foram atingidos, o sangramento é dramático. Este ressurgimento não deverá vir das urnas. Não vejo a eleição como um evento potencialmente restaurador, capaz de virar a página, de ser um marco da reconstrução.

Com o neoliberalismo não vamos a lugar algum. Sobretudo porque, repito: historicamente o Brasil nunca deu saltos se não com impulsos do próprio Estado. Esses últimos dois anos têm sido pavorosos, do ponto de vista econômico, social e político. Todas as reformas propostas são reacionárias, da trabalhista à previdenciária. Vivemos um momento de "acerto de contas" com Getúlio, com uma sanha inquisidora de direitos sem precedentes. Trata-se de um ajuste feito em cima dos desfavorecidos, da renda do trabalho, da contribuição previdenciária, da mão de obra. O Brasil virou uma economia de rentistas, o que eu mais temia. É necessário fazer uma eutanásia no rentismo, a forma mais eficaz e perversa de concentração de riquezas.

Renda mínima

Causa-me espanto que nenhum dos principais candidatos à Presidência esteja tratando de uma questão visceral como a renda mínima, proposta que sempre teve no ex-senador Eduardo Suplicy o seu mais ferrenho defensor e propagandista no Brasil. Suplicy foi ridicularizado, espezinhado por muitos, chamado de um político de uma nota só. Não era, mas ainda que fosse, seria uma nota que daria um novo tom à mais trágica de nossas sinfonias nacionais: a miséria e desigualdade.

Mais uma vez, estamos na contramão do mundo, ao menos do mundo que se deve almejar. Se, no Brasil, a renda mínima é apedrejada por muitos, mais e mais países centrais adotam a medida. No Canadá, a província de Ontario deu a partida no ano passado a um projeto piloto de renda mínima para todos os cidadãos, empregados ou não. A Finlândia foi pelo mesmo caminho e começou a testar um programa também em 2017. Ao que se sabe, cerca de dois mil finlandeses passaram a receber algo em torno de 500 euros por mês.

Na Holanda, cerca de 300 moradores da região de Utrecht passaram a receber de 900 euros a 1,3 mil euros por mês. O nome do programa holandês é sugestivo: Weten Wat Werkt ("Saber o que funciona"). Funcionaria para o Brasil, tenho certeza.

O modelo encontrou acolhida até nos Estados Unidos. Desde a década de 80, o Alasca paga a cada um de seus 700 mil habitantes um rendimento mínimo chamado Alaska Permanent Fund Dividend. Os recursos vêm de um fundo de investimento lastreado nos royalties do petróleo.

É bom que se diga que dois dos fundamentalistas do liberalismo, os economistas F. A. Hayek e Milton Friedman, eram defensores da renda básica e até disputavam a primazia pela paternidade da ideia. Friedman dizia que a medida substituiria outras ações assistencialistas dispersas.

No Brasil, o debate sobre a renda básica prima pela sua circularidade. O Bolsa-Família foi uma proxy de uma construção que não avançou. Segundo o FMI, a distribuição de 4,6% do PIB reduziria a pobreza brasileira em espetaculares 11%.

Essa é uma ideia que precisa ser resgatada, uma bandeira à espera de uma mão. Entre os candidatos à presidência, só consigo enxergar o Lula como alguém identificado com a proposta. Se bem que a coisa está tão ruim que, mesmo que ele possa se candidatar e seja eleito, teria enorme dificuldade de emplacar projetos realmente transformadores. O PT não tem força o suficiente; os outros partidos de esquerda não reagem.

Lula sempre foi um grande conciliador. Mas um conciliador perde o seu maior poder quando não há conflitos. E uma das raízes da nossa pasmaceira, desta letargia, é justamente a ausência de conflitos, de contrapontos. Não tem nada

para conciliar. Mais do que conflitiva, a sociedade está anestesiada, quase em coma induzido. O que faz um pacificador quando não há o que pacificar?

Publicado em Insight Inteligência, edição 79

5. A globalização está morta e precisamos inventar uma nova ordem mundial

Trecho de um livro e entrevista com Michael O'Sullivan, autor de "The Leveling"

Futuro Aberto 28 de junho de 2019 por KNC

https://www.economist.com/open-future/2019/06/28/globalisation-is-dead-and-we-need-to-invent-a-new-world-order?fbclid=lwAR1LYIwABPShPqsObc7wnwrROC_wJ1emAl-PaHsh6jGQTg1Oqbdw7zP74hE

O mundo testemunhou o "pico da democracia"? É o futuro em que sociedades abertas com livre mercado disputam influência em assuntos globais com países autoritários sob o capitalismo de estado? As próprias perguntas evocam uma nostalgia de um passado aparentemente mais simples. Para Michael O'Sullivan, ex-banqueiro de investimentos e economista da Universidade de Princeton, é mais útil considerar o futuro.

O livro de O'Sullivan, "O nivelamento: o que vem depois da globalização", oferece um roteiro. Ele vê um mundo multipolar se formando, mas instituições internacionais despreparadas para isso. Ele manifesta preocupação com um mundo de baixo crescimento e alta dívida - e pede um "tratado mundial de risco", para que os bancos centrais apenas recorram a medidas como flexibilização quantitativa sob condições acordadas.

Mas seu enquadramento mais intrigante das questões é a comparação entre o mundo de hoje e o Putney Debates da Inglaterra do século XVII, quando os aspectos práticos de uma democracia baseada em direitos foram enunciados pela primeira vez por uma facção chamada "Os Levellers" (que inspirou o título do livro). O mundo, ele acredita, se apegará aos países "niveladores" que atendem aos direitos e liberdades, e aos países "leviatãs" que estão satisfeitos com o crescimento gerenciado pelo Estado e com menos liberdades.

Como parte da iniciativa Open Future da *The Economist*, analisamos as idéias de O'Sullivan em uma curta entrevista. Abaixo disso está um trecho de seu livro, sobre o fim da globalização.

* * *

The Economist: Descreva o que vem depois da globalização - como é o mundo que você prevê?

Sr. O'Sullivan: A globalização já está para trás. Devemos dizer adeus a isso e colocar nossa mente no mundo multipolar emergente. Isso será dominado por pelo menos três grandes regiões: América, União Européia e uma Ásia centralizada na China. Cada vez mais, eles adotam abordagens muito política diferentes da econômica. liberdade. auerra. tecnologia sociedade. Países de médio porte como Rússia, Grã-Bretanha, Austrália e Japão lutarão para encontrar seu lugar no mundo, enquanto surgirão novas coalizões, como uma "Liga Hanseática 2.0" de pequenos estados avançados, como os da Escandinávia e dos Bálticos. As instituições do século XX - o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio - parecerão cada vez mais extintas.

The Economist : O que matou a globalização?

Michael O'Sullivan: Pelo menos duas coisas pagaram à globalização. Primeiro, o crescimento econômico global diminuiu e, como resultado, o crescimento se tornou mais "financeirizado": a dívida aumentou e houve mais "ativismo monetário" - ou seja, os bancos centrais injetando dinheiro na economia comprando ativos, como como títulos e, em alguns casos, até ações - para sustentar a expansão internacional. Segundo, os efeitos colaterais, ou melhor, os efeitos colaterais percebidos, da globalização são mais aparentes: desigualdade de riqueza, dominância de multinacionais e dispersão das cadeias de suprimentos globais, que se tornaram questões políticas quentes.

The Economist: A morte da globalização foi inevitável ou poderia (e deveria) ter sido evitada?

Sr. O'Sullivan: Um fator problemático aqui é que não há órgão ou autoridade central para moldar a globalização, além talvez do Fórum Econômico Mundial ou talvez da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. De muitas maneiras, o fim da globalização é marcado pela resposta pobre e inconclusiva à crise financeira global. Em geral, a resposta foi reduzir o custo de capital e não combater as causas da crise. Como tal, a economia mundial vai mancar, sobrecarregada por dívidas e atrapalhando o dinheiro fácil dos bancos centrais.

The Economist: O título do livro vem dos "Levellers" durante os debates Putney na Grã-Bretanha em meados dos anos 1600. Quem eram eles e o que a história deles pode nos ensinar hoje?

Sr. O'Sullivan: Os Levellers são uma jóia escondida da história britânica. Eles eram um grupo de meados do século XVII na Inglaterra, que participou de debates sobre democracia que ocorreram em uma parte de Londres chamada Putney. Sua conquista foi a elaboração de "Um Acordo do Povo", que foi uma

série de manifestos que marcaram as primeiras concepções populares de como seria uma democracia constitucional.

Os Levellers são interessantes por duas razões. Primeiro, no contexto da época, sua abordagem era construtiva e prática. O "Acordo" explica o que as pessoas querem daqueles que as governam de maneira clara e tangível. Por exemplo, eles propuseram limites de mandato para cargos políticos e que as leis relativas ao endividamento são aplicadas igualmente aos ricos e aos pobres.

Segundo, eles são interessantes pela maneira como o movimento foi contrariado e, em seguida, apagado pelo líder militar Oliver Cromwell e pelos Grandees (as elites da época). Como tantas startups políticas idealistas, os Levellers falharam. Isso deve incentivar o crescente número de novos partidos políticos, como o Change UK e os novos candidatos, a serem mundanos na maneira como abordam o processo de reforma e mudança política.

The Economist: Você prevê que novas instituições internacionais substituam as arcaicas do século XX, adequadas para um período diferente. Como eles funcionariam? E podem países com valores tão diferentes (isto é, "Levellers" democráticos, baseados no mercado e sociedades e economias administradas pelo Estado, os "Leviathans") realmente cooperam?

Sr. O'Sullivan: Muito se fala da rivalidade da Guerra Fria entre a Rússia comunista e a América, e agora alguns querem ver um choque de civilizações entre a América e a China. O "Nivelamento" caracteriza um futuro em que há pelo menos duas abordagens à vida pública.

A abordagem mais distinta das nações que fazem as coisas à sua maneira será o que os Levellers podem chamar de "direitos dos homens nascidos livres" ou a idéia de sociedade aberta. O código dos Levellers apresenta uma fórmula política muito clara que europeus e americanos reconhecerão por seus valores, embora de forma decrescente em sua prática.

O desafio desse código virá da crescente aceitação de formas menos democráticas de ordenar a sociedade, tanto nos países desenvolvidos quanto nos em desenvolvimento. Um conflito relacionado será o desejo de uma proporção crescente de eleitores de ter uma sociedade mais aberta à medida que as economias também se abrirem.

À medida que o mundo evolui ao longo das linhas das sociedades do tipo Leveler e do Leviatã, é possível que em alguns países, como a Rússia, uma abordagem semelhante ao Leviatã - ou seja, ordem em troca de democracia e direitos reduzidos - seja o modo de vida aceito. Em outros países, o mais interessante é a China, à medida que sua economia perde impulso e evolui, pode haver uma tensão crescente entre os grupos que sustentam a visão do Leviatã (apoiada inevitavelmente por Grandees) e os grupos opostos do tipo Leveler (que favorecem a igualdade de oportunidades e um sistema multipartidário).) O papel e as opiniões das mulheres, especialmente na China, e de grupos minoritários como a comunidade gay serão fundamentais.

O surgimento de uma nova ordem mundial, baseada em grandes regiões e colorida pelos modos de governança Leveler e Leviathan, ecoa vários períodos da história. O desafio nos próximos anos será que nações orientadas ao Leviatã, como a China, mantenham a estabilidade econômica, para que o aumento do desemprego, por exemplo, não quebre o "contrato do Leviatã". Igualmente, o desafio nos países de Leveler será manter sociedades abertas e fraternas diante da volatilidade política e potencialmente econômica.

* * *

Adeus à globalização

Extraído de "O nivelamento: o que vem depois da globalização", de Michael O'Sullivan (PublicAffairs, 2019).

Pode ser melhor que aqueles que gostam da globalização a superem, aceitem sua passagem e comecem a se adaptar a uma nova realidade. Muitos resistirão e, como os 35 especialistas em política externa que publicaram um anúncio no New York Times em 26 de julho de 2018, sob a bandeira "Por que devemos preservar instituições e ordens internacionais", sentirão que a ordem mundial existente e suas instituições devem ser mantidas. Discordo. A globalização, pelo menos da forma que as pessoas passaram a gostar, é extinta. A partir daqui, a passagem da globalização pode assumir duas novas formas. Um cenário perigoso é que testemunhamos o fim definitivo da globalização da mesma maneira que o primeiro período da globalização entrou em colapso em 1913. Esse cenário é o favorito dos comentaristas, porque permite que eles escrevam sobre as calamidades sangrentas do fim do mundo. Este é, felizmente, um resultado de baixa probabilidade e, com desculpas aos muitos almirantes da poltrona no consultório de comentários que, por exemplo, falam deliberadamente de um conflito no Mar da China Meridional, sugiro que uma batalha marítima em grande escala entre a China e os Estados Unidos são improváveis.

Em vez disso, a evolução de uma nova ordem mundial - um mundo totalmente multipolar composto por três (talvez quatro, dependendo de como a Índia se desenvolve) grandes regiões que são distintas no funcionamento de suas economias, leis, culturas e redes de segurança - está manifestamente em andamento . Minha opinião é que, até 2018, a multipolaridade era um conceito mais teórico - mais algo para escrever do que para testemunhar. Isso está mudando rapidamente: tensões comerciais, avanços em tecnologias (como a computação quântica) e a regulamentação da tecnologia são apenas algumas das fissuras em torno das quais o mundo está se dividindo em regiões distintas. A multipolaridade está ganhando força e terá dois eixos amplos. Primeiro, os pólos no mundo multipolar precisam ser grandes em termos de poder econômico, financeiro e geopolítico. Segundo, a essência da multipolaridade não é simplesmente o fato de os pólos serem grandes e poderosos, mas também o desenvolvimento de maneiras distintas e culturalmente consistentes de fazer as coisas. A multipolaridade, onde as

regiões fazem as coisas de maneira distinta e diferente, também é muito diferente do multilateralismo, onde elas as fazem juntas.

A China, em particular, é interessante no contexto da mudança da globalização para a multipolaridade, principalmente porque no Fórum Econômico Mundial de 2017 o presidente chinês reivindicou o manto da globalização para a China. A China se beneficiou muito da globalização e de seus apetrechos (por exemplo, membros da OMC) e desempenhou um papel vital na dinâmica da cadeia de suprimentos que impulsionou a globalização. No entanto, os fluxos comerciais para a China revelam cada vez mais um afastamento de um mundo globalizado e em direção a um mundo mais regional. Por exemplo, dados do FMI mostram que em 2018, em comparação com 2011, Camboja, Vietnã, Laos e Malásia negociaram mais com a China e relativamente menos com os Estados Unidos. Esses países, juntamente com Bangladesh e Paquistão,

No entanto, a própria China não é globalizada: é cada vez mais difícil para as empresas ocidentais fazer negócios em pé de igualdade com as empresas chinesas, e o fluxo de dinheiro e idéias - dentro e fora da China, respectivamente - é fortemente reduzido. O fluxo de pessoas é outro indicador. Os fluxos na China são dinâmicos e talvez sejam mais gerenciados do que antes, mas os fluxos de estrangeiros para a China são minúsculos em comparação com outros países, e a China só recentemente estabeleceu uma agência (a Administração Estatal de Imigração criada no Congresso do Partido em 2018) para cultivar o interior fluxos. Assim, como a China se tornou um dos principais pólos, tornou-se menos globalizada e, sem dúvida, está contribuindo para a tendência de desglobalização.

Em uma escala mais ampla, sem escolher países individuais, podemos medir até que ponto o mundo está se tornando multipolar examinando tendências agregadas em comércio, PIB, investimento direto estrangeiro, tamanho do orçamento do governo e população. Tudo isso é muito menos concentrado ou mais disperso do que costumava ser, e cada vez mais eles estão coletando em torno de vários pólos. Por exemplo, nos cinco anos de 2012 a 2017, o investimento direto estrangeiro total na Austrália da China aumentou a uma taxa de 21% ao ano, em comparação com 6% nos Estados Unidos na Austrália, sugerindo que o investimento asiático na Austrália está aumentando.

.

[...]

Mesmo que a multipolaridade se baseie na crescente dispersão e regionalização do poder econômico, ela também é expressa de outras formas, notadamente poder militar, liberdades políticas e cibernéticas, sofisticação tecnológica, crescimento do setor financeiro e um maior senso de prerrogativa e confiança cultural. Estes não são tão facilmente medidos quanto a multipolaridade econômica, mas algumas linhas claras estão surgindo. Para tentar sintetizar o que um polo implica, podemos apontar para vários fatores iniciais: tamanho do PIB de um país, tamanho de sua população, existência de um legado imperial, extensão de seu papel econômico regional, tamanho militar e sofisticação (por exemplo, gastos absolutos, número de caças e navios), seu lugar no Índice de Desenvolvimento Humano da ONU em relação à sua região,

Sob esse esquema, União Européia, Estados Unidos, China e potencialmente Índia são polos, mas o Japão e a Rússia não se qualificariam como polos distintos. A Rússia, por exemplo, tem boa pontuação em certos aspectos da multipolaridade (por exemplo, militarmente), mas em seu estado atual ela pode nunca se tornar um verdadeiro polo no sentido empregado aqui.

[...]

O caminho para a multipolaridade não será suave. Uma tensão é que, desde a Revolução Industrial, o mundo teve um ponto de ancoragem em termos de localização e disseminação da globalização (Grã-Bretanha no século XIX e Estados Unidos no século XX). O fato de haver agora pelo menos três pontos de referência introduz uma dinâmica nova e possivelmente incerta nos assuntos mundiais.

O potencial é alto para atritos, mal-entendidos e conflitos entre as maneiras principais cada mais diferentes de fazer as coisas nos pólos. Essencialmente, multipolaridade significa que, em vez de falar um idioma comum, os principais polos falam diferentes idiomas de política. A tensão baseada no comércio é uma possibilidade óbvia aqui. Outra forma de tensão é a crise de identidade criada para países que não estão totalmente dentro de um dos polos - novamente, Japão, Austrália e Reino Unido são os principais exemplos - e a crise de ambição para países, como a Rússia, que querem ser polos, mas não têm os meios necessários para fazê-lo de forma convincente. Em um nível mais popular, as implicações do fim da globalização como a conhecemos e o caminho para a multipolaridade se tornarão uma parte maior do debate político. Na margem, o fluxo de pessoas, idéias, e o capital pode ser menos global e mais regional e, com o tempo, pode ser reforçado por um crescente senso de regionalização nos principais pólos. De um modo negativo, um mundo mais multipolar pode ser o divisor de águas que sinaliza o pico da democracia e potencialmente o início de disputas dentro das regiões por visões concorrentes de democracia, força institucional, controle estatal e controle.

Extraído de "O nivelamento: o que vem depois da globalização". Copyright © 2019 by Michael O'Sullivan. Usado com permissão do PublicAffairs (Hachette Book Group). Todos os direitos reservados.

<u>Futuro Aberto</u> 28 de junho de 2019

por KNC

6. AS PRIMAVERAS PREMATURAS

Começo estas lembranças sobre 1968 com a reflexão antiga que relaciona a felicidade de cada um de nós ao tempo em que vivemos e à geração a que pertencemos. Os gregos do século V antes de Cristo tinham um vocábulo que expressava bem a eclosão espiritual daquela época: kairos.

A palavra é de difícil tradução, pelo número de ideias que sugere. De modo geral e dentro do que interessa às nossas preocupações kairos significa harmonia, harmonia de todos os tempos juntos e em movimento. Kairos é diferente de Cronos, que nos dá idéia de uma linha contínua: kairos é o tempo circular, dentro da esfera do que existe. É a ampliação do ponto ao infinito, do agora ao eterno.

Os seres humanos quase sempre se sentem inquietos em seu próprio tempo. Na mitologia grega, o destino dos homens se funda com a transgressão de Prometeu, que roubou dos deuses o fogo. O mito, que corresponde ao pecado de Adão, é o da afirmação dos homens, de sua libertação dos cânones divinos. O homem deixa de entregar-se ao arbítrio dos deuses e passa a confiar em si mesmo. Prometeu é o patrono do projeto e da liberdade. Em estreita e enigmática passagem do grande romance de James Joyce, Ulysses - uma reconstrução dublinense da odisseia de Homero - seu personagem Stephen Dedalus diz que History is a nightmare from which I am trying to awake, a história é um pesadelo do qual eu tento em vão despertar.

Ortega y Gasset, aos 28 anos, sugere atuar sobre as circunstâncias. Em seu clássico da juventude, Meditaciones del Quijote, o pensador espanhol redigiu a frase célebre, que é sempre citada pela metade: Yo soy yo y mi circunstancia; sl yo no la salvo a ella, no me salvo yo.

Para "salvar" a circunstância ele aconselha buscar el sentido de lo que nos rodea. Buscar o sentido do que nos rodeia - a circunstância - abre caminho para o encontro entre a esperança e o projeto na ação política.

Cada homem encerra o cosmos inteiro.

O universo, com seus bilhões de galáxias e estrelas, é alguma coisa que ganhamos, quando nascemos, e que perdemos, quando morremos.

A Humanidade é a soma dos seres vivos que têm a consciência da morte. É o preço que pagamos pela inteligência do mundo.

Segundo Engels, só mediante o homem, a natureza toma conhecimento de si mesma. Se me permitem citação bem próxima, minha mulher, ao opor-se ao projeto genocida dos Estados Unidos de redução da natalidade no Terceiro Mundo, mediante a castração dos pobres - expôs em texto publicado pela Folha de S. Paulo na década de 1990 a obviedade esquecida: qualquer ser humano é mais importante do que o Sol, porque o Sol não sabe que existe e qualquer criança sabe que o universo existe.

Há uma citação clássica de Platão, que resume o grande problema dos homens. Ele diz que há duas cidades na cidade (ou seja, dois estados no Estado), a cidade dos ricos e a cidade dos pobres.

O Estado, por mais democrático venha a ser, é normalmente dominado por um grupo, quase sempre econômico, e é essa hegemonia que tem que ser moderada pela ação da resistência.

Esse conflito permanente explica as primaveras prematuras, que são o tema deste texto.

A democracia é um processo que se inicia com Sólon e vai se desenvolvendo, até o seu malogro com a invasão macedônica.

Heródoto considera Clistênio, na passagem do sexto para o quinto século, o criador do sistema democrático, em razão da reforma administrativa e política que descentralizou o poder no espaço ático.

Mas a política passa a ser, em Atenas, também uma construção da filosofia. E entre seus grandes estudiosos se destacou Aristóteles, considerado "O Filósofo" pelo mais importante de seus comentadores, o santo Tomás de Aquino.

Ao prefaciar os livros políticos de Aristóteles, Santo Tomás considera a política uma ciência moral (práxis), que, ao atuar sobre o homem e não sobre as coisas, se distingue das ciências técnicas, que trabalham com a natureza.

O arquiteto ou o ferreiro fazem coisas materiais, acabadas, perfeitas ou imperfeitas, mas a cidade, ou, em nosso léxico, o estado, é alguma coisa que se constrói enquanto nela se pensa.

Não é um ato físico, acabado, mas um processo de natureza moral.

O grande êxito dos gregos em uma aliança militar de suas cidades-estado, com Esparta e Atenas à frente foi a vitória sobre a Pérsia.

A fim de assegurar a defesa comum, criou-se a poderosa Confederação de Delos, que, de acordo com uma de suas cláusulas, só seria rompida mediante a intervenção dos deuses ou dos heróis.

Como o sistema ateniense, democrático, parecia superior ao de Esparta, houve a ruptura entre os dois grandes polos gregos, no momento mais alto da supremacia sobre os persas.

Ao mesmo tempo em que conduziam a guerra, os atenienses estabeleciam seu império sobre o Peloponeso, e as cidades submetidas decidiram rebelar-se, com a ajuda de Esparta.

Com a derrota de Atenas, inicia-se a rápida decadência do sistema democrático grego.

Os espartanos não sabiam como conduzir os atenienses, muito mais civilizados, e instituíram um governo de títeres, logo derrocado.

A polis começou a declinar, por esfacelar-se sua ética, no mesmo ritmo em que crescia a impiedade, ou, seja, a religião se via contestada provavelmente pelo ceticismo que a especulação filosófica promovera.

Poucos decênios depois de seu auge e da derrota diante de Esparta, Atenas foi invadida por Filipe da Macedônia. Logo chegaram os romanos. O poder militar sufocou a grande primavera, que poderia surgir com o aprofundamento do sistema democrático.

Toda a Grécia foi ocupada pelos estrangeiros, que se revezaram durante os vinte e cinco séculos que se seguiram, e o grande projeto democrático se frustrou.

Só no século 19, com o enfraquecimento dos turcos, a Grécia obteve uma autonomia relativa, sob monarquia estrangeira.

E foi preciso esperar pela Segunda Guerra Mundial para que se restaurasse a República, destruída, com o que restara da Confederação de Delos, em 338 a.C.

A Grécia de Péricles, de Sócrates, Aristóteles, Platão, e tantos gênios, foi a maior das primaveras prematuras.

Outra primavera prematura foi a República Romana. É difícil situar exatamente o início de sua decadência. Alguns o localizam no fim do segundo século A.C, com a derrota dos Graco, ou no auge do império de Augusto, cujos sucessores imediatos foram tiranos cruéis, como Tibério e Nero, ou frouxos, como Cláudio.

É melhor lembrar o sonho de libertação de Spartacus. O bravo escravo trácio, ao fugir da escola de gladiadores, lutou e morreu pela liberdade. Se ele houvesse vencido a grande aliança entre os militares, com Pompeu, e os homens de negócios, com Crassus, provavelmente teria substituído o governo dos patrícios pelo governo direto da plebe. A derrota de Spartacus possibilitou, nove anos depois, a ditadura - não declarada - o primeiro triunvirato, de Crassus, Pompeu e César.

Mas, na medida em que o Império decaía, os cristãos, perseguidos e submetidos ao martírio, cresciam. No século 4, essas forças, contrapostas, estavam próximas do equilíbrio, quando Constantino se converteu, e o poder absorveu a fé revolucionária. Nos decênios que se seguiram à morte do Imperador, os cristãos se foram organizando dentro do aparelho do Estado, mas, com Juliano, o apóstata, voltaram a ser duramente perseguidos, sobretudo depois da conversão do sobrinho de Constantino ao paganismo que agonizava. Felizmente, para os cristãos, dois anos depois ele morria. O grande momento para a Igreja foi o de Ambrósio, alto funcionário do Império, que se converte e, em uma semana, é aclamado bispo de Milão pelo povo. Com Ambrósio, a Igreja assume poder político autônomo, que se manterá durante toda a Idade Média. Ambrósio completa a tarefa de Paulo. Paulo havia organizado a Igreja para a clandestinidade e a revolução; Ambrósio a estrutura para o poder.

Em 711, devido a um fato fortuito, os árabes cruzaram o estreito de Gibraltar, sob o comando de Tárik, jovem guerreiro mouro, e iniciaram a invasão do continente, só contida em Poitiers, na França, por Charles Martel, 21 anos depois. Ao refluir para o Sul da Península Ibérica, os muçulmanos construíram a bela civilização da Andaluzia, que manteriam até 1492, quando os reis

católicos expulsaram o último dos soberanos islamitas do monumental castelo de Alhambra. Com a ação militar encerraram-se os 771 anos de ocupação da Andaluzia pelos mouros. Nesse mesmo ano, Isabel e Fernando levaram os espanhóis, com as caravelas de Colombo, às Antilhas, no Novo Mundo. Também em 1492, elegia-se papa o espanhol Rodrigo Borgia, que, como Alexandre VI, foi um dos piores pontífices da História.

O Renascimento, que se insinuava havia dois séculos, tomou impulso em 1453, quando os turcos se apossaram de Constantinopla e liquidaram o Império do Oriente, promovendo a fuga de cérebros de Constantinopla para a Itália.

Com ele, começa a Idade Moderna. O movimento, no entanto, não foi só o reencontro com o saber antigo. Como se sabe, a expressão renascimento só foi cunhada mais de três séculos depois, em 1845, por Jules Michelet quando o vocábulo Iluminismo, para designar a revolução intelectual e política do século 18, já se encontrava consagrado.

Na verdade, o Iluminismo foi uma reafirmação do Renascimento, depois da ascensão do pensamento burguês e fundamentalmente inglês do século XVII.

Há duas revoluções políticas contemporâneas de influência recíproca, que, provocadas pelo Iluminismo, marcaram a metade do segundo milênio: Uma delas, a de 1789, na França, foi sangrenta; a outra, não tanto. E há razões ponderáveis para isso. Embora os colonos da Nova Inglaterra tivessem sido beneficiados pela Revolução Inglesa, do século 17.

O sonho primaveril dos Estados Unidos se iniciou em 1620, com a chegada do Mayflower à baía de Plymouth, em Massachusetts. Antes que desembarcassem, os peregrinos se reuniram na cabine de comando e redigiram (por iniciativa de Thomas Bradford) o Mayflower Compact, o compromisso que assumiam para organizar a vida civil em terra.

Tratou-se de algo singular na História: a existência de uma constituição, ou de uma proto-constituição, antes que houvesse uma nação, ou estado.

Durante todo o século, os colonos da Nova Inglaterra foram deixados de lado pela Grã Bretanha, que, de 1625, com a ascensão de Charles I ao trono, a 1689, com a Glorious Revolution, viveu a turbulência política e religiosa, com à guerra civil, a execução de um rei, o próprio Stuart, até a introdução de um monarca estrangeiro, Guilherme de Orange, nascido em Haia.

Desde as primeiras décadas do século XVII as colônias da Nova Inglaterra, aproveitando-se das dificuldades inglesas, começaram a distanciar-se da metrópole e a desenvolver estatutos políticos autônomos. Em janeiro de 1776, Thomas Paine, inglês que emigrara para a América no ano anterior, publicou The Common Sense, propondo a independência. O panfleto correu a Nova Inglaterra como um tufão e 500.000 exemplares foram vendidos imediatamente.

No dia 4 de julho, seis meses depois, os norte-americanos declaravam sua independência e enfrentavam as tropas britânicas. Não houve o terror que

ocorreria, treze anos mais tarde, em Paris. Tratava-se de um movimento nacional pela independência, e não uma revolução social contra os privilégios. Em um movimento nacional de emancipação a luta de classes é sempre adiada. As origens remotas e subjetivas da Revolução Francesa estavam no absolutismo consolidado por Richelieu no século anterior. Mas as condições objetivas foram, como sempre, de ordem econômica, com as crises sucessivas, com o declínio e a morte de Luis XV, e a desastrada Regência do Duque de Orleãs. O fato é que a nobreza resistia à ascensão das novas forças políticas, representadas pela burguesia mercantil e pelos banqueiros.

A crise levou à convocação dos Estados Gerais. E foi exatamente nesse encontro de toda a França que surgiu outra primavera. Ela, no plano intelectual, vinha sendo anunciada pelos Iluministas, como Rousseau e Montesquieu, Diderot e D'Alembert, entre tantos outros. Mas os que a fizeram eram menos intelectuais e mais ativistas, mesmo que alguns tenham sido pensadores geniais. Foi um movimento que nasceu da incipiente burguesia contra a desmesurada exploração de uma nobreza ociosa, com o apoio de uma classe média em ascensão, em que havia advogados, médicos, sacerdotes, comerciantes e artesãos. O movimento se perdeu quando chegou a hora da verdade: a Revolução prosseguia em sua meta de igualdade econômica ou perecia, diante da reação.

Foi assim que se chegou a 9 de Thermidor (27 de julho de 1794), com a prisão de Robespierre e sua execução, junto com mais de cem de seus partidários nos dias seguintes. O sonho durara apenas cinco anos, com à abertura dos Estados Gerais e a efervescência revolucionária, e acabava por um golpe, porque os dirigentes não souberam conduzir o processo e se deixaram perder pela luta de facções em busca do poder absoluto.

A Convenção Nacional, titular do poder revolucionário, fora suplantada pelo Comitê de Salvação Pública, e a Municipalidade de Paris passou a exercer o domínio de toda a nação. Os jacobinos e os sans culotte não dispunham de força para prosseguir na estrada radical de uma prematura república socialista.

Houve então o que se podia esperar: o Diretório, logo formado, dependia do braço militar de Napoleão, o grande profiteur do Terror e do Contra-Terror. A Primavera Republicana desembocou no Império napoleônico que iria acabar em Waterloo.

É nesse período que temos novos sonhos. Em 1848, a partir da Sicília, surgem, em toda a Europa, movimentos republicanos. Era a retomada da Revolução de 1789, mas as tentativas se frustraram.

Na França, onde o movimento foi mais radical, estabeleceu-se a segunda república, seguida da insurreição dos trabalhadores, que muitos identificaram como ensaio para a Comuna de Paris, em 1871, 23 anos mais tarde.

O ano de 1848 foi também o ano do Manifesto Comunista, redigido por Marx e Engels. Ansiava-se por duradoura primavera que era, como todas as anteriores, ainda prematura.

Os comunistas pretendiam não apenas o fim da exploração capitalista. Iam mais adiante: defendiam o fim dos estados nacionais que, a seu juízo, eram instrumentos de opressão dos trabalhadores, e a constituição de um poder internacional, conduzido pelos proletários e a sua vanguarda integrada de intelectuais.

A Comuna de Paris foi o momento da grande esperança de Marx. Ele acreditava que o movimento reacenderia os anseios revolucionários europeus e ganharia outras capitais. O momento parecia oportuno, porque a França capitulara diante da Alemanha, e só os trabalhadores de Paris haviam oferecido uma resistência honrada.

O governo de Thiers, constituído logo depois da derrota diante dos alemães, pediu a ajuda dos inimigos, a fim de derrotar a Comuna, que ocupou o poder em Paris entre março e maio de 1871. Vinte e cinco mil rebeldes foram assassinados impiedosamente, depois de tenaz resistência das ruas da grande cidade, entre os dias 21 e 28 de maio, à mais sangrenta semana da História da França.

Marx a eles se referirá como os grandes mártires da classe operária, ao escrever que não há na História exemplo dessa grandeza. Seus mártires se encontram recolhidos no relicário do grande coração da classe operária. A grande definição da audaciosa tentação libertadora é também de Marx: tratarase de frustrado assalto ao céu.

Marx, morrendo em 1883 aos 65 anos e Engels, em 1895, aos 75, não viveram para ver as suas ideias parcialmente realizadas com a Revolução de Outubro. Quando Marx morreu, Wladimir Ulianov, o futuro líder revolucionário Lênin, tinha 13 anos, e só viria a conhecer os textos revolucionários aos 18. Aos 19, se tornou comunista.

A Revolução Soviética foi a mais importante primavera frustrada do século XX. Não obstante o malogro, foi um dos mais destacados fatos da História. Dois foram os fatores do grande movimento o mal-estar do povo russo com a corte corrompida, entregue à luxúria, submetida a um impostor, Rasputin, que dominava a família real.

Antes que Lênin fundasse o Partido Social Democrata dos Trabalhadores Russos, que se tornaria depois o Partido Comunista, já atuavam anarquistas e revolucionários republicanos contra os Romanov.

Tal como o movimento de Spartacus, que foi vencido por uma coligação entre Crassus e Pompeu, ou seja, entre o dinheiro e a força militar, a Grande Revolução de Outubro enfrentou, desde seu início, a violenta oposição dos poderes estabelecidos, que estimularam a contra-revolução.

Quatorze nações enviaram tropas para ajudar os contra-revolucionários. Derrotados os agressores, os soviéticos tiveram que se confrontar com problemas internos, antes da prova mais dura, o monumental confronto com os nazistas, que levaria à primeira grande e decisiva derrota desses últimos.em Stalingrado, e à sua definitiva derrocada na Batalha de Berlin.

Não é o momento para explicar a gênese política do nacional-socialismo.

Há, do ponto de vista histórico, algumas indicações de que os alemães sempre se sentiram superiores aos outros povos, e a partir dessa certeza partidários da ideia de que só a força faz o direito.

Na Conferência de Haia, em 1907, Ruy Barbosa se distinguiu exatamente por contrapor-se, em aparte memorável, ao representante do kaiser, que estabelecia uma relação direta entre a graça divina, a inteligência, a ética e o poder militar.

Dentro dessa ordem de ideias, os fracos, pessoas e povos, deviam submeterse aos mais fortes. Hitler não era o agitador ignorante, que criara, nas bebedeiras de uma cervejaria de Munique, uma ideologia perversa mas alguém coerente com a deutsche Weltanschauung, com a visão de mundo, já então histórica, dos germânicos.

A História da 2º. Guerra Mundial é conhecida.

No primeiro momento, as potências ocidentais estimularam o expansionismo oriental de Hitler, como se viu no Acordo de Munique e na indiferença dos franceses e ingleses diante da Guerra Civil Espanhola. Os dirigentes dos países capitalistas e disso há depoimentos evidentes esperavam que os soviéticos e os alemães se aniquilassem mutuamente, o que garantiria a hegemonia do Ocidente.

Mas os processos históricos são dinâmicos, não obedecem aos planos preestabelecidos. Um dos fatores não previstos pelos aliados foi a insurreição dos guerrilheiros de Tito, na lugoslávia, o que fez os alemães desviarem de sua ofensiva contra os soviéticos grande parte das tropas, a fim de combatê-los.

Isso permitiu aos soviéticos a vitoriosa contraofensiva que começou em Stalingrado, com a morte e a captura de centenas de milhares de soldados alemães.

Outro fator foi a agressão japonesa a Pearl Harbor, em dezembro de 1941 quando a URSS já se encontrava em grande parte ocupada pelos alemães o que levou os americanos a entrar no conflito.

Ainda assim, os aliados só abriram a segunda frente, na Normandia, em junho de 1944, quando os soviéticos, impetuosamente, avançavam contra a Alemanha.

A derrota alemã em maio do ano seguinte, trouxe um momento de alívio e esperança ao mundo. Acreditava-se que se iniciava uma longa era de paz.

Mas não foi assim. Quando ficou claro que os soviéticos que perderam vinte milhões de vidas no conflito sairiam vitoriosos contra os alemães, já se iniciaram os movimentos de reação do Ocidente.

Para fazer frente à possível expansão do pensamento socialista na Europa, os norte-americanos, por iniciativa do general Marshall, que apresentou seu plano em Harvard em 1947 investiram pesadamente na reconstrução do continente.

Eles saiam da guerra sem déficits: ao contrário, a indústria bélica, sustentada pelos tributos especiais e empréstimos voluntários, os bônus de guerra, haviam trazido grande desenvolvimento tecnológico e econômico ao país.

Ainda assim, a ideia de socialismo crescia, e já em 1948, na primeira crise de Berlim, iniciou-se a guerra fria entre as duas maiores potências. Como as idéias precedem os fatos, em 1944, o economista austríaco Friedrich Von Hayek publicou seu livro clássico, Road to Serfdom. Hayek via, no planejamento soviético, como vira na teoria de Keynes, uma ameaça à liberdade dos empreendedores, e lamentava a vitória militar do socialismo.

Sua obra mobilizou a reação conservadora, sobretudo na Inglaterra e nos Estados Unidos, onde gozava de reputação em alguns meios acadêmicos, entre eles à Universidade de Chicago. Hayek e von Mises, seu companheiro de Viena, tornaram-se os profetas do neoliberalismo.

Nesse confronto se agrava o mal-estar com o estado do mundo, que leva aos grandes movimentos de protesto e de esperança de 1968.

O socialismo, acossado pela corrida armamentista, não foi capaz de responder à angústia maior do homem, esmagado pela macro estrutura do poder. Os soviéticos haviam cometido um erro, mesmo porque não tinham como agir de outra forma, ao buscar o desenvolvimento industrial pesado ou seja, a construção de poderoso sistema de defesa militar e de importar, naquilo que lhes faltava, a tecnologia ocidental.

Em alguns setores, como o da indústria metalúrgica e da aeronáutica, a sua superioridade era patente. Mas, em outros, faltava-lhes a experiência necessária.

Enquanto se encontravam em guerra, foi fácil a mobilização dos sacrifícios da produção, mas, a partir da paz, os germes do capitalismo ocidental começaram a ruir o espírito do sistema, que era uma quase teologia.

Desaparecida, pela fatalidade ideológica, a geração dos velhos bolcheviques (Khruschev e Brejnev foram os últimos dos que haviam pessoalmente lutado nos anos 30 e 40), os tecnocratas assumiram o poder.

A tecnocracia tem sua própria ideologia, que é a da eficiência, do resultado. A isso se somou o crescente intercâmbio comercial e tecnológico com o Ocidente.

Sem o controle do partido, isto é, da razão teológico-política, os tecnocratas começaram seu vôo próprio. As razões de mercado, pouco a pouco, entraram nas discussões do Gossplan, o Ministério de Planejamento soviético.

Em 1964, o economista soviético Yevsei Libermann, que morreria em 1983, propôs a introdução da idéia da descentralização do planejamento, do lucro

das empresas estatais e do bônus, gratificação aos executivos pelo desempenho profissional.

A partir de então, o sistema de produção soviético passou a adotar os módulos do capitalismo ocidental. Durante os três anos seguintes, as ideias de Liberman passaram a ser discutidas e cautelosamente aplicadas nos países do bloco socialista, com mais receptividade na Alemanha Oriental, na Polônia e na Hungria e na Tchecoslováquia onde ganhariam mais força em 1967.

As reformas econômicas foram um dos fatores da Primavera de Praga em 1968, e, de alguma forma para o que ocorreria depois na Europa. Os burocratas clássicos a elas se opunham, criando atritos no partido, dominado pela facção stalinista desde 1948.

Nos tempos antigos, havia o costume de marcar os períodos históricos pela passagem dos cometas. Os anos sessenta, a década que mudou o mundo, se iniciaram com um primeiro, pequeno e efêmero cometa artificial, o Sputnik, lançado ao espaço pelos soviéticos em 1957.

Os anos 60 foram, assim, a década da possibilidade de que os homens pudessem, um dia, libertar-se da prisão planetária, a que se supunha estarem condenados eternamente.

A década se encerrou, em 1969, com a primeira viagem à Lua. Entre o lançamento do primeiro Sputnik e o desembarque lunar, houve uma série de fatos, demonstrando a perplexidade e a insatisfação no mundo inteiro, mas principalmente entre os jovens.

Os negros norte-americanos, nos estados do Sul, onde a discriminação e o segregacionismo eram mais cruéis, começaram a organizar-se. Dois anos antes do lançamento do Sputnik, em dezembro de 1955, uma negra do povo, Rosa Parks, costureira, sem escolaridade maior, negou-se a ceder seu lugar no ônibus a um branco, e foi presa, por violar as leis segregacionistas do Alabama.

Os negros decidiram boicotar o serviço de transporte coletivo, e buscaram o jovem pastor protestante, também negro, mas rico, Martin Luther King, para seu porta-voz.

Assim inicia-se o grande movimento pela igualdade dos direitos civis, sob a liderança de Luther King até sua morte, em 4 de abril de 1968.

No início da década, em abril de 1961, o presidente Kennedy, que estava no poder havia menos de três meses, autorizou a invasão da Baía dos Porcos por exilados cubanos, com armas e equipamentos norte-americanos. O desembarque foi repelido com determinação pelos cubanos, sob a chefia pessoal de Castro e de Guevara.

Embora mantivesse a determinação de eliminar o governo revolucionário cubano, Kennedy promovia os direitos civis nos Estados Unidos, apoiando o movimento negro e adotando medidas avançadas no plano interno. Mas a situação internacional complicava-se com o envolvimento cada vez maior dos

Estados Unidos no Vietnã. A morte de Kennedy, em novembro de 1963, continua sendo um mistério até hoje.

Há fortes suspeitas que ele tenha sido morto em uma conspiração de que participaram o chamado "Conselho de Cidadãos de Dallas", de extrema direita, e os interesses americanos e cubanos preocupados com a informação de que o jovem presidente negociava secretamente um acordo com Havana.

Morto Kennedy, a guerra do Vietnã se intensificando, começa o ano de 1964, dramático os brasileiros. Mas como devemos ir além dos fatos, convém registrar o aparecimento, também em 1964, do livro que se tornou um dos fermentos do que ocorreria quatro anos mais tarde, nas primaveras de 1968: One-dimensional Man. Nele, Herbert Marcuse, ao examinar as estruturas sociais, mostra que o pensamento único, que dominaria o mundo a partir da queda do mundo de Berlim, já estava em vigor. Ele não via diferenças maiores, em 1964, ano, relembremos, que Liberman propôs o lucro ao sistema socialista entre os países do leste e os do ocidente capitalista.

Os dois lados estavam submetidos à ideologia da sociedade industrial contemporânea, que tinha as suas próprias exigências, e convertia as pessoas em instrumentos do capitalismo. Em homens de uma só dimensão, a dimensão de produtor consumidor, em benefício de uma insânia, que é a do egoísmo.

Marcuse atualizava, em seu livro, as críticas sociais contundentes da Escola de Frankfurt, a que pertencia, sobretudo em obras como Dialetik fúr Aufklãârung (A Dialética do Iluminismo) de Max Horkheimer e Theodor Adorno, que alguns traduzem, indevidamente, como Dialética do Esclarecimento o que não esclarece coisa alguma. Aufklãrung é a palavra alemã para traduzir Les temps des Lumiêres, ou seja, O Iluminismo.

Na obra principal da Escola de Frankfurt, Adorno e Horkheimer examinavam aquilo que outro de seus contemporâneos, Lukacs, denominou o apodrecimento da razão: o esfarelamento do ideal iluminista pelo totalitarismo, claro em alguns casos, como no fascismo, e dissimulado nas democracias ocidentais.

Um ponto destacado, e que nos interessa, é o do controle, pelos donos do mundo, da indústria cultural contemporânea.

Em suma, os grilhões de ferro do passado eram substituídos pelo controle da mente, antes pelo cinema hollywwodiano, a serviço do mito e dos interesses norte-americanos. Depois, com a televisão, com suas séries e personagens norte-americanos e seus telejornais pró-norte-americanos. E, agora, pelas redes sociais, com suas fake news a serviço da direita, que, com "especialistas" como Steve Bannon, invadem computadores e celulares para abrir caminho para a eleição de energúmenos como Trump e seus asseclas em vários países do mundo.

Como seus outros companheiros do Instituto de Investigação Social de Frankfurt, Marcuse encontrou asilo nos Estados Unidos ao fugir do nazismo. Em 1964, quando escreveu seu livro nuclear, e depois de lecionar em várias universidades, era professor na pequena, mas renomadíssima Universidade

Brandels, em Massachusetts. Em 1968 estava na Califórnia, no campus de San Diego, da Universidade de Berkeley. Com a inigualável liberdade de cátedra dos Estados Unidos, o filósofo, então em seus setenta anos, transformou as aulas em manifestações claramente revolucionárias, convocando os estudantes a assumir a sua responsabilidade diante de uma civilização que erodia. Seus livros anteriores, como "Eros e Civilização", passaram a empolgar a juventude, juntamente com "O homem unidimensional". Seu apelo, revolucionário, ecoou primeiro em todos os campi da Universidade da Califórnia e atingiu, em seguida, as universidades da Costa Leste da América do Norte.

Aquela foi uma situação curiosa. As universidades haviam estado fora das grandes revoluções históricas, como as do Renascimento e do Iluminismo, e de seus desdobramentos políticos, como foram os movimentos armados na Inglaterra do século 17 e da França do século 18. Em 1968, e pela primeira vez, as universidades se tornaram os centros da revolução.

Dos Estados Unidos, o movimento chegou à Europa, onde encontra a corrente do Leste.

Na Tchecoslováquia, embora, do ponto de vista da teoria econômica, o movimento se originasse das reflexões de um homem maduro, como Liberman, o estopim emocional do movimento foi o protesto de estudantes da residência estudantil de Strahov, em Praga, ainda em outubro de 1967.

Faltara energia elétrica e calefação na semana que precedia os exames anuais da Universidade de Praga, e os rapazes e moças saíram para a rua, gritando que queriam luz. Eles reclamavam a luz objetiva, para que pudessem estudar. Como estavam próximos do centro do poder, o Castelo de Praga, foram reprimidos com violência pela polícia, que viu na expressão svetlo, luz, uma referência à liberdade de pensamento.

Um deles, filho de membro do comitê central do partido comunista tcheco teve a cabeça quebrada, e o assunto repercutiu politicamente.

O resultado foi o surgimento, dentro do comitê central, de uma corrente renovadora, chefiada por alguns velhos comunistas, sobreviventes das brigadas internacionais da Guerra da Espanha, sob a chefia de um herói da resistência eslovaca contra o nazismo, Alexander Dubcek.

Em janeiro, Dubcek, com o estímulo dos próprios soviéticos, assume o cargo de secretário geral do Partido Comunista, no lugar de Novotny; no fim de março, Novotny, que era o também o presidente da República, é obrigado a renunciar, substituído pelo general Svoboda.

A juventude, embora se movesse, ainda estava tímida em Praga, até agosto, quando chegaram os tanques soviéticos. Nesse momento, e nos meses que se seguiram, as moças e rapazes assumiram o centro das manifestações de resistência contra o invasor. É provável que, assim como a Primavera de Praga influíra no ânimo dos jovens parisienses, os fatos ocorridos em Paris tenham estimulado a ação dos jovens tchecoslovacos.

Embora contidos, os jovens tchecos continuaram atuando, depois da konsolidace (a "consolidação" da vida do país, sob a ocupação soviética e o governo títere de Husak). Em 16 de janeiro de 1969, em protesto contra a ocupação, o estudante Jan Palach, de 21 anos, encharcou suas roupas de gasolina e se queimou, na Praça Venceslau, diante do Museu Nacional de Praga. Palach morreu logo depois no Hospital. Quatro outros estudantes se mataram nas semanas e meses seguintes.

O centro mais importante do movimento de 1968 foi realmente Paris. Várias razões confluíram para que o Quartier Latin se transformasse na capital do inconformismo do mundo, naquelas semanas de maio.

Uma delas era como continua sendo a história mitológica de Paris como Capital do Mundo, com sua crônica de lutas pela liberdade e pela violência nos confrontos.

Dizer que as coisas surgiram espontaneamente é fácil, e não corresponde à verdade. O mal-estar da sociedade, mas, sobretudo, dos mais jovens, era como a pradaria seca, de que falava Mao-Tsé-Tung: bastava uma brasa para incendiá-la. Mas há sempre um fato emocional. Assim como a falta de calefação e de luz levara os estudantes de Strahov às ruas de Praga, uma decisão tomada em março de 1968, pelo reitor da Universidade de Nanterre foi a brasa que os ventos transformariam no incêndio de maio. O reitor proibiu que os alunos do sexo masculino visitassem os alojamentos das moças. E quem organizou o protesto foi o estudante alemão Daniel Cohn-Bendit.

O movimento, em Nanterre, tomou o nome de 22 de março, dia da primeira manifestação naquela universidade da periferia. Pouco a pouco foi crescendo, até ganhar a Rive Gauche e a Sorbonne, em 3 de maio.

Até nisso, o movimento dos estudantes lembrava a Comuna de 1871 que se iniciou em março, para ser severamente reprimida em maio.

Os comunistas, provavelmente temendo uma repressão sangrenta, como fora a de Thiers, contra a comuna, na Semana Trágica de noventa e sete anos antes, agiram com prudência. Os trabalhadores não foram para as barricadas, como em 1871. De Gaulle que se viu obrigado à retirada se reuniu com os altos chefes militares nos quartéis franceses de ocupação em Baden-Baden, na Alemanha, e deles obteve a fidelidade que lhe era necessária.

Por outro lado, o movimento se esvaziara, por falta de adesão da população conservadora de Paris.

Assim foi possível derrotá-lo sem mais confrontos dos que os havidos nas noites de 12 para 13 e de 23 para 24 de maio, quando as barricadas foram erguidas, como ocorrera na antiga Comuna.

Como não eram os trabalhadores que se encontravam na linha de combate, com suas espingardas, mas, sim, estudantes armados de paralepípedos, a repressão não usou armas de fogo, a não ser em dois ou três episódios isolados, felizmente sem mortos. De Gaulle venceu, o desafio. Os estudantes, fatigados, deixaram as ruas. Em abril do ano seguinte, De Gaulle propôs um

referendo para continuar no poder e promover as reformas que considerava necessárias.

Foi derrotado e recolheu-se à sua cidade natal, onde morreria no ano seguinte. Seu primeiro ministro, Pompidou, que atuara com cautela, acabou substituindo-o. Os jovens que estavam nas ruas eram, em sua maioria, da classe média, e muitos deles filhos das elites intelectuais e econômicas da França daquele tempo.

Ainda que Paris fosse, naquele ano, novamente a capital do mundo, as razões do mal-estar eram mundiais. O mais sangrento episódio na repressão aos sonhos de 1968 ocorreu na Cidade do México no dia 2 de outubro.

Dominado pelas oligarquias desde o malogro da Revolução de 1910, mediante um partido único, o México só tivera um governo honrado depois de Carranza, o de Lázaro Cárdenas, entre 1934 e 1940, quando o jovem presidente (ele tinha 41 anos) nacionalizou a exploração do petróleo, realizou corajosa reforma agrária e estimulou o sindicalismo dos trabalhadores.

O presidente de turno, em 1968, era Gustavo Diaz Ordaz, aliado incondicional dos norte-americanos e líder da ala direita de seu partido. Os estudantes mexicanos, durante todo o ano e sob a influência direta do que ocorria ao norte, nos próprios Estados Unidos, realizavam manifestações contra o governo e reclamavam mais democracia nas universidades. O centro desses protestos era a Universidade Autônoma Nacional do México uma das mais antigas instituições universitárias da América, existente desde o fim do século 16, anterior, portanto, ao Colégio de Harvard, nos Estados Unidos.

Como as manifestações estavam crescendo no campo universitário, Diaz Ordaz determinou a sua ocupação, com violência, por tropas do Exército, em setembro.

Em protesto, o reitor se demitiu. Com a universidade ocupada, os estudantes foram para as ruas. O governo pediu e obteve a assessoria da CIA e armas próprias para o combate a insurreições urbanas, porque Ordaz estava certo de que o que houvera em Paris iria repetir-se, e de forma muito mais grave, na capital do México.

Os estudantes e trabalhadores convocaram manifestação contra a ocupação da Universidade para a tarde e a noite de 2 de outubro, na Praça das Três Culturas, no bairro de Tlatelolco. A escolha do lugar tinha sua razão simbólica, por representar as raízes indígenas e europeias do povo mexicano. Era terreno sagrado.

Outra razão era a da proximidade dos conjuntos habitacionais populares, bem próximos da praça. As forças militares cercaram a praça por todos os lados, cortaram a iluminação, e helicópteros lançaram as luzes de seus holofotes sobre os manifestantes.

Os militares atiraram de todos os lados, sobre a multidão desarmada, durante 45 minutos.

Ninguém sabe exatamente o número de mortos, mas é quase certo que tenham passado de mil, fora os feridos.

Os corpos foram jogados sobre caminhões de lixo e levados para lugar desconhecido. O governo afirmou que apenas 4 pessoas haviam morrido, e vinte ficado feridas.

Em 1993, 25 anos depois, uma sobrevivente daquele dia, Rosário Castellanos, redigiu o texto da pedra comemorativa colocada na Praça:

Quién? Quiénes? Nadie. Al dia siguiente, nadie. La plaza amaneció barrida. Los periódicos dieron como noticia principal el estado del tiempo. En el cine no hubo ningún cambio. En el programa, ningún anuncio intercalado. Ni un minuto de silencio en el banquete. (Pues prosiguió el banquete).

Rosario Castellanos

2 de octubre de 1993.

Na noite de 13 de Dezembro de 1968 eu me encontrava no restaurante do Hotel Carlton, em Praga. Apesar da presença dos soldados do Pacto de Varsóvia no país, a vida prosseguia. A astúcia dos tchecos possibilitava a continuidade, de forma mais dissimulada, da luta contra a intervenção estrangeira. Isso era mais claro no campo da cultura. Assim, decidiram encenar a peça famosa de Sartre, Les Mouches, que é uma versão atualizada da tragédia de Orestes.

Sartre e Simone se encontravam hospedados no hotel e passaram rapidamente pela mesa em que nos encontrávamos. Éramos três jornalistas estrangeiros. Tad Szulc, do New York Times que, tendo vivido no Rio de Janeiro e em Buenos Aires, falava fluentemente o português e .bem o espanhol. O correspondente de Le Monde na Europa Central, Michel Tatu, e

Mas também ali se encontravam os escritores Carlos Fuentes, do México, e o argentino Julio Cortazar. Não me lembro dos nomes de todos os tchecos presentes, mas um deles era Miroslav Strafelda, que havia vivido no Brasil, como correspondente da CTK, a agência tcheca de notícias, e fora expulso do país pelo governo militar. E também conosco estava a talentosíssima atriz francesa Jeanne Moureau, musa de nossa geração.

Tad e eu comentamos os fatos do dia, no Brasil. O governo editara O AI-5, sob o pretexto de que as Forças Armadas haviam sido ofendidas por um discurso do deputado Márcio Moreira Alves, fechava-se o Congresso que só se abriria, acuado, quase um ano depois.

O Poder Judiciário, com o fim do habeas-corpus e a proibição de examinar os atos soberanos do governo ditatorial, era relegado a um canto do que antes fora uma república.

Ministros do STF eram aposentados compulsoriamente. A censura passava a ser mais severa. O ano de 1968 chegava a seu fim em nosso país. Não havia

mais tempo para novos fatos. "Agora vem o Natal", comentei, e Tad acrescentou: "e, depois, o carnaval".

O ano se iniciara, politicamente, no Brasil, no dia 28 de março, quando a polícia militar invadiu o Restaurante Estudantil do Calabouço e um tenente atirou à queima roupa contra o peito do estudante Edson Luis de Lima Souto, um rapaz do Pará, de 18 anos, que morreu logo depois.

O episódio comoveu os jovens e também o povo do Rio. Como o governador era homem prudente, o mineiro Francisco Negrão de Lima não houve desdobramentos mais graves.

Os estudantes, no entanto, passaram a organizar-se melhor e a planejar o que deveria ser feito. No dia 26 de junho, sob o comando de Vladmir Palmeira, e a adesão de representantes da Igreja, dos intelectuais, dos artistas e dos trabalhadores, cem mil pessoas marcharam contra a Ditadura no centro do Rio.

Negrão, apesar das resistências, obteve do governo Costa e Silva a aquiescência para que a passeata fosse autorizada. Mandou retirar a polícia das ruas e deixou aos próprios manifestantes a responsabilidade pela manutenção da ordem que foi rigorosamente mantida. Salvo a pichação de uma ou outra parede, não houve qualquer ato de hostilidade dos manifestantes, saudados, do alto dos prédios, com chuva de papel picado.

Os que nos encontrávamos ocasionalmente reunidos naquela noite, no Hotel Carlton, em Praga, não sabíamos o que viria em seguida, mas as perspectivas não eram animadoras.

Não podíamos imaginar que, em nosso país, o terror da Ditadura criasse os centros de tortura do Doi-Codi, que os empresários de São Paulo se desonrassem ao ponto de financiar a chamada Operação Bandeirantes, criada com o objetivo de eliminar jovens que como em Paris, Praga, na Cidade do México, tentavam resistot ap qie estava acontecendo. Embora a repressão ocorresse no Leste e no Oeste, a América Latina seria o continente dos grandes martírios.

Naqueles anos 70 e 80, teríamos o bispo Dom Romero, de El Salvador abatido junto ao altar, Allende resistindo até a morte em Santiago, os milhares de mortos na Argentina e também muita gente morta no Brasil.

Ao longo desta já cansativa exposição, pretendi demonstrar-lhes que, até os nossos tempos, as primaveras têm sido prematuras.

No embate entre a solidariedade e o egoísmo, o egoísmo tem levado a melhor. Mas se não houvesse os sonhadores, os que insistem nas ideias da igualdade, da liberdade e da fraternidade, o lema revolucionário que os neoliberais tentam sufocar, o homem não teria sobrevivido.

Fui um observador engajado de 1968, que passei em Praga. Só deixaria a então Tchecoslováquia para uma viagem em janeiro de 1969, aos países socialistas vizinhos.

Em 1970 fui transferido pelo Jornal do Brasil, de quem era correspondente em Praga, para Bonn, na então Alemanha Ocidental.

Confesso que não tínhamos, os que vivemos aquele tempo, como prever a influência dos fatos sobre as quatro décadas seguintes, embora soubéssemos que a reação saberia articular-se, como se articulou. Mas ainda assim, tive a nítida consciência de que estávamos vivendo um tempo histórico. Hoje, podemos fazer o inventário inicial do que obtivemos em 68. O capitalismo não foi vencido e a experiência socialista foi interrompida.

Cinquenta anos depois de 1968, o capitalismo se tornou ainda mais sólido, com a queda do muro de Berlim e a chamada globalização da economia.

Os ícones daquele tempo que não morreram caminham hoje quase anônimos nas ruas que dominaram no passado.

Os que morreram em pleno voo ainda são vistos com admiração por alguns s jovens, mas não por todos eles.

Os hippies daquele tempo, na geração seguinte, se tornaram yuppies.

Vejo que, com todas as derrotas, alguns voltam a mover-se em busca de um sentido para a vida. Houve alguns ganhadores, como os negros e as mulheres. Se não fosse o sacrifício de Luther King, naquele abril de 68, dificilmente um homem como Barack Obama, mulato e filho de mãe solteira, chegaria ao Senado dos Estados Unidos e se tornaria Presidente dos EUA.

Mas houve também perdedores. A ordem de domínio, reanimada pela destruição do sistema socialista, ressuscitou o liberalismo do século 19, e não há sinais de que essa experiência esteja próxima do fim, muito pelo contrário.

A História, embora repita quase sempre os mesmos movimentos, caminha com dificuldade, retida por aqueles que tentam proclamar seu fim e buscam impedir o seu avanço.

A Igreja Católica passa por sua crise maior, desde os três papas que a perverteram na passagem do século 15 para o 16, e que provocaram, com sua corrupção, a Reforma de Lutero: Rodrigo Borja (Alexandre VI, Giuliano della Rovere (Júlio IL, e Giacomo Médici (Leão X).

Também aqui tivemos dois papas empenhados em desviar a Igreja de seus compromissos com o velho cristianismo: o polonês Karol Wojtila (João Paulo II) e o alemão Joseph Ratzinger (Bento 16). O primeiro deles se aliou ao protestante Reagan, e o segundo ao protestante Bush.

Seguidos do papa Francisco, um mestre do pluralismo, do humanismo e da conciliação.

Alguns ainda resistem ao hedonismo e a brutal ideologia do êxito a qualquer custo que domina a sociedade egoísta de nossos dias.

E redescobrem, a cada geração, a solidariedade, que é a única forma de se preservar a espécie humana.

Lembrei, para explicar a rebelião juvenil de 1968, Herbert Marcuse.

Ele foi contemporâneo de um grande mártir da inteligência engajada do século passado, Walter Benjamin.

O excepcional ensaísta, que se matou aos 48 anos, a fim de não cair nas mãos dos nazistas, escreveu uma frase forte quando os Hitler e seus sequazes tomaram o poder em Berlim.

Ela é citada por Marcuse, na última linha de seu One Dimensional Man:

Nur um der Hoffnungslosen willen ist uns die Hoffnung gegeben.

"Somente na causa daqueles que perderam toda a esperança é que à esperança nos é dada".

7. NA ÁFRICA, O BRASIL JÁ ERA.

Mathias Alencastro FSPSet 30

Momentos antes de encerrar o seu discurso atormentado na ONU, Bolsonaro se disse ansioso para visitar "os amigos africanos".

Não se sabe se os chefes de Estado de 54 países radicalmente distintos apreciaram o amálgama, mas uma coisa é certa: eles não estão morrendo de saudade.

Quando o ciclo de alta dos recursos naturais se esgotou e o Brasil começou a se retirar do continente, até desaparecer completamente depois de 2017, os principais países da região engataram uma nova fase de crescimento.

A habitual narrativa megalomaníaca de tiranos decadentes deu lugar a procedimentos mais sóbrios e realistas promovidos, em alguns casos, por uma nova geração de líderes.

A joia da coroa, a Etiópia, atravessa uma transformação sem precedentes.

A política de industrialização encetada por um governo reformista e teleguiada por investidores asiáticos levou à decolagem de todos os indicadores do país.

Moçambique, onde o Brasil era um dos principais investidores externos por meio da Vale, acabou de anunciar a entrada da francesa Total no seu megaprojeto de gás natural, uma transação de mais de US\$ 8 bilhões (R\$ 33,2 bilhões). As duas nações almejam crescer mais de 5% anualmente na próxima década.

Os sinais positivos vão além da economia. A Nigéria assegurou a sua transição democrática, enquanto as instituições da África do Sul dobraram, mas não quebraram, face ao ataque populista do ex-presidente Jacob Zuma.

Em Angola, ativistas outrora perseguidos pelo longevo ditador e membro de honra da família Odebrecht José Eduardo dos Santos são agora recebidos pessoalmente pelo novo presidente, João Lourenço. Na contramão do resto do mundo, a democracia na África resiste e, ainda que prudentemente, progride.

Desconhecemos os planos do governo Bolsonaro para a África. Quando deixa de lado os debates sobre os sentidos do terraplanismo, o chanceler Ernesto Araújo balbucia algo sobre fechamento das embaixadas —fantasia nunca realizada— e a necessidade de proteger comunidades católicas, numa provável referência ao conflito em curso na região norte de Moçambique.

Nenhum resquício de estratégia para as pequenas e médias empresas que conseguem prosperar sem a ajuda do Estado, mas ainda requerem um mínimo de coordenação com o Itamaraty para tocar os seus negócios.

O vazio deixado pelo Brasil já foi ocupado. Israel e Japão, citados como exemplo por Bolsonaro, anunciaram recentemente programas de investimento bilionários. Há muito tempo que chineses deixaram de ser vendedores de videocassete paraguaio. Agora realizam obras de engenharia premiadas com materiais e empregados locais.

Só os mais distraídos continuam vendo a África como um eldorado ou um coração das trevas. Para os donos do dinheiro, o continente é um mercado cada vez mais competitivo onde a chave do sucesso está no engajamento a longo prazo.

Menos de dez anos atrás, o Brasil era conhecido como um ator promissor no continente, proporcionando uma alternativa aos governos africanos interessados em diversificar o seu leque de aliados. Atualmente, para a África, o Brasil é passado.

Mathias Alencastro Pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento e doutor em ciência política pela Universidade de Oxford (Inglaterra)

44

8. Por que o Financial Times, mais importante jornal econômico do mundo, pede um 'recomeço' para o capitalismo

18 setembro 2019 - https://www.bbc.com/portuguese/internacional-49747790?fbclid=lwAR3xVlRn8UaGjevgetwb3KFd-igZ7aOwrLEWJZyoW7tpQwMAIE9U-xwvn5g

O jornal britânico Financial Times, considerado a "bíblia" do jornalismo econômico, lançou, em sua edição impressa desta quarta-feira (18/09), uma campanha reivindicando "um recomeço" para o capitalismo, proposta já defendida por alguns dos mais notáveis economistas do mundo.

Mas por quê?

Em carta aos leitores, o diretor de redação do diário, Lionel Barber, diz que o modelo capitalista que conhecemos está "sob pressão".

"O Financial Times acredita no capitalismo de livre iniciativa. É a base para a criação de riqueza que gera empregos, mais dinheiro e mais impostos", escreve Barber.

"O modelo capitalista liberal proporcionou paz, prosperidade e progresso tecnológico nos últimos 50 anos, reduzindo dramaticamente a pobreza e elevando os padrões de vida ao redor do mundo", acrescenta.

"Mas na década seguinte à crise financeira global (2008), esse modelo ficou sob pressão, especialmente em relação à maximização dos lucros e do valor para o acionista. Esses princípios do bom negócio são necessários, mas não suficientes", acrescenta.

Para Barber, a sustentabilidade do capitalismo de livre iniciativa vai depender "de entregar lucro com um propósito. As empresas vão entender que essa combinação serve tanto a seu interesse próprio quanto a seus clientes e funcionários. Sem essa mudança, o remédio tende a ser bem mais amargo".

"O capitalismo de livre iniciativa mostrou uma capacidade notável para se reinventar. Às vezes, como o historiador e político Thomas Babington Macaulay assinalou sabiamente, é necessário reformar para preservar. Hoje, o mundo chegou a esse momento. É tempo para um reinício".

Cenário pós-colapso

A campanha do Financial Times segue na linha de uma proposta já defendida por alguns dos mais notáveis economistas do mundo.

Em livros publicados recentemente, o indiano Raghuram Rajan e o britânico Paul Collier argumentam que o capitalismo deixou de atender às necessidades mais urgentes da população.

Em The Third Pillar: How Markets and the State Leave Community Behind (O Terceiro Pilar: Como Mercados e o Estado deixam a comunidade para trás, em tradução livre), Rajan, que foi presidente do Banco Central da Índia e economista-chefe do FMI (Fundo Monetário Internacional), lamenta o desaparecimento das comunidades locais diante dos grandes mercados governamentais e de massa.

Image captionPonto de virada veio após a crise financeira global de 2008 e a austeridade que se seguiu

Já Collier, autor de *O futuro do capitalismo: Enfrentando as novas inquietações* e professor de economia e políticas públicas na Escola de Governo Blavatnik da Universidade Oxford, no Reino Unido, discorre sobre a tendência da meritocracia de concentrar talento e dinheiro.

Enquanto isso, os efeitos do capitalismo no aumento da desigualdade de renda estão no centro da crítica do economista francês Thomas Piketty.

Em entrevista recente à BBC, Rajan disse que o capitalismo está "sob séria ameaça".

"Acho que o capitalismo está sob séria ameaça porque parou de atender às necessidades das pessoas, e quando isso acontece, muitos se revoltam contra o sistema", afirmou.

Rajan disse que no passado era possível obter um emprego de classe média com "educação modesta".

Mas o cenário mudou após a crise financeira global de 2008 e a austeridade que se seguiu ao colapso dos mercados.

"Agora, se você realmente quer ter uma carreira bem-sucedida, precisa de uma educação realmente boa", disse ele à BBC Radio 4.

"Infelizmente, as próprias comunidades atingidas pelas forças do comércio global e da informação global tendem a ser comunidades com escolas em deterioração, crime em ascensão, doenças, e incapazes de preparar seus integrantes para a economia global", acrescentou.

Para Rajan, o capitalismo está sendo questionado porque não vem oferecendo oportunidades iguais.

Segundo o economista, regimes autoritários surgem "quando se socializam todos os meios de produção".

Já Collier sugeriu, em entrevista à revista semanal britânica New Statesman: "Mova-se para a esquerda na economia e fale a língua do pertencimento".

Segundo ele, o capitalismo não vem atendendo "às nossas gritantes disparidades sociais". Além disso, as elites vivem completamente isoladas do restante da população.

"Perdi a conta das vezes em que me disseram: 'Não só não conheço alguém que votou pelo Brexit, como também não conheço ninguém que conheça alguém que votou pelo Brexit.' Nos Estados Unidos, ouço exatamente o mesmo sobre Trump."

"A elite se afastou do restante da população. A elite vive nessa bolha social e intelectual e não percebeu ou se preocupou com a cisão — e foi presunçosa".

Polêmica

Mas, em um artigo de opinião recente no site da Bloomberg, Noah Smith, professor-assistente da Universidade Stony Brook, nos Estados Unidos,

afirmou que "a questão realmente importante não é se o capitalismo está quebrado, mas o que deve ser feito para consertar o sistema econômico".

"Os sistemas econômicos são construções complexas que evoluem com o tempo — até mesmo um grupo muito inteligente de pessoas cometerá erros enormes se tentarem criar algo totalmente diferente. E a implementação de mudanças sociais radicais nunca é fácil — as revoluções tendem a ser violentas e caóticas, e as pessoas que acabam no poder geralmente são as que mais se preocupam em preservar sua dominação, em vez de garantir o bem-estar material das pessoas que elas governam", escreveu ele.

Na opinião de Smith, "em vez disso, parece extremamente provável que a abordagem mais bem-sucedida seja modificar o sistema atual — reformar e não revoltar-se contra ele. Qualquer que seja o resultado, será uma economia mista, onde os papéis do governo e do setor privado são alterados para abordar as questões mais prementes", concluiu.

9. Alemanha promove transição ambiciosa para a economia verde

 $\frac{\text{https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/19/internacional/1568904181_998169.html?fbclid=lwAR08n5dp8ihCLFf3suJXIH_U_0enzvDkuX17Xha3gznNBiHpgmyTvaTbV2Z4}$

Governo finaliza plano que movimentará ao menos 40 bilhões de euros e é a grande aposta da coalizão no poder para atender ao anseio dos alemães. Crise climática é tida como a maior preocupação nacional

A chanceler Angela Merkel nesta quinta-feira. FABRIZIO BENSCH (REUTERS)

ANA CARBAJOSA VICENTE =BERLIM - 20 SEP 2019 - 08:56 BRT

Angela Merkel joga seu legado como chanceler do clima nesta semana. O Governo alemão apresenta nesta sexta-feira um ambicioso e multimilionário pacote de medidas ambientais, com o qual Berlim pretende assinalar um marco global na luta contra a crise ambiental. Trata-se, além disso, de que a Alemanha, país que como poucos levantou a bandeira do ambientalismo e da luta multilateral contra a mudança climática, mude o rumo e possa cumprir os compromissos internacionais de redução dos gases de efeito estufa. Transporte, agricultura e habitação são apenas alguns dos setores que serão afetados na primeira economia europeia por uma série de medidas que deverão somar ao menos 40 bilhões de euros, segundo vários meios de comunicação.

Esta é provavelmente a grande iniciativa política da atual legislatura, a última da chanceler Merkel. Os planos de refundar a Europa e o resto dos desafios globais são pouco menos do que letra morta, em uma Alemanha à beira da

recessão e da falta de tração política. Isso, da porta para fora. Em casa, a grande coalizão que os conservadores do bloco de Merkel (CDU/CSU) compartilham com os socialdemocratas (SPD) balança e ameaça se romper, devido em parte à profunda crise pela qual o parceiro minoritário está passando. Além disso, no final do ano, os parceiros da grande coalizão devem fazer um balanço e decidir se vale a pena continuar juntos. Portanto, esse pacote climático é decisivo. "Hoje é o dia do ano para a política alemã", diz a edição digital da *Der Spiegel* desta quinta-feira. "A coalizão luta esta semana não apenas pelo clima, mas principalmente por sua própria sobrevivência", acrescenta a publicação.

O documento, que começou a ser negociado nesta quinta-feira até o último minuto, e se estendeu até esta sexta é vital para um Governo que precisa demonstrar que funciona e que é capaz de produzir resultados tangíveis em um país em que a crise climática se tornou a primeira preocupação dos cidadãos, segundo as pesquisas. Nasce em boa parte como resposta à vertiginosa ascensão do Partido Verde alemão e coincidindo com a megamobilização ecologista que deve levar centenas de milhares de pessoas às ruas nesta sexta-feira em todo o país, com atos em centenas de países. E também acontece três dias antes da realização da cúpula do clima pelas Nações Unidas, em Nova York, onde, se o pacote for finalmente aprovado, Merkel poderia voltar a exercer uma liderança ambientalista, depois de ter feito a lição de casa, ou ao menos lançado as bases para fazê-la.

A verdade é que, por enquanto, a aura ambientalista daquela que foi batizada de "chanceler do clima" empalidece. Merkel decretou o fechamento das centrais nucleares, lançou uma mastodôntica transição de energia e enfrentou o negacionismo climático de Donald Trump. Mas a verdade é que a chanceler não esteve à altura de sua reputação e de suas palavras. Se Berlim não fizer nada para reverter a situação atual, a Alemanha, o sexto país do mundo que mais lança CO2 na atmosfera, reconhece que não cumprirá seus objetivos de reduzir 40% de seus gases de efeito estufa até 2020 em relação com os níveis de 1990 e que está a caminho de descumprir seu compromisso europeu de reduzir 55% até 2030.

Para evitar o descumprimento e ao mesmo tempo dar um impulso à indústria alemã, lançam agora essa grande iniciativa que faz parte do contrato que os partidos assinaram para forjar a coalizão de Governo e que são, há meses, objeto de intenso debate no seio do chamado Gabinete do clima. Dele participam os ministros com responsabilidades em setores-chave para a luta contra a mudança climática. A preocupação dos partidos é conseguir que as novas políticas não prejudiquem a indústria e que tampouco penalizem desproporcionalmente a classe trabalhadora.

Merkel disse há alguns dias que "proteger o clima é um desafio para a humanidade", enquanto o vice-chanceler, o socialdemocrata Olaf Scholz, disse que trabalham em "um pacote climático muito ambicioso". Conservadores

(CDU) e socialdemocratas (SPD) compartilham o objetivo, mas diferem em como alcançá-lo.

Colocar um preço nas emissões de CO2 nos setores do transporte e da construção e estabelecer um mecanismo de comércio das emissões é uma das principais medidas e também um ponto de desacordo entre os membros do Governo. O partido Socialdemocrata prefere estabelecer uma taxa para o dióxido de carbono, à qual os conservadores se opuseram: a CDU escolhe colocar preço e comercializar as emissões poluentes.

<u>Encarecer os voos domésticos e baratear as passagens de trem</u> e de transporte público em geral é uma das medidas que devem estar no pacote. Os políticos alemães também estão considerando aumentar os pedágios para os carros mais poluentes, incentivar os elétricos, proibir a calefação a diesel a partir de 2030 e a adaptação da agricultura a práticas de baixas emissões são algumas das medidas colocadas na mesa de negociações.

Apesar de sua envergadura, os planos não impressionaram as organizações ecologistas. Tobias Austrup, especialista em energia do Greenpeace na Alemanha, acredita que o pacote "só tem pontos fracos. O Governo quer conseguir muito apenas com subvenções e não com medidas vinculantes. Esses planos atingirão apenas metade das reduções comprometidas até 2030", diz o especialista por telefone. Acelerar a eliminação do carvão —2030 em vez do 2038 previsto—, que dentro de seis anos todos os carros à venda sejam elétricos ou uma profunda revisão da política agrícola que passe pela redução da produção de carne são as prioridades do <u>Greenpeace</u>.

Benefícios colaterais

Além de atingir os objetivos ambientais, a ideia é que o pacote alemão produza benefícios colaterais, como a modernização das infraestruturas e do tecido industrial, além de proporcionar investimentos públicos em uma economia que precisa de incentivo e está à beira da recessão. Na segunda-feira, Scholz alertou que Berlim tem recursos suficientes para financiar o pacote climático sem romper o sacrossanto equilíbrio orçamentário. A resistência alemã ao endividamento, apesar da forte pressão externa para aplicar estímulos, ficou mais uma vez em evidência, principalmente quando se trata de uma questão, a ambiental, que conta com o apoio importantíssimo da população. Mas o temor é que, ao mesmo tempo as restrições ambientais imponham custos à indústria em um momento delicado para a economia. A principal preocupação do SPD é que a proteção ambiental não acabe penalizando os que têm menos.

"Por um lado, queremos que as medidas de proteção climática sejam efetivas para cumprir nossos compromissos, [...] mas, por outro, queremos ser economicamente sensatos e que as medidas sejam socialmente aceitáveis, para que todo mundo possa pagar pela proteção ambiental", explicou Merkel.

Mas, para além das evidências científicas e dos possíveis efeitos econômicos, a verdade é que o pacote é resultado da pressão política e cidadã, que empurra os partidos do Executivo alemão. Em primeiro lugar, os Verdes. A formação ecologista experimenta uma ascensão contínua há meses, que a colocou em segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto, muito à frente dos socialdemocratas e não muito longe do bloco conservador de Merkel. À contenda partidária se acrescenta a efervescência ecologista de uma cidadania para a qual o meio ambiente se tornou uma de suas principais preocupações e que nesta sexta-feira deve sair em massa às ruas para apoiar uma convocação do Fridays for Future, o movimento estudantil iniciado por Greta Thunberg.

10. China suscita a emergência de uma nova experiência econômico-social

https://www.cartacapital.com.br/economia/china-suscita-a-emergencia-de-uma-nova-experiencia-economico-social/?fbclid=lwAR1SwIGwmTJg5kfqGOG0Bn6sKMYIy4BXWQ0MhpxR5MTNiJvaB9fOdPBeAQ8

LUIZ GONZAGA BELLUZZO ELIAS JABBOUR

29 DE SETEMBRO DE 2019

O DESENVOLVIMENTO CHINÊS DESAFIA AS TEORIAS CLÁSSICAS. FOTO: XIANSHENG DAI/ISTOCKPHOTO

A trajetória chinesa demonstra a importância da construção institucional para o avanço econômico

O processo de desenvolvimento da China e da Ásia-Pacífico é um desafio para os cientistas sociais contemporâneos. Essas experiências constituem um novo paradigma, variantes de capitalismo e socialismo que surgiram naquela região com excelente desempenho. A mudança do centro de gravidade da economia internacional para a região sugere que tais experiências não devem ser objeto somente de observação e análise. São experiências que desafiam escancaradamente as teorias que se debruçam sobre o processo de desenvolvimento econômico.

PUBLICIDADE

De Adam Smith, passando por Akira Hayami, Giovanni Arrighi, Kaoru Sugi-hara e Peter Nolan, não são poucos os autores de alto calibre a sublinhar as diferenças entre as trajetórias de desenvolvimento mercantil.

Peter Nolan trata das convergências e divergências entre as trajetórias milenares do Ocidente e da China. A unificação do sistema imperial inaugurado por Qin Shi Huang Di provou ser "o mais duradouro de todas as instituições humanas". Durante a dinastia Qin (221-207 a.C.), o sistema de pesos e medidas, a cunhagem de moedas, o método de escrever caracteres chineses foram padronizados em todo o país. Foi construída a grande muralha no Norte e Noroeste da China, bem como um sistema de estradas que se irradiava pelo Império.

► Leia também:

- Na China, 'Nova Economia do Projetamento' surge em meio ao socialismo
- Disparates em letras garrafais: o pensamento ortodoxo só dá vexame
- Nordeste beneficia-se da guerra comercial entre EUA e China

A dinastia sucessora, a Han durou de 206 a.C. a 220 d.C. Durante a dinastia Han, a China desenvolveu uma forma precoce de estrutura política que permaneceu intacta até os dias atuais. O Estado chinês era uma combinação de um imperador hereditário com uma burocracia profissional grande, selecionada por exames meritocráticos, com os exames baseados nos filósofos Confúcio e Mêncio.

Em um ambiente de paz e estabilidade política, a integração econômica da dinastia Han permitiu uma era de progresso econômico e técnico. As instalações para a gestão de água aumentaram a produtividade agrícola e reduziram os custos de transporte. A China desenvolveu o cultivo do bicho-daseda para a produção de têxteis. O moinho movido a água foi inventado. A invenção do papel demorou mais de mil anos para chegar à Europa.

A trajetória chinesa demonstra a importância da construção institucional para o avanço econômico. O desenvolvimento das formas mercantis na Ásia não produziu uma Revolução Industrial, como na Inglaterra, mas permitiu a convergência para a "modernidade", ao revigorar as caratecterísticas institucionais milenares na criação de poderosas estruturas industriais e financeiras.

A trajetória chinesa demonstra a importância da construção institucional para o avanço econômico

O caso chinês é mais enigmático, e rico, pois as reformas de 1978 marcam o início de um processo em que o desenvolvimento de um modo de produção distinto (socialismo) demandou que um novo tipo de superestrutura literalmente "fabricasse" um mercado como forma de sua sociedade se revigorar. O reencontro da China com a sua milenar história mercantil é um marco fundamental aos estudiosos do tema. Demanda grande flexibilidade intelectual e conceitual. Vai ficando evidente ao trabalhar com essa agenda de pesquisa que não se explica o desenvolvimento de complexas formações econômicosociais com as caixinhas de teorias prontas e acabadas.

A construção do mercado levou o país a uma completa reorganização de sua estrutura social. O mercado passou a ser instrumento de governo para revigorar sua base material. A reinauguração do mercado na China inicia-se com a permissão aos camponeses ao comércio de seus excedentes de produção, fato que pode ser comparado com o destampamento de uma panela de pressão que foi a base do desenvolvimento da sociedade chinesa por cerca de 3 mil anos e que fora temporariamento proibido. O resultado foi o aumento da produtividade agrícola e a "fabricação de fabricantes" em massa. Atualmente, 80% dos empresários de Shenzhen eram camponeses médios em 1978.

Por meio do "mercado fabricado", o governo encaminhou uma dura reforma de suas empresas estatais nos últimos anos da década de 1990. Preparar sua economia ao cumprimento das normas de admissão à Organização Mundial do Comércio (ocorrida em 2001) demandou conceber um tipo de empresa com forte tendência à conglomeração, métodos de administração ultramodernos, comercialmente agressivas e com função de núcleo duro do desenvolvimento

de um Sistema Nacional de Inovação. No fim da década de 1990, um intenso processo de fusões e aquisições levou à formação de 149 conglomerados estatais localizados nos pontos-chave da economia nacional. Hoje estão reduzidas a 97 conglomerados, com 25 deles presentes na lista do Fortune Global 500 do ano de 2018. Eram apenas seis na lista de 2003.

A utilização de instituições públicas com fins de empoderamento nacional, e elo entre o Estado e as grandes corporações empresariais, foi outra reinvenção dos Estados Desenvolvimentistas asiáticos em geral e o chinês em particular. Chalmers Johnson foi o primeiro a identificar no Ministério da Indústria e Comércio Exterior japonês o exemplo de um corpo burocrático, selecionado em universidades de elite, completamente comprometido com os objetivos de Estado Nacional. Papel semelhante foi percebido por Alice Amsden e Choi Byung-Sun, para o caso coreano, ao Departamento de Planejamento Econômico. Taiwan criou sua similar sob o rótulo de Conselho de Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

Na China, a Comissão de Supervisão e Administração de Ativos do Conselho de Estado (Sasac, no sigla em inglês) é a grande operadora do "socialismo de mercado". Criada em 2003 para substituir um emaranhado burocrático ineficiente, a Sasac passou a ser gestora dos ativos públicos e garantidora, ao lado dos grandes bancos estatais, do desempenho do setor público no organismo econômico chinês.

A "fabricação do mercado" levou o país a uma completa reorganização de sua estrutura social

É esta instituição que implementa a adoção de métodos modernos de gestão empresarial às gigantes chinesas e assegura o papel político das empresas nas estratégias de Estado, dentro e fora da China. Uma interessante tese de doutorado de Zhiting Chen da Universidade de Birminghan ("Governing Through the Market: Sasac and the Resurgence of Central State-owned Enterprises in China"), ao analisar os balanços dos conglomerados empresariais chineses tutelados pela Sasac, revela, que o total de receitas destas empresas em 2006 foi de 1 bilhão de dólares, alcançando cerca de 30 bilhões em 2016. Esse arcabouço industrial-financeiro-institucional está ancorado na finança comandada por bancos de desenvolvimento de âmbito nacional, provincial e municipal. Enquanto o Brasil liquida o seu sistema de financiamento de longo prazo, um banco de desenvolvimento municipal (de Xangai) foi responsável por cerca de 50% do funding que permitiu a construção de cerca de 300 quilometros de novas linhas de metrô na cidade entre os anos 2000 e 2018.

Não há harmonia nesse processo. A China está repleta de desequilíbrios e desafios, desde a preocupante desigualdade social até a pressão americana sobre seu desenvolvimento — algo que tardou e que poderá falhar. Resta avançar na exploração científica a partir da milenar história mercantil e institucional da Ásia. A verdade é que esta região do mundo, com suas características peculiares, produziu distintas formações econômico-sociais e, consequentemente, Estados Desenvolvimentistas de diferentes modelos, capitalistas e socialistas. A "fabricação do mercado" na China suscitou a emergência de uma nova, complexa e inovadora experiência econômico-social, o "socialismo de mercado". A China é o exemplo de uma nova formação econômico-social.

Muito obrigado por ter chegado até aqui...

... Mas não se vá ainda. Ajude-nos a manter de pé o trabalho de CartaCapital.

O jornalismo vigia a fronteira entre a civilização e a barbárie. Fiscaliza o poder em todas as suas dimensões. Está a serviço da democracia e da diversidade de opinião, contra a escuridão do autoritarismo do pensamento único, da ignorância e da brutalidade. Há 24 anos **CartaCapital** exercita o espírito crítico, fiel à verdade factual, atenta ao compromisso de fiscalizar o poder onde quer que ele se manifeste.

Nunca antes o jornalismo se fez tão necessário e nunca dependeu tanto da contribuição de cada um dos leitores. Seja **Sócio CartaCapital**, assine, contribua com um veículo dedicado a produzir diariamente uma informação de qualidade, profunda e analítica. A democracia agradece.

CHINAECONOMIASOCIALISMO DE MERCADO

COMPARTILHAR POSTAGEM



<u>LUIZ GONZAGA BELLUZZO</u> Economista e professor, consultor editorial de CartaCapital.

11. A garota, o fascista e a luta pelo futuro.

REVISTA IHU ON-LINE Setembro 2019 - http://www.ihu.unisinos.br/78-

noticias/592949-a-garota-o-fascista-e-a-luta-pelo-futuro?fbclid=IwAR3cZwPaQ7W0ritzKkuFu2f8H6TC4LB9F7oSmY3_7u8NgPVN0i8S993siDg

Na sociedade dele, fraqueza é morte. Virtude é ganância, frieza e vaidade. Ninguém sente nada. Afastam com medicação a dor de viver sem dinheiro, dignidade, tempo ou sentido. Temem a menina que se tornou adulta antes do tempo, escreve Umair Haque, diretor do Havas Media Labs, considerado um dos mais influentes pensadores sobre gestão, pela Thinkers50, em artigo

Tradução: Inês Castilho.

Eis o artigo.

Houve ontem um momento histórico, capturado por fotografias, que me tocou e provavelmente tocou você, por ser memorável e especial.

O fascista pavão que encabeça o império capitalista mundial em desagregação – arrogante no brilho das câmeras. E atrás dele a colegial humilde e desafiadora, tentando salvar o mundo. Que momento! Mas o que há de tão impressionante nisso? Por que toca tanto as pessoas sensatas e conscientes?

Como todos os momentos históricos, um paradoxo — ou vários deles — revelouse claramente. Um conflito épico entre o passado e o futuro. O presente e a possibilidade. Entre o velho mundo, que morre — e o novo lutando para nascer. O **primeiro paradoxo** é entre poder e falta de poder — mas não de modo simplista. De um lado, a estudante mais adulta que o normal. Repreendendo os governantes do mundo reunidos. Sem se deter em nenhum momento. Vocês fracassaram conosco, diz ela. Vocês roubaram minha infância e agora estão roubando meu futuro. Por dinheiro. Vocês não ligam? Para nós? Para o planeta? Os governantes aplaudem, desconfortáveis. Foram pegos, chamados, flagrados, questionados, desafiados — por uma garota. Como chegaram aqui os sem-poder, por um momento que seja? Como uma estudantezinha ... está desafiando a força congregada dos poderosos do planeta Terra?

O mundo parece estar virando de cabeça pra baixo diante de nossos olhos. A criança que se tornou adulta antes do tempo está repreendendo os adultos mais poderosos do mundo por estar agindo... como crianças mimadas! È algo bizarro, surreal, inebriante. Vemos revelado, em termos absolutos, o quão terrivelmente os governantes falharam. Uma estudantezinha está chamandoos ao dever – literalmente. Pode haver acusação maior do que essa? Quando uma menina expõe quão viciadas são suas prioridades, moralidade, ética, atitudes ... quem é a criança de fato ? A pequena estudante está desafiando o poder formal, institucional com o poder moral, o social e cultural. Ela vencerá? Isso me traz ao **segundo paradoxo** – entre o que você pode denominar ego e alma. Greta, como todas as grandes figuras da história, maneja a vergonha. Pense em Martin Luther King, Gandhi, Mandela, Malala. Todas elas são titãs do poder moral. O que dá a este sua força demolidora? Ao nos converter em testemunhas, apela para o que há de melhor em nós. Nossa alma moral, nossa consciência. Isso nos envergonha, provoca em nós a culpa por pequenas cumplicidades e cequeiras voluntárias. Fustiga com um chicote de tristeza e arrependimento. Devemos ser melhores que isso, ela nos lembra. Então talvez desafiemos as ordens dos homens insensatos e violentos que transformaram a humanidade em servos e escravos por milênios. Talvez então haja revolução. Há um homem impermeável à mensagem de Greta. O líder – não ria – do "mundo livre". Ele atravessa o palco, presunçoso como uma ... criança mimada. Só dá ele, você vê. Ora, é ele quem merece o Prêmio Nobel da Paz. Por construir campos de concentração, prender crianças em gaiolas, separar famílias e deixar crianças pequenas morrer de fome - aquilo que o último promotor vivo de **Nuremberg** chamou de crimes contra a humanidade.

A mensagem de **Greta** não o atinge – ou aos seus seguidores, que começaram a atacá-la por ser diferente, por ser jovem, por ser desafiadora, por não obedecer. Ele a xinga. O que isso nos diz? O poder moral da mensagem de **Greta** vem de uma terrível vergonha. Mas esse homem – o fascista que lidera o "mundo livre" – não tem vergonha. Muito naturalmente, tudo que ele sente é ódio e fúria. Por que?

Porque ele é um narcisista infantil. Ele literalmente vive no mundo emocional e das experiências de uma criança pequena. Está para sempre buscando poder total, onipotência, provar a si mesmo que tem valor, tendo sido desamado por pais distantes. Ele vai fracassar – porque nesta vida ninguém pode ter poder absoluto. Ele já é motivo de ridículo no mundo. Não importa – ele duplica a dose. Impõe mais violência, faz mais xingamentos. O mundo ri um pouco mais. O ciclo vicioso continua. O que mais um narcisista infantil pode fazer? Ele não tem vergonha – só o desejo desesperado de ser poderoso, mesmo que isso signifique ... transformar o mundo inteiro em cinzas, desde que ele possa ficar no topo disso.

É possível perceber como a pequena estudante representa um nível radicalmente mais alto de consciência do que a maioria dos governantes do mundo... mas especialmente do <u>líder fascista</u> do "mundo livre"?

Isso me leva ao **próximo paradoxo**. O líder do "mundo livre" é um fascista, com arsenais de máquinas que assassinam por controle remoto. Sua mentalidade atrofiada e reduzida – a razão de sua existência é conquistar mais poder e riqueza por meio da violência – está sendo desafiada por uma menininha de uma social-democracia suave, com vergonha, culpa e humanidade. Como?

Por que todos os que atacam **Greta**, ou ao menos a maioria deles, vêm do país deste homem — o **império capitalista** que implodiu em **fascismo**? Não é natural que aqueles que não têm vergonha venham do império capitalista da violência e da voracidade? Naquela sociedade, vulnerabilidade é fraqueza, e fraqueza é morte. Virtude é, portanto, ganância, desumanidade, crueldade, frieza, egoísmo, vaidade. O que é valorizado acima de tudo é a capacidade de impor violência — não apenas física mas social, emocional, cultural. Você pode destruir uma cidade sem sentir nada? Você pode vender a um país inteiro pílulas ou armas que matam? Impressionante! Aqui está um bilhão de dólares! A vergonha não é permitida no **império de violência do capitalismo**. Como poderia?

Os sentimentos simplesmente não são permitidos. Ninguém mais sente nada. Eles aprenderam a expulsar com medicação a dor terrível de ser explorado sem piedade por seus senhores capitalistas, que os deixam sem dinheiro, dignidade, tempo, sentido. E os donos de escravos, por sua vez, estão muito ocupados transformando-os em commodities para vender e comprar, de modo que possam comprar coisas brilhantes para gabar-se e exibir-se. No império em ruínas do capitalismo, ninguém mais está autorizado a sentir, razão por que este império é conhecido mundialmente por sua frivolidade, superficialidade, falta de sentido. As pessoas foram desumanizadas — mas não sabem disso, porque ninguém vai lhes contar. O que pessoas desumanizadas podem fazer para salvar um planeta moribundo? Elas não conseguem sequer se salvar.

Mas o país de onde vem a estudante é o oposto. As pessoas não parecem presas numa disputa por uma fatia cada vez menor de poder, como no **Império** capitalista em colapso. Por que? As pessoas são cuidadas. Não perfeitamente – alguma sociedade será perfeita algum dia? Simplesmente de um modo mais

humano. Seguro-saúde, aposentadoria, renda, transporte, educação – essas coisas são direitos humanos básicos. As pessoas são portanto mais livres – porque, em vez de competir pelo poder, elas se fortalecem umas às outras. Para quê? Para viver mais plenamente. Para serem felizes, questionarem, conhecerem, entenderem, desafiarem, resistirem, pensarem, raciocinarem, serem humanes e decentes e saudáveis. E assim, finalmente – isso é crucial – sentirem. Isso é o que lhes foi ensinado.

Quando sua vida não é uma competição sem fim, desumanizadora, brutalizadora, pela sobrevivência – perdeu aquele **emprego**, lá se vai seu seguro saúde, bang, uma pequena emergência e todo mundo está à beira da ruína – então sua vida também não é um contínuo sentimento de pavor, ansiedade e desespero. Você não tem que medicar esses sentimentos para espantá-los – do modo como as pessoas fazem no império capitalista, seja com comprimidos, dinheiro ou posses. Você está livre para sentar-se e refletir, para sentir profundamente o pesar, a alegria, a dor e a beleza de simplesmente estar aqui. Existir por meio apenas alguns atos de respirar, neste oásis azul girando através da escuridão infinita.

Mas o capitalismo matou a habilidade de sentir. De conectar-se de verdade com a própria vida. A pequena estudante sente, e sente profundamente, a ponto de sofrer pela morte do planeta e da vida nele. Não é coincidência que ela venha de um tipo de sociedade diferente. Ela certamente não poderia ter vindo do império capitalista. Quem pode sofrer pelo fim do mundo na terra do sorriso de plástico? E esse sorriso de escárnio não é o que está estampado na cara do **fascista**?

Isso me leva ao **próximo paradoxo**. Uma pequena estudante – ensinando a todos nós como sofrer pelo fim do mundo. Enquanto o líder fascista do mundo livre apoia e aprende e nos ensina apenas o que é ser o tipo de tolo violento que acaba com os mundos.

Vamos colocar desta forma. O que a pequena estudante está de fato nos ensinando? O valor da raiva? Isso é o que pensam as pessoas – os bemintencionados – no império capitalista. Elas agora só podem ver violência, por isso pensam que a lição é a raiva. Mas não é. A lição é esta. Para enfrentar o fim do mundo, e lutar contra ele, precisamos sentir, realmente sentir, dentro dos nossos ossos. Se não podemos sentir – que razão haverá para agir?

Pense no fascista que atravessa o palco, que zomba da pequena estudante. Por que ele não liga para o fim do mundo? Por que seus seguidores não ligam? Bem, porque eles não podem sentir nada, de fato. É por isso que estão tentando vencer, por meio de todo tipo de abuso, toda a violência, todo o dinheiro e poder e sexo que exigem. Eles querem sentir algo, qualquer coisa, menos o vazio. Estão muito ocupados esperando tirar vantagem do fim do mundo, da vida que morre no planeta Terra. O que isso nos diz? Emocionalmente, eles estão numa disputa interminável pela sobrevivência. Qualquer coisa menos que onipotência, estar acima de todos os outros, dominá-los — carece de valor. Do que mais o líder fascista do mundo livre estaria atrás ... de ainda mais dinheiro e poder? Pelo que mais seus seguidores insultariam e zombariam da estudante?

Não sobraram sentimentos verdadeiros. Somente a sensação de raiva por ter direito, mas ter negados o poder e a fortuna merecidos. O velho sentimento de amargura – esses **escravos** me pertencem! Esses subumanos deveriam estar em campos de concentração! Não há sentimentos genuínos – apenas o desejo

ardente de provocar violência. Os sentimentos morrem todo dia um pouco no império em ruínas do capitalismo.

Mas aqueles que não podem sentir nada não podem também enfrentar o fim do mundo – muito menos lutar contra ele. Pense na pequena estudante. Ela é divergente. Ela não tem a cabeça normal. Dizem que pessoas como ela não deveriam ser capazes de sentir muita coisa - este é o mito. Mas é ela a incandescente. Aquela que repreende os governantes do mundo com uma espécie de fúria abrasadora. Ela é quem chora lágrimas. É dela que a tristeza explode como um inverno sem fim.

A pequena estudante está nos ensinando como chorar pelo fim do mundo. Dessa maneira, ela também nos ensina a lutar pelo futuro. Mas o fascista que lidera o "mundo livre" só está nos ensinando como zombar e desdenhar da morte. Da democracia, do planeta, da vida que há nele, da história, da decência.

A pequena estudante está nos ensinando que a capacidade de desafiar vem não apenas da irritação ou da fúria – ou mesmo da "esperança" e "otimismo" perfeitamente empacotados pelo império capitalista – mas de um sentimento de tristeza profundo e devastador, de um sentimento de desespero existencial de parar o coração. Da náusea de Sartre, do desespero de Camus, do terror de <u>Kierkegaard</u>. Sem essas emoções vivificantes irradiando de nossos centros morais como grandes ondas de transformação – não apenas a interminável fome de mais poder, mais dinheiro, mais posses – não há absolutamente razão para fazer outra coisa senão submeter-se aos homens violentos que sempre governaram o mundo. Mesmo que o mundo, desta vez, esteja acabando.

Leia mais

- "Não devia estar aqui, mas na escola", diz Greta Thunberg aos dirigentes mundiais na ONU
 - Os jovens ativistas frente à crise ecológica do século 21
 - 23 razões para participar da Greve Climática desta sexta-feira
- <u>23 razões para participar da Greve Climatica desta sexta-ieira</u>

 <u>Conectados globalmente, coletivos juvenis agem na realidade de seus territórios. Entrevista especial com Regina</u> Novaes
 - FridaysForFuture, tudo que você precisa saber sobre a greve mundial pelo clima
- A consciência de uma juventude que se vê como parte e solução dos problemas globais. Entrevista especial com Karina Penha
 - O mundo pertence a Greta e às suas irmãs
 - Destruam Greta Thunberg, em nome do capital
 - Teatro ou profecia? O fenômeno Greta Thunberg
 - <u>"Eu não vou mais voar": Greta faz prosélitos. Virada ecológica das linhas aéreas</u> <u>Greta. O desafio para o Parlamento francês: "Vocês me insultam? Sejam mais maduros"</u>
 - Greta Thunberg embarca para os Estados Unidos: "A travessia do Atlântico pelo clima"
- "Novos projetos de salvação da humanidade: a ideia ecológica pela jovem Greta Thunberg e o humanismo universal de Carola Rackete". Entrevista com Salvatore Natoli

 - O boletim de Greta Thunberg que põe fim às polêmicas "Vocês não agiram a tempo": o discurso de Greta Thunberg ao Parlamento britânico
 - Para salvar o clima, chame os "coletes jovens"
 - <u>Para salvar o clima, chame os "coletes jovens"</u> Greta Thunberg: "Não deveríamos ter de faltar à aula para lutar contra a mudanca climática"
 - Greta Thunberg: "Não peçam aos seus filhos respostas para a bagunça que vocês fizeram"
 - As tranças de Greta e a encíclica do Papa Francisco
 - Greve estudantil pelo clima. Adolescentes falam a verdade sobre a inação climática

 - O mundo pertence a Greta e às suas irmãs Greve pelo clima: "A Greta, o Nobel da Paz", ela: "Sinto-me honrada"
 - As crianças tomam conta do mundo
 - Com Greta Thunberg para o futuro do planeta
 - Crianças e jovens lideram greve global pelo clima

INTERNET APELO

Ao recebermos o nosso primeiro e-mail em 1995, meus pais comentaram entusiasmados sobre as novas possibilidades que surgiriam com a internet.

Teríamos acesso a jornais e revistas estrangeiras sem precisar de atravessar a cidade para visitar a livraria do aeroporto, muitas vezes correndo o risco de não encontrarmos as publicações que desejávamos. Aprenderíamos novos idiomas e, embora não tivéssemos como viajar, eu poderia corresponder-me em inglês com quem quer que fosse de Land's End a John O'Groats, o equivalente britânico da brasileiríssima expressão "do Oiapoque ao Chuí. "Estávamos otimistas de que o mundo deixaria de ser distante para finalmente tornar-se o quintal da nossa casa. Enquanto meu pai colecionava em disquetes alguns dos seus livros prediletos em formato HTML, eu me aventurava pelas páginas do Geocities em busca de quem conversar sobre filatelia, velhos seriados ingleses de espionagem e histórias de detetive.

Daquela época, guardo com carinho uma carta que recebi da extinta Agatha Christie Society, que me explicava o funcionamento da instituição que, descobri hoje, fora presidida pela filha da própria autora.

E, embora não fizesse sentido tornar-me sócia de uma comunidade de aficionados em outro continente quando sequer tinha permissão para andar sozinha pelo bairro, aquela correspondência incentivou-me na criação dos meus próprios grupos de leitura e sociedades secretas, para as quais eu sempre dava um jeito de recrutar os meus primos, em tentativas quase sempre malfadadas de compartilhar meus interesses.

Ao crescer neste ambiente esperançoso do progresso tecnológico, durante muito tempo tive a impressão de que nenhum mal poderia advir de uma ferramenta criada para democratizar a informação e permitir o compartilhamento de ideias. A internet resgatou-me de uma adolescência solitária, apresentando-me gente interessante, permitindo que o meu círculo social se expandisse para além dos muros da escola.

Em 2000, aos meus 16 anos, um monólogo que escrevi sobre a loucura foi publicado em um zine de estudantes da Universidade de Brasília. Em 2007, também graças a um anúncio na internet, publiquei meu primeiro artigo acadêmico em língua estrangeira, dando-me a oportunidade de estabelecer vínculos de pesquisa fora do Brasil.

Recentemente, no entanto, tenho motivos para acreditar que habitei uma realidade paralela, pois, em junho de 1995 —no mesmo ano em que a minha família comemorava o primeiro e-mail— o filósofo Umberto Eco escreveu para a New York Review of Books sobre as suas experiências de infância na Itália de Mussolini, do apelo universal da retórica fascista. De como os novos meios de comunicação alimentariam devaneios populistas e o violento retorno de um imaginário totalitário, há muito reprimido.

Para Eco, o futuro nos reservaria "um populismo da TV ou da internet, no qual a resposta emocional de um grupo específico de cidadãos pode ser apresentada e aceita como a Voz do Povo." Algo que se tornaria evidente a partir dos eventos políticos de 2016, tal o brexit e a chegada de Donald Trump à Casa Branca. Ou a partir dos resultados das eleições brasileiras de 2018,

que expressaram o descontentamento de grupos que se sentem privados de uma identidade social definida.

Estas e outras previsões fazem parte de uma lista formulada pelo autor, em seu texto, para ajudar a identificar as expressões difusas de um fascismo eterno ou primordial, caracterizado pelo culto a tradição, a rejeição da modernidade, o irracionalismo, a intolerância, o apelo à frustração individual ou coletiva, o nacionalismo, a necessidade de eleger-se um inimigo, o culto a violência, a indispensabilidade de um herói e o clima de aparente repressão sexual.

Ao propor essa lista, Eco frisa a importância de compreendermos o fascismo para além das suas tradicionais demarcações históricas. Ele sugere que tanto na Itália de Mussolini como hoje, ao invés de um movimento político com contornos filosóficos bem definidos, o fascismo seria a manifestação de uma imaginação totalitária desordenada em buscar uma espécie de sincretismo entre posicionamentos incompatíveis, a configurar-se como um viveiro de contradições.

"Como podemos conceber um movimento verdadeiramente totalitário capaz de combinar monarquia e revolução, o Exército Real com a milícia pessoal de Mussolini, a concessão de privilégios à Igreja com a educação estatal exaltando a violência, o controle absoluto do Estado com o livre-mercado?"

O filósofo argumenta que tal sincretismo serviria "para explicar por que a palavra fascismo se tornou uma sinédoque, isto é, uma locução que pode ser utilizada para descrever diferentes impulsos totalitários." No entanto, creio que este mesmo sincretismo também nos ofereça uma interpretação para o tipo de comunicação cada vez mais em voga na internet, quase sempre a utilizar-se de uma mixórdia de informações para se chegar a lugar algum.

Se Eco estiver certo ao escrever que "hábitos linguísticos são frequentemente importantes sintomas de sentimentos subjacentes," imagine o que ele não diria após um dia inteiro no Twitter, a testemunhar as trocas de agressões entre políticos, as reações igualmente violentas dos seus eleitores e a catarse de internautas diante de crises, tragédias e catástrofes naturais.

Inspirado nas observações de Umberto Eco que servem de epígrafe para o seu mais recente livro, "The Twittering Machine", o escritor britânico Richard Seymour descreve o fenômeno das mídias sociais como um vasto experimento de escrita coletiva que, no entanto, nos mantém presos a um excesso de informações, comprometendo o exercício nossa capacidade interpretativa.

Da mesma forma que Eco, Seymour chama a atenção para os sentimentos que animam boa parte da nossa dependência no atual modelo de interação online: o risco que a internet representa à democracia deve ser encarado como mais um reflexo da nossa habitual relutância em questionar as experiências e as amarras afetivas que nos levam a abrir mão da nossa autonomia.

Juliana de Albuquerque Escritora, doutoranda em filosofia e literatura alemã pela University College Cork e mestre em filosofia pela Universidade de Tel Aviv.

13. Análise: Tergiversação e constrangimento na ONU

https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,analise-tergiversacao-e-constrangimento-na-onu,70003022941?utm_source=estadao%3Afacebook&utm_medium=link&fbclid=lwAR0OaPbpJn9JdxVH4Dli4eXv010rnP3G2veoaaGe8YeojreAv_6xlvGRPMc

Não é de admirar que Bolsonaro tenha subido à tribuna da Assembleia-Geral disposto a dobrar a aposta

Carlos Melo*, O Estado de S. Paulo 24 de setembro de 2019 | 12h26

Coberto de expectativas e incertezas, numa sessão presidida pela Nigéria, o presidente Jair Bolsonaro tomou lugar na tribuna da Assembleia-Geral da ONU. Com muito desgaste, o Brasil ocupou posição central nas atenções do mundo nos últimos meses; o País que sempre teve o que dizer sobre preservação ambiental de repente passou a negar os problemas do clima e transformou-se num dos grandes verdugos do meio ambiente. Esperava-se que o presidente desfizesse esta impressão.

Com efeito, desde a campanha eleitoral, Bolsonaro tem agido de modo no mínimo controverso. Instiga ambientalistas, cientistas, indigenistas, a mídia internacional; de modo arrebatado, nada cauteloso, tem insistido em anunciar um modelo de desenvolvimento que, praticamente, se daria a despeito - ou até ao arrepio - de cuidados com a natureza, indiferente a consequências sociais, políticas, climáticas e ambientais desse tipo de ação. Alheio ao potencial político do tema.

Como assinalou editorial de O Estado, o clima tornou-se uma questão política: "a questão climática é uma das poucas capazes de mobilizar hoje uma juventude crescentemente alheia à política e fechada em suas redes sociais (...) a nenhum governante é permitido ignorar esse fenômeno, que consolida o tema ambiental como o principal tópico político no planeta". Trata-se do tema internacional de maior sensibilidade política.

A postura assumida no Brasil, no entanto, não reflete posicionamento isolado nem impensado: Bolsonaro e seus aliados mais próximos têm se alinhado a uma visão internacional tão medieval quanto agressiva, que enxerga a China como o grande inimigo do Ocidente, critica a globalização e, em alguns casos, chega mesmo a negar que a terra seja redonda.

Ao mesmo tempo em que o mundo vivia a expectativa de seu discurso, o Brasil tomava conhecimento do encontro de seu filho, Eduardo, com Steve Bannon - o ex- estrategista de Donald Trump, agitador da direita internacional e hoje persona non grata na Casa Branca. O indicado à embaixada do Brasil em Washington posava ao lado do guru internacional, indicando que a Amazônia é usada por "globalistas" (sic) para atacar o Brasil e o presidente da República.

Com isso tudo, não seria mesmo de esperar um gesto de conciliação; uma mão estendida ao entendimento mundial. De modo que não é de admirar que Bolsonaro tenha subido à tribuna da Assembleia-Geral disposto a dobrar a aposta.

Antes de tudo, seu discurso caminhou pela via da tergiversação e por suas fantasias particulares e de grupo. Martirizando-se como vítima de uma conspiração "de esquerda" que a polícia de seu governo não foi capaz de comprovar, agradeceu por sua vida assumindo o caráter de herói. Depois, afirmou estar disposto a restituir a verdade, a sua verdade. Buscou assim seus espantalhos de costume, favoritos: "o Brasil ressurge depois de estar à beira do socialismo", disse. Apontou um País em que havia ataques aos valores da família; ao mesmo tempo em que apelou ao perigo comunista, nominando a Venezuela e a Cuba. Voltamos à Guerra Fria, uma esquálida, guerra fria, admita-se.

Em contraposição ao perigo socialista que se delineava, buscou o conforto desde sempre controverso - do "sucesso" que alardeia de ações econômicas de seu governo, que ainda hoje ostenta índices tenebrosos de desemprego e estagnação econômica; que começa a recolher críticas de inação e falta de projeto. No campo do combate à corrupção, escudou-se na popular figura de Sérgio Moro, ostentando-o como um bibelô, outdoor. Sem revelar que o tem esvaziado, num conflito já quase explícito. Jactou-se do que ainda não fez de modo tão sincero que talvez acredite mesmo que já o tenha feito.

Em relação à Amazônia, de fato, não houve acordo. Não explicou a contrariedade com os dados do Inpe, sua rejeição à comunidade científica e muito menos a chuva de fuligem que cobriu a cidade de São Paulo, há algumas semanas. Pelo contrário, afirmou um "compromisso solene com a Amazônia", indicando que "somos um dos países que mais protegem o meio ambiente" sem perceber que, por questão lógica, torna-se obrigado a reconhecer o esforço de governos anteriores, posto que o seu tem apenas pouco menos de 9 meses.

Minimizando os problemas, admitiu, sim, a existência de queimadas criminosas, mas causou constrangimento ao afirmar "também praticadas por índios", preferindo mencioná-los ao invés de reconhecer ação de grileiros e maus agricultores. No mais, tudo seria obra de "ataques sensacionalistas despertados pela mídia internacional" e - sem citar a França - de "um ou outro país" que "de forma desrespeitosa" atenta contra a soberania do País.

Nas entrelinhas, foi um discurso de confrontação à França e à Europa, como também de alinhamento e bajulação a Donald Trump. O qual, aliás, falando logo após o brasileiro, martelou nas mesmas teclas de Bolsonaro: Venezuela, Socialismo e Cuba (eis aqui a conexão com Bannon). Aos olhos do mundo, Bolsonaro emerge como pastiche de Trump.

Voltando à questão indígena, Bolsonaro indicou interesses claros: "O Brasil não aumentará sua área indígena", lançando os olhos sobre as riquezas das reservas lanomâmis e Serra do Sol. Atirou no espantalho das ONGs e revelou aí sua estratégia: dividir o inimigo, desqualificando sua liderança: Raoni "é massa de manobra (...) acabou o monopólio do senhor Raoni (...) a visão de um líder indígena não representa" todos os índios. Comprovou isto lendo carta de "uma comunidade indígena" que hipotecava a ele, Bolsonaro, total apoio.

Ao final, fez lembrar Carlos Alberto Parreira, que após os 7 x1, sacou do bolso a carta de uma tal de "Dona Lúcia", acrítica e solidária ao técnico Felipão. Por quanto tempo ainda esse sentimento de 7 x 1 acompanhará o Brasil?

* CIENTISTA POLÍTICO E PROFESSOR DO INSPER

PARTE II - Análises

1. Apoio evangélico a Bolsonaro é marcado por uma grande volatilidade. Entrevista especial com Christina Vital da Cunha

Foto: Fernando Frazão | Agência Brasil

Por: Patricia Fachin | 27 Setembro 2019

Estabelecer uma correlação direta entre a <u>eleição de Bolsonaro e o voto evangélico</u> requer "responsabilidade para não cairmos em uma cilada: ou empoderarmos muito os evangélicos — o que só é bom para líderes religiosos

com interesses patrimoniais; ou localizarmos neles o 'mal' a ser combatido", adverte a socióloga <u>Christina Vital da Cunha</u> à **IHU On-Line**.

Na avaliação da pesquisadora, <u>Bolsonaro</u> foi eleito ao mobilizar de forma eficaz a "retórica da perda", mobilizando "os sentimentos de ameaça dispersos na população" e se apresentando como aquele que iria "promover o resgate" e "o retorno de algo que tinha sido perdido". A **retórica da perda**, explica, é "uma tática discursiva articulada por diferentes lideranças sociais e políticas (dentre elas, religiosas) baseada em um imperativo: o retorno da ordem, da previsibilidade, da segurança, da unidade".

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail, Christina comenta compatibilidades e incompatibilidades entre líderes evangélicos e o governo. Apesar do apoio de <u>Silas Malafaia</u> e <u>Edir Macedo</u> ao presidente, incompatibilidades emergem". "A IURD é muito interessada nesta afinação de Bolsonaro com Israel, mas, claro, não precisa do presidente para aumentar sua proximidade do país que emerge cada vez mais como mítico em suas narrativas estratégias político-religiosas. Então **Silas** Malafaia recebeu Bolsonaro em seu púlpito para agradecer pela vitória. Mas, posteriormente, veio a criticá-lo por sua relação e defesa acrítica dos filhos. Na Frente Parlamentar Evangélica também sofreu contestação por parte de alguns integrantes quanto ao encaminhamento de sua agenda de campanha. Por exemplo, a questão da ampliação do uso de armas de fogo no Brasil", lembra. Christina menciona ainda que a maior parte daqueles apoiaram Bolsonaro na campanha "se mantém por inúmeras razões ao seu lado e outros tantos se afastam e situacionalmente mostram concordância" e que "uma grande volatilidade marca este apoio".

A socióloga assegura que entre os <u>eleitores evangélicos</u> também aumentaram os índices de reprovação ao governo, porque eles esperavam recuperar a melhoria de vida adquirida entre 2003 e 2014. "O discurso de campanha fazia crer que tudo se resolveria em um passe de mágica. Isso não aconteceu e as pessoas começaram a observar comportamentos contraditórios que as indignam".

Christina Vital da Cunha é professora do Programa de Pós-graduação em Territorialidades Universidade da Federal PPCULT/UFF, também PPG Sociologia e no Departamento de Sociologia da mesma universidade. É doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - PPCIS/UERJ e mestra em Antropologia e Sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro -IFCS/UFRJ. Integra a equipe de pesquisadores da Rede de Pesquisadores Luso-Böll Brasileiros de Artes e Intervenções Urbanas, coordenada por Glória Diógenes (UFC) e Ricardo Campos (Universidade Nova de Lisboa) e o grupo Religião, arte, materialidade, espaço público: grupo de antropologia, coordenado por Emerson Giumbelli (PPGAS-UFRGS). É autora dos livros Religião e Conflito (Ed. Prismas, 2016), em parceria com Melvina Traficante: Araúio: Oração de uma etnografia (Ed. 2015); Religião e Política: uma análise da participação de parlamentares evangélicos sobre o direito de mulheres e de LGBTs no Brasil (Fundação Heinrich Böll: Instituto de Estudos da Religião, 2012), em parceria com Paulo Victor Leites Lopes; e Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014 (Fundação Heinrich Böll: Instituto de Estudos da

Religião, 2017), em conjunto com **Paulo Victor Leite Lopes** e **Janayna Lui**. É colaboradora *ad hoc* do Instituto de Estudos da Religião – **ISER**, desde 2002. Confira a entrevista.

IHU On-Line – Numa entrevista que nos concedeu em 2017, a senhora disse que o prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, não tinha sido eleito por ser evangélico ou por ter apoio dos evangélicos, mas por conta das alianças políticas que fez e pelo discurso que contemplava anseios sociais. No caso da eleição de Bolsonaro, aconteceu o mesmo fenômeno ou o voto evangélico foi determinante para a eleição do presidente?

Christina Vital da Cunha – Os <u>evangélicos</u> não foram aqueles a viabilizar a vitória de **Bolsonaro**. A despeito do que a retorsão das estatísticas possa nos sugerir, mais <u>católicos</u> do que evangélicos votaram em **Bolsonaro** para presidente. Mais católicos estão afinados com as propostas que **Bolsonaro** fez durante as eleições, conforme podemos observar em pesquisa realizada pelo **Instituto Datafolha** e que publicamos em nosso livro de 2017. Houve uma coincidência na diferença numérica de votos entre **Bolsonaro** e **Haddad** e o número de <u>votos de evangélicos</u> em **Bolsonaro**. Em termos proporcionais, os <u>evangélicos</u> estavam majoritariamente apoiando a candidatura dele em detrimento de outros grupos religiosos que estavam mais divididos, isso é verdade. Mas eles não foram responsáveis por esta vitória. Precisamos ter responsabilidade ao falar disso para não cairmos em uma cilada: ou empoderarmos muito os evangélicos – o que só é bom para líderes religiosos com interesses patrimoniais; ou localizarmos neles o "mal" a ser combatido.

Mais católicos do que evangélicos votaram em Bolsonaro para presidente – Christina Vital da Cunha

Tweet

Uma conjugação de fatores muito complexa produziu a vitória de Bolsonaro: o uso das redes sociais com emprego de profissionais que difundiam massivamente informações sobre o candidato (verídicas ou não); o descrédito com a política e a colagem dele como "não político" ou como representante de uma "nova política" – mesmo ele ocupando cargos desde vereador a deputado federal há quase três décadas direto - ou seja, desde que foi exonerado das forças armadas, caiu para a política e de lá não saiu sem ter conseguido aprovar **nenhum projeto de lei** que beneficiasse nem militares e nem qualquer segmento da população brasileira; a antipatia generalizada no país e no mundo em relação às elites liberais ilustradas - ele conseguiu se apresentar como popular a partir de uma forte ação de marketing político porque não há como dizer que ele é um popular, dado que reside em uma casa em condomínio de luxo na Barra da Tijuca, de frente para a praia e está há anos na política desfrutando de todos os benefícios das elites mais criticadas no país; a explosão da violência no campo e nas cidades. Isso produziu um sentimento muito generalizado de insegurança patrimonial e física.

Não há como dizer que ele é um popular, dado que reside em uma casa em condomínio de luxo na Barra da Tijuca, de frente para a praia e está há anos na política desfrutando de todos os benefícios das elites mais criticadas no país – Christina Vital da Cunha

Tweet

Bolsonaro apresentava um discurso que a população se acostumou a avaliar como "enérgico" no combate ao crime, ou seja, um discurso de combate ao

crime com ações ostensivas e de uso extremo da força. A percepção dele como um messias a garantir o retorno de uma segurança perdida foi importantíssima. Minha reflexão fica mais acentuada em torno disto que estou chamando de uma **retórica da perda** que foi mobilizada por ele de modo muito eficaz. Ou seja, **Bolsonaro** e outros candidatos que tiveram sucesso eleitoral mobilizaram os sentimentos de ameaça dispersos na população para se apresentarem como aqueles em condição de promover o resgate, a retomada, o retorno de algo que tinha sido perdido.

A retórica da **perda** seria tática discursiva articulada diferentes **lideranças sociais** e **políticas** (dentre elas, **religiosas**) baseada em um imperativo: o retorno da ordem, da previsibilidade, da segurança, da unidade. Ou seja, diante do sentimento de insegurança, de ameaça em termos patrimoniais, físicos, financeiros e morais, articulou-se um discurso que produzia uma sensação de segurança, uma esperança de retorno ao passado (ainda que idealizado) do pleno emprego, das definições de papéis entre homens e mulheres – base da família e de toda a vida social tal como "existia", da garantia de ir e vir em segurança. A religião operou como uma rede institucional de apoio. Mas este sentimento de ameaca e o desejo de solução imediata por uma via "enérgica" foi partilhado por um contingente muito maior de pessoas sem uma orientação necessária de qualquer institucionalidade.

A percepção dele como um messias a garantir o retorno de uma segurança perdida foi importantíssima – Christina Vital da Cunha Tweet

Em um quesito muito específico a base religiosa foi importante: na agenda de defesa de um padrão de família. Isso tomou a atenção dos cristãos no Brasil. Mas somente isso não seguraria o voto nele. Somado a tudo o que iá disse. uma estratégia muito importante articulada por Bolsonaro foi justamente jogar com duas identidades religiosas majoritárias no Brasil: a católica e a evangélica. Ou seja, ele se apresentava como católico, mas tinha nas instituições evangélicas uma base de apoio para a qual acenava frequentemente. Ele é o ADE (Aliados dos Evangélicos) mor. Venho trabalhando esta noção em alguns artigos: a de que Bolsonaro e outros aproveitam bem esta relação tornando-se ADEs situacionalmente com vistas ao alcance e manutenção do poder. Ou seja, ser ADE conformou uma importante estratégia de campanha, mas também de manutenção desta base de apoio aquecida e fidelizada (o que não acontece, necessariamente, vide as vaias que recebeu durante seu pronunciamento na Marcha para Jesus em SP e os dados recentes do Instituto Datafolha sobre a perda do apoio de eleitores evangélicos ao governo **Bolsonaro**, por exemplo).

Em um quesito muito específico a base religiosa foi importante: na agenda de defesa de um padrão de família. Isso tomou a atenção dos cristãos no Brasil – Christina Vital da Cunha

Tweet

IHU On-Line – Alguns pesquisadores avaliam que a eleição de Bolsonaro representa a conclusão de um projeto dos evangélicos, que era chegar ao poder Executivo. É isso mesmo ou não?

Christina Vital da Cunha – Em parte sim, mas os evangélicos são muitos. Quais são, dentre eles, os evangélicos ou as instituições evangélicas que saíram fortalecidas neste processo? Certamente não todas, certamente não a

maioria. As disputas continuam por representação e poder por parte de algumas denominações. Com esse mecanismo do ADE conseguiram estar de modo mais consistente no Executivo. Tentaram em 2014 com a proposição de um pastor como candidato, a primeira candidatura confessional evangélica à Presidência da República, mas não tiveram êxito. Pelo contrário, Pastor Everaldo terminou em quinto lugar. O "recuo estratégico" veio nas eleições de 2018. Você poderia perguntar: mas e as eleições para prefeitura no Rio? A candidatura de Crivella não é resultado de um projeto evangélico, e sim da Igreja Universal do Reino de Deus - IURD. Não significa uma rede de várias denominações dando suporte ao candidato. Isso que evangélicos não votaram nele. Claro que não. Muitos votaram, mas não por uma ação coordenada forte de um pool de denominações de apoio, 2018 foi o grande laboratório da tática ADE e deve se manter para as próximas eleições presidenciais e para governador. No entanto, não é responsável da parte de nenhum cientista social dizer que assim o será por tal ou qual período. A vida social é absolutamente dinâmica e cheia de reveses.

Quais são os evangélicos ou as instituições evangélicas que saíram fortalecidas neste processo? Certamente não todas, certamente não a maioria – Christina Vital da Cunha

Tweet

IHU On-Line – Nos primeiros meses do governo Bolsonaro parece haver uma aproximação com o bispo da Universal, Edir Macedo. De outro lado, Silas Malafaia, da Assembleia de Deus, criticou a ingerência de Olavo de Carvalho no governo Bolsonaro e as declarações de Eduardo Bolsonaro nos EUA sobre imigrantes ilegais. Como vê a relação e a aproximação de atores evangélicos com o presidente e, de outro lado, as críticas feitas ao governo? O que isso significa?

Christina Vital da Cunha – Uma coisa era a campanha e as promessas. Outra coisa é o curso da gestão. As incompatibilidades emergem: seja no plano ideológico, seja no plano dos interesses econômicos e institucionais. Sendo assim, a IURD é muito interessada nesta afinação de Bolsonaro com Israel, mas, claro, não precisa do presidente para aumentar sua proximidade do país que emerge cada vez mais como mítico em suas narrativas e estratégias político-religiosas. Então Silas Malafaia recebeu Bolsonaro em seu púlpito para agradecer pela vitória. Mas, posteriormente, veio a criticá-lo por sua relação e defesa acrítica dos filhos. Na Frente Parlamentar Evangélica também sofreu contestação por parte de alguns integrantes quanto ao encaminhamento de sua agenda de campanha. Por exemplo, a questão da ampliação do uso de armas de fogo no Brasil. Estes e outros casos que diuturnamente emergem na mídia são importantes para prezarmos que o que se poderia chamar de "bolsonarismo" corresponde a uma fidedignidade muito restrita.

A maior parte daqueles que o apoiaram na campanha se mantém por inúmeras razões ao seu lado e outros tantos se afastam e situacionalmente mostram concordância. Isto é, uma grande volatilidade marca este apoio. É muito circunstancial porque **Bolsonaro** nem é um líder carismático nem tem grande competência política. Ele era um político de nicho, compunha o subterrâneo da política e foi alçado à tamanha visibilidade. Mas as bases que mantêm isso até aqui são voláteis. Ele não é agregador. **Brutalidade** não produz agregação política e social sólidas.

Silas Malafaia recebeu Bolsonaro em seu púlpito para agradecer pela vitória. Mas, posteriormente, veio a criticá-lo por sua relação e defesa acrítica dos filhos – Christina Vital da Cunha

Tweet

IHU On-Line – Os governos petistas também se aproximaram dos evangélicos em seus governos. Em que aspectos as aproximações do governo atual são diferentes ou semelhantes às relações de outros governos?

Christina Vital da Cunha – Os segmentos religiosos são disputados avidamente desde a redemocratização por diferentes partidos. O PT tem uma origem de base cristã católica, mas, atendendo às mudanças em seu interior e no perfil religioso da base social, foi se tornando também cada vez mais próximo dos evangélicos. Na mesma agenda da vinculação que mantinha com os católicos: justiça social, melhoria na condição de vida para as populações mais vulneráveis, emprego, ampliação de políticas públicas, manutenção de benefícios fiscais para igrejas e líderes religiosos, colaboração com a ação social das igrejas.

A maior parte daqueles que o apoiaram na campanha se mantém por inúmeras razões ao seu lado e outros tantos se afastam e situacionalmente mostram concordância – Christina Vital da Cunha Tweet

Mas é bom lembrar que, eleição a eleição, os evangélicos na política foram se tornando cada vez mais exigentes de cargos e visibilidade. Acusavam o PT de aparelhar o Estado, mas buscavam seu quinhão, como apresentamos no livro de 2017: "Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014". Muito do que acompanhamos nesta disputa em 2018 pouco tem a ver com religião em seu sentido de meio social de integração e trabalho espiritual. Acompanhamos disputas institucionais por recursos públicos para ação social de denominações, reprodução política de líderes evangélicos que são também empresários, figuras da mídia e das redes que buscam crescimento próprio. Em meio a interesses escusos acompanhamos um ou outro político que vive sua fé evangélica e acredita que tem algo a contribuir sociedade partir de atuação para а sua no **Congresso** Nacional e Assembleias Legislativas. A maioria usa situacionalmente a defesa da religião e de uma moral específica com propósitos invisíveis aos olhos de seus eleitores.

Eleição a eleição, os evangélicos na política foram se tornando cada vez mais exigentes de cargos e visibilidade – Christina Vital da Cunha
Tweet

Respondendo ainda mais diretamente a sua questão, o segmento evangélico foi se tornando cada vez mais organizado em sua ação política. Neste processo podemos observar o crescimento de um perfil cuja defesa do "trabalho" da própria denominação, de benefícios fiscais e de reprodução social de líderes foi crescendo. E justamente este perfil é o que se aproximou mais (em termos de lideranças e candidaturas) de <u>Bolsonaro</u>. Os evangélicos que continuam na defesa prioritária da justiça social e que incluíram os novos temas da agenda social tais como o combate ao racismo estrutural no Brasil e da liberdade feminina não tiveram (e não têm) proximidade com **Bolsonaro** e

seguiram pulverizados no apoio às candidaturas de esquerda e de centroesquerda.

Muito do que acompanhamos nesta disputa em 2018 pouco tem a ver com religião em seu sentido de meio social de integração e trabalho espiritual – Christina Vital da Cunha

Tweet

IHU On-Line – Qual tem sido o protagonismo e o peso dos evangélicos no governo federal? Que atores evangélicos têm se aproximado do governo e de quais evangélicos o governo tem buscado apoio?

Christina Vital da Cunha – Evangélicos ligados a denominações pentecostais ou às chamadas históricas renovadas são aqueles presentes majoritariamente no primeiro e segundo escalões do governo, segundo pesquisa que realizamos em parceria com o Instituto de Estudos da Religião - ISER e a Fundação Heinrich Böll sobre os primeiros seis meses de governo Bolsonaro. É neste grupo de pentecostais que o governo busca seu apoio. Não por afinidade ideológica ou doutrinária, vale lembrar, mas porque este é o segmento evangélico que reúne o maior número de adeptos no país desde 1990.

Os evangélicos se afastam quando da defesa da ampliação do uso de armas de fogo, redução da maior idade penal, castração química de estupradores, por exemplo – Christina Vital da Cunha – Christina Vital da Cunha

Tweet

IHU On-Line – Qual foi e tem sido o significado do slogan "Brasil acima de tudo. Deus acima de todos" nas eleições presidenciais de 2018 e nos primeiros meses do governo Bolsonaro? Esse slogan tem apoio entre os evangélicos?

Christina Vital da Cunha – Este slogan tem apelo entre diferentes grupos sociais e pode ser pensado como um código que comunica muitas ideias e remexe muitos sentimentos: nacionalista, protecionista, de união. Projeta um sentimento de unidade e a ideia de unidade atualiza um sentimento público de segurança. Os sentimentos públicos são muito importantes na vida social e em pleitos políticos. Nestas eleições e com o fortalecimento do uso das redes sociais, os sentimentos têm se tornado cada vez mais centrais em diferentes disputas.

Os sentimentos públicos são muito importantes na vida social e em pleitos políticos. Nestas eleições e com o fortalecimento do uso das redes sociais, os sentimentos têm se tornado cada vez mais centrais em diferentes disputas – Christina Vital da Cunha

Tweet

IHU On-Line – A reprovação ao governo Bolsonaro subiu nos últimos meses entre os seus eleitores. Alguns dizem que ele tem intensificado o contato com os evangélicos para evitar a queda de popularidade. Entre os evangélicos, avalia que a popularidade do presidente também tem diminuído?

Christina Vital da Cunha – Certamente. Os evangélicos compõem a maior parte da <u>classe C</u>. Esta corresponde a mais de 50% do eleitorado nacional. Esta camada social experimentou uma **melhoria de vida** grande de 2003 a 2014 com o incremento de variadas políticas públicas e mesmo com

o aquecimento econômico vivido no período. Se sentiu em perda e foi a mais atingida pelas ameaças sobre as quais falei no início da entrevista. Muitos trabalhos com etnografias consistentes mostram isso. Este segmento queria recuperar a experiência de dignidade e de esperança. E, claro, para problemas imediatos gostariam de receber respostas imediatas. O discurso de campanha fazia crer que tudo se resolveria em um passe de mágica. Isso não aconteceu e as pessoas começaram a observar comportamentos contraditórios que as indignam. Novamente reforço que a maior parte dos que votaram em <u>Bolsonaro</u> não o fizeram por uma fidelidade ou aliança maior com seus propósitos, mas por acreditarem que ele era um político "novo", que era "gente como a gente". Mas a observação da rotina no poder foi dissolvendo certas ilusões e expectativas desta população em relação ao presidente.

Os evangélicos compõem a maior parte da classe C. Esta corresponde a mais de 50% do eleitorado nacional – Christina Vital da Cunha

Tweet

IHU On-Line – Quais discursos do presidente têm mais apelo entre os evangélicos e, de outro lado, de quais discursos os evangélicos buscam se afastar?

Christina Vital da Cunha – A maior parte dos evangélicos se aproxima quanto à defesa do retorno de padrões que identificavam como importantes na sociedade e para eles próprios. O <u>ideal romântico de família</u>, por exemplo. Digo que se trata do retorno de algo imaginado porque, segundo dados do IBGE, mais de 50% das famílias no **Brasil** têm <u>mulheres como chefes</u> com ausência significativa de <u>homens</u> não só como provedores, mas como componentes da família na criação dos filhos. E isso não é recente e afeta, principalmente, a camada social mais baixa em termos de renda e escolaridade. Então, é como se as pessoas acreditassem que ia voltar uma coisa que nunca houve. Mas o marketing político vive disso mesmo: sonhos, expectativas. Os evangélicos se afastam quando da defesa da ampliação do uso de armas de fogo, redução da maior idade penal, castração química de estupradores, por exemplo.

IHU On-Line - Que avaliação faz do governo Crivella no Rio de Janeiro? Christina Vital da Cunha - O Rio de Janeiro, como já disseram Renata Menezes e Lívia Reis em entrevista aqui no IHU, tinha a missão de ser um laboratório da gestão da IURD. Ou seja, dando certo, seria o maior cartão de visitas da denominação para o exercício futuro de seu plano de poder. Mas a administração de uma cidade, sobretudo complexa como o Rio, não é como cuidar (para usar os termos de campanha) da própria igreja ou da própria casa. A dinâmica política requer composição. Edir Macedo tem grande expertise em produzir visibilidade, de fazer crescer a sua denominação, de ocupar espaços, mas a composição lhe é um limite e estamos vendo isso na gestão de Crivella. Evidentemente ele também assumiu depois de um tempo glorioso de investimentos vultosos na cidade e dos quais Paes recebeu todo o capital político. A sua administração se deu em momento de crise generalizada. Mas nada disso, e nem mesmo a oposição da Globo a sua gestão, explicam o seu fracasso. Ele é o prefeito menos presente da cidade nos últimos anos. Depois das eleições fez uma opção pela comunicação prioritária com as bases religiosas e tomou a administração com nomes de fiéis da sua igreja. Mas não emplacou nada significativo e não tem nenhum poder de comunicação. Diria que sua gestão tem sido um fracasso para a cidade e para os projetos de sua denominação de origem.

IHU On-Line – É possível fazer um balanço de como os evangélicos do Rio de Janeiro reagem ao governo Crivella hoje, quase no final do mandato?

Christina Vital da Cunha – Sabemos que os evangélicos não são extraterrestres. Com isso, sinalizo para o fato de que recebem, junto com a população de um modo geral, os acontecimentos públicos. A questão é que Crivella não conseguiu agradar nenhum segmento: nem embelezou a cidade – o que poderia ser um fator positivo para os moradores das Zonas mais abastadas e do comércio e turismo; não incrementou o atendimento público de saúde e educação – o que agradaria a maior parte da população do município; não fez obras ou melhorias em ruas, calçadas e iluminação. Ou seja, para evangélicos ou não evangélicos, a percepção de sua administração é negativa ou entraria no box de pesquisa "não saberia responder" de tão omissa.

IHU On-Line – No Rio de Janeiro já há movimentações políticas para a eleição municipal do próximo ano? Que articulações estão sendo feitas no momento?

Christina Vital da Cunha – O <u>PSL</u> tem pretensões de ampliar sua base no **Rio** a partir de composições muito duvidosas como vimos na <u>entrevista de José Cláudio Alves no IHU</u>. Seu poder de composição será limitado. As candidaturas liberais terão espaço, assim como de esquerda religiosa. O novo pleito promete.

IHU On-Line – Alguns dizem que o governador Witzel está se aproximando de setores evangélicos em vista de conseguir apoio para uma eventual candidatura à Presidência da República em 2022. Tem visto aproximações nesse sentido?

Christina Vital da Cunha - Witzel não está se aproximando. Ele já é próximo. Ele foi eleito como católico e aliado dos evangélicos - ADE. A mesma estratégia de **Bolsonaro**, como disse acima. Witzel se elegeu por um partido dirigido por um pastor e fez campanha fortemente com o público evangélico a partir desta aliança. Então ele segue nesta linha apostando na composição cristã rumo à Presidência da República. Mas o que o exemplo acima de Crivella e mesmo o de Bolsonaro informam é o seguinte, usando a máxima deste universo cristão: o fiel não é nada sem as obras. Então, para a campanha, quando não se é muito conhecido, a estratégia de ADE funciona. Mas as "obras" falarão mais do que mil palavras: as pessoas querem emprego, condições dignas de vida, liberdade de ir e vir. A questão moral só fica tão importante quando aquilo ali não está garantido. Ninguém vai abrir mão de sua vida feliz, de serviços públicos bons, de emprego, por um candidato que sai pregando "retorno da moral", um novato. A população quer estabilidade e segurança. O resto é jogada de marketing que funciona em meio à crise. O que a população em geral deseja, nós analistas inclusive, é que não se continue investindo em crises e desestrutura como arma de exercício de poder. A bem-aventurança produz um bem geral, mesmo para os poderosos. A **cegueira maior** é não vislumbrar isso.

A população quer estabilidade e segurança. O resto é jogada de marketing que funciona em meio à crise – Christina Vital da Cunha

- O Bolsonaro é o presidente que adere, sobe no altar e dá vazão a pautas de evangélicos. Entrevista especial com Magali <u>Cunha</u>
 - Evangélicos influenciam atos da gestão Bolsonaro
 - o <u>Evangélicos sem o princípio protestante</u>
 - o Evangélicos alcançam protagonismo e visibilidade. A que preço?
 - Malafaia convoca mega-ato com "'profecias' sobre fim da corrupção após era PT"
 - O A bênção de Edir Macedo para Jair Bolsonaro na TV
 - Edir Macedo e a história em evolução do poder político da Universal
 - Advogado israelense pede que árvore plantada por Bolsonaro seja arrancada
 - O Bancada evangélica cresce e terá 91 parlamentares no Congresso
 - O Fracassos dos evangélicos no poder político da América Latina
 - O voto evangélico garantiu a eleição de Jair Bolsonaro
 - O Quem são? Por que eles crescem? No que eles creem? Pentecostalismo e política na América Latina
 - O <u>Bolsonaro entrega o Estado aos evangélicos</u>
 - O Foram os evangélicos que elegeram Bolsonaro?
 - O voto católico em Jair Bolsonaro e a instrumentalização da fé
 - Após triunfar nas redes, Bolsonaro testa sua influência fora da bolha virtual
 - o <u>Dia da Mentira vira 'Bolsonaro Day' nas redes sociais</u>
 - A maior vitória da direita na história política brasileira. Entrevista especial com Roberto Dutra
 - O A máquina de 'fake news' nos grupos a favor de Bolsonaro no WhatsApp
 - Com 'nova política', Bolsonaro se coloca em armadilha e paralisa sistema político
 - O <u>As pistas do método 'Cambridge Analytica' na campanha de Bolsonaro</u>
 - Os valores e metáforas do universo Bolsonaro
 - O <u>A unção suprema de Bolsonaro na principal festa evangélica do Brasil</u>
 - O Direita cristã é o novo ator e líder do neoconservadorismo no País
 - Os valores e 'boatos' que conduzem evangélicos a Bolsonaro
 - o <u>Famílias tradicionais dominam a política brasileira. E isso não tem hora pra acabar</u>
- Apesar da promessa de combate à corrupção e renovação política, ministério de Bolsonaro tem quase metade dos ministros com problemas na Justiça
 - O <u>Fundamentalismo cristão é um projeto de poder</u>
 - o <u>Em 3 pontos, o que pesquisa revela sobre relação entre eleitor e governo Bolsonaro</u>
 - Marcelo Crivella e o avanço dos evangélicos no Rio de Janeiro e no Brasil
 - o <u>Igreja Universal faz 40 anos e realiza sonho de alcançar classe média alta</u>
 - o <u>Evangélicos têm representatividade, mas não protagonismo no governo Bolsonaro</u>
 - Os evangélicos pensam como a bancada evangélica?
 - o <u>Bolsonaro não controla mais o bolsonarismo</u>
 - A esquerda e os evangélicos: o que aprender com a vitória de Crivella
 - "Brasil é país onde evangélicos mais avançam na política"
 - O Partidos em disputa pelo capital político dos evangélicos para 2018
 O A expansão evangélica no Estado: do Executivo ao Judiciário. Entrevista especial com Ronaldo Almeida
 - O A grande onda do pentecostalismo no Brasil e as propostas de alguns bispos para enfrentar a perda de fiéis
 - Blasfema quem difunde ódio e proclama "Deus acima de todos"

2. Mais mortes podem acontecer, dizem invasores a indígenas após assassinato de colaborador da Funai

POR J.ROSHA, CIMI REGIONAL NORTE I

do CIMI - Conselho Indigenista Missionário

"O problema mais grave que nós enfrentamos aqui no Vale do Javari, agora, não são nem as invasões. São as ameaças de morte", diz Adelson Korá Kanamary, coordenador da Associação Kanamary do Vale do Javari (Akavaja), e também vereador do município de Atalaia

do Norte (AM). Após o assassinato de Maxciel Pereira dos Santos, colaborador da Fundação Nacional do Índio (Funai), em Tabatinga, no dia 6 deste mês, alguns servidores do órgão, que atuam nas frentes de proteção localizadas no interior da terra indígena Vale do Javari, estão pedindo para sair.

"A situação mais grave, que deixa a gente com medo, inclusive os servidores da Funai, os colaboradores indígenas, pois estes correm mais perigo, e até quem trafega pelos rios, é o medo de ser assassinado", destacou Adelson Korá. "Os invasores já deram recado que não vão parar", disse ele, acrescentando: "os caras da Funai já correram. Quem quer morrer de graça?".

Na última terça-feira, 24, a União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja), divulgou uma nota onde denuncia que "o controle e fiscalização da nossa terra está gravemente em risco, uma vez que o atual governo de Jair Bolsonaro (PSL) tem mantido e fortalecido uma política de desmonte, desestruturação e sucateamento do principal órgão indigenista do país a Funai, vinculado ao Ministério da Justiça".

As lideranças indígenas do Vale do Javari pontuam ainda que "estas medidas adotadas têm um reflexo direto na vigilância de nosso território e na vida de nossas comunidades. Vivemos um tempo de retrocessos, e ataques cotidianos aos direitos conquistados e a intensificação de uma agenda e política anti-indígena".

Na nota, os indígenas relatam os acontecimentos recentes, como o assassinato de Maxciel Pereira dos Santos, e os ataques à Base de Proteção Etnoambiental do Vale do Javari. A última aconteceu no dia 21 de agosto. Segundo relatos das lideranças locais, o ataque teria acontecido na Base de Proteção do rio Itacoaí/Ituí, onde outros aconteceram desde novembro do ano passado.

"No ato criminoso, os bandidos efetuaram vários disparos com nítido propósito de atingir os poucos servidores públicos ali lotados para

exercerem suas atividades em nome do Estado e, naturalmente, intimidar a atuação de fiscalização territorial naquele lugar", denuncia a Univaja. "Tudo isso é muito preocupante porque os invasores são pessoas que nós conhecemos e que também nos conhecem", diz Adelson Korá.

A nota da Univaja é um pedido de socorro para que o Estado Brasileiro cumpra suas obrigações constitucionais. Crédito da foto: J.Rosha/Cimi

A nota da Univaja é um pedido de socorro para que o Estado Brasileiro cumpra suas obrigações constitucionais. Denunciam também que, por falta de fiscalização, missionários evangélicos estariam entrando nas comunidades indígenas sem autorização das lideranças e do órgão indigenista.

A Terra Indígena Vale do Javari já foi demarcada, homologada e registrada no Serviço de Patrimônio da União (SPU). Ali vivem seis povos conhecidos: Marubo, Kanamary, Kulina, Tsonhom Djapa, Matis e Mayoruna – Matsés, além de outros 18 sem contato com a sociedade envolvente, de acordo com informações da Frente de Proteção Etnoambiental do Vale do Javari.

Mesmo depois de regularizada, a Terra Indígena vem sofrendo ataques de madeireiros, pescadores, caçadores garimpeiros e traficantes. Os indígenas dizem que a parte sul do território, na divisa com o estado do Acre, é a mais vulnerável. Fazendeiros estariam avançando sobre a Terra Indígena devido a falta de fiscalização e de controle.

Em setembro de 1989, um grupo do povo Korubo, àquela época ainda sem nenhum contato com a sociedade envolvente, foi massacrado por invasores e seus corpos enterrados em cova rasa numa das praias do rio Itacoaí. Em 2017, veículos de imprensa do Amazonas divulgaram a ocorrência de um suposto massacre também de índios isolados no rio Jandiatuba, investigado pelo Ministério Público Federal (MPF).

"A pior situação aqui é a segurança. Os caras estão se revoltando contra nós. Eles são de Benjamin Constant, Tabatinga e Atalaia do Norte e estão querendo a riqueza que tem na terra", observa Adelson Korá. O indígena alerta que essa matança, envolvendo agora servidores dos órgãos de proteção aos indígenas, pode se tornar uma prática corriqueira na região.

Fonte: Assessoria de Comunicação - Cimi.

3. QUE MAL ACOMETE OS PARTIDOS DE OPOSIÇÃO?

Artur Araújo - FB 29 set

Por 2 dias seguidos, a matéria principal do caderno de economia da FSP é sobre o horror do desemprego e do subemprego no Brasil.

Na de hoje (29), vêm do Insper, da FGV, da LCA Consultores, do próprio corpo técnico do IBGE sob o tacão bolsonarista, as interpretações dos dados que fundamentam alertas sobre os riscos do cenário e críticas à política econômica que gera o desemprego e subemprego, os tornando guase estruturais.

Alon Feuerwerker, analista político da empresa de RP e assessoria de imprensa FSB, examinando as relações entre os 3 poderes da república, escreve:

"Então está tudo bem? Não, tem aquele probleminha: quase 13 milhões de desempregados, fora os subempregados e desalentados em geral. Eis a fenda na represa, fenda que se não for fechada embaralha bem esse jogo. Ninguém vai querer ser sócio do fracasso. Mas enquanto não chega o dia do juízo político o bolsonarismo aproveita o mar de almirante para radicalizar na guerra de posição, inclusive no campo cultural. Já que Gramsci está na moda."

Arthur Cagliari abre a reportagem que assina no jornal dizendo:

"O trabalho informal cresce de maneira persistente, quebrando recorde atrás de recorde. Se por um lado isso indica que há um respiro para quem precisa ganhar a vida, por outro, a lenta retomada do emprego formal, com carteira assinada, sinaliza que uma recuperação robusta no mercado de trabalho tende a demorar.

Mantido o ritmo atual de criação de vagas, a taxa de desemprego deve cair aos níveis pré-crise em 2024, segundo especialistas ouvidos pela Folha.

Na percepção deles, o aumento contínuo da informalidade em velocidade muito superior à criação de vagas formais indica que ainda há desconfiança dos

empresários sobre a retomada econômica, o que trava investimentos e a consequente geração de empregos."

O PT, há mais de 1 mês, lançou uma proposta de alta qualidade, enorme facilidade de compreensão, fortemente unitária e que responde muito bem aos interesses. necessidades е deseios da maioria Infelizmente, parece ter de fato lancado o Plano Emergencial de Emprego e Renda (PEER) na proverbial sexta gaveta, pois dele não fala, não procura não coloca no centro de atuação adesões. 0 sua política. PEER? Ninguém sabe, ninguém viu.

De PSOL, PCdoB, PDT, PSB, PCB, PSTU, nem isso.

Impera, nos partidos de oposição, o silêncio dos nada inocentes, sob o disfarce de um espetáculo de som e luz sobre tudo e mais um tanto, uma algaravia sem centro e sem norte.

Fala-se de qualquer coisa, menos sobre serviços públicos em colapso, sobre o endividamento escorchante das famílias e sobre desalento, subutilização, subemprego e desemprego.

Já a insperiana Juliana Inhasz fala do que vê e sabe: "Investidores e empresas ainda não estão confiantes em relação à retomada. Então, ninguém quer dar um passo forte e contratar de maneira formal", diz Juliana Inhasz, economista do Insper.

"Se não há perspectiva de crescimento duradouro, já que as reformas demoram para sair e os sinais estão trocados da economia, o mercado acaba apostando em uma contratação 'com menos compromisso'."

Narra a FSP:

"Para Cosmo Donato, economista da LCA Consultores, a conjuntura do país tem forçado pessoas que não trabalhavam (seja porque estudavam, tinha alguma renda guardada ou por não precisar) a procurar emprego, engrossando o total de desocupados no país.

Na sua avaliação, esse cenário deve persistir ainda por muito tempo e isso vai fazer com que a queda do desemprego ocorra de forma lenta e gradual. 'Projetamos que essa taxa só vai cair na média anual abaixo de 10% em 2024', diz.

E o mesmo Cosmo quem recomenda: "(...) cautela com a ideia de que a informalidade é um fenômeno do mundo moderno que ganha espaço no Brasil. Em parte, diz ele, é verdade que há novas modalidades de atuação profissional, mas o fenômeno ocorre de maneira forçada e ainda pouco estruturado no país.

'A crise lá atrás pode até ter antecipado um movimento estrutural de mudanças no mercado de trabalho, mas por ser seguida de uma retomada lenta está gerando uma debilidade na oferta de emprego de mais qualidade'."

De volta à FSP:

"Mas não é apenas a falta de emprego que indica que o mercado está demorando para reagir. Tanto os trabalhos formais quanto os informais emitem sinais sobre a dificuldade de retomada.

Adriana Beringuy, analista da coordenação de trabalho e rendimento do IBGE, diz que isso é nítido na média dos salários. 'Mesmo com mais pessoas trabalhando, esse crescimento não foi suficiente para aumentar a massa de

rendimentos da economia, porque as pessoas estão se inserindo com salários mais baixos'.

No caso das vagas celetistas, os empregos que abrem são justamente aqueles que pagam de um a dois salários mínimos e exigem menos qualificação.

De acordo com dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), em agosto foram abertas 42,4 mil postos formais com salários de até um salário mínimo. Outras 99,8 mil vagas aberta naquele mês ofereceram salário de até dois salários mínimos. Ao mesmo tempo, os saldos de vagas com rendimentos superiores ficaram negativos."

Enquanto isso, tramita na Câmara Federal a nova legislação sobre salário mínimo, para o qual a proposta de Paulo Ipiranga é que não acompanhe nem a inflação, e Centrais Sindicais e partidos de oposição dedicam zero atenção ao assunto.

Afinal, de que mal estão acometidos os partidos de oposição? Umbiguismo? Tendência ao suicídio? Personalidade sociopata que impede até empatia com o drama cotidiano de seus apoiadores e eleitores? Perda de sinapses ativas?

A política segue a natureza em pelo menos uma coisa, a tendência inexorável ao preenchimento do vácuo.

Ou os partidos antiliberais se lançam no comando da demanda por soluções imediatas para o quadro de horror que é do desemprego, do subemprego, da subutilização e do desalento, ou muito rapidamente aventureiros liberais, da linha "nutella", ocuparão inteligentemente o vazio criado por nós.

A íntegra da reportagem da FSP está acessível via link nos comentários.

4. Garantia de falar por último é para todos. STF não pode restringir!

 $28 \ de \ setembro \ de \ 2019, \ 14h47 \ - \ \underline{https://www.conjur.com.br/2019-set-28/streck-supremo-nao-restringir-garantia-falar-ultimo?fbclid=lwAR3ctP-tSchJS0wq0HFpK4HfrF-a7viOrwWsxJxXXw8jPykME8 \ kGYB7scg$

Por Lenio Luiz Streck

Bem vindo ao Player Audima. Clique TAB para navegar entre os botões, ou aperte CONTROL PONTO para dar PLAY. CONTROL PONTO E VÍRGULA ou BARRA para avançar. CONTROL VÍRGULA para retroceder. ALT PONTO E VÍRGULA ou BARRA para acelerar a velocidade de leitura. ALT VÍRGULA para desacelerar a velocidade de leitura. Play! Ouça: 0:0005:54 Audima Abrir menu de opções do player Audima.



jurista e professor

Resumo: Se o STF disse que há o direito fundamental ao devido processo, então todos devem ser beneficiados!

Com a decisão já definida no sentido de que o artigo 403 do CPP deve ser lido no sentido de que as alegações finais da defesa devem vir sempre depois das do delator, resta ao Supremo Tribunal Federal dizer o que acontecerá com as ações penais já terminadas e em andamento. Na verdade, nem precisaria, porque uma garantia deve ser aplicada sem modulações.

Diz-se, no entanto, que há movimento no sentido de que somente seriam beneficiados os réus que pediram para apresentar alegações nessa nova ordem e não foram atendidos. Mas diz-se também que a decisão pode ser estendida a todos os réus, desde que cada um prove o prejuízo. Editorial da *Folha de S.Paulo*, alarmista, fala no perigo de uma "impunidade retroativa generalizada" (sic), o que mostra que o imaginário "lava jato" continua assustando a grande mídia.

Sigo. Tenho que a decisão — correta — do STF apenas fez uma leitura constitucionalmente adequada [1] dos dispositivos do Código que tratam disso. Assim decidindo, criaram jurisprudência no sentido da aplicação do devido processo legal substantivo (ampla defesa efetiva). Claro que isso tem consequências. Já não se pode simplesmente dizer que somente alguns réus devem ter o direito de ter a sentença anulada.

Explico: o direito ao devido processo legal (ampla defesa substantiva e não ficta) não depende e não pode depender de quem pedir. Ora, se um HC deve ser dado de ofício, uma garantia como a de falar por último não deve depender de um pedido. Parece óbvio isso.

A concessão da garantia de ampla defesa efetiva-substantiva decorre de obrigação do Estado. E, em sendo a decisão do STF a afirmação do devido processo legal substantivo, não se pode exigir que o réu prove o prejuízo para dele se beneficiar. Por quê? Porque este é ínsito ao não cumprimento do substantive due process of law. O prejuízo é presumido.

Explicando com mais detalhes, permito-me dizer que o STF, ao pretender modular a anulação das decisões da "lava jato", que viola(ra)m garantias constitucionais processuais, se assim o fizer, irá — a corte — transigir com normas constitucionais, como se o tribunal estivesse acima da própria

Constituição e estive à sua disposição aplicar ou não, cumprir ou não, essas normas.

Acrescento: A extensão das garantias não está à disposição do tribunal. Em face de casos de violação, o tribunal não pode deixar de assegurar essas garantias, sob pena de usurpação do lugar que é dos constituintes.

Isso por razões que deveriam ser óbvias: garantias processuais são direitos fundamentais e, portanto, são inegociáveis. Em nenhum lugar do mundo, a começar pelos Estados Unidos, restringe-se o efeito retroativo de uma anulação em favor do réu; restringe, sim, apenas quando a anulação prejudica o réu.

Trata-se do velho princípio da regra mais favorável, presente em todos os sistemas jurídicos democráticos, inclusive no Brasil.

Mais uma vez, o que está em questão é o direito fundamental à liberdade, à presunção de inocência, à ampla defesa e ao contraditório; enfim, ao próprio devido processo legal substantivo. Processo nulo, decisão nula.

Por tais razões é que devemos esperar e requerer que o Supremo Tribunal, depois de reconhecer no dia 26/9/2019 — corretamente — a violação do devido processo legal pela circunstância de os juízes terem equiparado os réus delatores aos réus não delatores, simplesmente aplique, em um segundo momento, o novo entendimento de forma a beneficiar todos os réus não delatores — independentemente da situação em que está o processo — aos quais não foi concedido o direito de falar por último.

A partir do Estado Constitucional, é possível afirmar, sem receio de "impunidade retroativa generalizada" (sic), que a nova decisão deve ser aplicada a todos os processos em que ocorreu circunstância similar (coexistência de réus delatores com réus não delatores), independentemente do estado do processo. Do contrário, estar-se-á aceitando que alguns réus foram condenados sem o mesmo direito de defesa que outros receberão, pelo simples fato de que a decisão só veio tardiamente. Afinal, direitos fundamentais não dependem de um pedido, de uma súplica. São obrigações estatais. Como o habeas corpus. Devem ser concedidos de ofício. Sempre.

Uma garantia constitucional, um direito fundamental não pode ser aplicado mediante oração adversativa, com um rotundo "mas" ou um "porém", algo como "o réu não delator tem direito a...", mas...e vem a negação. Lembro aqui do "filósofo" Ned Stark, personagem de Game of Thrones, quem dizia: tudo que vem antes da palavra "mas" não importa. Nothing someone says before the word but really counts.

Pensando bem, de que adianta dizer que fulano tem a seu favor todas as garantias, mas, neste caso, não. Ora, seria mais fácil e rápido dizer: não tem direito algum.

[1] Li, no jornal *Estadão*, que a advogada Vera Chemin criticou a decisão do STF, chamando-a de ativista (sic). Não sei o que ela entende por ativismo, mas, pelo menos para mim (e para uma parcela considerável da doutrina

constitucional), garantir direitos com interpretação constitucional jamais foi ativismo. Vou debitar o adjetivo "ativismo" a uma má compreensão do jornalista ao que disse a advogada.

<u>Lenio Luiz Streck</u> é jurista, professor de Direito Constitucional e pós-doutor em Direito. Sócio do escritório Streck e Trindade Advogados Associados: <u>www.streckadvogados.com.br</u>.

Revista Consultor Jurídico, 28 de setembro de 2019, 14h47

5. Lava Jato afeta 51 mil empresas e 500 mil empregos

 $\frac{\text{https://exame.abril.com.br/negocios/lava-jato-afeta-51-mil-empresas-e-500-mil-empregos/?fbclid=IwAR36oXk12D-XLZ1rayXIzVINccIvy9cBzu2ieroqcKy8hM8PKR3-demCBjw}$

51 mil empresas estão relacionadas às 23 empreiteiras investigadas; são fornecedoras, investidores, prestadores de serviços e outros

Por Karin Salomão

access_time7 maio 2015, 18h10

more_horiz

AGU: 51 mil empresas estão relacionadas às 23 empreiteiras investigadas (Agência Petrobras/)

São Paulo – Mais de 51 mil **empresas** estão em risco por conta da Operação Lava Jato, afirmou o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams.

Essas milhares de **companhias** dependem das 23 empreiteiras que estão sendo investigadas pela Operação Lava-Jato da Polícia Federal, que podem fechar por conta do envolvimento com o escândalo de corrupção da **Petrobras**. PUBLICIDADE

As 23 empresas que estão sendo investigadas compõe um quadro de 51 mil CNPJs. Estas são fornecedoras, investidores e prestadores de serviços, que seriam afetadas pela restrição ou fechamento das empreiteiras.

<u>Segundo o advogado</u>, elas também são <u>responsáveis por quase 500 mil</u> <u>empregos</u>. Juntas, elas correspondem a 13% do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

Adams afirmou que o governo está fortalecendo instituições para eliminar a corrupção do país.

"Se a empresa, tendo os instrumentos para fazer essa mudança [para se adequar à Lei de Combate à Corrupção], não o faz ou não deseja fazer, vai sofrer as consequências da lei. Vai ser punida."

No entanto, ele citou os impactos dessas medidas. "Fechar os olhos para esse impacto, no entanto, se torna um verdadeiro absurdo", afirmou ele, durante seminário promovido pelo jornal Valor, que debateu a Lei Anticorrupção, a 12.846.

Consequências

A desaceleração dos investimentos da Petrobras, causada pelo prejuízo recorde da companhia, e a investigação das 23 empreiteiras envolvidas com a estatal pode levar a paralisações de projetos e cortes de funcionários.

Uma das empresas mais afetadas é a Lupatech. A empresa, que fornece tubulação para plataformas e passou por processo de recuperação extrajucicial, registrou um prejuízo 67% maior em 2014 em comparação com 2013.

A Sete Brasil, principal parceira da Petrobras na exploração do pré-sal, é outra companhia que <u>está em risco</u> por conta das investigações da Polícia Federal. A estatal diminuiu o pedido de construção de sondas e a companhia passa por dificuldades para conseguir empréstimos e enfrenta rebaixamento de rating.

Outro exemplo são as obras no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). No fim de janeiro, a Petrobras rompeu o contrato com a empresa Alumini para esse projeto. Cerca de 2.500 devem ser demitidos do canteiro de obras.

Em outubro, outros 4.900 empregados da Refinaria Abreu e Lima (Rnest), em Pernambuco, também haviam sido desligados após problemas com a principal cliente.

O estaleiro Engevix também não consegue obter recursos. A Caixa Econômica Federal não liberou a primeira parcela de um empréstimo de 260 milhões de reais. O valor está bloqueado desde outubro do ano passado.

Por isso, o estaleiro pode demitir 7 mil trabalhadores no município de São José do Norte (RS)

Desde dezembro do ano passado, <u>estaleiros já demitiram</u> 10 mil pessoas. Até julho, se a crise se agravar e a situação da Petrobras e da Sete Brasil continuarem indefinidas, o número pode subir para 40 mil demissões.

Para o Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval), as dificuldades no setor podem se prolongar por muitos anos.

1. Perdas calculadas

(Vanderlei Almeida/AFP)

São Paulo – Com atraso, a <u>Petrobras</u> divulgou na noite de ontem o <u>balanço</u> financeiro de 2014 auditado da companhia, com um prejuízo histórico: R\$ 21,6 bilhões. As perdas com <u>corrupção</u> também foram registradas desta vez no relatório auditado. Segundo a empresa, <u>o prejuízo</u> com desvios de verbas irregulares foi de R\$ 6,2 bilhões. Os investimentos feitos no período foram menores que os do ano anterior – e devem ser ainda mais baixos neste ano e em 2016. Veja, a seguir, 15 dos principais números divulgados pela estatal em seu balanço.

6. Acabou a conversa mole: está provado que Lula foi condenado sem provas

<u>1 de julho de 2019adminDestaque, Opinião, Todos os posts, Últimas notícias</u> - <u>https://blogdacidadania.com.br/2019/07/acabou-aconversa-mole-esta-provado-que-lula-foi-condenado-sem-provas/?fbclid=lwAR2P3lapm3gWB7Dkvp4lqB4tcdhtQxVo5k1wd1AxFC3WHZcwsbHqefC1a04</u>

Entenda reportagem e diálogos que mostram que Lula foi condenado sem provas

Acabou a conversa mole, e está revelada a patranha. Reportagem publicada pela Folha neste domingo, em parceira com o site "The Intercept Brasil", evidencia que os procuradores da Lava Jato sempre souberam que não havia provas para condenar o ex-presidente Lula no caso do tríplex. Este post é longo, sim, leitor! Vai ajudá-lo a entender a reportagem da Folha. O assunto me é especialmente caro porque entrei na mira dos idiotas quando afirmei, tão logo Deltan Dallagnol apresentou a denúncia contra Lula, no dia 14 de setembro de 2016, que não havia provas. E fiz o mesmo quando o Moro expediu a sentença condenatória, em 12 de julho de 2017.

Se você ler a <u>sentença</u> de Moro que condenou Lula, não vai encontrar os fatos — NESSE CASO, TAMBÉM CHAMADOS DE PROVAS — que justificam a <u>denúncia</u> apresentada pelo MPF. E a culpa não será sua, leitor. Não se trata de um déficit de entendimento. É que as tais provas não foram apresentadas pelo MPF porque os procuradores não as tinham.

Se você pertencer à seita morista, a exemplo dos que vão "protestar a favor" (!?) do ex-juiz neste domingo, faça como o seu herói: dê de ombros, não ligue, olhe para o outro lado. Afinal, o doutor eternizou nos autos esta maravilha: "Este juízo jamais afirmou, na sentença ou em lugar algum, que os valores obtidos pela Construtora OAS nos contratos com a Petrobras foram usados para pagamento da vantagem indevida para o ex-Presidente".

Entenderam? O glorioso Sérgio Moro transformou a condenação sem provas, alicerçada em suposições que nada têm a ver com os autos, numa nova categoria da Justiça brasileira. E alguns bocós saem por aí a dizer: "Ah, mas a sentença foi referendada pelo TRF-4 e pelo STJ". É mesmo? A Terra se tornará quadrada se tribunais de segunda e terceira instância resolverem comprar de um juiz de primeira instância a versão da quadratura do planeta?

Ora, se o próprio juiz diz que o apartamento não tem origem nos contratos da OAS com a Petrobras, cabem duas perguntas:

1: por que ele chamou para si um caso que nada tinha a ver com a Petrobras se ele era o juiz designado para cuidar apenas dos casos que tinham vínculos com a... Petrobras?

2: o doutor, então, condenou Lula com base em quê?

A pergunta número um não tem resposta. Moro, então, não era o juiz do caso. Ademais, a primeira leva de diálogos revelada pelo site "The Intercept Brasil" deixa clara a manobra para levar para Curitiba a investigação do tal tríplex do Guarujá, que se dava em São Paulo e estava relacionada ao caso Bancoop. Não sei se lembram: ao tratar do assunto, Dallagnol usou até a palavra "tesão".

Esse mundo é vasto e variado, e as pessoas têm o direito de sentir tesão por porco-espinho, cabo de guarda-chuva e suco de jiló. O tesão é livre em

relações consensuais, desde que não incluam crianças. Recomendo também que se excluam os bichos, coitadinhos! O que não pode é uma inclinação erótica contribuir para prender pessoas sem provas.

A pergunta número dois tem resposta, e ela nos conduz, então, à reportagem deste domingo publicada na Folha. Moro explicou por que condenou Lula: "A corrupção perfectibilizou-se com o abatimento do preço do apartamento e do custo da reforma da conta geral de propinas, não sendo necessário para tanto a transferência da titularidade formal do imóvel"

"Conta geral de propinas?" Mas qual "conta geral de propinas"?

Isso simplesmente não estava nos autos e era um assunto ignorado pelos senhores procuradores que cuidavam do caso. E agora isso fica ainda mais claro nas conversas dos valentes, publicada pela Folha:

26.ago.2016 Anna Carolina 19:52:11 Tinha isso de conta clandestina de Lula?

19:52:19 Esses Advs não valem nada

Jerusa 19:53:02 Nao que eu lembre

Ronaldo 20:45:40 Também não lembro. Creio que não há.

Sérgio Bruno 21:01:10 Sobre o Lula eles não queriam trazer nem o apt. Guaruja. Diziam q não tinha crime. Nunca falaram de conta.

A reportagem evidencia que os procuradores desconfiavam das versões apresentadas por Léo Pinheiro. Os elementos que levaram o juiz Sérgio Moro a condenar Lula, pois — QUE NADA TINHAM A VER COM OS CONTRATOS COM A PETROBRAS (logo, ele nem era juiz da causa) — foram a tal conta geral de propina, de que os procuradores nunca tinha ouvido falar ao longo da investigação, e uma suposta orientação de Lula para o empresário destruir provas. E isso? Já havia aparecido nos autos? Deixemos a resposta com a procuradora Jerusa Viecili:

Jerusa 13:32:25 Houve ordem para destruição das provas. Nisso a empresa foi desleal, pois nunca houve afirmação sobre isso. Salvo quando leo falou no interrogatório sobre destruição de provas, não houve menção a este assunto.

14:09:21 Leo parece que está escondendo fatos também

Como se nota, na fala acima, há uma menção ao interrogatório. Informa a Folha:

Em seu depoimento, em 24 de abril, o empreiteiro [Léo Pinheiro] afirmou que tinha uma conta informal para administrar acertos com o PT, introduzindo pela primeira vez o tema em sua versão. Além disso, acusou Lula de orientá-lo a

destruir provas de sua relação com o partido após o início da Lava Jato. O depoimento foi decisivo para o desfecho do caso do tríplex, porque permitiu a Moro conectar o apartamento à corrupção na Petrobras, justificando assim a condenação do ex-presidente Lula pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Mensagens trocadas por Deltan com seus colegas e Moro nessa época, publicadas pelo Intercept no início do mês, revelam que a forçatarefa se preocupava com a fragilidade dos elementos que tinha para estabelecer essa conexão, essencial para que o caso ficasse em Curitiba e fosse julgado por Moro.

Entenderam?

Ao longo de toda a investigação, nem Léo Pinheiro nem seus advogados haviam mencionado a tal "conta geral de propinas" ou a destruição de provas. Isso só veio a público no depoimento dado pelo empreiteiro no dia 24 de abril de 2017. Informa a Folha:

"No mês seguinte, o Ministério Público pediu a Moro que reduzisse pela metade a pena do empreiteiro no caso do tríplex, como prêmio pela colaboração no processo. Em julho, o juiz o condenou a 10 anos e 8 meses de prisão, mas o autorizou a sair quando completasse 2 anos e 6 meses atrás das grades."

Como não há limites para a falta de decoro e como parece haver na Força Tarefa mais a determinação de parecer honesto do que a de ser honesto, Deltan Dallagnol, sempre ele, se preocupava, então, com as aparências. Moro condenou Lula no dia 12 de julho de 2017. No dia seguinte, Deltan conversava com seus pares:

13.jul.2017 Deltan 17:10:32 Caros, acordo do OAS, é um ponto pensar no timing do acordo com o Léo Pinheiro. Não pode parecer um prêmio pela condenação do Lula

Vale dizer: não podia parecer aquilo que, de fato, era: um prêmio! Até porque, ora vejam, Pinheiro já havia feito antes uma delação, mas foi suspensa por Rodrigo Janot. E as negociações só foram oficialmente retomadas depois que o empresário acusou a existência de uma suposta conta geral de propinas — DE QUE NÃO SE TEM PROVA NENHUMA — e de uma suposta orientação de Lula, também impossível de ser demonstrada, para esconder provas.

Vejam acima o diálogo de 26 de agosto. Nas tratativas para a primeira delação, Léo Pinheiro já havia sido indagado sobre o apartamento e sustentava, segundo o procurador Sérgio Bruno, "que não havia crime".

É por isso, leitor amigo, que, caso você decida ler a denúncia do Ministério Público Federal e a sentença de Moro — os links estão neste texto —, não vai encontrar as provas. Elas não existem. Como os diálogos evidenciam, Lula foi condenado em razão de um único depoimento de Léo Pinheiro a Sérgio Moro.

Deltan Dallagnol apresentou a denúncia contra Lula no dia 14 de setembro de 2016. Dois dias depois, como revelou "The Intercept Brasil", ele trocou mensagens com Sérgio Moro.

Reproduzo trecho:

No dia seguinte, quarta-feira, 14, a Lava Jato mostraria sua primeira denúncia contra Lula, numa entrevista coletiva em uma sala de reuniões de um hotel de luxo em Curitiba. O triplex – segundo a Lava Jato, reformado pela OAS e doado ao político como propina em contratos da empreiteira com a Petrobras – era a peça central da denúncia por corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Dallagnol voltaria ao assunto numa conversa privada com o então juiz Sergio Moro, em 16 de setembro, dois dias após a denúncia. O procurador estava sendo duramente criticado por parte da opinião pública, que alegava fragilidade na denúncia. Tinha virado, também, alvo de chacotas e memes pelo PowerPoint que apresentou na entrevista coletiva.

O coordenador da Lava Jato escreveu a Moro: "A denúncia é baseada em muita prova indireta de autoria, mas não caberia dizer isso na denúncia e na comunicação evitamos esse ponto." Depois, entrou em detalhes técnicos: "Não foi compreendido que a longa exposição sobre o comando do esquema era necessária para imputar a corrupção para o ex-presidente. Muita gente não compreendeu porque colocamos ele como líder para imperar 3,7MM de lavagem, quando não foi por isso, e sim para inputar 87MM de corrupção."

Em privado, Dallagnol confirmava a Moro que a expressão usada para se referir a Lula durante a apresentação à imprensa ("líder máximo" do esquema de corrupção) era uma forma de vincular ao político os R\$ 87 milhões pagos em propina pela OAS em contratos para obras em duas refinarias da Petrobras – uma acusação sem provas, ele mesmo admitiu, mas que era essencial para que o caso pudesse ser julgado por Moro em Curitiba.

Preocupado com a repercussão pública de seu trabalho – uma obsessão do procurador, como demonstra a leitura de diversas de suas conversas –, ele prossegue: "Ainda, como a prova é indireta, 'juristas' como Lenio Streck e Reinaldo Azevedo falam de falta de provas. Creio que isso vai passar só quando eventualmente a página for virada para a próxima fase, com o eventual recebimento da denúncia, em que talvez caiba, se entender pertinente no contexto da decisão, abordar esses pontos", escreveu a Sergio Moro.

Dois dias depois, Moro afagaria o procurador: "Definitivamente, as críticas à exposição de vcs são desproporcionais. Siga firme." Menos de um ano depois, o juiz condenaria Lula a nove anos e seis meses de prisão.

Como fica evidente, a pantomima do PowerPoint buscava apenas disfarçar a falta de provas, que já era apontada por este "jurista". O espetáculo foi só um jeitinho de tentar transformar o apartamento em prova de propina, O QUE SERGIO MORO IGNOROU EM SUA SENTENÇA.

Para acusar Lula, ele recorreu ao depoimento de Léo Pinheiro, com afirmações que não tinham como ser comprovadas.

Os diálogos dos procuradores evidenciam de forma cabal que, ao longo das investigações, nunca se havia falado em conta geral de propinas e em orientação para destruir provas.

E assim se mandou um ex-presidente para a cadeia e se elegeu um presidente da República.

E assim se fez um ministro da Justiça.

Este mesmo que está sendo incensado nas ruas neste domingo.

Em nome do combate à corrupção.

Não é uma bela história?

https://www.facebook.com/UOLNoticias/videos/vb.124493634232128/564880137374632/?type=2&theater

7. Sergio Moro pode acabar preso na teia de aranha que ele mesmo teceu

O juiz dos sonhos de Bolsonaro se vê dia após dia deixado a sós com seus projetos, que poucos congressistas, muitos deles ainda enrolados com a Lava Jato, têm interesse em aprovar.

JUAN ARIAS

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/23/opinion/1563916187 444006.html?fbclid=lwAR0Gd b34zz83tXQJSzyNlAiQhAKpJ5F9k GX6Dr7rph8rYI kV-BOtlyEw

23 JUL 2019 - 23:36 BRT

Ainda não acabou a história do mítico juiz Sergio Moro, que com a operação Lava Jato criou um terremoto dentro e fora do Brasil, levando à prisão desde ex-presidentes da República, como o popular Lula da Silva, a empresários milionários, como Marcelo Odebrecht. De repente, o juiz deu o salto para a política, aceitando o Ministério da Justiça no governo de extrema direita de Jair Bolsonaro.

As novas conversas publicadas no domingo passado pelo *The Intercept* dão a entender que até o fiel escudeiro de Moro, o procurador-chefe da Lava Jato, Deltan Dallagnol, e outros colegas seus ainda não entendem por que Moro deixou o cargo que o tornara mundialmente célebre para ir ser ministro da Justiça de Bolsonaro. Ainda mais em se tratando de um personagem tão discutido por suas declarações a favor da tortura e da ditadura, que mal suporta os diferentes e considera que os direitos humanos servem só para beneficiar os bandidos. Para ele, o importante são os "humanos direitos". E nega que haja fome no Brasil.

LEIA MAIS COLUNAS DE JUAN ARIAS

Somente uma diplomacia de paz e não de guerra pode reconstruir a imagem do Brasil no mundo

Quando o imperador Calígula nomeou seu cavalo cônsul

O "não" taxativo dos brasileiros a armar a população. E agora, Bolsonaro?

Dallagnol faz intuir que Moro poderia ter se deixado subjugar por Bolsonaro por causa da possibilidade de conseguir uma vaga no Supremo Tribunal Federal. Há quem vá além e teorize que Moro, que apesar de todas as críticas continua sendo o ministro mais popular, tem os olhos postos na Presidência da República.

O hoje ministro da Justiça já havia explicado aos seus, para tranquilizá-los, que sua intenção ao aceitar o ministério tinha sido a possibilidade de modernizar e reestruturar boa parte da legislação brasileira, moldando-a à existente nas

democracias mais sólidas, como as dos Estados Unidos, Alemanha, França e Inglaterra.

À luz, entretanto, dos pouco mais de seis meses no Governo, Moro começa a se ver apanhado na teia de aranha que ele mesmo foi tecendo. O medo de seus amigos, começando por Dallagnol, é o que poderia ocorrer se, já no Governo, Moro pudesse constatar, por exemplo, que a corrupção contra a qual lutou durante anos existe também entre os membros da família do Presidente e poderiam chegar a alcançar o próprio Bolsonaro e sua esposa, Michelle, como bem expôs Flávia Marreiro em seu artigo de domingo passado neste jornal.

Moro, de fato, a quem Bolsonaro captou para seu governo como um troféu, já que uma das bandeiras de sua campanha era a batalha contra a corrupção e a defesa da Lava Jato, entendeu em seguida que se meteu num vespeiro. Que poderia servir ao presidente para conter as acusações de corrupção, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha, como é o caso de seu filho, o senador Flavio, mas que salpicam toda a família. Escândalo este que está cruzado por dois buracos negros: o assassinato da ativista social Marielle Franco e o misterioso destino do ex-PM Queiroz, que era amigo do presidente desde que o hoje senador Flavio tinha cinco anos, e que se suspeita que estivesse ligado aos milicianos assassinos da jovem vereadora negra.

Moro, no princípio, tentou minimizar as denúncias. Primeiro afirmou que ele agora já não é juiz e não pode intervir em processos, e que além do mais tais acusações de corrupção ainda não estavam claras. Bolsonaro se adiantou a ele e conseguiu do presidente do Supremo, Dias Toffoli, uma estratégia para que seu filho senador não pudesse continuar sendo investigado, algo que está levantando poeira. A pergunta seria: se o presidente já não precisar de Moro para parar as acusações contra sua família, para que continuar a protegê-lo, ainda mais quando poderia ser seu adversário na tentativa de reeleição em 2022?

Na fachada, Bolsonaro continua prestigiando Moro, sobretudo porque sabe que os seus seguidores mais radicais estão com o juiz-mito, e que perdê-lo

significaria um fracasso em seu governo. Na prática, de algum modo já o abandonou. Por exemplo, não fez nada para conseguir que o COAF ficasse no Ministério de Justiça. Seria um instrumento poderoso nas mãos de Moro. E nada está fazendo para que o tão alardeado projeto revolucionário do ex-juiz para o combate à criminalidade e a reestruturação da Justiça fossem prioritários em sua aprovação no Congresso. O Presidente não moveu uma palha a seu favor nem conseguiu que tramitasse paralelamente à reforma da previdência. Mais ainda, tanto o Congresso como o Senado foram pouco a pouco aguando os pontos mais importante do documento, como por exemplo a detenção após a condenação em segunda instância.

O juiz dos sonhos de Bolsonaro, que ainda não sabemos ao certo por que se deixou enfeitiçar pelo capitão que certamente sabia quem era, se vê dia após dia deixado a sós com seus projetos, que poucos congressistas, muitos deles ainda enrolados com a Lava Jato, têm interesse em aprovar.

E o que faz Moro? Não sabemos se por medo do isolamento ou por uma estratégia que só ele conhece, é hoje talvez o ministro que mais defende seu chefe, inclusive quando este escandaliza o país com suas afirmações racistas, como a de alguns dias atrás contra os nordestinos. Moro não precisava sair em defesa do presidente e, entretanto, o fez inclusive dos Estados Unidos, onde estava de férias com sua família, desmentindo que o presidente tivesse algo contra os nordestinos.

Assim, Moro vai dia a dia vendo-se mais apanhado nessa perigosa teia de aranha de seus comportamentos, sem que possamos imaginar como poderá sair dela, e menos ainda de cabeça erguida.

Enquanto isso, Bolsonaro vai tomando gosto por mandar e começa a enquadrar e afastar de seu Governo até generais importantes, para dar a entender que agora já é o presidente da República, e não aquele capitão na reserva que ainda jovem foi expulso do Exército por sua conduta subversiva. Queria usar métodos violentos e até de caráter terrorista para defender os

soldados que, segundo ele, ganhavam pouco. Chegou a ameaçar envenenar a água que abastecia o Rio de Janeiro.

Agora Bolsonaro quer deixar claro que está acima dos próprios generais. Não é difícil, portanto, imaginar que se necessário chutaria Moro. Por enquanto, já anunciou que a primeira vaga no Supremo será não para ele, como aparentemente havia prometido, e sim para alguém "terrivelmente evangélico" —um evangélico que crie terror no Supremo?

Quando Moro surpreendeu o país ao anunciar que deixava o cargo de juiz mais famoso do Brasil para ir com Bolsonaro, este jornal escreveu um editorial intitulado "Moro tira a máscara", dando a entender que com sua decisão ficava mais claro que sua verdadeira vocação era, desde o começo, a política. E há quem vá além ao suspeitar que muitas de suas condenações foram direcionadas para preparar o caminho aos seus futuros sonho de poder político, começando pela de Lula, que o impossibilitou de disputar uma eleição presidencial que certamente teria vencido.

É difícil entrar no pensamento do ex-juiz da Lava Jato, ainda jovem e com não poucas ambições. O que fica cada dia mais claro é que, para cair nas graças do presidente, está virando seu melhor defensor, inclusive em momentos nos quais, pelo contrário, deveria ter a coragem de lhe dizer *não* e até deixar o Governo. Moro é evangélico e homem da Bíblia. Deve conhecer, por isso, a passagem de Lucas, 17,1, onde Jesus diz a seus discípulos: "É impossível que não venham escândalos, mas ai daquele por quem vierem!". E também: "Ai de vós também, doutores da lei, que carregais os homens com cargas difíceis de transportar, e vós mesmos nem ainda com um dos vossos dedos tocais essas cargas" (Lc, 11,46).

A incógnita Moro continua aberta.



8. Bolsonaro no túnel do tempo

24/09/2019 - https://marcoanogueira.pro/bolsonaro-no-tunel-do-tempo/?fbclid=lwAR38U8-3mwAt5gbQx8EhlceYrXzKrWC8NVKBYalYr81MwYuSt3MnqmwkRAk

Marco Aurelio Nogueira

Em discurso na ONU, presidente brasileiro falou para seus eleitores e para os 'nacionalistas iliberais' de outros países. Perdeu uma boa oportunidade de dialogar com o mundo, num momento em que o Brasil está necessitado de apoios internacionais

O discurso de Jair Bolsonaro na ONU trouxe de volta uma era que já não mais existe, marcada por cortinas de ferro, guerras frias e obsessões nacionalistas. Um mundo que submergiu. O presidente brasileiro optou por falar de temas que não refletem a atual estrutura do mundo. Tolerância zero com preocupações ambientalistas, com os que se batem pela recuperação das florestas e a proteção das populações originais, com os que desejam um mundo mais pacífico e harmonioso. A beligerância deu o tom.

O presidente brasileiro bateu a torto e a direito, como um pugilista desorientado, sem dar a mínima para as consequências.

Mal articulado, o discurso presidencial insistiu em ênfases que importam a seus seguidores mais fanáticos e à extrema direita europeia, mas que pouca relevância têm para o conjunto da humanidade ou para os brasileiros. Quando falou da Amazônia – esse sim um tema inequivocamente relevante – foi para atacar a mídia, as organizações não governamentais e as potências "colonialistas", acusando-as de mentir e inventar uma crise só para roubar a soberania brasileira.

Não mostrou a altivez que se espera de um país do porte do Brasil. Optou por se alinhar atabalhoadamente aos Estados Unidos e aos governos europeus de extrema direita. Tendo Donald Trump como sua referência de estadista, o presidente brasileiro só faltou se ajoelhar compungido diante de Tio Sam. Em seu radar, porém, figurava também Steve Bannon, o desafeto de Trump que deseja pilotar uma guinada direitista no mundo.

Bolsonaro falou para seus eleitores brasileiros e para os "nacionalistas iliberais" de outros países. Tentou forçar uma aproximação com Macri, da Argentina, sem se dar conta de que Macri é uma direita de outro tipo, que quer distância da direita bolsonarista. E tentou passar por líder de uma articulação internacional que não está interessada em lhe estender a mão, nem muito menos em tratá-lo como um igual.

Não é só que o discurso decepcionou. Não havia muita expectativa de que Bolsonaro impressionasse. Ele é o que é, um homem simples e rude, que vai direto ao ponto, não esconde suas preferências ideológicas, nem se preocupa com o que dirão dele no dia seguinte.

Mas era de esperar que, falando num ambiente onde prevalece a diplomacia e a linguagem cuidadosa, e no qual muitas tratativas estratégicas podem ser feitas, o presidente brasileiro caprichasse um pouco mais na retórica, no mínimo para não brigar desnecessariamente e se mostrar sintonizado com o mundo real. Cabia a ele aliviar a crise diplomática que se abateu sobre o Brasil, dar sinais de moderação, procurar a recomposição de relações trincadas. Em vez disso, a opção foi entrar em um túnel do tempo de volta o passado.

Houve escorregões escandalosos. Ele se vangloriou de ter feitos acordos envolvendo o Mercosul e a União Europeia, esquecendo-se de dizer que o desenho desses acordos antecedeu em muito sua gestão na Presidência. Deu de barato algo que ainda está em processo de aprovação pelos Parlamentos dos mesmos países que ele chama de "colonialistas". Falou em socialismo 30 anos depois do fim da URSS e mentiu ao dizer que "os presidentes socialistas que me antecederam desviaram centenas de bilhões de dólares comprando parte da mídia e do parlamento, tudo por um projeto de poder absoluto". De tabela, desancou gratuitamente Cuba e a Venezuela.

Como se fosse pouco, Bolsonaro pediu ajuda à indígena Ysani Kalapalo, que integrou a delegação brasileira, para atacar, com rara grosseria, o líder caiapó Raoni. Tentou usar politicamente os problemas da população indígena brasileira, cujas principais lideranças imediatamente o desmentiram. Foi patético.

Prestou um desserviço ao País. Houve evidentemente quem o aplaudisse, a começar de seus ministros e assessores, que elogiaram, a clareza, a firmeza e a "contundência" do discurso. Sergio Moro chegou ao ponto de dizer que Bolsonaro foi "assertivo" e defendeu a soberania, a liberdade, a democracia. E houve também quem aproveitasse para criticar e diminuir a ONU, vista como se fosse uma instituição decadente e inútil.

9. Nas entrelinhas: Suprema decisão

 $\frac{http://blogs.correiobraziliense.com.br/azedo/nas-entrelinhas-suprema-decisao/?fbclid=IwAR08PeZi2xIjxL5_IuVzKTvhnGjjHxev-4jFBTWbsKu4VQWcvO717UEpwzQ$

Publicado em 26/09/2019 - 09:27 Luiz Carlos Azedo

O julgamento de hoje terá ampla repercussão em relação à Operação Lava-Jato, pois pode levar à anulação de 32 sentenças e beneficiar 143 réus"

O Supremo Tribunal Federal (STF) retoma hoje um julgamento que pode representar o maior revés até agora para a Operação Lava-Jato. Trata-se do habeas corpus do ex-gerente da Petrobras Márcio de Almeida, no qual sua defesa alega que o réu foi condenado sem direito à ampla defesa, porque não foi ouvido após o corréu que o acusou em delação premiada. O relator do caso, ministro Edson Fachin, que solicitou a apreciação o caso pelo pleno da Corte, na abertura do julgamento, apresentou voto contrário à tese, que pode levar à anulação de outras 32 sentenças da Lava-Jato, beneficiando 143 réus.

A defesa de Márcio de Almeida surfa uma decisão da Segunda Turma do STF, em agosto, que anulou a condenação do ex-presidente da Petrobras Aldemir Bendine. Foi a primeira vez que foi anulada sentença do então juiz federal e atual ministro da Justiça, Sergio Moro. Na ocasião, a defesa de Bendine tirou o seguinte coelho da cartola: réus delatados deveriam apresentar alegações finais após os réus delatores. A tese parte do princípio constitucional de que o réu tem o direito sagrado de se defender somente após a acusação.

Desde o início da Lava-Jato, a Justiça em primeira instância tem dado o mesmo prazo para as alegações finais a todos os réus, inclusive aos que fizeram delação premiada. Em consequência, os réus condenados pela Lava-Jato nessa situação podem se beneficiar da decisão do Supremo no julgamento de hoje. Entre os réus, ninguém menos do que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cuja defesa também pediu anulação das condenações nos casos do tríplex do Guarujá, pelo qual está preso, e do sítio de Atibaia, ainda em primeira instância. Mais quatro pedidos semelhantes já chegaram ao Supremo.

No julgamento de Bendine, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu anular a sentença de Moro que, em 2018, condenou o expresidente da Petrobras a 11 anos de prisão pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro. Com isso, o processo voltou à primeira instância da Justiça para nova sentença. Na segunda instância, a condenação de Bendine foi mantida, mas reduzida para sete anos, nove meses e 10 dias de prisão. O processo não chegou a ser concluído, porém, porque ainda falta a análise de um recurso.

Jurisprudência

Na Segunda Turma, Fachin também foi contra o habeas corpus de Bendine, mas foi derrotado pelos votos de Ricardo Levandowski, Gilmar Mendes e Cármem Lúcia. Supostamente, esses votos serão mantidos no julgamento de hoje. Para o habeas corpus ser aprovado, seriam necessários mais três votos. Há expectativas de que os ministros Luiz Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux e Marco Aurélio acompanhem Fachin. O presidente do Supremo, Dias Toffoli, e o decano, Celso de Mello, votariam como a maioria da Segunda Turma. A grande incógnita seria o ministro Alexandre de Moraes.

Em situações como essa, o Supremo costuma ser bombardeado nas redes sociais pelos defensores da Operação Lava-Jato, e o cenário político acaba contaminando suas decisões. Não será surpresa uma solução salomônica, daquelas em que um ministro pede vista do processo e a Corte susta o julgamento. Os ministros também podem limitar a decisão aos casos em que a defesa pediu para fazer as alegações finais após as dos réus delatores e não foi atendida.

Desaprovação

Pesquisa Ibope divulgada ontem mostra nova queda na avaliação do governo e do presidente Jair Bolsonaro. Para 31% dos entrevistados, o governo é ótimo ou bom; 32% o consideram regular e 34% o consideram ruim ou péssimo. Não sabem/não responderam somam 3%. A avaliação do presidente Jair Bolsonaro registra inéditos 32% tanto para ótimo/bom, como para regular e ruim/péssimo; 2% não sabem/não responderam.

Trocando em miúdos, a estratégia política de Bolsonaro não está dando muito certo. Segundo a pesquisa, encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), que ouviu 2 mil pessoas, em 126 municípios, 44% dos entrevistados aprovam sua maneira de governar, 50% desaprovam e 6% não opinaram. Já a confiança em Bolsonaro (42%) perde para a desconfiança (55%). Não sabe/não respondeu somaram 6%. O levantamento foi feito entre 19 e 22 de setembro. O nível de confiança da pesquisa é de 95%, com margem de erro de dois pontos percentuais, para mais ou para menos.

COMO OUSAM?

10. Greta Thunberg, Catarina Lorenzo e Paloma Costa: conflito geracional e desenvolvimento sustentável.

Jovens ativistas se destacaram na cobrança por ações mais incisivas dos líderes no combate ao aquecimento global e pela preservação ambiental

Publicado por Redação RBA 24/09/2019 10:18 - https://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2019/09/greta-thunberg-catarina-lorenzo-e-paloma-costa-conflito-geracional-e-desenvolvimento-sustentavel/

'Estamos no começo de uma extinção em massa e tudo o que vocês têm a alar é sobre dinheiro". afirmou Greta São Paulo – Um grupo de jovens de 8 a 17 anos denunciou Brasil, Alemanha, França, Argentina e Turquia por violar os direitos das crianças, sobretudo em relação ao futuro das crianças e adolescentes do mundo, ao não tomarem medidas efetivas no combate ao aquecimento global. Junto à sueca Greta Thunberg, que se notabilizou como uma das lideranças da Greve Global pelo Clima, também participou a jovem brasileira Catarina de Lorenzo. O grupo apresentou queixa na sede do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), em Nova York.

"Não permitiremos que tirem o nosso futuro. Eles tinham o direito de ter o seu futuro; por que não temos o direito de ter o nosso?", afirmou a brasileira. "Os líderes mundiais não cumpriram o que prometeram. Eles prometeram proteger nossos direitos e não fizeram isso", disse Thunberg.

Para o professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pósgraduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo (USP) Wagner Ribeiro, a participação dos jovens no debate intergeracional é de grande importância. "O conceito de desenvolvimento sustentável finalmente ganha uma vocalização a partir das novas gerações. A preocupação com o devir, com o futuro, que diz respeito à qualidade de vida que essas gerações vão alcançar. Colocada em xeque com as mudanças climáticas. Greta tem vocalizado muito bem essa questão, afrontando líderes mundiais", afirmou à jornalista Marilu Cabañas, para o *Jornal Brasil Atual*, nesta terça-feira (24).

Cúpula do Clima

Outra jovem brasileira, a estudante da Universidade de Brasília (UnB) Paloma Costa, de 27 anos, também cobrou as autoridades mundiais, em especial o presidente Jair Bolsonaro. Ela acusa o líder brasileiro de não dar respostas suficientes em relação às queimadas na Amazônia. "Não precisamos de oração, precisamos de ação", afirmou durante a abertura Cúpula do Clima da Organização das Nações Unidas (ONU).

Greta também participou. "Pessoas estão sofrendo, pessoas estão morrendo, ecossistemas inteiros estão em colapso, estamos no começo de uma extinção em massa e tudo o que vocês têm a falar é sobre dinheiro, e contos de fada sobre crescimento econômico eterno? Como vocês ousam?", afirmou a jovem sueca.

A Cúpula definiu metas para nortear a revisão do Acordo de Paris, que deve ocorrer no ano que vem, que incluem o fim da construção de usinas de carvão a partir de 2020, fim dos subsídios aos combustíveis fósseis, cortes de 45% nas emissões, em 2030, na comparação com 2010 e a neutralização da emissões de carbono até 2050.

REGISTRADO EM: CÚPULA DO CLIMA, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, DIREITO DAS CRIANÇAS, GRETA THUNBERG, ONU, UNICEF

SÍNODO DA AMAZÔNIA

Igreja rebate críticas do governo Bolsonaro e reafirma defesa dos povos originários

"O Papa Francisco não é contrário à soberania nacional nem à autodeterminação de nenhum país", afirma o Arcebispo de São Paulo, Cardeal Dom Odilo Scherer

Publicado por Hylda Cavalcanti, para a RBA 24/09/2019 07:34

Compartilhar:

VATICAN MEDIA

Sala do Sínodo no Vaticano: no sábado (21), foi divulgada a lista dos

Brasília – As declarações de autoridades do governo Bolsonaro sobre o Sínodo da Amazônia, que será realizado pelo Vaticano de 6 a 27 de outubro, provocaram reações da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e do próprio Papa Francisco, mas não reduziram o tom da expectativa. Numa das suas falas sobre o encontro, o Papa fez questão de destacar que o Sínodo sobre a Amazônia é uma reunião "de urgência", mas não um parlamento e sim, uma reunião de pastores. "A Amazônia envolve nove países, portanto, não se trata de uma só nação. Penso na riqueza da biodiversidade amazônica, vegetal e animal: é maravilhosa", afirmou, em comunicado.

"O Papa Francisco não é contrário à soberania nacional nem à autodeterminação de nenhum país, nem convoca bispos para tramarem contra os legítimos interesses de cada povo e cada país. Não se justifica a suspeita, levantada no ambiente aquecido das paixões nacionalistas, de que a ação da Igreja Católica na Amazônia sirva a interesses estrangeiros. A esse propósito convém lembrar que os missionários estão nos rincões mais retirados da Região Amazônica desde o século 17 e para lá não foram para escravizar indígenas, levar embora suas riquezas e devastar a natureza", ressaltou o arcebispo de São Paulo), Cardeal Dom Odilo Scherer.

"Muito ao contrário, por muito tempo eles foram os únicos a tomar a defesa dos povos originários da Amazônia contra a ganância de quem ameaçava sua liberdade, suas terras e culturas", acrescentou o cardeal. Já a CNBB, respondeu em carta aberta que a entidade lamenta imensamente que hoje, "em vez de serem apoiadas e incentivadas, nossas lideranças são criminalizadas como inimigos da pátria".

Padres casados

A realização de sínodos e outros encontros para discutir a situação de determinadas áreas, países e continentes, pelo Vaticano não é de hoje. Em 1991 João Paulo II realizou uma assembleia especial sobre a Europa. Em 1994, sobre a África; em 1995, sobre o Líbano; em 1998, sobre a Ásia; em 1998, sobre a Oceania; e em 1999 sobre a Europa outra vez. Em 2009, outro papa, Bento XVI convocou uma assembleia especial sobre a África e em 2010,

sobre o Oriente Médio. No sábado (21), foi divulgada a lista dos participantes na assembleia especial do Sínodo.

Um dos principais motivos dessa preocupação do Vaticano com a Amazônia, entretanto, diz respeito à redução da presença dos padres nos países amazônicos e consequente aumento das igrejas evangélicas e pentecostais na região. O que leva à discussão, em uma das pautas do evento, de um tema polêmico, que diz respeito à liberação do celibato para alguns sacerdotes — ou autorização de padres casados na região.

Padres casados já existem em áreas próximas de dioceses em caráter excepcional. Mas uma presença em grande quantidade deles na Amazônia, daqui por diante, é o que a ala mais conservadora da Igreja católica pretende rebater e lutar para evitar.

O secretário especial do Sínodo, o monsenhor David Martínez, do Peru, afirmou que o Vaticano elaborou um documento preparatório a ser discutido, cujo principal objetivo é "dar um rosto amazônico à catequese", com sugestões para capacitação de indígenas e facilidades para melhor acesso destes às comunidades e cidades. "Queremos que essas populações indígenas assumam papel de artífices da Igreja. Que não sejam apenas receptores da mensagem, mas também mensageiros", disse.

Mas essa visão tem sido objeto de crítica também, por parte de outros sacerdotes. O bispo emérito do Marajó (PA), Dom José Luís Azcona Hermoso, declarou há poucos dias que o Sínodo não pode ignorar a realidade e dar protagonismo apenas aos indígenas, porque hoje a Amazônia tem muitos negros e etnias e uma vida urbana forte também. Ele demonstrou preocupação, ainda, com o crescimento das igrejas pentecostais e evangélicas e o governo Bolsonaro.

Segundo Dom José Hermoso, ao contrário das pregações dos governistas de que é uma forma de intromissão na nossa soberania, o Sínodo é capaz de fazer acontecer a reconciliação nacional. "Nunca o Brasil esteve tão cindido, tão polarizado. Se quiser sobreviver, o Brasil tem necessidade absoluta, urgentíssima, de reconciliação, que se concretiza no amor aos inimigos. Este é o primeiro desafio que o Sínodo e a Igreja de Cristo têm que enfrentar", disse.

"O Sínodo não necessita expor diante do mundo o que já está exposto. O Sínodo poderá externar seu ponto de vista com relação à Amazônia e ao Brasil. É de justiça reconhecer que a Igreja, um sínodo no seu nível de autoridade, pode em todo momento e em toda parte, também no Brasil, pregar a fé com autêntica liberdade. Ela está incumbida por Jesus Cristo a dar seu juízo moral, inclusive sobre matérias referentes à ordem política quando o exijam os direitos fundamentais da pessoa, das etnias da Amazônia ou a salvação das almas", destacou Dom Hermoso.

Para preparar o evento, a Igreja consultou diretamente mais de 80 mil pessoas dos países amazônicos, durante quase um ano – incluindo representantes de 172 etnias indígenas. Por isso, os religiosos têm insistido em dizer que o Sínodo está fortemente embasado "na voz ativa dos povos indígenas e das comunidades tradicionais". "O Sínodo não vai questionar o modelo de

desenvolvimento da Amazônia. Quem está questionando são os povos amazônicos. O Sínodo só vai dar voz a estes povos", explicou o arcebispo de Porto Velho, Dom Roque Paloschi.

REGISTRADO EM: CNBB, GOVERNO BOLSONARO, PAPA FRANCISCO, SÍNODO DA AMAZÔNIA

FUTURO EM RISCO

Greta Thunberg, da Greve Global pelo Clima, denuncia o Brasil na ONU Grupo de 16 jovens ativistas acusou cinco países de não ter capacidade para enfrentar a crise climática, o que configura uma violação dos direitos dos menores de idade

Publicado por Redação RBA 23/09/2019 14:24

Compartilhar:

EUROPEAN PARLIAMENT/FLICKR

A ação, que conta com a participação de Greta, afirma que os governos mundiais estão violando os direitos da criança sob a Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança

São Paulo – O Brasil foi denunciado ao Comitê das Nações Unidas (ONU) para os Direitos das Crianças nesta segunda-feira (23), por um grupo de 16 jovens ativistas, incluindo a sueca Greta Thunberg. A ação também inclui Alemanha, Argentina, França e Turquia.

Segundo os jovens, os cinco países não demonstram capacidade de enfrentar a crise climática, o que constitui uma "violação dos direitos" dos menores de idade. Se o processo for bem-sucedido, as Nações Unidas classificariam a crise climática também como uma crise de direitos da criança e pode obrigar Argentina, Brasil, França, Alemanha e Turquia a trabalhar com outras nações para estabelecer metas de redução de emissões de carbono.

A denúncia é assinada por jovens entre 8 e 17 anos de 12 países, incluindo Thunberg, jovem que inspirou a Greve Global pelo Clima. "Está tudo errado, eu não deveria estar aqui em cima", disse ela à Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque. "Eu deveria estar de volta à escola do outro lado do oceano. Vocês roubaram meus sonhos, minha infância, com suas palavras vazias. Não vamos deixar vocês escaparem disso. Bem aqui, agora é onde traçamos a linha", acrescentou.

A ação, movida em nome da juventude pelo escritório de advocacia internacional Hausfeld, afirma que os governos dos estados nacionais estão violando os direitos da infância protegidos pela Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança. A convenção, elaborada em 1989, é um tratado que estabelece direitos inalienáveis como o direito à vida, à saúde e à paz.

Para os jovens, a emissão de carbono causada pelos incêndios provocados na Amazônia brasileira contribui para a mudanças climática tanto quanto as emissões de usinas de carvão na Turquia. A queixa apresentada será ouvida por um comitê de 18 especialistas internacionais sobre os direitos da criança. Caso seja acatada, a denúncia poderá estabelecer novos precedentes no direito internacional. Embora os cinco países representem 6,12% do total de emissões de carbono do mundo, o sumário executivo da ação diz que as crianças estão pedindo que "se envolvam imediatamente com outros Estados na cooperação internacional vinculativa para mitigar a crise climática", ou seja, podendo incluir outros países não mencionados na ação.

REGISTRADO EM: AMAZÔNIA, COMITÊ DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)
PARA OS DIREITOS DAS CRIANÇAS, GRETA THUNBERG, ONU
POLÍTICA GENOCIDA

Indígenas irão denunciar violações de Bolsonaro na Assembleia Geral da ONU

Lideranças de povos tradicionais prometem manifestações durante o discurso do presidente, nos Estados Unidos

Publicado por Redação RBA 23/09/2019 12:02

Compartilhar:

GUILHERME CAVALLI/CIMI

Lideranças indigenas brasileiras foram recebidas por parlamentares norteamericanos, sensibilizados com a atual situação da política ambiental brasileir

São Paulo – Desde o último dia 16, associações indígenas brasileiras estão em solo estadunidense dialogando com diversos setores da sociedade civil sobre os ataques do governo brasileiro aos povos indígenas, à Constituição Federal e à Amazônia. O advogado Dinamam Tuxá, líder da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), contou que lideranças brasileiras foram recebidas por parlamentares norte-americanos, sensibilizados com a atual situação da política ambiental brasileira.

"Conseguimos apontar o esvaziamento da política ambiental, os ataques aos povos indígenas, o discurso de ódio do presidente do Brasil e também mostramos que essa violência é patrocinada por recursos americanos. A madeira que está indo para lá é produto de extração ilegal, a mineração é clandestina, e há uma legislação norte-americana que proíbe a aquisição desse tipo de material", afirmou à repórter Nahama Nunes, da **Rádio Brasil Atual**. Além da presença dos indígenas brasileiros nos Estados Unidos, outras lideranças do Brasil participaram da 42º sessão do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), em Genebra, na Suíça, com o objetivo de denunciar os ataques do governo brasileiro com os povos guaranis. Flávio Machado, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), declarou que, em Genebra, ficou claro que os povos indígenas estrangeiros temem que o posicionamento de Bolsonaro acabe afetando os direitos de grupos tradicionais pelo mundo.

Segundo Machado, das 140 recomendações que a ONU fez ao Brasil referente aos direitos humanos, o governo brasileiro retrocedeu em 43. "O atual governo

age, de forma premeditada, contra os direitos dos povos indígenas e atenta contra a vida dessas comunidade, ao não proteger a Amazônia, ao não demarcar as terras dos povos originais. O Cimi está monitorando as 140 recomendações e o Brasil já retrocedeu em um terço. Isso resulta em mortes", lamentou.

Na Suíça, Saturnina Chiquitano, do povo indígena Chiquitano, ressaltou que o Brasil vive um grande retrocesso com o que classificou de políticas genocidas de Jair Bolsonaro. "O atual governo é anti-indígena, que ameaça os direitos dos povos indígenas, que retira tudo que conquistamos com muita luta e sangue derramado. É um retrocesso e só vai se agravar ainda mais", criticou ela

A comitiva de Bolsonaro partirá de Brasília para os Estados Unidos na noite desta segunda-feira (23). O presidente do Brasil já declarou que vai discursar na Assembleia Geral da ONU, nesta terça-feira (24). Para Bolsonaro, a pressão da comunidade internacional sobre sua gestão ocorre porque ele se nega a demarcar terras indígenas e a ampliar áreas de preservação ambiental.

Dinamam Tuxá conta que a intenção dos povos indígenas é fazer um grande protesto em Nova lorque durante o discurso oficial do presidente. "Estamos preparando um manifesto contra Bolsonaro aqui. Teremos credenciais para entrar e constranger o governo dentro da sede da ONU. Então, vamos ecoar nossas vozes aqui, pois eles tentam silenciar a gente, no Brasil", contou.

Ouça a reportagem de Nahama Nunes, na Rádio Brasil Atual

REGISTRADO EM: INDÍGENAS, JAIR BOLSONARO, ONU JOVENS NA LUTA

Incêndios na Amazônia despertam as pessoas para a importância da pauta ambiental, diz bióloga

Em cidades de mais de 150 países foram realizados atos na Greve Global pelo Clima, em defesa do meio ambiente

Publicado por Redação RBA 23/09/2019 11:04

MARCELO FRAZÃO/AGENCIA BRASIL

Integrante da Coalização pelo Clima lembra que os jovens têm papel fundamental na resistência por políticas climáticas, mas vê uma falta de engajamento da população brasileira

São Paulo – O Brasil e mais outros 150 países registraram protestos, na última sexta-feira (20), em defesa do meio ambiente, na Greve Global pelo Clima. A pauta mobilizou pessoas de diversas faixas etárias, etnias e movimentos. Para Marcela Batista Durante, bióloga e integrante da Coalizão pelo Clima, o potencial das manifestações cresceu após as medidas do governo Jair Bolsonaro em relação à preservação do meio ambiente.

"Tudo isso que está acontecendo é um novo momento de mobilização da juventude, que mostra não aceitar essas medidas desse governo. O fogo na Amazônia fez as pessoas perceberem como a pauta ambiental mobiliza a sociedade", disse ela, em entrevista à jornalista Marilu Cabanas, da **Rádio Brasil Atual**.

Marcela participou da manifestação realizada em São Paulo, no vão livre do Masp. Ela conta que o número de crianças e adolescentes chamou a atenção, assim como em outros lugares do mundo. "Foi um ato muito bonito e diverso, com a presença de crianças, que deram outra cara para a manifestação. Foi um marco, a questão climática está chegando com força nos noticiários, na assembleia da ONU, portanto, aos poucos, estamos atingindo as autoridades para alcançar as políticas ambientais necessárias, como a redução da emissão de gases do efeito estufa", celebrou.

Ao falar do papel dos jovens na defesa do meio ambiente, a bióloga citou a ativista sueca Greta Thunberg, de 16 anos, que realizada a *Fridays For Future* (sextas pelo futuro), na qual deixa de ir a aulas nas sextas para protestar. "Ela tem um papel fundamental, por ser tão jovem e conseguir apontar todos os gargalos que precisam ser encarados para superar a crise climática", afirmou.

A integrante da Coalizão pelo Clima lembra que os jovens têm papel fundamental na resistência por políticas climáticas, mas vê ainda uma falta de engajamento da população brasileira. "O engajamento poderia ser maior. A questão política do país, a falta de investimentos em educação, a gente não tem a noção da crise climática no Brasil, e isso vem aos poucos. O papel da mídia é fundamental nesse processo, fala-se muito da Greta, mas esquecem de mostrar o que é feito pela população brasileira e as articulações locais", acrescentou.

REGISTRADO EM: AMAZÔNIA, COALIZAÇÃO PELO CLIMA, GRETA THUNBERG, GREVE GLOBAL PELO CLIMA, MARCELA BATISTA DURANTE

11. Acordão e Lava Jato medem forças no plenário do STF

Mesmo sem repercussão geral, decisão do STF pode sinalizar para aonde sopram os ventos do tribunal.

<u>Andrei Meireles</u> setembro 25, 2019, 12:50 - https://osdivergentes.com.br/os-divergentes/acordao-e-lava-jato-medem-forcas-no-plenario-do-stf/?fbclid=lwAR0ingtm b74JQZTt9tkZs1FUd abyYVZDEze5wYOrE0a-xY4tLcYov7BUU

Há meses, o ministro Dias Toffoli mantém em suas gavetas uma penca de questões que podem definir o passado, o presente e o futuro das grandes investigações sobre corrupção. Vem adiando, por exemplo, uma nova decisão sobre a prisão após condenação em segunda instância, a anulação de investigações baseadas em relatórios de órgãos de controle, o heterodoxo inquérito no Supremo sofre fake News, entre outras pendências. Ele optou por pautar a toque de caixa um caso que permite aferir tendências dos colegas sem arriscar posições assumidas no acordão com os presidentes Jair Bolsonaro e Rodrigo Maia. É um teste também para os ministros que defendem a Lava Jato avaliarem suas próprias forças. Essa é a intenção, por exemplo, do ministro Edson Fachin.

O STF julga hoje a nulidade de processos e condenações em que os réus não se manifestaram nos autos após as alegações finais dos acusadores — caso que levou a Segunda Turma a anular a condenação de Adelmir Bendine, expresidente do Banco do Brasil e da Petrobras. Mesmo sem, a princípio, ter repercussão geral, a expectativa é de que sejam explicitadas três posições reveladoras de tendências em outros embates previstos para o plenário do STF ainda este semestre.

Para a turma do acordão, a melhor solução seria simplesmente mandar refazer inquéritos e a anular sentenças em que a defesa não tenha dado a última palavra após a última manifestação do réu delator, tendo ela recorrido ou não ao juiz antes do veredicto. Como a praxe nos julgamentos da Lava Jato sempre foi dar o mesmo prazo para as alegações finais, essa decisão poderia abrir a porteira para recursos em massa e uma anistia ampla para corruptos, sonho acalentado há tempos pelos principais caciques políticos. A segunda alternativa, a dos ministros mais alinhados com a Lava Jato, é simplesmente referendar os prazos concedidos por Sérgio Moro e outros juízes. Há uma

terceira hipótese posta na mesa: beneficiar apenas os que recorreram por mais prazo para a defesa antes do julgamento. Segundo a Força Tarefa da Lava Jato, essa decisão beneficiaria cerca de 30 condenados, entre eles o expresidente Lula no caso do Sítio de Atibaia, considerado o mais complicado para os defensores do próprio Lula.

Pelo fato de não ser um caso de repercussão geral, o mais relevante no julgamento de hoje talvez seja revelar a tendência dos ministros do STF para futuros julgamentos.

A conferir.

12. BOLSONARO NA ONU JOGA PARA SUA PLATÉIA MAIS RADICAL

Igor Gielow na FSP- Via Wanderley Diniz - 24 de setembro às 15:42

SÃO PAULO - Com um discurso autocentrado e coerente com sua fase de radicalização, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) deixou a pé aqueles que apostavam na oportunidade de ver o brasileiro apresentar-se como um líder mais racional e conciliador na Assembleia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas).

Ao contrário, Bolsonaro novamente dobrou sua aposta contra os críticos. E o fez no melhor estilo que o consagrou nas urnas, trazendo a exótica amálgama moldada pelos discípulos do escritor Olavo de Carvalho em seu governo, o filho Eduardo Bolsonaro e o chanceler Ernesto Araújo à frente.

Como sugeriam as postagens no Twitter de Eduardo, que age como chanceler de fato enquanto espera sua indicação formal à embaixada brasileira em Washington, o presidente resolveu falar o que considera sua versão da verdade. Neste ponto, Bolsonaro pode ser acusado de várias coisas, menos de incoerência.

Repetiu todo o discurso da ameaça de um suposto socialismo globalista, ou globalismo socialista, algo assim. Trouxe na parte final de sua longa fala, cujos 32 minutos superaram até o vago discurso de estreia de Dilma Rousseff (PT) em 2011 naquela tribuna, elementos como o combate ao politicamente correto e à ideologia de gênero.

Apanharam Cuba, Venezuela e o Foro de São Paulo, e só faltaram as famosas mamadeiras atribuídas ao PT na campanha eleitoral. Itens caros ao olavismo, como a crítica ao "materialismo ideológico", estiveram presentes. A única sugestão de inserção internacional colocada veio na forma da defesa de cristãos e outros religiosos perseguidos pelo mundo, de resto uma realidade com exposição limitada de seu escopo.

Também houve a admoestação da ONU em si, que não estaria cumprindo seu papel de fórum de iguais. Donald Trump não falaria melhor. Usualmente, discursos de presidentes brasileiros na abertura da Assembleia Geral são pontuados por defesas de políticas internas, mas num contexto maior.

Em sua fala, Bolsonaro foi de dentro para fora, falando de um suposto "novo Brasil" que representa e até da facada que levou na campanha, não sem os acenos diversos a seu núcleo de apoio evangélico, com referência à Bíblia e a Deus.

Seu discurso só se tornou internacional, tomando aí o centro de toda a fala, quando defendeu as posições brasileiras ante as críticas feitas por diversos países à sua política de manejo da Amazônia, foco dos maiores embates externos de sua gestão.

A temática ambiental só faz crescer nesses fóruns: em 2003, em seu discurso de estreia na ONU, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) mal o citou, enquanto Dilma fez uma referência algo maior, para vermos então Michel Temer (MDB) em 2016 falar mais amplamente.

Pegou Raoni para Cristo, dizendo que o cacique é instrumento ingênuo de políticos gringos. Não é uma crítica totalmente vazia no conteúdo, bastando lembrar o apadrinhamento do indígena por gerações de idealistas como o músico Sting ou por ecologistas de ocasião, como o atual presidente francês.

Mas o próprio Bolsonaro tratou de trazer o seu próprio totem "nativo", para ficar em suas palavras, a índia Ysani Kalapalo. Desde que Sacheen Littlefeather subiu à tribuna do Oscar para rejeitar a estatueta de melhor ator em nome de Marlon Brando pelo "Poderoso Chefão" em 1973, não se via uma terceirização dessas para uma audiência global.

A barragem contra a hipocrisia dos países desenvolvidos é em boa parte justificável, mas o tom dificilmente ganhará aliados à causa bolsonarista. A ideia de internacionalização da Amazônia é algo bastante arraigado em países europeus.

Bolsonaro prometeu conservar a floresta, mas ninguém irá acreditar, não menos pelos seus repetidos ataques à estrutura de monitoramento e combate à devastação amazônica. A paranoia acerca de interesses no precioso nióbio e outros bens, esteio da ideologia militar sobre o tema, não terá ressonância fora. De resto, a mídia, nacional e internacional, foi largamente acusada de repetir mentiras ambientais.

A claque bolsonarista vai vibrar, e o presidente mantém assim a trajetória de radicalização de discurso e isolamento que adotou após a aprovação da reforma da Previdência pela Câmara. A menção elogiosa a Sergio Moro é parte da dinâmica morde-e-assopra que estabeleceu com seu ministro estrela, e um recado para o Supremo Tribunal Federal, que analisará nesta quarta (25) entendimentos capazes de reverter sentenças da Operação Lava Jato.

O belicismo também obscureceu a parte econômica do discurso, ao falar sobre acordos comerciais e liberalização interna. Previsivelmente, defesa de

democracia, direitos humanos e liberdade de imprensa foram reduzidos a uma citação, enquanto a ditadura de 1964 ganhou um elogio inédito em tal palanque.

Em resumo, Bolsonaro foi Bolsonaro. Isso pega bem junto aos seus 12% de fiéis ainda irredutíveis, segundo o Datafolha, e também para algumas fatias do eleitorado que o apoiou em 2018. Para investidores estrangeiros e governos preocupados com a sua imagem ao negociar com países liderados por figuras abrasivas, a reação tende a ser outra.

13. Bolsonaro na ONU – Editorial ESP

Se tivesse dotes de estadista, Bolsonaro poderia ter recolocado o Brasil entre as nações que nutrem interesse pelo futuro da humanidade

Notas & Informações, O Estado de S.Paulo

25 de setembro de 2019 | 03h00 - https://opiniao.estadao.com.br/noticias/notas-e-informacoes,pragmatismo-afinal,70003029415

Na semana passada, decerto aconselhado pela ala ajuizada de seu governo, o presidente Jair Bolsonaro prometeu que faria um discurso "conciliador" na abertura da Assembleia-Geral da ONU. De fato, tratava-se de uma ótima oportunidade para tentar desfazer os equívocos que ele e seus ministros mais radicais cometeram ao hostilizar diversos países e governos que vêm se mostrando preocupados com os incêndios e a devastação na Amazônia. Poderia, se tivesse dotes de estadista, recolocar o Brasil na comunidade de nações que nutrem genuíno interesse pelo futuro da humanidade, o qual depende diretamente da preservação do meio ambiente.

O que se ouviu, no entanto, foi um ataque feroz contra um inimigo imaginário e a favor da intolerância – que desde sempre alimenta os discursos de Bolsonaro, agora amplificados pela sua condição de presidente da República.

Logo no início do pronunciamento, Bolsonaro tratou de nomear seu grande desafeto, dizendo que o Brasil "ressurge depois de estar à beira do socialismo". E continuou, para perplexidade geral: "Meu país esteve muito próximo do socialismo, o que nos colocou numa situação de corrupção generalizada, grave

recessão econômica, altas taxas de criminalidade e de ataques ininterruptos aos valores familiares e religiosos que formam nossas tradições".

Repetia dessa forma seu constrangedor discurso de posse, quando disse que sua chegada ao poder estava "libertando" o País do "socialismo" – ignorando o fato óbvio de que seu antecessor, o presidente Michel Temer, nada tinha de socialista, nem tampouco, a rigor, os governos anteriores. Tratava-se, tanto por ocasião da posse como agora na ONU, da reafirmação de um dos muitos slogans da campanha eleitoral de Bolsonaro, tão estridentes quanto desprovidos de significado real.

O Brasil, de fato, estava sob ataque, mas não dos "socialistas", e sim de quadrilhas de corruptos que desmoralizaram a política e assaltaram as burras da República. Corrupção não depende de socialismo ou de antissocialismo, como o próprio presidente da República deve saber. Ademais, é bom lembrar que a grande corrupção da era lulopetista havia sido quase totalmente desbaratada bem antes de Bolsonaro chegar à Presidência, graças aos esforços da Operação Lava Jato. Ou seja, Bolsonaro tenta se incluir – e em posição de liderança – num processo do qual ele não participou em nenhum momento.

Tais questões não deveriam ter sido levadas à tribuna da ONU, ainda mais envolvidas num discurso mistificador e demagógico. Não havia ambiente para isso. Em alguma medida, lembra o vexame protagonizado em 2014 pela então presidente Dilma Rousseff, quando transformou a ONU em palanque de sua campanha à reeleição – e, numa entrevista coletiva em Nova York, defendeu o "diálogo" com o Estado Islâmico, que na época havia decapitado reféns, para horror do mundo civilizado.

Mas nenhum delegado presente ao discurso de Bolsonaro deve ter se decepcionado, já que certamente eles ouviram o que já esperavam ouvir, isto é, ataques à imprensa internacional, acusações de "colonialismo" e insinuações de que estrangeiros defendem os índios e o meio ambiente como pretexto para cobiçar as riquezas da Amazônia. Ora, cobiça sempre houve e sempre haverá, mas a soberania da Amazônia não está sob ameaça real desde o século 19.

Se Bolsonaro estivesse realmente preocupado em afastar qualquer risco à soberania brasileira sobre a Amazônia, teria adotado um tom conciliador, em busca de harmonia com a comunidade internacional.

Desde o Barão do Rio Branco, o Brasil, ciente de seus limites militares e econômicos, optou pelo diálogo multilateral – e, ao não se alinhar fanaticamente a uma única potência, como faz Bolsonaro em relação aos Estados Unidos de Donald Trump, ganhou o respeito de toda a comunidade internacional.

Bolsonaro, assim, erra em dobro: ao investir numa retórica antagonista, ameaça apartar o Brasil da sociedade das nações; e ao tratar de maneira leviana das questões ambientais, com as quais todos os que têm responsabilidade deveriam se preocupar, coloca em risco o futuro do País que governa. Tudo isso em nome de um ideário retrógrado e fantasioso.

Tudo o que sabemos sobre:

Jair BolsonaroAssembleia Geral da ONU

14. Pragmatismo, afinal

Governo Bolsonaro parece ter decidido abrir negociação com parlamentares inclinados a apoiar o governo, oferecendo-lhes participação na administração.

Notas & Informações, O Estado de S.Paulo 25 de setembro de 2019 | 03h00 - https://opiniao.estadao.com.br/noticias/notas-e-informacoes.pragmatismo-afinal,70003029415

29 de setembro de 2019 | 03h00

Desde sua posse, o presidente Jair Bolsonaro adotou o total distanciamento como modo de se relacionar com o Congresso. Talvez convencido de que seus mais de 50 milhões de votos fossem suficientes para tornar automaticamente legítimos todos os projetos do governo encaminhados ao Legislativo, cabendo aos parlamentares apenas aprová-los sem maiores discussões e sem necessidade de negociação, Bolsonaro descuidou da formação de uma base governista com um mínimo de articulação. O resultado foram as seguidas derrotas sofridas pelo governo nos mais diversos temas, cabendo-lhe o papel de simples figurante em votações importantes, como a da reforma da Previdência.

Ante a perspectiva de novos reveses, o governo Bolsonaro parece afinal ter-se rendido às evidências de que sua estratégia estava equivocada e decidido abrir negociação com parlamentares inclinados a apoiar o governo, oferecendo-lhes participação na administração, na forma de cargos.

Ao contrário do que apregoa o jacobinismo antipolítico que tomou o País há alguns anos - e que, diga-se, ajudou a eleger Bolsonaro -, esse tipo de negociação não é, em si, sinônimo de corrupção. Num regime presidencialista com as características do brasileiro, em que o partido do presidente normalmente não tem maioria no Congresso para servir de base, é preciso atrair o apoio de outros partidos. Isso pode ser feito de duas maneiras: a cada votação ou por meio da construção de uma coalizão. No primeiro caso, a incerteza quanto ao apoio é permanente, pois depende de circunstâncias que mudam ao sabor da política; no segundo, articula-se a base conforme objetivos em comum, agrupando votos razoavelmente seguros para aprovar a maioria

dos projetos de interesse do Executivo, o que tende a conferir estabilidade ao governo.

Reportagem recente do Estado mostra que, aparentemente, o governo Bolsonaro optou pela formação de uma base de partidos que demonstrem "lealdade" em relação ao Palácio do Planalto. Em troca dos votos desses partidos, o Executivo oferecerá cargos do governo federal nos Estados. É uma clara reversão da determinação do presidente Bolsonaro de não franquear espaço no governo para atrair aliados.

De 102 nomeações para superintendências estaduais feitas entre janeiro e 15 de setembro, 50 resultaram de indicações políticas. O estoque de cargos federais comissionados de confiança nos Estados chega a 15 mil, a maioria dos quais cobiçada por políticos interessados em reforçar seu prestígio nas suas bases eleitorais.

Até agora, segundo integrantes do governo, essa distribuição de cargos estava sendo feita sem critérios claros, premiando inclusive parlamentares que votam contra os interesses do Executivo. Agora, o Palácio do Planalto está elaborando um mapa desses funcionários comissionados, vinculando-os aos parlamentares que os indicaram, de modo a ligar o destino desses servidores à "lealdade" daqueles que os apadrinharam.

Responsável pela articulação do Palácio do Planalto, o ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, disse que essas nomeações serão feitas "republicanamente" e "com muito critério". É o mínimo que se espera de um governo cujo presidente foi eleito com a promessa de enterrar o toma lá dá cá na relação entre o Executivo e o Congresso.

Por ora, o importante é que, aparentemente, o presidente Bolsonaro se convenceu de que precisa, nas palavras do ministro Ramos, de "uma relação

sincera, duradoura, leal, de confiança" com deputados e senadores que se dispõem a apoiar o governo. E isso só se dará se o presidente aceitar dividir parte do poder com esses aliados.

A condição para que tal coalizão seja, de fato, "republicana", como salientou o ministro Ramos, é que atenda não aos interesses pessoais do presidente da República ou dos parlamentares governistas, e sim aos interesses do País. O esforço político do governo não deve se prestar a aprovar pautas retrógradas ou simplesmente despiciendas, como a nomeação de um filho do presidente para a embaixada nos Estados Unidos. "A gente quer que o deputado esteja conosco nas reformas estruturantes, como foi a da Previdência, a tributária, a liberdade econômica, o saneamento básico, pacto federativo", disse o ministro Ramos. Que assim seja.

Tudo o que sabemos sobre:

Jair Bolsonaroprevidência socialcorrupçãoreforma previdenciária

15. Checamos o discurso de Bolsonaro na Assembleia-Geral da ONU: veja o resultado

Presidente fez declarações marcadas por exageros e imprecisões ao se dirigir a líderes de governos estrangeiros

https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/checamos-o-discurso-de-bolsonaro-na-assembleia-geral-da-onu-veja-o-resultado/?utm_source=facebook%3Anewsfeed&utm_medium=social-organic&utm_campaign=redes-sociais%3A092019%3Ae&utm_content=%3A%3A%3A&utm_term&fbclid=lwAR2hcCTZHTo19OPuy0E3tNMIgmDAHYiyyRgYQcbnXL_nJ6k8eHEOB2iBf4s

Alessandra Monnerat e Paulo Roberto Netto

24 de setembro de 2019 | 15h37

Em seu primeiro discurso na Assembleia-Geral das Nações Unidas (ONU), o presidente Jair Bolsonaro atacou os governos de Cuba e Venezuela e rebateu críticas à sua política ambiental. O presidente citou dados sobre o programa Mais Médicos, terras indígenas, o acordo Mercosul-União Europeia e a violência no País. Em alguns casos, Bolsonaro incorreu em exageros ou

alegações falsas. Veja, abaixo, trechos do discurso do presidente e a verificação dos fatos mencionados.

"Em 2013, um acordo entre o governo petista e a ditadura cubana trouxe ao Brasil 10 mil médicos sem nenhuma comprovação profissional. Foram impedidos de trazer cônjuges e filhos, tiveram 75% de seus salários confiscados pelo regime e foram impedidos de usufruir de direitos fundamentais, como o de ir e vir. Antes mesmo de eu assumir o governo, quase 90% deles deixaram o Brasil, por ação unilateral do regime cubano."

É falsa a afirmação de que os médicos cubanos do programa Mais Médicos não tinham nenhuma comprovação profissional. A <u>lei 12.873/2013</u>, que instituiu o programa de cooperação, estabelece que os médicos estrangeiros participantes devem apresentar "diploma expedido por instituição de educação superior estrangeira" e "habilitação para o exercício da Medicina no país de sua formação". Para participação no Mais Médicos, os profissionais estrangeiros não precisavam revalidar o diploma no Brasil por três anos.

E não há restrição para cônjuges ou filhos dos profissionais participantes do programa. A mesma lei deixa claro que o Ministério das Relações Exteriores pode conceder visto temporário para os "dependentes legais" do médico. A OPAS também havia informado, à <u>Agência Lupa</u>, que não havia esse tipo de impedimento nos acordos firmados entre Cuba e Brasil.

De acordo com o <u>Sistema de Informação Integrado Mais Médicos</u> (SIMM), site que reúne informações da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), ao final de 2013 havia 5,2 mil médicos cubanos participando do Mais Médicos no Brasil. O número de profissionais só ultrapassou os 10 mil em março de 2014, quando havia 11,1 mil médicos no País.

Em novembro de 2018, quando o governo cubano anunciou a decisão de deixar a parceria com o Brasil, havia 8,2 mil profissionais integrando o programa de cooperação. Em dezembro, o presidente de Cuba, Miguel Díaz-Canel, afirmou que mais de 90% dos médicos já haviam voltado para seu país natal.

Apesar de ter ocorrido antes do início do governo Bolsonaro, a saída <u>foi</u> motivada por um posicionamento do então presidente eleito. O Ministério da Saúde Pública de Cuba comunicou que Bolsonaro fez declarações "ameaçadoras e depreciativas" e sugeriu mudanças "inaceitáveis" no Mais Médicos. Entre as novas exigências estava a revalidação dos diplomas de cubanos.

Quando ainda era deputado federal, Bolsonaro havia entrado com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a suspensão do Mais Médicos.

"O Brasil também sente os impactos da ditadura venezuelana. Dos mais de 4 milhões que fugiram do país, uma parte migrou para o Brasil, fugindo da fome e da violência."

Os dados sobre migração venezuelana foram compilados pelo <u>Alto</u> <u>Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados</u> (ACNUR). A agência divulgou em junho deste ano que 4 milhões de pessoas saíram da Venezuela, um dos maiores grupos populacionais de refugiados do mundo.

Outros países latino-americanos receberam mais venezuelanos que o Brasil. A Colômbia é a mais impactada, com 1,3 milhão de refugiados, seguida pelo Peru, com 768 mil, Chile, 288 mil, e Equador, 263 mil. O número de venezuelanos no País é estimado em 168 mil.

De acordo com a ACNUR, foram 61,6 mil pedidos de asilo no Brasil em 2018. "Em apenas oito meses, concluímos os dois maiores acordos comerciais da história do país, aqueles firmados entre o Mercosul e a União Europeia e entre o Mercosul e a Área Europeia de Livre Comércio, o EFTA."

Em relação ao tratado entre Mercosul e União Europeia, o acordo foi concluído em julho, mas ainda não ratificado, e, por isso, não está em vigor. O texto ainda deverá ser apreciado pelo Conselho Europeu (órgão da UE que reúne todos os presidentes e primeiros-ministros do bloco). Há pressões de países europeus, como França e Áustria, e até mesmo do próprio presidente do Conselho, Donald Tusk, que colocam em dúvida a ratificação do acordo.

As negociações ocorreram ao longo de 20 anos, começando em 1995 com a assinatura do Acordo-Quadro de Cooperação Interregional Mercosul-União Europeia em Madri (Espanha) e, em 1999, com a fixação do objetivo de iniciar negociações bilaterais entre os blocos. As informações principais sobre o acordo constam em documento elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores neste ano:

Documento

• RESUMO MERCOSUL PDF

Segundo estimativas do Ministério da Economia, <u>o acordo Mercosul-UE elevará o PIB brasileiro em US\$ 87,5 bilhões em 15 anos</u>. Esse valor pode chegar a US\$ 125 bilhões se consideradas a redução das barreiras nãotarifárias e o incremento esperado na produtividade total dos dos fatores de produção. O aumento de investimentos no Brasil, no mesmo período, será da ordem de US\$ 113 bilhões. Com relação ao comércio bilateral, as exportações brasileiras para a UE apresentarão quase US\$ 100 bilhões de ganhos até 2035.

Em relação ao acordo Mercosul/EFTA, o tratado foi concluído em agosto deste ano em Buenos Aires (Argentina) com a Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein, que compõem a Associação Europeia de Livre-Comércio. As negociações levaram dez rodadas até a conclusão, mas as discussões ocorriam desde 2000. O tratado ainda precisa ser ratificado para entrar em vigor. Os detalhes foram divulgados pelo Itamaraty e podem ser conferidos abaixo:

Documento

NEGOCIAÇÕES PDF

Segundo estimativas do Ministério da Economia, <u>o acordo Mercosul-EFTA possibilitará um incremento do PIB brasileiro de US\$ 5,2 bilhões em 15 anos</u>. Estima-se um aumento de US\$ 5,9 bilhões e de US\$ 6,7 bilhões nas exportações e nas importações totais brasileiras, respectivamente, totalizando um aumento de US\$ 12,6 bilhões na corrente comercial brasileira. Espera-se um incremento substancial de investimentos no Brasil, da ordem de US\$ 5,2 bilhões, no mesmo período.

"Hoje, 14% do território brasileiro está demarcado como terra indígena, mas é preciso entender que nossos nativos são seres humanos, exatamente como qualquer um de nós."

Atualmente, o Brasil conta com 440 terras indígenas demarcadas e regularizadas, que correspondem a cerca de 12,6% (106.936.192,6 hectares) do território brasileiro (851.576.704,9 hectares). Os dados são da Fundação Nacional do Índio (Funai). Número próximo ao mencionado por Bolsonaro é encontrado quando se soma as áreas que ainda estão nas fases de Delimitação, Declaração e Homologação — ou seja, que ainda não foram regularizadas pela União. Somadas as áreas demarcadas e as que estão na fila da demarcação, haveria um total de 117.067.410,7 hectares, o que corresponde a 13,8% do território brasileiro.

"A reserva Yanomami, sozinha, conta com aproximadamente 95 mil quilômetros quadrados, o equivalente ao tamanho de Portugal ou da Hungria, embora apenas 15 mil índios vivam nessa área."

A Terra Indígena Yanomami conta com 96.649,75 km², distribuídos entre os Estados de Roraima e Amazonas, na fronteira do Brasil com a Venezuela, **segundo o Instituto Socioambiental**. Ao todo, a população yanomami é estimada em mais de 37 mil pessoas, englobando residentes venezuelanos. No Brasil, a população estimada é de cerca de 25 mil, **segundo dados dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas de 2017**.

O território demarcado é maior que <u>a área territorial de Portugal</u> (92 225,61 km²) e a área territorial da Hungria (93.030 km²).

"Em meu país, tínhamos que fazer algo a respeito dos quase 70 mil homicídios e dos incontáveis crimes violentos que, anualmente, massacravam a população brasileira. (...) Só em 2017, cerca de 400 policiais militares foram cruelmente assassinados. Isso está mudando. Medidas foram tomadas, e conseguimos reduzir em mais de 20% o número de homicídios nos seis primeiros meses de meu governo."

Segundo a <u>plataforma Sinesp</u>, do Ministério da Justiça e da Segurança Pública, em 2019 foram registradas 16.663 vítimas de homicídio no Brasil. Nesse mesmo período no ano anterior, foram 21.983 ocorrências. A redução, portanto, foi de cerca de 24%.

Nos anos catalogados pelo Sinesp, o número de homicídios não chegou a ultrapassar 60 mil. O patamar mais alto ocorreu em 2017, com 56.235 mortes.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública também compila dados de violência no Brasil com base em informações do Ministério da Saúde e publicou dois estudos sobre o assunto este ano. O Atlas da Violência calcula que tenham ocorrido 65,6 mil homicídios no Brasil em 2017. Já o Anuário Brasileiro da Segurança Pública aponta que em 2018 foram registradas 57,3 mil mortes violentas intencionais, redução de 10% em relação ao ano anterior. Documento

- ATLAS DA VIOLÊNCIA 2019 PDF Documento
- ANUÁRIO BRASILEIRO DA SEGURANÇA PÚBLICA PDF

Em relação à morte de policiais, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública aponta que, em 2017, 367 agentes foram mortos. No ano seguinte, este número foi de 343.

16. VALORIZAR O SUS

João Guilherme Vargas Netto- FB 24 SET

Um dos maiores erros estratégicos do novo sindicalismo brasileiro foi o de subestimar o sistema público de saúde, mesmo antes da instituição do SUS (artigo 196 da Constituição) na qual não teve participação efetiva. Até a Constituição e o SUS, o sistema público de saúde prestava assistência apenas aos trabalhadores vinculados à Previdência Social com as ineficiências de praxe; não era universal.

Na década dos anos 80, com a estratégia do novo sindicalismo de negociar diretamente com o patronato e desprezar o poder público e o Estado, passou a fazer parte dos acordos e convenções coletivas a cláusula do plano de saúde empresarial privado, logo generalizada, como

modernidade, para todo o movimento sindical mesmo na contramão do que se discutia e se projetava na Constituinte.

Hoje em dia não há acordo ou convenção que não contenha a cláusula, mas com a crise ela tem se revelado um dos pontos fracos dos trabalhadores nas negociações e objeto de chantagem do patronato que quer eliminá-la ou restringir seu alcance.

É o que está ocorrendo, por exemplo, nas negociações entre os Correios e os trabalhadores, mas pode ser constatado em inúmeras outras negociações. O mesmo fenômeno de corte e chantagem tem acontecido no mundo inteiro, como se constata na retaliação da GM à greve dos 50 mil metalúrgicos norteamericanos dirigida pela UAW.

Aproveito a entrevista de Armínio Fraga à jornalista Ana Estela de Sousa Pinto (na Folha), em que diz que a classe média passaria a valorizar o SUS se não existissem as isenções fiscais de saúde no imposto de renda, para fazer uma cogitação semelhante ao movimento sindical.

Na crise atual e com as dificuldades reais existentes é chegada a hora de uma volta à valorização da política pública de saúde substituindo (em um período de transição) a cláusula do plano de saúde empresarial privado por uma cláusula de fortalecimento do SUS, com compensações às empresas e aos trabalhadores, que enfrentariam assim a crise dos planos privados e valorizariam o SUS com atendimento universal e qualificado.

17. No Future-se, MEC vai contratar professores sem concurso público.

https://www.cartacapital.com.br/educacao/no-future-se-mec-vai-contratar-professores-sem-concurso-publico/?fbclid=lwAR1s-9ssII6v4YQwJb7Y3C4JydBW-52 JRs6CVMOTrqIMRHicSSWhGhBhA4

23 DE SETEMBRO DE 2019

CRÉDITOS: FABIO RODRIGUES POZZEBOM/AGÊNCIA BRASIL

No novo modelo, as contratações dos professores seriam intermediadas por Organizações Sociais (OSs), via CLT, o que não garante estabilidade

O ministro da educação Abraham Weintraub declarou que as universidades federais que aderirem ao <u>Future-se, programa que tem por objetivo a captação de recursos via iniciativa privada</u>, serão obrigadas a contratarem seus professores via CLT (Comsolidação das Leis do Trabalho). As informações foram dadas em entrevista ao Estado de S. Paulo. PUBLICIDADE

Hoje, os docentes prestam obrigatoriamente concurso público e gozam de estabilidade na carreira. No novo modelo, a contratação desse profissionais seria intermediada por Organizações Sociais (OSs), entidades privadas que prestam serviços públicos e não precisam seguir a Lei de Licitações e

Concursos. A ideia é que a manutenção dos professores no cargo seja atrelada ao desempenho.

► Leia também:

- MEC considera 'reality show' para atrair investidores às universidades
- <u>Lula: "Não troco meu diploma primário pelo de universitário do</u> Weintraub"

PUBLICIDADE

A estratégia seria para cortar o gasto do Estado com a folha de pagamento que Weintraub considera como uma "bomba-relógio", que gira em torno de 85% dos recursos. No entanto, embora o ministro alegue que a nova configuração não impactaria na estabilidade dos servidores, o STF decidiu em 2018 que empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista regidos pela CLT não fazem jus à estabilidade prevista na Constituição.

Em entrevista ao Estado de S. Paulo, Weintraub disse que uma das estratégias para resolver a questão com a folha de pagamento é apostar no modelo da Ebserh (autarquia do MEC que gere hospitais universitários federais), e fazer novas contratações via CLT. Ele declarou que essa seria uma das maneiras de preservar os contratos atuais e ir "gradualmente" trocando o regime de contratação.

Muito obrigado por ter chegado até aqui...

... Mas não se vá ainda. Ajude-nos a manter de pé o trabalho de CartaCapital.

O jornalismo vigia a fronteira entre a civilização e a barbárie. Fiscaliza o poder em todas as suas dimensões. Está a serviço da democracia e da diversidade de opinião, contra a escuridão do autoritarismo do pensamento único, da ignorância e da brutalidade. Há 24 anos **CartaCapital** exercita o espírito crítico, fiel à verdade factual, atenta ao compromisso de fiscalizar o poder onde quer que ele se manifeste.

Nunca antes o jornalismo se fez tão necessário e nunca dependeu tanto da contribuição de cada um dos leitores. Seja **Sócio CartaCapital**, assine, contribua com um veículo dedicado a produzir diariamente uma informação de qualidade, profunda e analítica. A democracia agradece.

18. Onde estão nossos militares nacionalistas?

A energia que querem entregar nos fará falta em breve

Em 1979 um ministro de Minas e Energia e militar de carreira, César Cals, mandou um telegrama para a direção da Petrobrás ordenando que fossem entregues todos os estudos de todas as áreas que as multinacionais quisessem para que elas escolhessem. Quem recebeu o telegrama na Petrobrás foi o então diretor de Exploração, Carlos Walter Marinho Campos, que comandou a ida para o mar que resultou na descoberta da Bacia de Campos em 1974. Carlos Walter, que até então não se importara com os contratos de risco assinados a partir de 76, ficou revoltado quando quiseram meter as mãos na Bacia de Campos. Ele chamou o então presidente da Sociedade Brasileira de Geologia (SBG), que também ocupava cargo na Exploração da Petrobrás, o geólogo Celso Ponte, e pediu-lhe para fazer a denúncia e evitar que a Bacia de Campos fosse entregue aos gringos.

Através do geólogo Frederico Laier (meu pai), Celso conseguiu contactar o então senador por Alagoas Teotônio Vilela (o pai). Convencido da seriedade da denúncia, Teotônio veio ao Rio para ver pessoalmente os dados que os geólogos tinham para provar que a Petrobrás já havia iniciado seus estudos nas áreas de águas profundas da Bacia de Campos. Celso preparou um dossiê que entregou ao senador Teotônio. No dia 14 de abril de 1980, Teotônio pediu a palavra e fez a denúncia: com um simples telegrama César Cals estava tentando mudar as regras dos contratos de risco para beneficiar as multinacionais estrangeiras.

A reação dos congressistas nacionalistas foi imediata. O PTB saiu em defesa da Petrobrás e do petróleo nacional estatal. Outros partidos também. Os jornais de 15 de abril não traziam o acontecido em suas manchetes de capa. A exceção era A Tribuna da Imprensa, do jornalista Hélio Fernandes, que ostentava na capa "*Teotônio convoca os militares para conter César Cals*".

Os militares nacionalistas atenderam ao chamado. O general Andrada Serpa, que comandava o Departamento de Pessoal do Exército, foi um destes representantes da "brava gente brasileira" ao criticar publicamente a política

econômica entreguista do governo Figueiredo. Ele foi afastado de suas funções por telefone no dia 16, ainda naquela semana. Em reportagem na Veja estaria explicado o afastamento: "não pelo que falou, mas porquê falou". Eram os anos de chumbo. E nem mesmo os militares estavam à salvo. Nós dias seguintes, o Jornal do Brasil também publicou alguma coisa. A Tribuna continuava firme. E assim, aquela tentativa naufragou, pois os setores nacionalistas civis e militares se organizaram para derrotá-la.

O que teríamos perdido se a Bacia de Campos tivesse sido entregue?

Já em 1984, descobrimos o primeiro gigante do pós-sal com Albacora (que descobriríamos depois, também tem Pré-Sal). Em 1985 seria a vez de Marlim, que já produziu mais de 2 bilhões de barris para a sociedade brasileira. Em 1986, descobriu-se Albacora Leste. E em 1987, descobriram-se os campos Marlim Leste e Marlim Sul. As descobertas de campos gigantes continuaram mesmo após a quebra oficial do monopólio, em 1997, por FHC.

Jubarte no norte da Bacia de Campos, o gigante do pós-sal de onde saiu o primeiro óleo do Pré-Sal, em 2008, foi descoberto na primeira metade dos anos 2000. Foi graças à produção desta Bacia que obtivemos a auto-suficiência volumétrica em 2006 e nos mantivemos perto desta até 2013, quando a Petrobrás fez 60 anos.

Em 2010 começava a produção em Lula. Primeiro campo supergigante do Brasil descoberto no pré-sal por Tupi, Lula foi desenvolvido em tempo recorde após a descoberta em 2006 e os avanços tecnológicos utilizados renderam à Petrobrás seu terceiro prêmio OTC em 2015.

Em 2014 e 2015, o maior campo produtor era Roncador, um gigante do pós-sal descoberto em 1996 e desenvolvido nos 2000. Com a entrada de Lula e do gigante Sapinhoá, Santos passou a frente de Campos. Em 2018 a bacia de Campos já havia produzido mais de 12 bilhões de Barris de petróleo. Mas somando apenas o volume *in place* de seus gigantes temos cerca de 57 bilhões de barris. E aplicando um fator de recuperação de 30% (em Marlim, o fator de recuperação já é maior) temos cerca de 17 bilhões de barris

recuperáveis. Mas destes volumes recuperáveis produzimos uma parte, mas ainda há bilhões de barris a recuperar. Isto sem contar o pré-sal em muitos destes campos do pós-sal de Campos que nem sequer aparece nos sumários exploratórios da ANP. Tudo isto jamais teria sido nosso se não fosse pela coragem de fazer a denúncia e de fazer a defesa do interesse nacional.

Vivemos uma distopia onde os que se dizem nacionalistas hoje entregam ao estrangeiro Yankee a Base de Alcântara, entregam a Embraer, querem entregar a Eletrobrás, a Petrobrás e até a Casa da Moeda. A Petrobrás querem entregar com requinte de sadismo esquartejando-a e vendendo-a por partes. "Com STF, com tudo". Não é estranho que a Agência Nacional do Petróleo queira entregar até informações estratégicas da Petrobrás para favorecer os gringos?

Hoje também temos um ministro de Minas e Energia militar, o Almirante Bento Albuquerque. São assinadas por ele as resoluções do leilão do Excedente da Cessão Onerosa. Onde estão nossos militares nacionalistas que deixam entregar uma província petrolífera que é a maior descoberta em mais de três décadas?

Não há outro pré-sal a descobrir. Conhecemos a estratigrafia e a evolução das bacias brasileiras. O Pré-sal é resultado de o esforço de várias gerações durante décadas. Lula já é o maior campo produtor em águas ultraprofundas do mundo. Búzios tem 1,7 vezes o volume de óleo *in place* de Lula. Búzios será ainda maior em produção. Mas será que vale à pena antecipar esta produção para atender às necessidades dos EUA e de seus aliados europeus?

A geração de riqueza, o PIB de uma nação, está diretamente relacionada com seu consumo de energia. A energia que querem entregar nos fará falta em breve. Mentem os que apregoam o fim do petróleo como fonte de energia importante. A transição energética levará décadas. E além de fonte de energia, o petróleo é matéria prima na petroquímica. Mentiram da mesma forma em 2015, quando Serra propôs o fim da exclusividade da operação única da Petrobrás e falavam do Pré-Sal como se o mesmo não produzisse. Na época, o pré-sal batia sucessivos recordes à medida em que as unidades de produção

definitivas entravam em produção em Santos e em que os poços em Campos eram conectados à infraestrutura já existente nos campos do pós-sal.

Patrícia Laier é geóloga e conselheira da AEPET

Petrobras ameaçada

Itens relacionados

- Desindustrialização e desigualdade no Brasil. Os 5% mais ricos têm mesma renda que 95%
 - Vigilância massiva, registo permanente
 - Planejamento estratégico do Brasil
 - Vigilância massiva, registo permanente

19. Militares já não alimentam expectativas. "O governo não será aquilo que esperavam".

Entrevista especial com Suzeley Kalil Mathias

Por: Patricia Fachin e Wagner Fernandes de Azevedo | 19 Setembro 2019 Depois de nove meses do início do governo Jair Bolsonaro, se havia expectativa por parte dos militares de alguma aue "emprestariam alguma racionalidade" ao presidente, eles "já não expectativas", diz pesquisadora Suzelev Kalil alimentam a Mathias à IHU On-Line. Segundo ela, "há ainda um outro movimento que já percebeu que o governo Bolsonaro não será aquilo que esperavam, que os militares não chegaram ao poder como acreditavam e agora esperam manter-se profissionais". Ela lembra que a "natureza da atuação das Forças Armadas - FFAA (não no governo), especialmente do Exército, é corporativa: querem garantir seus interesses, com a reforma que está no Congresso em primeiro plano".

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à IHU On-Line, a pesquisadora comenta a <u>atuação dos militares nos governos</u> passados e pontua que "houve pouco ou nenhum interesse de FHC e Lula em estabelecer autoridade sobre as FFAA. Ambos buscavam ao mesmo tempo utilizar as FFAA como funcionários do Estado para funções que não são de defesa (atividades subsidiárias) e reduzir sua presença política". O governo Dilma, explica, buscou "transformar as FFAA em uma instituição como outra qualquer do Estado, numa burocracia eficiente. Ela entende, talvez

ingenuamente, que se está em um processo de consolidação democrática e, portanto, as FFAA estão subordinadas ao poder civil".

Ela menciona ainda que "há uma crença" no país de que os militares são nacionalistas, mas "o nacionalismo jamais foi hegemônico nas FFAA". A pesquisadora também critica o uso indevido das FFAA como forças policiais na fronteira. "Sumariamente, as forças armadas não são polícias e, portanto, não estão preparadas para o combate ao crime organizado. Por outro lado, o uso delas como polícias tem trazido para dentro da instituição o próprio crime, como exemplificado pelo sargento que carregava cocaína no avião presidencial".

Suzeley também avalia os primeiros meses do governo Bolsonaro e frisa que o projeto do presidente para o país "fica cada vez mais claro: a desestruturação do Estado, com afrouxamento de todas as instituições, criando o que a literatura chama de 'Estados falidos', para que se espalhe para o Brasil a forma de administração própria das milícias, que é o grupo representado pelo bolsonarismo".

Suzeley Kalil Mathias é graduada em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, mestra em Ciência Política pela Universidade de São Paulo - USP e doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Atualmente leciona na Universidade Estadual Paulista - Unesp, no curso de graduação e pós-graduação em Relações Internacionais. É líder do Grupo de Estudos sobre Paz e membro do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional - GEDES.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Especialistas em estudos militares dizem que nos últimos anos houve uma mudança na formação dos militares brasileiros. Que aspectos têm caracterizado a formação dos militares nas últimas décadas e por que há uma mudança?

Suzeley Kalil Mathias - As mudanças no ensino militar são formais e de longo prazo. Não houve mudança substantiva na formação do oficial. Ademais, quem está hoje no **Comando das Forças** (generais da ativa) fez os cursos de Estado Maior até o final dos anos 1990. Houve alguma introdução de disciplinas/matérias na área de direito internacional e direitos humanos.

As mudanças no ensino militar são formais e de longo prazo -Suzeley Kalil Mathias

O sistema de ensino nacional é regulado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, de 1996. Nela se explicita (artigo 83) que o ensino militar constitui sistema próprio e que haverá equivalência de estudos. Assim, cada uma das Forças desenhou em Lei seu próprio sistema de ensino por meio dos seguintes diplomas: Aeronáutica — Lei 12.464/2011; Armada — 12.704/2012; Exército — 12.705/2012. Por meio dessas leis, as Forças Armadas - FFAA não podem mais discriminar o ingresso nas suas escolas por critérios próprios, valendo para as FFAA o mesmo que para qualquer concurso público.

No âmbito da pós-graduação, buscou-se maior aproximação com as escolas civis e na tentativa de adaptação das **Escolas de Estado Maior** (equivalente à pós-graduação) às regras da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - **Capes**, o que permitiu a certificação de cursos. Houve algum esforço no meio civil para criar linhas e áreas de pesquisa até bem pouco tempo exclusivas das **FFAA**. O mesmo não aconteceu nas <u>escolas militares</u>, que não são abertas a civis (apenas há contratação de professores, como sempre houve).

IHU On-Line - Qual é o perfil dos militares que estão no governo do presidente Jair Bolsonaro?

Suzelev Kalil Mathias - Os militares sempre se viram como uma casta à parte. Os que estão hoje no governo não são diferentes. São contemporâneos de **Bolsonaro**, da mesma geração, com um intervalo de cerca de cinco anos nas turmas de formação de oficiais. São militares formados ao longo do regime burocrático-autoritário, influenciados pelas divergências internas dos grupos militares no governo que atingia as próprias FFAA, mas que tinha na doutrina de unidade, do respeito à hierarquia e a disciplina, seu principal pilar. Esta pode ser traduzida em "não duvidar, não divergir, não discutir" (Rattembach, 1975). Foram formados no período pós-expurgo – é bom recordar que, logo após o golpe de 1964, o maior número de cassações e aposentadorias compulsórias aconteceu no interior das **FFAA**. Ouando do processo de transição, estavam nos primeiros postos, como tenentes ou capitães. Viveram o desmonte da indústria de defesa e a penúria financeira nos quartéis, produto das diferentes crises econômicas. O grupo mais próximo a **Bolsonaro** é formado por comandantes da Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti-MINUSTAH, que tiveram experiência em conflitos externos, mas em uma situação de 'adaptação da lei' para que pudessem atuar. Como a guase totalidade dos militares brasileiros não tem experiência em guerras – a exceção era **Santos Cruz**, que já saiu, que esteve na **Missão das Nações Unidas na** República Democrática do Congo - MONUSCO, no Congo. Por causa da atuação no Haiti, foram duramente criticados, ao que imputo seu ressentimento.

Os militares sempre se viram como uma casta à parte. Os que estão hoje no governo não são diferentes - Suzeley Kalil Mathias

Há uma crença de que os **militares são nacionalistas**, e deveriam ser, pois são defensores da nação – e são parte da definição do Estado. No entanto, como os estudos dos teóricos da dependência mostram, em países como o **Brasil**, as classes e os grupos sociais se conformam (desenham) de maneira diferente, com características próprias. O **nacionalismo** jamais foi hegemônico nas **FFAA**. Hoje predomina uma visão, não muito distinta de outros grupos sociais, de corporação, de defesa de seus interesses, daí serem 'entreguistas'.[2]

IHU On-Line - A sua tese de doutorado tratou sobre a atuação das Forças Armadas na administração pública, em particular nas Comunicações e na Educação entre 1963 e 1990. Como se deu a participação das Forças Armadas na administração pública nessas áreas?

Suzeley Kalil Mathias - No livro construo um modelo de análise dividido em três categorias, cada uma conformada por um conjunto de variáveis que me

permitem avaliar o grau de **militarização do governo** que aqui não tenho como reproduzir. Muito resumidamente, escolhi uma área técnica e uma social. Na área técnica (Comunicações), a participação militar era mais direta e melhor aceita. Por isso, era mais fácil fazer política. Já havia muitos militares, especialmente da Marinha, na área das Comunicações antes de 1964. Assim, eles foram os responsáveis pelas políticas públicas em mídias, informática e transportes. Na área social, a educação, a participação militar não foi muito grande em presenca física, mas controlavam postos chave no desenho das políticas para educação. Acreditavam – as discussões hodiernas em educação parecem uma reedição daquelas do fim dos 1960 e 1970 – que havia uma ideologia comunista, antipatriótica, que estava destruindo as criancas e a família brasileira. Por isso, introduziram disciplinas 'cívicas' – **Educação** Moral e Cívica (fundamental), Organização Social e Política do Brasil (médio), Estudo dos Problemas Brasileiros (Superior) -; fundiram disciplinas (como história e geografía, que tornaram-se estudos sociais) e eliminaram outras – como filosofia e sociologia, que se restringiam aos cursos de nível médio que exigiam sua presença, como 'normal' (formação de professores para o ensino fundamental) e administração de empresas (técnico – formação de auxiliar de escritório) -; criaram cursos profissionalizantes - de nível fundamental (ginasial, como atendente de enfermagem) e médio (como, por exemplo, auxiliar de enfermagem) e licenciatura curta (superior em dois anos, para formação de professores para o ensino fundamental) -; proibiram livros, estimularam a adocão de apostilas, mexeram nos planos curriculares, aumentaram/reduziram carga horária de cursos e disciplinas etc.

Uma questão interessante, que não está no livro, é a do orçamento [3].

IHU On-Line - A partir de 1990, o que mudou na atuação das Forças Armadas na administração pública?

Suzeley Kalil Mathias - As mudanças começaram bem antes, com <u>Geisel</u>, que começou a 'aparelhar' melhor os órgãos públicos com pessoas de confiança, independentemente de serem militares ou não. Com **Sarney**, houve, especialmente nas **Comunicações** (mídia), o uso de recursos e cargos como barganha e tentativas muito tímidas de mudanças na educação.

Por parte das **FFAA**, especialmente na passagem entre **Sarney e Collor**, houve uma espécie de retraimento, com as **FFAA** buscando cuidar de seus próprios interesses. Tanto assim que no processo constituinte, as FFAA foram bastante atuantes, montando um lobby especializado que garantiu na constituição o que elas queriam. No entanto, elas continuaram a ser afiançadoras do processo político, sendo ouvidas em cada possibilidade de crise que acontecia.

Outro movimento que pode ser percebido é que, regulamentada a entrada nos serviços públicos por concurso, muitos oficiais deixam as **FFAA** (o sindicalista **Bolsonaro** faz este movimento, mas por iniciativa da **Justiça Militar**, que o reforma – significa que ele ganha soldo) e ingressam em **carreiras civis** (iniciei uma pesquisa a respeito no início dos anos 2000, mas abandonei. Por isso, aqui é só uma informação, não tenho como comprovar). Isso implica em uma '**militarização**' da administração por transferência de ethos, de valores próprios da caserna para outros setores.

De uma forma geral, o que acontece é uma especialização maior das **FFAA**, buscando participar daqueles setores mais afeitos às questões da defesa e, hoje, inclusive por inércia e ação civil, da segurança pública.

Há uma infinidade de textos que ajudam a entender a passagem, os anos após. Menciono tenho constituintes OS que mão: Os livros/artigos de Eliézer Rizzo de Oliveira publicados a partir de 1988. especialmente o livro A tutela militar, escrito em conjunto com João Ouartim de Moraes (o texto deste é seminal)

IHU On-Line - Como se deu a atuação das Forças Armadas nos governos FHC, Lula, Dilma e Temer?

Suzeley Kalil Mathias - Em pouquíssimas palavras (quase leviana): houve pouco ou nenhum interesse de FHC e Lula em estabelecer autoridade sobre as FFAA. Ambos buscavam ao mesmo tempo utilizar as FFAA como funcionários do Estado para funções que não são de defesa (atividades subsidiárias) e reduzir sua presença política. Ou, como expressado em um artigo (escrito com Ana Penido) ainda inédito, "o poder político busca o controle civil reduzindo a autonomia militar, mas cede frente a esta, incorporando, às vezes ingenuamente, a concepção própria do meio militar, que é a internalização do conflito, reforçando, assim, o autoimputado papel de controle da ordem aos soldados."

Houve pouco ou nenhum interesse de FHC e Lula em estabelecer autoridade sobre as FFAA - Suzeley Kalil Mathias

Os **governos civis** procuram, seguindo uma tradição brasileira de achar que a existência da Lei/regras escritas é suficiente para fazer com que algo aconteça, desenhar em documentos legais a **Defesa** e as funções das **FFAA**, daí a **Lei Nacional de Defesa** (o primeiro documento é de 1996), a **Estratégia Nacional de Defesa** e o **Livro Branco da Defesa**. Na feitura de todos esses documentos houve grande participação dos **militares**.

A novidade com **Lula**, é que ele tinha um **projeto de desenvolvimento nacional**, muito nos moldes do que foi conhecido nos anos anteriores ao <u>golpe</u> <u>de 1964</u>. Neste projeto, a área de defesa estava fortemente contemplada, com um plano de modernização interessante. No entanto, esta política se chocava com a prática cotidiana que, como dito acima, tinha na função subsidiária das **FFAA** como principal atividade.

Dilma inaugura uma forma diferente, especialmente no segundo mandato, buscando reparação para o passado recente e transformar as **FFAA** em uma instituição como outra qualquer do Estado, numa burocracia eficiente. Há distribuição da conta da crise também para as FFAA. Ela entende, talvez ingenuamente, que se está em um processo de consolidação democrática e, portanto, as FFAA estão subordinadas ao poder civil [5].

IHU On-Line - Houve alguma mudança na atuação das Forças Armadas no governo Bolsonaro?

Suzeley Kalil Mathias - Sim. O ponto de inflexão, quando fica mais explícita a 'tutela' militar sobre o governo, está no **governo Temer**, quando do *twitte* do <u>Villas Bôas</u>. Mas, desde que **Temer** assumiu e designou o general <u>Etchegoyen</u> para o **Gabinete de Segurança Institucional - GSI**, já se notou a mudança.

Até a posse de **Bolsonaro**, creio que havia alguma expectativa, por parte dos militares no governo, que eles emprestariam alguma racionalidade a ele. Hoje, passados nove meses de governo (uma gestação!), penso que aqueles que não são corporativos, que têm algum interesse na profissão, como **Santos Cruz**, já não alimentam expectativas. A natureza da atuação das **FFAA** (não no

governo), especialmente do **Exército**, é corporativa: querem garantir seus interesses, com a reforma que está no Congresso em primeiro plano. Há ainda um outro movimento que já percebeu que o **governo Bolsonaro** não será aquilo que esperavam, que os militares não chegaram ao poder como acreditavam e agora esperam manter-se profissionais. Os indícios são o silêncio da caserna, especialmente da **Armada** e da **Aeronáutica**.

Por outro lado, o projeto Bolsonaro para o país fica cada vez mais claro: a desestruturação do Estado, com afrouxamento de todas as instituições - Suzeley Kalil Mathias

Por outro lado, o **projeto Bolsonaro** para o país fica cada vez mais claro: a desestruturação do Estado, com afrouxamento de todas as instituições, criando o que a literatura chama de "**Estados falidos**", para que se espalhe para o **Brasil** a forma de administração própria das milícias, que é o grupo representado pelo **bolsonarismo**. **Autoritarismo** e **repressão** é o mote.

IHU On-Line - Os militares têm algum projeto específico para o Brasil? Em que consiste?

Suzeley Kalil Mathias - 'Os militares', tratados genericamente, devem nutrir expectativas e desenhar planos para o país. No entanto, as FFAA, seja como instituição seja como corporação, não me parecem ter um projeto para o país. Elas estão voltadas muito para si mesmas, parecem viver em uma bolha tão rígida quanto a do Judiciário, que não consegue ver o país real. Porém, não me parece que devessem ter um projeto para o país. Pensar o país desde um ponto de vista institucional é importante, especialmente para definir as prioridades que julga essencial para que a instituição cumpra seu papel — os militares, mas não só eles, devem pensar a defesa do país. Porém, projeto de país é uma questão política e, portanto, não deve ser preocupação das FFAA, nem aqui nem em nenhum lugar.

IHU On-Line - É possível perceber disputas internas no interior do governo entre o que seria um projeto do próprio governo e o projeto dos militares para o país?

Suzeley Kalil Mathias - Parece-me que há várias visões em disputa no interior do governo, mas nenhum divide **militares** de um lado e civis do outro. Há unidade, um núcleo, que permitirá o que informei acima, que é uma desregulação completa das instituições, jogando como se fosse um 'mercado' em que tudo é disputado, mas não haverá árbitro, e aí é o 'quem pode mais, leva'.

Projeto de país é uma questão política e, portanto, não deve ser preocupação das FFAA, nem aqui nem em nenhum lugar - Suzeley Kalil Mathias

IHU On-Line - Que papel as Forças Armadas têm exercido na Amazônia?

Suzeley Kalil Mathias - As **FFAA** sempre foram importantes para a **Amazônia**, especialmente naqueles territórios de difícil acesso. Nos quartéis de fronteira, muitas vezes os únicos moradores de etnia distinta são os oficiais das **FFAA**. Assim, elas têm uma função muito importante no sentido de mostrar que somos uma nação, que o Estado brasileiro inclui aqueles territórios.

Entretanto, é preciso considerar que a visão nutrida no interior das **FFAA**, e que muitas vezes 'compramos' sem avaliar, é que elas só fazem o bem. Isso não é verdade. Elas detêm uma visão que as **FFAA** são as únicas preocupadas com a <u>Amazônia</u> e, portanto, o que elas imaginam ser bom é o que deve ser praticado. A visão de desenvolvimento que elas têm é ainda muito presa aos anos 1960, que indicava a ocupação do espaço e a construção de estradas como o suprassumo do desenvolvimento. Não há uma visão sequer dominante nos **meios militares sobre desenvolvimento sustentável**, sobre o papel das populações locais na constituição do desenvolvimento. Há uma sobreposição entre desenvolvimento como progresso, como refazer o caminho que os países europeus fizeram... Assim, creio que a função das **FFAA** de defender o território é importante e deve ser enfatizada. No entanto, não deve ser papel das FFAA, e nem devem ser cobradas por isso, serem veículo de desenvolvimento.

IHU On-Line - A partir da sua pesquisa "Enfrentando la Delincuencia Organizada Transnacional: Estudio Comparado de las Estrategias Regionales", o que evidenciou acerca da atuação das Forças Armadas brasileiras no combate ao crime organizado?

Suzeley Kalil Mathias - O livro, com um capítulo de minha autoria sobre o **Brasil**, está para sair. Sumariamente, as **Forças Armadas** não são polícias e, portanto, não estão preparadas para o combate ao **crime organizado**. Por outro lado, o uso delas como polícias tem trazido para dentro da instituição o próprio crime, como exemplificado pelo <u>sargento que carregava cocaína no avião presidencial</u>.

As Forças Armadas não são polícias e, portanto, não estão preparadas para o combate ao crime organizado - Suzeley Kalil Mathias

Como alguns analistas já apontaram, no caso do **Brasil**, como também do **México**, há uma inversão de papéis entre as **FFAA** e as **polícias** (estaduais e federais), com as primeiras sendo transformadas em forças auxiliares das segundas. A base disso é uma crença na incorruptibilidade das FFAA. No entanto, o uso indiscriminado delas em atividades policiais, ainda que nas fronteiras geográficas, traz sérios impactos na identidade do militar, não resolve o problema da **segurança pública** e trazem para dentro das Forças práticas que vêm se tornando corriqueiras nas forças policiais. Pesquisa conduzida por **João Arruda** em 2006 apontava que em épocas passadas, os crimes mais cometidos por militares eram a deserção e a insubmissão. Em 2000, esse número era de apenas 41% frente a 59% por acusações de roubo, extorsão, estelionato, homicídio qualificado e outros considerados graves. Este número hoje deve ser muito mais alto [6].

IHU On-Line - O governo <u>Bolsonaro tem se posicionado contrário ao Sínodo Pan-Amazônico</u>. Como a senhora interpreta a reação do governo ao Sínodo e a proposta do Sínodo em si?

Suzeley Kalil Mathias - É irrelevante minha posição, ou a da academia, sobre o <u>Sínodo Pan-Amazônico</u>. Este, como outros eventos da Igreja, foi decidido pelos religiosos e pela instituição muito antes do governo de plantão se sentir incomodado. Vivemos em um país religioso, no qual a Igreja (até hoje a única que escrevemos com maiúsculas é a católica) sempre gozou de grande prestígio e nem os mais autoritários generais do período autoritário criticavam a

instituição, ainda que tenham perseguido padres e religiosos individualmente. Assim, é preciso perguntar ao governo o que o incomoda tanto. Afinal, o presidente se diz católico e a voz máxima da Igreja, gostemos ou não, é o **Papa Francisco**.

É preciso perguntar ao governo o que o incomoda tanto. Afinal, o presidente se diz católico e a voz máxima da Igreja, gostemos ou não, é o Papa Francisco - Suzeley Kalil Mathias

IHU On-Line - Recentemente o Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos - OEA decidiu, por iniciativa da Colômbia, invocar o Tratado de Assistência Recíproca - TIAR contra a Venezuela. Como a senhora interpreta essa decisão e quais devem ser suas consequências?

Suzeley Kalil Mathias - A decisão mostra que a OEA não representa os interesses latino-americanos e, pior, está se transformando em porta-voz, como sempre tentou, dos EUA. O TIAR tinha sido denunciado pelo México pouco antes dos atentados de 11 de setembro de 2001, que voltou atrás diante daquela situação, mas deixou o TIAR. A medida da Colômbia é ilegal, do ponto de vista do tratado, pois não existe agressão externa que justifique uma intervenção. Por outro lado, também não podem invocar uma questão humanitária, com base no capítulo VI da ONU.

A medida fará com que se sufoque ainda mais a <u>Venezuela</u>, alimentando de fato uma crise. A consequência é maior sofrimento humano e, caso seja realmente levado às últimas consequências, traremos uma guerra na **América do Sul** sem nenhum sentido. A posição do **Brasil** sempre foi negociadora, tanto assim que propôs e foi vitoriosa a transformação da região do **Atlântico Sul** como **Zona de Paz**. Hoje isso não é mais uma realidade, pois tanto os **EUA** quanto outros países estão <u>militarizando a região</u>. A postura em favor de solução diplomática e não pela força fez o **Brasil** ser respeitado no mundo e na região. Mesmo quando houve o **golpe no Suriname** (governo Figueiredo), apesar das escaramuças, mantivemos a serenidade e negociamos.

Do ponto de vista **militar**, se tivermos uma guerra, será escancarado o despreparo das **FFAA brasileiras** para enfrentar o conflito. E no caso remoto de resolver o problema rapidamente, com o 'colapso' da **Venezuela**, quem ganhará algo com isso, ainda que tomemos do ponto de vista estritamente econômico e sem considerar as perdas humanas inclusive de longo prazo, será a **Colômbia** e os próprios **EUA**. Nós desmantelamos toda nossa capacidade de auxiliar em reconstrução pós-conflito, inclusive a de financiamento. Para este governo, talvez o 'ganho' seja que provocará o desmatamento e a ocupação de uma parte da **região amazônica** escudando-se no conflito, o que pode, mas é bem pouco provável, dar alguma folga do ponto de vista da política ambiental e das cobranças, particularmente europeias, que as 'políticas' adotadas pelo governo vêm sofrendo.

Se tivermos uma guerra, será escancarado o despreparo das FFAA brasileiras para enfrentar o conflito - Suzeley Kalil Mathias

IU On-Line - Por que e em que contexto foi criada a União de Nações Sul-Americanas - Unasul, o que ela significou para os países membros e qual é o significado da sua recente extinção?

Suzelev Kalil Mathias - Outra pergunta que há mais de uma tese a respeito.... Uma resposta mais formal é que o **Brasil** cumpriu a lei, pois a **Constituição** de 1988 determina que o país se esforce pela integração regional. Ela significou um atestado de maioridade para os **latino-americanos**, que poderiam resolver seus problemas contando apenas com seus próprios meios, pois excluía os países do Norte, que vivem outra realidade, muito diferente da regional sul-Também capacidade negociadora atestou a especialmente do próprio Lula, que incluiu todos os países no acordo. Os diferentes conselhos (órgãos internos especializados) estavam funcionando muito bem e havia a perspectiva, no médio prazo, de vários acordos em diversas áreas, promovendo maior cooperação e menores custos para toda a região. Do ponto de vista econômico, se não tivesse a devassa lava-jatista, teríamos ainda ganhos relativos bastante significativos, pois tínhamos as melhores construtoras e melhor capacidade de financiamento. Sua extinção implica no retorno a uma condição que apequena o país e a região.

IHU On-Line - Qual foi a importância do Conselho de Defesa Sul-Americano para a soberania dos países membros?

Suzeley Kalil Mathias - O **Conselho de Defesa** estava arquitetando uma forma cooperativa de enfrentar os problemas regionais relativos à defesa. Estava construindo uma ideia de soberania que implicava em que a dissuasão fosse externa à região, e nesta prevaleceria a paz – no sentido de ausência de conflitos internacionais. Também estava servindo para o compartilhamento de **treinamento militar** e de experiências em indústria de defesa. Poderia vir a ser um mecanismo de capacitação tecnológica e científica na área de defesa.

Por outro lado, ao separar em conselhos diferentes a questão da defesa da de segurança, responsabilizando este último pelo **combate ao crime organizado**, estava iniciando um outro processo de cooperação em **segurança policial**, incluindo inteligência, que poderia vir a ser um modelo inovador no controle dos crimes transnacionais.

IHU On-Line - A partir do fim da Unasul, o que deve acontecer com o Conselho de Defesa e como se projeta a agenda de defesa para os então países membros da Unasul?

Suzeley Kalil Mathias - Se a **Unasul** está desmantelada, então não existem mais seus órgãos. Aquilo que foi construído está se desintegrando e voltaremos a uma situação de **agendas de defesa nacionais**, com a cooperação entre os países costurada em acordos bi ou trilaterais. A probabilidade, como mostra a questão da **OEA** que você levantou, é a não existência de agenda de defesa regional e o sucesso dos <u>EUA</u> em impor sua agenda a todos e cada um dos países sul-americanos.

IHU On-Line - Desde 2013 a senhora pesquisa a relação entre a política externa e a defesa regional no âmbito da Unasul no que se refere à sua operacionalização militar. Quais são as principais conclusões desta pesquisa?

Suzeley Kalil Mathias - Posso compartilhar o relatório, que está espalhado nos diversos artigos que publiquei no período. Sumariamente, é o que respondi antes sobre a Unasul, ou seja, estava-se desenhando entre os países da região uma política de defesa compartilhada com crescente coordenação das operações militares e também policiais. Também havia aumento do interesse por desenvolvimento de artefatos de defesa com tecnologia compartilhada. O impacto, tanto econômico quanto político, indicava maior autonomia regional no médio prazo.

Estamos em um momento de contestação forte da hegemonia estadunidense, com a China avançando, bem como com o aumento de poder da Rússia. É um novo tabuleiro, com regras ainda nada claras - Suzeley Kalil Mathias

IHU On-Line - Quais são as principais diretrizes do Prosur (Fórum para o progresso da América do Sul), que surge depois da dissolução da Unasul? O que o Prosur sinaliza? Há uma mudança geopolítica na região?

Suzeley Kalil Mathias - Desconheço qualquer documento relativo ao Prosur. Não estudei. Há um desvio na geopolítica na região, mas não tenho como precisar a mudança geopolítica. Aparentemente, com o fim do estímulo ao multilateralismo e o estímulo a acordos de baixo alcance (sobre um único tema ou envolvendo dois ou três países), a região voltará a ser o que Celso Amorim falou sobre o Brasil: voltaremos ao cantinho do mundo. Estamos em um momento de contestação forte da hegemonia estadunidense, com a China avançando, bem como com o aumento de poder da Rússia. É um novo tabuleiro, com regras ainda nada claras.

Notas:

- [1] Para maiores informações: Ana Amélia Penido de Oliveira (2015). Profissionalização e educação militar: um estudo a partir da AMAN. Dissertação de Mestrado em Estudos Estratégicos, UFF; PENIDO, Ana A.; MATHIAS, Suzeley Kalil. Democracia en tiempos revueltos: consideraciones de la enseñanza en el Ejército argentino y brasileño. Trabalho apresentado no XIII Congresso da SAAP. Buenos Aires, Universidad Torcuato Di Tella, 2 a 5 de agosto de 2017, digit.; e MATHIAS, Suzeley Kalil; BERDU, Guilherme Paul. Ensino militar no contexto da mercantilização da educação. In: CARMO, Corival; WINAND, Érica; BARNABÉ, Israel; PINHEIRO, Lucas (org.). Relações internacionais: olhares cruzados. Brasília: Funag, 2013. (Nota da entrevistada)
- [2] Para mais informações: **Quartim de Moraes**, **João** (2019). O fator militar no governo Bolsonaro. Margem Esquerda, 32 (1ºsemestre) e **Jorge Rodrigues** Os militares do Presidente (01/07/19) Eris, <u>Blog do GEDES</u>. (Nota da entrevistada)
- [3] Neste caso, sugiro a leitura de: **Soares, Samuel Alves**; **Mathias, Suzeley Kalil**. Forças armadas, orçamento e autonomia militar. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, v. 24/25, 2001/2002. Disponível <u>aqui</u>. (Nota da entrevistada)
- [4] MATHIAS, Suzeley Kalil and GUZZI, André Cavaller. <u>Autonomia na lei: as forças armadas nas constituições nacionais</u>. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 2010, vol.25, n.73 [cited 2019-09-16], pp.41-57. Available <u>from.</u> ISSN 0102-6909. (Nota da entrevistada)
- [5] Aqui também há uma infinidade de trabalhos a respeito. Os artigos de <u>João</u> <u>Roberto Martins Filho</u> publicado em **Revista Brasileira de Ciência Política**, no 4. Brasília, julho-dezembro de 2010, pp. 283-306. Outro texto, de minha autoria com dois estudantes, que pode ajudar é: **MATHIAS, Suzeley Kalil; ZAGUE, José Augusto; SANTOS, Leandro F. S**. A política militar brasileira no governo Dilma Rousseff: o discurso e a ação. Opinião Pública, Vol. 25, no. 1, p. 136-168. Campinas (SP), Cesop-Unicamp, jan-abr., 2019. (Nota da entrevistada)

[6] Ver **ARRUDA**, **João Rodrigues**. O uso político das Forças Armadas e outras questões militares. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. (Nota da entrevistada)

Leia mais

- o <u>Amazônia e os militares: a tríade ocupação-desenvolvimento-soberania é indissociável.</u>

 <u>Entrevista especial com Adriana Aparecida Marques</u>
- O Governo de coturnos. O Exército na política nacional. Entrevista especial com Eduardo Raposo
 - o Sob Bolsonaro, visão militar volta a nortear desenvolvimento da Amazônia
 - o Comandante do Exército reafirma Amazônia como prioridade estratégica
- o <u>Militarização no Brasil: a perpetuação da guerra ao inimigo interno. Entrevista especial com</u>

 <u>Maria Alice Rezende de Carvalho</u>
 - o <u>"'Comprar' a agenda internacional dos EUA é uma das iniciativas mais despropositadas e contrárias ao interesse nacional que se pode imaginar". Entrevista especial com Rubens Ricupero</u>
 - o A mensagem de Bolsonaro e a ignorância quanto à defesa do território brasileiro
 - o Comandante do Exército repete fala dos ruralistas sobre Amazônia
 - o <u>A superlativa importância estratégica da Amazônia. Entrevista com o historiador militar</u>
 <u>Manoel Soriano Neto</u>
 - o A crise com militares no governo do pandemônio
 - o <u>Risco de militarização no governo Bolsonaro</u>
 - o Bolsonaro põe general no comando do Incra e reforça grupo militar no governo
 - o <u>'Discussões no Sínodo têm viés político', afirma Villas Bôas, ex-comandante do Exército</u>
 - o Abin monitora o Sínodo sem infiltrar agentes, afirma GSI
 - o <u>Sínodo da Amazônia coloca à prova a política ambiental de Bolsonaro</u>
 - o <u>Do general Villas Bôas à reserva, a ofensiva dos militares que querem voz na política</u>
 - o Farda, família e mercado: os homens que compõem o círculo de poder de Bolsonaro
- Antiglobalistas, militares e liberais disputam o controle da política externa no novo governo.
 Entrevista especial com Maurício Santoro
 - <u>Escolas militarizadas criminalizam infâncias populares. Entrevista com Miguel Arroyo</u>
 - o Como militares ganharam protagonismo inédito no Brasil desde a redemocratização
- A diplomacia da militarização. Uma tendência que se aprofunda nas relações dos EUA com a América Latina
- o <u>UNASUL e o desmonte do projeto de integração regional. Entrevista especial com Graciela</u>
 <u>Pagliari</u>
 - Nós somos todos americanos". EUA voltam a olhar para a América Latina
- o <u>"América Latina caminha para o enfraquecimento e a desintegração". Entrevista com Juan Tokatlian</u>
 - Desigualdade e Injustiça Social

0 *** ***

- Sérgio Buarque de Holanda - 'liberalismo conservador' brasileiro; - Raymundo Faoro - 'caráter patrimonialista do estado'.

Seguem algumas considerações críticas sobre o tema, baseadas em uma análise muito bem conduzida e fundamentada pelo sociólogo e filósofo Jessé Souza, professor e expresidente do IPEA:

o "A sacada genial de Sérgio Buarque de construir uma visão de mundo liberal conservadora - posto que esconde as verdadeiras razões da desigualdade e da injustiça social - com a aparência e o charme de uma suposta crítica social é a ideiaforça mais importante para a compreensão da manutenção da desigualdade e da injustiça social no Brasil. Afinal, a injustiça flagrante dos privilégios que se tornam permanentes tem que ser - no contexto de uma sociedade que diz ter acabado com todos os privilégios de nascimento - legitimada para que possa se reproduzir. Esta legitimação tem de esconder o mundo social injusto com ele é e também, se possível, ainda deslocar a atenção para aspectos falsamente importantes - ou, pelo menos, de importância secundária com relação às questões mais importantes -, de modo a perceber o mundo social escondendo o essencial e enfatizando o secundário. A forma mais importante de como o essencial é reprimido em nome da ênfase no acessório na

sociedade brasileira é por meio da repressão dos conflitos de classe em favor do deslocamento da questão da corrupção sempre estatal para o núcleo da análise social. Como esse deslocamento é, a meu ver, objetivamente falso, então é possível demonstrá-lo, com as armas da argumentação científica, para qualquer leitor de boa vontade - ou seja, aquele que ame a verdade - de modo irrefutável. Se Sérgio Buarque é o filósofo do liberalismo conservador brasileiro, ao construir o esquema de categorias teóricas nas quais ele pode ser pensado de modo pseudocrítico, Raymundo Faoro é seu historiador oficial. É Faoro, afinal, quem cria a narrativa histórica de longa duração desde o início do Estado português unitário e sua suposta transposição para o Brasil. Sua inegável erudição criou um efeito de convencimento que foi capaz de ganhar, não apenas o coração dos leigos, mas, também, da imensa maioria dos intelectuais e homens de letras do Brasil contemporâneo. (...) A tese do livro de Faoro é clara desde o início: sua tarefa é demonstrar o caráter patrimonialista do Estado e, por extensão, de toda a sociedade brasileira. Esse caráter patrimonialista responderia, em última instância, pela substância intrinsecamente não democrática, particularista e baseada em privilégios que sempre teria marcado o exercício do poder político no Brasil. Ou seja, o conceito de patrimonialismo passa a ocupar o lugar que a nocão de escravidão e das lutas de classe que se formam a partir dela deveria ocupar. A corrupção patrimonial substitui a análise das classes sociais e suas lutas por todos os recursos materiais e imateriais escassos. Faoro procura comprovar sua hipótese buscando raízes que se alongam até a formação do Estado português no remoto século XIV de nossa era. Um argumento central que perpassa todo o livro é o de que o Brasil herda a forma do exercício do poder político de Portugal. Como em Sérgio Buarque, a herança ibérica que supostamente fincaria fundas raízes na nossa sociedade passa a ser responsável por nossa relação exterior, e para inglês ver, com o processo de modernização capitalista. O Brasil seria uma sociedade pré-moderna, pois reproduz a forma patrimonialista, que vigorava em Portugal, de exercício do poder. Como nas várias centenas de páginas de seu livro Faoro procura demonstrar, precisamente, a correção histórica e sociológica de seu argumento, é no embate com suas ideias que poderemos perceber a fragilidade teórica dessas ideias teleológicas, ou seja, construídas para validar uma única tese política: a ação intrinsecamente demoníaca do Estado contraposta à ação intrinsecamente virtuosa do mercado. Essa é a ideia-força fundamental do liberalismo brasileiro por boas razões. Afinal, nas poucas vezes em que se verificou historicamente qualquer preocupação política com as demandas das classes populares, estas sempre partiram do Estado. É aqui que começa, portanto, o deslocamento da questão secularmente principal da sociedade brasileira, sua abissal desigualdade e a atmosfera de conflito abafado/generalizado que ela produz, como a mais importante peculiaridade social brasileira, em nome do falso conflito mercado/Estado. Esse conflito é falso por vários motivos. (...) Examinaremos como Faoro constrói seu argumento. Iremos reconstruí-lo, para posteriormente criticá-lo, partindo das suas duas teses principais que são intimamente relacionadas: 1) o Brasil herda de Portugal, para nossa desgraça, sua singularidade social e política; 2) o principal elemento que prova essa herança é a estrutura patrimonial do Estado e, por consequência, de toda a vida social. A síndrome do liberalismo conservador construída por Sérgio Buarque é continuada e avançada por Faoro em todas as suas virtualidades com exceção, como também no caso de Sérgio Buarque, do racismo de classe antipopulista que é criação posterior. Para Faoro, a formação do Estado português possui singularidades importantes dentro do contexto europeu. Portugal é o primeiro país da Europa a unificar seu território sob o comando indisputado de um único rei. Enquanto na maior parte dos países europeus a luta pela primazia e comando entre os vários grandes senhores territoriais ainda duraria séculos, até que o poder e prestígio de apenas um pudesse se impor em relação a todos o outros como um fato indisputado, a situação em Portugal foi bem outra. A guerra da reconquista do território português ao mouro possibilitou a incorporação de terras do inimigo à propriedade pessoal do senhor do reino e dos exércitos. O patrimônio do rei no século XIV já era maior do que o do clero e três vezes maior do que o da nobreza. Note o leitor que isso não significa qualquer confusão entre público e privado, já que a própria noção de público é posterior historicamente. Mesmo como simples ideia, a noção de soberania popular, que dá ensejo à oposição público x privado como conhecemos hoje, é muito mais tardia, sem falar na sua efetivação concreta como ideia política. Se a ideia de soberania popular começa no século XVII, sua efetivação concreta é ainda mais tardia.

Faoro usa, portanto, uma ideia a-histórica e fora de contexto para fundamentar sua tese. Algo como fazer filmes sobre a Antiguidade e imaginar neles tramas de amor romântico que foram criadas historicamente 2 mil anos depois. Assim como é ahistórica a noção de poder total do rei como negativa, já que é ela que antecipa o Estado democrático moderno.De certo modo, o sucesso de Portugal, sua unificação prematura que o predispôs a grandes conquistas, é a causa última, para Faoro, de seu fracasso como sociedade moderna. Assim sendo, desde a prematura centralização e unificação do Estado português medieval, o qual, se por um lado permite a concentração de recursos necessários à aventura ultramarina, quarda em si um efeito não esperado e perverso: impede as condições propícias para o desenvolvimento do capitalismo industrial. Ou, em outras palavras, impede a constituição mesma de uma sociedade moderna, visto que o Estado, ao se substituir à atividade empresarial individual baseada no cálculo, intervém inibindo o exercício das liberdade econômicas fundamentais. Com isso, nã apenas a ativiedade econômica é comprometida, mas o próprio exercício das liberdades públicas básicas, acarretando, também, a tibieza da vida democrática enquanto tal. Nesse sentido, a grande oposição ideológica do livro será aquela entre uma sociedade quiada e controlada pelo Estado, de cima, e as sociedades onde o Estado é um fenômeno tardio e o autogoverno se combina com o exercício das liberdades econômicas. O conceito central para dar conta da singularidade sociopolítica luso-brasileira é a nocão de Estado ou estamento patrimonial. O estamento seria uma camada social cuja solidariedade interna é forjada a partir de um estilo de vida comum e de uma noção de prestígio compartilhado, seguindo a lição weberiana. De modo a-histórico e conceitualmente frágil, como veremos em breve, Faoro equipara o caso português com o dos mandarins chineses, em uma sociedade muito diferente da portuguesa, inclusive em relação ao aspecto decisivo do desenvolvimento da economia monetária. Mas as filigranas conceituais não são o objeto principal da atenção de Faoro, mais interessado em criar a imagem de um 'estamento incrustado no Estado' - a tal 'elite', como se ela estivesse até hoje no Estado e não no mercado - a qual se apropria do aparelho de Estado e usa o poder de Estado de modo a assegurar a perpetuação de seus privilégios. Historicamente, o estamento se teria consolidado a partir da crise política portuguesa de 1383/85. O novo contexto de poder daí resultante consolida um novo equilíbrio entre a nascente burguesia e a nobreza lentamente decadente. Desse equilíbrio de forças, temos a estruturação de uma comunidade dentro do Estado que fala em nome próprio: o estamento. Básico para o conceito de estamento é a noção de honra. Honra é o conceito central das sociedades pré-capitalistas tradicionais. Ela funda-se no prestígio desigualdade." (Jessé Souza prosseque na presente análise em seu livro 'A Elite do Atraso - da escravidão à lava jato' Leya, 2017).

20. Três meses de revelações do Intercept e nada acontece no Brasil

 $\frac{https://www.cartacapital.com.br/?p=92573\&fbclid=lwAR2NWTJbp0UgTlUKK8aoChr74xWVi12gmgOa13LXGoMXBG4R4Kqb4We8}{Ang}$

MINO CARTA = 16 DE SETEMBRO DE 2019

No país da casa-grande e da senzala a lei é adaptável às conveniências contingentes dos mais fortes, a minoria rica

As derradeiras revelações do *The Intercept* haveriam de ser o último capítulo do enredo da farsa encenada pelo tribunal da Inquisição de Curitiba, também conhecido como Lava Jato, para alijar a candidatura do ex-presidente Lula das eleições de 2018 ao condená-lo e prendê-lo sem provas. Deveriam ser, e são aos olhos do mundo civilizado e democrático, enquanto o Brasil finge ignorar "a canalhice", como diz o condenado, cometida por Sérgio Moro e Deltan Dallagnol e sacramentada pelos poderes da República, com destaque para a Suprema Corte estupidamente pomposa a trair seu papel constitucional de guardiã da Lei.

No país da casa-grande e da senzala a lei é adaptável às conveniências contingentes dos mais fortes, a minoria rica. Não há como escapar à visão de um Brasil mergulhado na medievalidade mais obscura. Isto já foi dito e repisado e é do conhecimento até do mundo mineral, mas os brasileiros em sua maioria ainda não chegaram lá.

Há duas razões prioritárias de espanto. A primeira diz respeito ao silêncio das ruas, ao comportamento da mídia, inclusive à dolorosa constatação de que são muitos, em demasia, aqueles que, embora habilitados a perceber a velhacaria da farsa, preferem Lula preso. O ódio de classe explica até um certo ponto. Onde estão os cidadãos favorecidos pelas políticas sociais dos governos petistas, hoje devolvidos à sua irreversível pobreza? Sim, isto também já foi dito, e repetido talvez inutilmente, ao sublinhar a unicidade do fenômeno nativo.

Leia também:

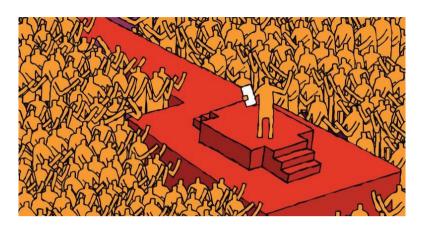
- Bolsonaro é o perfeito rebento de 519 anos de velhacaria e atrocidades
 - Jair Bolsonaro: eis o impecável representante da demência nativa
 - País da casa-grande e da senzala mostra seu rosto verdadeiro

Desde o início de junho, *The Intercept* divulga o resultado de uma investigação que não deixa dúvidas quanto à sua veracidade. Vêm à tona provas irrefutáveis de uma tramoia ciclópica que envergonha a todos e condena o País à condição de pária internacional, destinado a ser ainda colônia, e habitado por um povo sempre vocacionado para a escravidão. Em mais de três meses de revelações cada vez mais assombrosas, nada aconteceu, a não ser, nesta semana, a patética declaração de Gilmar Mendes, ao acentuar ter agido quando do vazamento de um telefonema entre Dilma Rousseff e Lula, e intervir para impedir a designação do ex-presidente a chefe da Casa Civil, baseado nas informações fornecidas pelos inquisidores, parciais e incompletas.

Ato falho do nosso Darth Vader? De fato, ele reconheceu implicitamente que o *The Intercept* conta a verdade. Em compensação, a mídia nunca chegou a um papel tão abjeto ao tomar claramente o partido dos desmascarados, até na hora em que estes inventam uma contramanobra para neutralizar o efeito das últimas revelações sobre os criminosos propósitos que orientaram o golpe de 2016. *CartaCapital*, sem a mais pálida chance de engano, já sustentou que, a partir da Lava Jato, tudo quanto se seguiu até a eleição de Jair Bolsonaro invalida todo o período pós-PT.

Falta falar da segunda razão de espanto terrificante. Está no inesgotável recurso golpista à ignorância do povo, à inconsciência da cidadania, à incapacidade não somente de reação, mas também, e sobretudo, de entendimento da constante humilhação a que foi submetido pelos séculos adentro. A esquerda, se em algum momento existiu e teve peso no contexto político, não soube preparar o povo para a compreensão das intermináveis ofensas recebidas. Na minha opinião, duas passagens da memorável entrevista de Lula a esbanjar energia, publicada na semana passada, me

tocam profundamente. Quando declara: c E mais, constata que o Brasil deveria imitar a Argentina. O grande e querido amigo me perdoe, mas o PT insiste no erro, a não ser nas terras livres do Nordeste.



21. O nome disso é fascismo

https://marcoanogueira.pro/o-nome-disso-e-fascismo/?fbclid=IwAR2IleObmueU3X1IdZ6IQAwDp9yhumtsrN7Zi7sos0rESHwCouR-ZxOn_5o

Marco Aurelio Nogueira - 17/09/2019

A ideia de uma "militância organizada" do bolsonarismo não deve progredir.

Mas o fato de ter sido proposta é de assustar. Dado o estágio cultural em que estão estacionados os seguidores mais fervorosos de Bolsonaro, dá bem para imaginar o que seria ela.

A ideia lançada nas redes pelo escritor reacionário Olavo de Carvalho de criar uma "militância bolsonarista organizada" é um passo à frente no movimento que elegeu e defende Bolsonaro.

Se, antes, se tratava de um vasto e impreciso estado de espírito – majoritariamente antipetista e preocupado em "regenerar moralmente a Nação" – , agora se deseja um bolsonarismo projetado como movimento político organizado.

"Notem bem – escreveu Olavo –, eu não disse militância conservadora nem militância liberal. A política não é uma luta de ideias, é uma luta de pessoas e grupos".

Quer dizer, tropas ativas, financiadas e estruturadas de modo permanente, com atuação diária de ataque e defesa. Não só um partido, organização que atua nos limites da legalidade, como o PSL, mas algo que extrapola a política propriamente dita e se debruça sobre um arsenal de expedientes e armas de combate. Invariavelmente, o ataque privilegia as instituições, em particular as políticas, estatais, tidas como barreiras que impedem a regeneração almejada. Sozinho, Bolsonaro já barbariza bastante. O que acontecerá se contar com uma base mobilizada de pessoas dispostas a "morrer por ele"?

Dado o estágio cultural em que estão estacionados os seguidores mais fervorosos de Bolsonaro – entre os quais Olavo, um escritor que não se envergonha de praticar uma "filosofia" da borduna, da grosseria e do palavrão, se exibe dando tiros por prazer e agride a opinião pública protegido por um refúgio na Virgínia, EUA –, dá bem para imaginar o que seria essa "militância organizada". A intimidação, que hoje flutua como uma sombra sobre nossas cabeças, seria certamente amplificada, esvaziando ainda mais o espaço público democrático.

Em outras circunstâncias, foi assim que cresceram as milícias fascistas e nazistas na Itália e na Alemanha, bem como outros simulacros de "camisas negras" pelo mundo.

Preocupada, a deputada estadual Janaína Paschoal (PSL-SP) denunciou a proposta de Olavo, acusando-a de tentar criar o "imbecil coletivo bolsonarista": um agregado de inocentes úteis, arruaceiros, agitadores e fanáticos cegos para

a realidade. Olavo não gostou, pois foi com essa expressão que ele viveu atacando as esquerdas.

A proposta assentou o tijolo que faltava para que o ambiente governista se aprofundasse numa trilha de miséria ética, política e intelectual, que reverbera os abalos que sacodem o universo dos apoiadores governistas.

Não precisamos de fascismos redivivos. Eles só servirão para assoprar as brasas de uma fogueira que nos queimará a todos, que nada produzirá de positivo nem sequer para o governo Bolsonaro, cuja unidade se desfaz a cada dia.

Como tem sido usual em Olavo, a proposta veio a público embrulhada em egocentrismo exacerbado, pobreza intelectual e irresponsabilidade cívica, ingredientes típicos de sua "filosofia da ação".

Não é de crer que progrida. Mas o fato de ter sido apresentada e carimbada é de assustar.

22. O que explica a queda de homicídios? Facções, programas estaduais e economia dão pistas.

https://www.msn.com/pt-br/noticias/brasil/o-que-explica-a-queda-de-homic%C3%ADdios-fac%C3%A7%C3%B5es-programas-estaduais-e-economia-d%C3%A3o-pistas/ar-AAH5E9P?ocid=spartanntp&fbclid=lwAR21ze29Q-xDQqRXm8EMaw2hmXVoJSDw2Asal4c-xNX_3cqjuhcHNlWM06U

Marco Antônio Carvalho - 10/09/2019

SÃO PAULO - O **Fórum Brasileiro de Segurança Pública** divulgou nesta terça-feira, 10, dados de **mortes violentas** no País em 2018, e os números mostraram **queda de 10% na quantidade desses registros**. Sem uma articulação nacional estruturada, especialistas passaram a se perguntar o que motivou essa redução na criminalidade violenta. Eles ainda não encontraram

respostas definitivas, mas veem a influência de uma acomodação nas disputas entre as facções (fator que havia sido responsável pela alta histórica em 2017), além da eficácia de programas estaduais de segurança, como a retomada do Pacto pela Vida, em Pernambuco. Até a macroeconomia ajuda a entender o cenário.

O **Estado** conversou com dois pesquisadores, que expuseram suas visões sobre a **redução dos homicídios** no Brasil no ano passado. O coordenador do **Atlas da Violência**, Daniel Cerqueira, diz que não é hora de comemorar, mas de entender a fundo o que está acontecendo para que políticas bem sucedidas possam ser replicadas e para que os recursos públicos possam ser aplicados com maior eficiência. O pesquisador Túlio Kahn vê um papel decisivo da recuperação econômica do País na redução dos índices. Leia abaixo o que eles disseram.

Veja mais no MSN Brasil:

'Não é hora de comemorar', diz coordenador do Atlas da Violência

"Se olharmos da década de 1980 para cá, houve uma verdadeira escalada de homicídios com taxas vigorosas, que só foi freada a partir de 2003 quando houve o **Estatuto do Desarmamento**. De lá para cá, houve uma **diminuição no ritmo crescimento dos homicídios**, mas eles não pararam de aumentar. Vemos no padrão histórico que há aumentos de dois anos seguidos por quedas nos anos seguintes, o que, como em 2018, mostra uma espécie de retorno à média.

Não é hora de comemorar a queda de 2018. Temos percebido que nos últimos dez anos, cada vez mais unidades federativas têm conseguido diminuir homicídios. O crescimento de 2017 se mostrou influenciado pela alta no Norte e no Nordeste fruto da guerra do narcotráfico, mas, enquanto isso, vários Estados já vinham conseguido reduzir esses crimes. E isso tem a ver com questões gerais, que perpassam todo o País, e questões específicas locais.

Um desses pontos gerais é a demografia. Estamos passando por uma profunda mudança no regime demográfico rumo ao envelhecimento da população. Entre 2000 e 2017, a proporção de homens jovens na população diminuiu 12,5%. Isso é uma queda monumental.

E existem questões específicas locais, como bons programas que fizeram ações efetivas, desde mudanças pontuais na forma de fazer policiamento usando georreferenciamento até o enfoque do trabalho da polícia contra homicidas contumazes.

Para tentar continuar nesse caminho de redução, a primeira coisa a se fazer é revogar todos os decretos de arma de fogo baixados neste ano, aprimorando o Estatuto no sentido de aumentar o controle de armas. Isso é fundamental.

Temos também que aumentar a efetividade no uso dos gastos públicos, que não avalia a correlação entre o emprego da verba e a redução de homicídios. Há replicação de um modelo de segurança mal sucedido, que consiste em

colocar polícia na rua fazendo patrulha ostensiva. Desde a década de 1960, sabe-se que esse modelo não funciona em nenhum lugar do mundo. O coração das polícias modernas é a inteligência e investigação, e nesse ponto a nossa **Polícia Civil** estão falidas porque não se investiu durante décadas.

As políticas têm de se basear em evidências. O que isso quer dizer? Numa densa escuridão há uma velinha dizendo o caminho da luz no final do túnel. Vamos medir o impacto do que funciona, do que não funciona, quanto custa cada política e vamos direcionar nossos escassos recursos naquilo que funciona. Infelizmente, as autoridades passam ao largo do conhecimento científico. Vigora a gestão da improvisação, do achismo. A grande revolução na segurança pública é a revolução do método. Fazer política de segurança pública na base do planejamento."

Daniel Cerqueira é economista, técnico de pesquisa do IPEA e membro do Conselho de Administração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Economia é chave para entender queda, diz pesquisador

"A queda é multifatorial, mas alguns fatores são mais importantes que outros. Vamos ver as características dessa queda: começa por volta de 2017, é generalizada em termos de crime, generalizada espacialmente (cada vez um número maior de Estados em queda) e há quedas intensas. Essas características ajudam a corroborar algumas hipóteses e a descartar outras. Já podemos descartar mudanças recentes do governo federal sob **Bolsonaro** já que a redução o precede.

A hipótese é que exista algum fator nacional que mudou por volta de 2017 e que implicou em outras mudanças rápidas. Os ciclos econômicos têm essas características e passamos por mudanças nos últimos anos. Tivemos uma crise que durou dois anos, entre 2014 e 2016, que explicaria esse aumento dos crimes patrimoniais. É no primeiro trimestre de 2017 que temos o primeiro PIB positivo pós-crise, quando começou a haver uma melhora do cenário. Mas essa não é uma explicação perfeita, inclusive agora em 2019, estamos em um cenário de estagnação e os crimes continuam caindo.

Quando há a melhora na economia, há queda no crime patrimonial, como roubos. Com isso, há melhora na sensação de segurança, o que leva a uma menor quantidade de armas em circulação que antes serviriam para se defender de roubos. Com menos armas, mostram estudos, também há menos risco para homicídios.

A melhora no cenário econômica também implica em Estados arrecadando mais por meio de impostos, o que pode levar a maiores investimentos em segurança e na área social. Há todo um ciclo virtuoso durante a recuperação econômica. Mas essa explicação também tem seus pontos fracos, pois não explicaria a queda em mais de 20 Estados. Todos eles tiveram políticas bem sucedidas?

Em todo o caso, temos os exemplos do Espírito Santo, da Paraíba, que começaram a adotar o que São Paulo e Rio já adotaram muito antes, com o

georreferenciamento criminal, os chamados "hot spots", alocando melhor os efetivos das polícias. Essas inovações e outras, como o pagamento de recompensa por arma apreendida e hora extra pelo trabalho policial, foram adotadas por vários Estados. Precisamos ainda analisar melhor a relação espacial e temporal entre a adoção dessas medidas e a queda dos crimes."

Tulio Kahn é doutor em ciência política e consultor sênior da Fundação Espaço Democrático

23. PARA PENSAR SOBRE O FUTURO, depois do senhor Guedes e seu capitão.

José Luís Fiori [1] - FB 18 set

Existe uma pergunta parada no ar: o que passará no país quando a população perceber que a economia brasileira colapsou e que o programa econômico deste governo não tem a menor possibilidade de recolocar o país na rota do crescimento?

J.L.F. "A danação da história e a disputa pelo futuro", Jornal do Brasil, 6/6/2019

No início dos anos 90, na véspera de sua dissolução, a União Soviética tinha 293 milhões de habitantes, e possuía um território de 22.400.000 km, cerca de um sexto das terras emersas de todo o planeta. Seu PIB já tinha ultrapassado os dois trilhões de dólares, e a URSS era o segundo país mais rico do mundo, em poder nominal de compra. Além disso, era a segunda maior potência militar do sistema internacional, e uma potência energética, o maior produtor de petróleo bruto do mundo. Possuía tecnologia e indústria militar e espacial de ponta, e tinha alguns dos cientistas mais bem treinados em diversas áreas, como a física de altas energias, medicina, matemática, química e astronomia. E, finalmente, a URSS era a potência que dividia o poder atômico global com os Estados Unidos. Mesmo assim, foi derrotada na Guerra Fria, sendo dissolvida no dia 26 de dezembro de 1991, e depois disto, durante uma década. foi literalmente destruída. No entanto, ainda antes da dissolução soviética, Boris Yeltsin – que viria a ser o primeiro presidente da nova Federação Russa - já havia convocado um grupo de economistas e financistas, nacionais e internacionais, liderados pelo jovem ex-comunista Yegor Gaidar, para formular um programa de reformas e políticas radicais, com o obietivo de instalar na Rússia uma economia liberal de mercado. Depois disso, a dissolução da URSS já pode ser considerada o primeiro passo do grande programa ultraliberal de destruição do Estado soviético e de sua economia de planejamento. Em 1993, Boris Yeltsin ordenou a invasão e a explosão da Casa Branca do parlamento russo, que ainda se opunha às reformas ultraliberais, levando à morte de 187 pessoas, à prisão dos

líderes da oposição e à imposição de uma nova Constituição que facilitasse a aprovação das políticas propostas pelo superministro Yegor Gaidar. Mesmo assim, e apesar das resistências, já em 1992, Yeltsin ordenou a liberalização do comércio exterior, dos preços e da moeda. Deu início, ao mesmo tempo, a uma política de "estabilização macroeconômica" caracterizada por uma rígida austeridade fiscal. Por outro lado, o superministro Gaidar – que era considerado um "craque" por seus pares do mundo das finanças aumentou as taxas de juros, restringiu o crédito, aumentou os impostos e cancelou todo tipo de subsídio do governo à indústria e à construção; fez, ainda, cortes duríssimos no sistema de previdência e de saúde do país. É fundamental destacar que, como condição prévia, o novo governo russo se submeteu às determinações dos Estados Unidos e do G7, abandonou qualquer pretensão a "grande potência" e permitiu a desmontagem e desorganização de suas Forças Armadas, junto com o sucateamento de seu arsenal atômico. E foi assim que o "choque ultraliberal" da equipe econômica de Yeltsin conseguiu avançar de forma rápida e violenta: basta dizer que em apenas três anos, Gaidar vendeu quase 70% de todas as empresas estatais russas, atingindo em cheio o setor do petróleo que havia sido uma peca central da economia socialista russa, e que foi desmembrado, privatizado desnacionalizado. Outrossim, as consequências do "choque" foram mais rápidas e violentas do que o próprio choque, e acabaram levando Yegor Gaidar de roldão, iá em 1994. A inflação disparou e as falências se multiplicaram através de toda a Rússia, levando a economia do país a uma profunda depressão. Em apenas oito anos, o investimento total da economia russa caiu 81%, a produção agrícola despencou 45% e o PIB russo caiu mais de 50% em relação ao seu nível de 1990, e vários setores da economia russa foram varridos do mapa. Por sua vez, a quebra generalizada da indústria provocou um grande aumento do desemprego, e uma queda de 58%, em média, no nível dos salários. As reformas e o corte dos "gastos sociais" devastaram o nível de vida da maior parte da população; a população pobre do país cresceu de 2% para 39%, e o coeficiente de Gini saltou de 0,2333 em 1990, para 0,401 em 1999. Uma destruição e uma queda continuada do PIB que não impediram, entretanto, as altas taxas de lucro e o enriquecimento de alguns grupos privados, formados por antigos burocratas soviéticos, que se aliaram com grandes bancos internacionais e participaram do big business das privatizações - em particular, da indústria do petróleo e do gás. São os assim chamados "oligarcas russos", multimilionários que dominaram o governo de Yeltsin e criaram junto com ele e seus economistas ultraliberais uma verdadeira "cleptocracia", que cresceu e enriqueceu a despeito da destruição do resto da economia da sociedade Na verdade, em 1991, a União Soviética foi derrotada, mas seu exército não foi destruído numa batalha convencional. Assim mesmo, durante toda a década de 90, os EUA, a União Europeia e a OTAN promoveram ativamente o desmembramento do território do antigo Estado Soviético, que perdeu cinco milhões de quilômetros quadrados e cerca de 140 milhões de habitantes. Tudo feito com a aquiescência subalterna do governo de Boris Yeltsin e de seus economistas ultraliberais, em nome de um futuro renascimento da Rússia, que deveria ser parida pela mão invisível dos mercados. Mas como vimos, este sonho econômico acabou se transformando num grande fracasso, com um custo social e econômico imenso para a população russa. O primeiro-ministro Ygor Gaidar foi desembarcado do governo em 1994, ainda no primeiro

mandato de Yeltsin, e o próprio Boris Yeltsin teve um final melancólico, humilhado internacionalmente nas Guerras da Chechênia e da Iugoslávia, renunciando à presidência da Rússia no dia 31 de dezembro de 1999. A história posterior da Rússia é mais conhecida e chega até nossos dias, mas talvez deva ser relembrada, sobretudo para os que apostam, no Brasil, na radicalização das privatizações e na desmontagem do Estado brasileiro e de seus compromissos com a soberania nacional e com a proteção social da população. Porque foi o fracasso do "choque liberal" russo que contribuiu decisivamente para a vitória eleitoral de Vladimir Putin, no ano 2000, e para a decisão de seu primeiro governo, entre 2000 e 2004, de resgatar o velho nacionalismo e retomar o Estado como líder da reconstrução econômica da século Rússia. no XXI. Tanto Putin quanto seu sucessor, Dmitri Medvedev, e de novo Putin, mantiveram a opção capitalista dos anos 90, mas recentralizaram o poder do Estado e reorganizaram sua economia, a partir de suas grandes empresas da indústria do petróleo e do gás. Mas isto só foi possível porque ao mesmo tempo retomaram o projeto de potência que havia sido abandonado nos anos 90, com a reorganização de seu complexo militar-industrial e a reatualização de seu arsenal atômico. Depois disso, em 2008, na Guerra da Geórgia, a Rússia deu uma primeira demonstração de que não aceitaria mais a expansão indiscriminada da OTAN. Mais à frente, o governo russo incorporou o território da Crimeia, em resposta à intervenção euro-americana na Ucrânia em 2014. para finalmente, em 2015, fazer sua primeira intervenção militar vitoriosa fora de suas fronteiras, na guerra da Síria. Ou seja, depois do seu colapso econômico e internacional dos anos 90, a Rússia conseguiu retomar seu lugar entre as grandes potências mundiais em apenas 15 anos, dando um verdadeiro salto tecnológico nos campos militar e eletrônico-informacional. E hoje, as sanções econômicas impostas à Rússia a partir de 2014 vêm produzindo efeitos negativos e problemas inevitáveis para a economia russa, mas tudo indica que já não conseguirão alterar o rumo estratégico que aquele país tracou para si mesmo, voltado para a reconquista de sua soberania econômica e destruída na década Hoje, depois do golpe de Estado de 2015/16, e depois de três anos seguidos da mesma política econômica neoliberal e ortodoxa, o Brasil está ficando cada mais parecido com a Rússia dos anos 90. Quase todos os seus indicadores econômicos e sociais são declinantes ou catastróficos, em particular no que diz respeito à queda do consumo e dos investimentos, e mais ainda, no caso do aumento do desemprego, da miséria e da desigualdade social. E guase todas as previsões sérias do futuro são muito ruins, a despeito da imprensa conservadora que procura transformar em gemada qualquer filigrana de ovo que encontra à sua frente, tentando transmitir um falso otimismo para os investidores estrangeiros. Frente a isto, a equipe econômica do senhor Guedes resolveu transformar a Reforma da Previdência na tábua de salvação da economia brasileira, para logo depois inventar um novo Santo Graal, e agora anuncia em todo lugar e a toda hora, uma privatização radical de todo o estado brasileiro, incluindo toda a indústria do petróleo e a própria Petrobrás. Como se fosse um palhaço de circo mambembe do interior, tentando manter a atenção da plateia entediada com o anúncio da entrada em cena do leão. Mas tudo indica que sem sucesso, se tomarmos em conta a maior fuga capitais da Bolsa de Valores, em 23 anos, só neste mês de agosto recém findo. E é aqui exatamente que a história da Rússia pode nos ajudar a entender o que está

passando, e prever o que deverá passar daqui para frente, tendo em conta as inúmeras semelhanças que existem entre esses dois Agora bem, o que nos ensina a experiência russa dos anos 90, e depois? 1. Primeiro, e muito importante: que a destruição da economia, do Estado e da sociedade russa, na década de 90, não foi incompatível com o enriquecimento privado, sobretudo dos grupos de financistas e ex-burocratas soviéticos que obtiveram lucros extraordinários com o negócio das privatizações - e que depois assumiram o controle monopólico das antigas indústrias estatais, em particular no campo do petróleo e do gás. Ou seja, é perfeitamente possível conciliar altas taxas de lucro com estagnação ou recessão econômica, e até queda do produto 2. Segundo: que os grandes lucros privados e os ganhos estatais com as privatizações não levam necessariamente ao aumento dos investimentos num ambiente macroeconômico caracterizado pela austeridade fiscal, pela restrição ao crédito e pela queda simultânea do consumo. Pelo contrário: o que se viu na Rússia foi uma gigantesca queda dos investimentos e do PIB russo, da ordem de 50%. quase 3. Terceiro, e o mais importante: que depois de dez anos de destruição liberal, ficou muito claro na experiência russa que em países extensos, com grandes populações e economias mais complexas, os "choques ultraliberais" têm um efeito muito mais violento e desastroso do que nos pequenos países com economias exportadoras. E esta é uma situação política insustentável no médio prazo, mesmo com ditaduras muito violentas, como aconteceu com o fracasso ditadura chilena do General Augusto Ao mesmo tempo, a reversão posterior da situação russa também ensina: 1) quanto mais longo e mais radical for o "choque utraliberal", mais violenta e estatista tende a ser sua reversão posterior; e ii) em países com grandes reservas energéticas, é possível e necessário recomeçar a reconstrução da economia e do país, depois da passagem do tufão, a partir do setor energético. A História não se repete, nem se pode transformar a história de outros países em receita universal, mas pelo menos a experiência russa ensina que existe "vida" depois da destruição ultraliberal, e que será possível refazer o Brasil, depois que o senhor Guedes e seu capitão já tiverem passado em conjunto para galeria dos grandes erros ou tragédias da História brasileira.

Setembro de 2019

24. Dissonâncias no campo progressista

https://jornalggn.com.br/artigos/dissonancias-no-campo-progressista-por-aldo-

 $\underline{fornazieri/?fbclid=IwAR0faszmUcdL9FYV19ExgziPTjXMA340WTzseHzL\ bdwVFVuyrldb5MoqTk}$

Não são frentes abstratas que construirão a unidade progressista e das esquerdas ou a unidade dos democratas. São as lutas que devem construir as frentes.

Aldo Fornazieri - 17/09/2019

Os dicionários dizem que "dissonância" significa a reunião de sons que causam impressões desagradáveis aos ouvidos. Ultimamente, as palavras que vêm de dirigentes de partidos progressistas e de esquerda têm o sentido literal do termo. Ciro Gomes, incapaz de conter-se no seu destempero, tem sido agressivo e grosseiro com Lula e dirigentes do PT. Dirigentes do PT têm sido agressivos e grosseiros com Ciro. Marina Silva e Ciro se recusam em participar de reuniões e articulações com o PT. Muitos petistas acusam Ciro de coronelismo, mesmo sabendo que o PT no governo se aliou aos coronéis mais atrasados, exploradores e corruptos do Brasil. O PT foi agressivo e desrespeitoso com Marina, principalmente nas eleições de 2014. O governador da Bahia, Rui Costa critica erros e insuficiências do PT. A direção do PT emite uma nota pública contestando o seu governador.

Para além dos desgastes, do mal estar e das impressões desagradáveis que estas escaramuças provocam aos ouvidos de militantes e eleitores do campo progressista, elas revelam outra coisa: as esquerdas e os progressistas se recusam a promover um debate público sério sobre seus erros e seus acertos e sobre suas propostas, programas, táticas e estratégias. Assim, sobram agressões que descabam para o terreno pessoal, alimentando as vaidades, as arrogâncias e os pequenos poderes de cada um. Enquanto isso, a situação do Brasil se degrada sob a fúria destrutiva do governo, o povo padece todo tipo de carecimentos e necessidades e as esquerdas vão assumindo cada vez mais uma forma gelatinosa, invertebrada.

PUBLICIDADE

Nos últimos dias, duas teses começaram a se opor nas discussões no âmbito dos partidos e militantes de esquerda: construir uma frente democrática ampla ou uma frente democrática e popular. Na primeira frente participariam, além dos partidos e movimentos progressistas e de esquerda, setores partidos democráticos de centro. Na segunda frente, participariam os partidos de esquerda e setores progressistas da sociedade e da intelectualidade.

Leia também: Empurrando Corda, por Fernando Nogueira da Costa

A oposição entre as duas teses é falsa e o apego formal à palavra "frente" pode conduzir a equívocos, pois o mais importante, para além da palavra, consiste em compreender na natureza da conjuntura e da luta política e definir uma plataforma de lutas que seja capaz de enfrentar os desafios do presente e de construir um caminho de mudanças orientado para o futuro.

Aqueles que opõem as duas teses, as duas frentes, parecem confundir tática e estratégia num único conceito. Ligeiramente, pode-se definir estratégia como o conjunto de medidas, proposições, programas, ações e esforços orientados para alcançar a vitória e/ou conquistar o poder. Já a tática diz respeito ao conjunto de ações, mobilizações e esforços circunstanciais, orientados para obter êxitos parciais ou pontuais visando conferir eficácia à estratégia.

Em primeiro lugar, parece evidente que, hoje, os partidos de esquerda em geral ou cada um em particular não têm estratégia clara. Sem uma estratégia clara a tendência consiste em operar no erro e na defensiva. Em segundo lugar, se houvesse uma estratégia definida, as esquerdas poderiam definir seus movimentos e suas ações táticas de forma mais assertiva.

Assim, em face da falsa oposição entre as duas frentes, a questão a ser respondida é a seguinte: o governo Bolsonaro impôs ou não um agravo às parcas conquistas democráticas que vinham se configurando a partir da Constituição de 1988? Parece não haver dúvida de que todo o processo do golpe, envolvendo, inclusive, a prisão de Lula, e de que as ações do governo Bolsonaro vêm agredindo a democracia, o Estado de Direito e a Constituição. Então, há um problema democrático a ser enfrentado na atual conjuntura. Se há este problema, é responsabilidade das esquerdas e dos progressistas agir taticamente para enfrenta-lo, defendendo a democracia, o Estado de Direito e a Constituição. Para isto é necessário aglutinar o mais amplo espectro de forças democráticas em torno desses eixos, inclusive forças de centro, inclusive forças que não se dispõem em levantar a consigna do "Lula Livre", mesmo sabendo que a luta pela liberdade de Lula é uma das questões democráticas mais importantes nesse momento.

É preciso compreender que algumas forças participarão de algumas lutas democráticas e de outras não. O mais importante é que cada força defina sua plataforma, seu programa de lutas e que a unidade se construa a partir das lutas concretas. Não são frentes abstratas que construirão a unidade progressista e das esquerdas ou a unidade dos democratas. São as lutas que devem construir as frentes. As esquerdas querem priorizar as formas das frentes em detrimento da substância das lutas. São as lutas concretas que devem presidir a construção das formas. É a natureza das lutas que definirá a natureza das formas e não o contrário.

A luta pela democracia, pelo Estado de Direito, pela Constituição, pela educação, pela pesquisa científica, pela defesa da Amazônia e do meio ambiente comporta frentes políticas e sociais amplas. Já a luta pela moradia, pelo emprego, pelos direitos sociais, pelos salários, pela saúde, pela igualdade, pela justiça tributária, formará frentes com caráter mais democrático e popular. A luta pela soberania e pelos interesses nacionais poderá agregar setores que não estão nas outras frentes. Em se tratando de eleições, as frentes assumem outras configurações.

Outro problema que produz sectarismo e dissonâncias nas esquerdas e no campo progressista consiste no fato de que hoje não há nenhum líder com legitimidade política, social e moral capaz de aglutinar este campo pela evidência de sua liderança. Quem conseguia fazer isto, até um determinado momento, era Lula pela grandeza de sua liderança e pela habilidade do seu saber fazer política. Preso injustamente, tem sua atividade política bloqueada. Por descontrole, por sectarismo, por vaidade, por arrogância, por destempero, por defensivismo, ou seja, por que motivo for o fato é que o campo progressista e de esquerda carece de lideranças significativas e competentes. Isso se reflete também na incapacidade estratégica e na incapacidade de articular e coordenar.

Os próprios partidos também não são capazes de exercer esse papel. Como os teóricos dos partidos políticos já demonstraram no passado há uma relação de equalização entre liderança e partido: líder forte é igual a partido forte e líder fraco é igual a partido fraco. Mesmo sendo o maior partido deste campo, o PT, pelas suas sucessivas derrotas e erros, perdeu a condição de exercer a hegemonia. O exercício

da hegemonia implica em fazer concessões aos grupos e partidos subalternos. Incapaz de exercer a hegemonia no presente, o PT tornou-se hegemonista ao querer se impor aos outros pela força e legitimidade que teve no passado.

É urgente que as esquerdas abram um amplo debate público acerca de suas ideias, propostas, programas e desafios, reconhecendo que se encontram num momento de dificuldades. Os militantes, ativistas e eleitores têm o direito de participar deste debate, ao menos, por duas razões fortes: 1) a natureza do debate político é pública; 2) os partidos recebem recursos públicos e, portanto, têm a obrigadão de se submeterem ao crivo do debate público. O debate precisa ser feito com humildade e respeito, sabendo que os partidos estão aí para servir a sociedade, os eleitores e o Brasil. Não são os eleitores e a sociedade que estão aqui para servir os partidos.

Aldo Fornazieri - Professor da Escola de Sociologia e Política (FESPSP).

25. 'O bolsonarismo é maior que Bolsonaro': projeto punitivista admite o intolerável e ameaça democracia.

Marco Weissheimer

Ao eleger Jair Bolsonaro presidente da República uma parcela expressiva da sociedade brasileira decidiu apostar em um projeto punitivista para resolver os problemas do país, especialmente aqueles relacionados à segurança e à corrupção. Junto com esse projeto de aumentar o encarceramento de pessoas e adotar medidas mais duras de enfrentamento à violência, as pessoas passam a tolerar socialmente autoritarismos e violações de direitos, a partir da ideia de que os direitos são seletivos e não se aplicam a todas as pessoas. Com isso, a violência e a violação de direito vão se banalizando e a sociedade passa a tolerar o que é intolerável numa democracia. A avaliação é da antropóloga Isabela Oliveira Kalil, coordenadora do Núcleo de Etnografia Urbana da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), que há seis anos vêm pesquisando o crescimento de grupos e movimentos conservadores no Brasil.

Em 2018, esse núcleo realizou um estudo sobre quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro. Essa pesquisa agrupou 16 tipos de apoiadores, eleitores e potenciais eleitores de Bolsonaro, segundo critérios de classe social, raça/etnia, identidade de gênero, religião e outras formas de engajamento. O trabalho de campo apontou uma multiplicidade no padrão de eleitores, o que está diretamente relacionado à estratégia de campanha utilizada pelo candidato do PSL. "Ao segmentar o direcionamento de suas mensagens para grupos específicos, a figura do 'mito' – como é chamada por seus eleitores – consegue assumir diferentes formas, a partir das aspirações de seus apoiadores", diz a pesquisa que procura estudar essa multiplicidade.

Isabela Kalil esteve em Porto Alegre na semana passada para participar da XIII Reunião de Antropologia do Mercosul, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Em **entrevista ao Sul21**, a antropóloga fala sobre alguns dos resultados do trabalho de campo que vem realizando junto a grupos conservadores e sobre o perfil dos eleitores de Bolsonaro. Esses eleitores, destaca, decidiram apostar, entre outras coisas, em um projeto punitivista o que está trazendo uma grave ameaça à democracia no Brasil. Ela alerta:

"Quando os discursos de intolerância vão para o espaço público e vão ganhando espaço isso só tende a crescer. E chega uma hora em que esses discursos que eram inaceitáveis passam a ser aceitáveis. Isso é um caminho sem volta. A sociedade como um todo passa a tolerar coisas que não deveriam ser toleradas em um estado de direito".

"O que acabei vendo em campo, e isso se tornou objeto de pesquisa, foi o surgimento de grupos de direita, pequenos no começo, que nem se definiam dessa forma". (Foto: Luiza Castro/Sul21)

Sul21: Como nasceu o teu interesse em pesquisar o perfil dos eleitores de Bolsonaro e, de modo mais geral, dos grupos conservadores de direita e de extrema-direita que vem crescendo em vários países?

Isabela Kalil: O meu doutorado foi ligado à antropologia urbana. Quando estava fazendo o doutorado, fui pesquisadora visitante na Universidade Columbia, em Nova York, durante 2011 e 2012. No período em que eu estava lá, surgiu o movimento Occupy Wall Street. Eu me engajei no movimento e comecei a ficar interessada por esse tipo de mobilização de rua. Quando voltei ao Brasil, presenciei o início das manifestações de 2013 na cidade de São Paulo. O meu interesse, basicamente, tinha a ver com mobilizações e protestos de rua no espaço público urbano. Quando passei a olhar para as mobilizações de 2013, comecei a ver o aparecimento de discursos mais conservadores e de

direita. Eu era professora nesta época me chamou a atenção ver meus alunos, jovens, debatendo esses lugares da direita e da esquerda nas mobilizações de rua.

A partir daí, comecei a acompanhar as movimentações de rua como pauta de pesquisa. Em 2014, continuei acompanhando essas mobilizações dada a força que esse fenômeno havia adquirido no Brasil. Queria acompanhar os desdobramentos desse processo, principalmente a partir da cidade de São Paulo, onde faço etnografia (trabalho de campo). Em 2014 e 2015 acompanhei os protestos do movimento anti-corrupção e os grupos que estavam surgindo a partir desse movimento. Acompanhei também as manifestações e protestos ao longo do processo do impeachment de Dilma Rousseff.

Neste momento, ficou claro pra mim que, para continuar a pesquisa, ela precisaria passar a ser feita de maneira coletiva. Esses protestos e mobilizações de rua exigiam, metodologicamente, um outro esforço analítico, para que a gente desse conta de acompanhar o que estava acontecendo e coletar dados. Formei uma equipe e criei o Núcleo de Etnografia Urbana e Audiovisual. Paralelamente a isso, eu tinha na universidade a atribuição de ensinar antropologia urbana e métodos de pesquisa em antropologia e etnografia. Acabei usando a cidade de São Paulo e essas movimentações como parte do processo de docência e de pesquisa. Os alunos que estavam interessados, para além da sala de aula, começaram a me acompanhar em campo.

O primeiro trabalho de fôlego que a gente fez foi uma etnografia de alguns meses num acampamento que aconteceu na Avenida Paulista, em frente a FIESP. Ao acompanhar esse acampamento percebemos uma mudança de posicionamento das pessoas na rua, no período entre o início desse movimento e o final dele, já com a Dilma Rousseff afastada. Essa foi a nossa primeira pesquisa de fôlego já incorporando uma metodologia de trabalho coletivo e colaborativo.

No começo da pesquisa, a ideia não era trabalhar com grupos de direita ou de ultra-direita, mas sim trabalhar com os protestos e mobilizações de rua. O que acabei vendo em campo, e isso se tornou objeto de pesquisa, foi o surgimento de grupos de direita, pequenos no começo, que nem se definiam dessa forma. Alguns se definiam como movimento anti-corrupção. Esses grupos foram fazendo das ruas uma espécie de laboratório de ação, testando ferramentas, possibilidades de engajamento de público e pautas de mobilização política. Aos poucos esses grupos foram se colocando como de direita e até de extremadireita.

Depois do impeachment, a partir de 2017 principalmente, começamos a ver também jovens que saíam da periferia e iam para o centro de São Paulo, envolvendo-se em embates entre grupos de extrema-direita e grupos antifascistas. Embora a gente tenha pesquisado mais os grupos de extrema-direita, é preciso dizer que há uma resistência anti-fascista também nas ruas da cidade de São Paulo, cujos grupos foram se tornando mais numerosos. No período

eleitoral, seguimos acompanhando esses grupos e movimentos e continuamos fazendo isso até hoje.

"Vai demorar algum tempo ainda para a gente conseguir entender o sentido de 2013". (Foto: Luiza Castro/Sul21)

Sul21: Existe uma polêmica até hoje sobre o significado do que aconteceu em 2013 no Brasil. A evolução da tua pesquisa, tanto do ponto de vista do objeto quanto da metodologia, indicam de alguma forma que a direita acabou capturando politicamente o resultado final desse processo de mobilizações? Como vê essa questão sobre o sentido de 2013?

Isabela Kalil: Eu acho que vai demorar algum tempo ainda para a gente conseguir entender o sentido de 2013. Acho que temos sentidos múltiplos aí. Qualquer narrativa sobre 2013 que aponte uma direção apenas é problemática. Foi uma mobilização muito grande do ponto vista numérico, envolvendo sentidos muito diferentes. Eu acompanhei essas mobilizações no centro da cidade, onde dou aula. Nosso cotidiano foi diretamente atravessado pelas mobilizações. Na época, eu vi que, em determinado momento, os jovens que estavam a frente das manifestações passaram a ser apontados como responsáveis pelo nascimento de uma direita. Eu não acho isso justo. É um fenômeno bem mais complexo.

2013, de alguma forma, colocou na rua um conjunto de insatisfações múltiplas que iam desde o preço da tarifa do ônibus, passando pela situação da saúde e educação, e chegando até o tema da Copa do Mundo. Algumas pessoas que entrevistei disseram: quando a gente estava na rua em 2013 a gente não achava que era nem de direita nem de esquerda. Depois acabaram se constituindo como de direita. A pauta da anti-corrupção foi um aglutinador importante para esses grupos. Os grupos de rua mais progressistas demoraram um tempo para conseguir compreender a importância desse debate sobre a corrupção. Ao final da disputa, esse tema acabou ficando mesmo com a direita. Não acho justo atribuir a determinadores atores e movimentos sociais a responsabilidade pelo nascimento desses grupos, mas, de certa forma, houve um descompasso na atuação dos movimentos mais progressistas, que perderam a oportunidade de assumir também a pauta da luta contra a corrupção.

Sul21: O fenômeno do crescimento de grupos de direita e de extrema-direita não é uma exclusividade brasileira, repetindo-se também em vários outros países do mundo. Na tua avaliação, há algo de comum entre esses diferentes casos que ajude a entender essa espécie de conversão conservadora planetária?

Isabela Kalil: Há alguns autores que fornecem elementos que considero importantes para pensarmos esse fenômeno que, como você colocou, é transnacional. Da mesma forma como temos movimentos sociais progressistas se tornando transnacionais e presentes em diferentes contextos, temos também movimentos de direita que assumiram esse caráter transnacional. Do ponto de vista dos temas que acompanho mais de perto, há muitas disputas

que aconteceram em reuniões da ONU. A perspectiva de pensar as reuniões da ONU como um campo de disputa, por exemplo, na área de direitos reprodutivos, não é algo tão novo assim. Há autores que mostram que, desde os anos 90, ocorrem essas disputas em reuniões da ONU.

Uma autora que nos ajudou muito com subsídios teóricos para a nossa pesquisa é Wendy Brown. Ao falar dos Estados Unidos pós-11 de setembro, ela aponta a configuração de uma união entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo. A união entre essas duas forças que, aparentemente, são antagônicas entre si, foi muito bem sucedida. Loïc Wacquant, outro autor com o qual trabalhamos, também tem perspectivas críticas muito interessantes para pensar esse projeto bem sucedido que articula neoliberalismo e neoconservadorismo. A mobilização de pautas relacionadas a gênero e sexualidade, as chamadas pautas morais, controle dos corpos, tudo isso tem um apelo e uma possibilidade de aglutinar diferentes formas de mobilização. E isso tem funcionado em diferentes contextos.

Nas nossas pesquisas aparecem pautas e formas de mobilização que são transnacionais, especialmente relacionadas a questões anti-gênero. Isso é algo que nasce na Europa e depois se dissemina na América Latina. As principais fake news estão relacionadas a questões de gênero e de sexualidade, como é o caso da mamadeira erótica e do chamado kit gay. Não é a toa isso seja assim. Esses temas têm um forte apelo de mobilização de pessoas que, inclusive, não estão ligadas à política e que não se conectam com o universo político partidário. Essas questões envolvem o universo privado, da família. Neste contexto, para boa da parte da população, o que está em jogo neste caso não mais questões políticas partidárias, mas sim questões da família, da defesa da família.

Não raro, essas forças acabam jogando também com o medo. Uma coisa que também apareceu na nossa pesquisa – e que é muito razoável – surgiu em conversas com mães que tinham medo e receio de uma série de coisas que nunca tinham acontecido do ponto de vista de políticas públicas e que não estavam em pauta. Mas elas tinham receio pelos seus filhos. Parece muito razoável que uma mãe queira proteger seus filhos. Isso é aproveitado, de alguma maneira, para criar essa base que faz essa junção entre neoconservadorismo e um projeto neoliberal.

Sul21: Por essa descrição, no caso brasileiro, seria uma espécie de aliança entre o Itaú, o Bradesco, a Assembleia de Deus, a Igreja Universal e outros grupos. Na sua avaliação, há uma hegemonia política da agenda neoliberal nesta aliança que assumiria a pauta neoconservadora de um modo instrumental para atingir seus objetivos?

Isabela Kalil: Talvez dizer "instrumental" seja simplificar muito. Acho que, de fato, há uma união. Há grupos conservadores que têm interesse na manutenção e avanço de determinadas políticas e pautas e no desmonte de outras. Creio que há, de fato, uma aliança entre essas pautas e interesses neoliberais e neoconservadores.

Sul21: A pesquisa que vocês realizaram em 2018 agrupou 16 tipos de apoiadores de Jair Bolsonaro. O que articula essa diversidade de apoiadores e eleitores e em que medida ela constitui uma base social consistente para um projeto político de mais longo prazo?

Isabela Kalil: Há um elemento novo que apareceu nestas últimas eleições relacionada à forma de comunicação. Ainda que se possa dizer que o projeto de Bolsonaro lida com velhos interesses, a forma, do ponto de vista comunicacional, é nova. Diferentes analistas não acreditavam numa possível vitória de Bolsonaro porque ele não tinha tempo de propaganda eleitoral na televisão, o que tradicionalmente explicava o resultado de eleições anteriores. Também diziam que não participar dos debates seria um problema para ele. O que surpreendeu foi que não participar dos debates gerou mais benefícios para Bolsonaro do que se imaginava. Não ter tempo de televisão também não foi um problema, Bolsonaro conseguiu dar uma volta nisso, desacreditando a mídia, dizendo que ela era tendenciosa com ele.

A campanha de Bolsonaro operou baseada em uma estratégia de segmentação do público. Diferentes eleitores tinham imagens diferentes do candidato. Uma parte das informações que as pessoas estavam recebendo eram recortadas e contextualizadas a partir, por exemplo, do Whatsapp ou das suas redes não só on-line, mas de suas redes de pessoas conhecidas. Na pesquisa nós trabalhamos com a ideia de que essa estratégia criou uma espécie de caleidoscópio, onde diferentes perfis de eleitores viam projetos diferentes. Esses diferentes perfis estavam mobilizados a partir de expectativas e receios diferentes. Por que isso é importante? A base eleitoral do Bolsonaro, na pré-campanha, começa tendo um maior apelo entre os homens. O maior desafio deles, durante a campanha eleitoral, era conseguir abarcar um público para além desse e conseguir também a confiança das mulheres.



"Projeto punitivista representou uma

saída que, para muitas pessoas, fazia sentido". (Foto: Luiza Castro/Sul21)

Esse objetivo foi atingido. Um dos elementos que contribuiu para isso foi a existência de várias candidatas mulheres apoiando Bolsonaro, passando para determinados grupos a imagem de que estava na sua agenda, prioritariamente, o combate à violência contra a mulher, a proteção das crianças, a melhoria da escola pública. A questão da segurança também me parece fundamental. Como falei antes em relação aos protestos de 2013, não acho justo responsabilizar os movimentos sociais que estavam nas ruas, mas, de uma

certa forma, o campo progressista como um todo, inclusive o que não estava nas ruas, ignorou durante muito tempo a pauta da segurança, assim como ocorreu com o tema da corrupção também. A pauta da segurança não foi assumida, de fato, pelo discurso que estava sendo disseminado pela esquerda. Isso é uma questão importante para as pessoas. Elas querem e precisam de segurança.

Ficou uma espécie de vácuo onde foi mais fácil entrar. Muitas pessoas diziam que estavam cansadas de ser assaltadas, que estavam inseguras em suas casas e que apostaram em um projeto punitivista. Ainda que a gente tenha uma série de dados que mostrem que o endurecimento de penas e outras políticas punitivistas não melhoram a segurança pública, o discurso de Bolsonaro deu às pessoas a expectativa de que seria possível, a partir de medidas mais punitivas, fazer com que o cotidiano da sociedade se tornasse mais seguro. Isso tem um apelo, principalmente nas grandes cidades. Ainda que eu tenha vários problemas com esse modelo punitivista, é preciso reconhecer que ele representou uma saída que, para muitas pessoas, fazia sentido.

Sul21: Esse "fazer sentido" de pautas como essa teve um certo recorte geográfico, não? Na região Nordeste, por exemplo, não funcionou como nas regiões Sul e Sudeste.

Isabela Kalil: Eu poso dizer muito pouco sobre os eleitores que não estão no contexto que estudei. É importante dizer uma coisa aqui. A pesquisa não pretende apresentar um perfil dos eleitores no Brasil, mas sim um perfil em um contexto importante como o de São Paulo, que é estratégico e onde havia uma disputa inclusive envolvendo a história do PT na região do ABC. Então, do ponto de vista da pesquisa que fizemos, não consigo arriscar muitas hipóteses neste sentido.

Sul21: O fator tecnológico e comunicacional envolvendo o uso de redes sociais e de ferramentas como o Whatsapp teve grande peso no processo eleitoral de 2018. A esquerda e o campo progressista de modo geral foram pegos de surpresa pela estratégia adotada pela campanha de Bolsonaro. Hoje, dentro desse campo progressista, há quem ache que é fundamental se apropriar dessa tecnologia e dessa estratégia, utilizando-a com um sinal trocado, do ponto de vista da agenda política e ideológica. É por aí, na sua opinião?

Isabela Kalil: Acho que essa questão da comunicação é primordial para a gente entender esse processo envolvendo as eleições e seus resultados. Essa imagem caleidoscópica do Bolsonaro, que permite construir diferentes faces dessa ideia do "mito" e segmentar isso em diferentes perfis foi facilitada por essas novas formas de comunicação. Não estou dizendo que tudo isso aconteceu num espaço online virtual, mas, de uma certa forma, a gente tem vivenciado formas de ver o mundo que nos colocam em contato com ideias muito parecidas, o que os especialistas chamam de bolha. A gente vai perdendo o contato com a diversidade de ideias e esses grupos vão reiterando a mesma perspectiva. Isso possibilita a criação de círculos e as imagens e

mensagens veiculadas ali são, frequentemente, muito diferentes das que transitam em outros círculos, às vezes envolvendo pessoas da mesma cidade, da mesma faixa etária e da mesma classe social.

A gente ainda precisa entender melhor essa questão da comunicação, pensar pesquisas que consigam fazer uma conexão entre esse universo online e o offline. Nas mobilizações de rua, isso era muito presente. Havia pessoas que estavam mobilizadas na rua, mas que também estavam fazendo uma transmissão ao vivo desse protesto e estavam se comunicando pela internet com pessoas que estavam fora do Estado e que estavam apoiando a mobilização. Ou seja, se a gente olha só pra rua, não consegue entender esse fenômeno, mas se olha só para a internet também não consegue entender. É preciso olhar para o imbricamento dessas duas possibilidades de comunicação.

Em relação ao que fazer, a estratégia do "vira voto" no final das eleições me pareceu muito criativa e interessante ainda que ela tenha sido algo que apareceu bem no final da campanha. Foi algo importante. Era uma presença física das pessoas. Sim, a gente talvez tenha que pensar em estratégias para usar essas tecnologias no mundo virtual, mas também precisamos pensar estratégias para o mundo off-line, digamos assim. É preciso pensar em formas de estar, de participar, de recuperar o universo do público, o universo de espaços em que você possa ter diversidade de pessoas, discussão de ideias, possibilidade de estar com as pessoas. Isso talvez seja mais importante até do que apenas pensar estratégias de comunicação nas redes sociais.



"Quando falamos da figura dos

evangélico, estamos falando, na verdade, de coisas que são muito plurais". (Foto: Luiza Castro/Sul21)

Por outro lado, a direita ganha muito espaço quando diz coisas muito complexas de uma maneira muito simples. Claro que isso envolve mensagens que são completamente falsas, simplificando coisas que são muito complexas. Mas isso deve nos fazer refletir também. Precisamos pensar sobre possibilidades de comunicação mais democráticas e sobre como tornar o discurso mais acessível para que a gente não fique repetindo discursos que são ininteligíveis para a maioria da população.

Sul21: Qual o peso, na tua opinião, das igrejas evangélicas e pentecostais no crescimento do conservadorismo e da direita política no país?

Isabela Kalil: Em primeiro lugar, acho que precisamos desenvolver formas mais refinadas de pensar os espaços da religião. Quando falamos da figura dos evangélico, estamos falando, na verdade, de coisas que são muito plurais. Essa figura do evangélico como um grupo único é um pouco caricatural. É preciso lembrar que alguns líderes religiosos chegaram a apoiar o PT em determinado momento e mais tarde passaram a apoiar o Bolsonaro. É preciso olhar de maneira contextualizada a questão da participação das igrejas. Agora, é claro, dentro disso que estamos chamando de neoconservadorismo elas têm um papel importante, mas esse peso precisa ser pensado para além da religião. Há determinados grupos, por exemplo, que concentram empresas de comunicação. Esse imbricamento entre mídia e religião precisa ser olhado com mais cuidado. Numa campanha eleitoral isso é importantíssimo.

Sul21: Após sete meses de governo, pesquisas já começam a apontar uma erosão da popularidade de Bolsonaro junto à sua base de apoio. Aquela figura do caleidoscópio e das múltiplas faces que funcionou na campanha pode ficar mais frágil com as dificuldades do governo?

Isabela Kalil: Acho que sim, pois são universos muito diferentes. Uma coisa é você estar no contexto eleitoral fazendo críticas a determinadas figuras e partidos. Outra, completamente diferente, é você estar no governo e ter que atuar executando projetos. Por outro lado, alguns setores já acham que Bolsonaro não está entregando aquilo que prometeu na campanha. Isso pode estar associado à ideia de que existe uma velha política e que ele está impossibilitado de governar. Assim, está frustração pode estar associada mais ao governo do que propriamente à figura dele. Bolsonaro criou uma estratégia por meio da qual procura construir uma blindagem em torno dele, passando a responsabilidade pelos problemas para outras pessoas.

O que vejo mais são pessoas ficando decepcionadas ou cobrando outros políticos do PSL para que elas prestem contas e tenham uma posição mais combativa. De certa maneira, a figura do Bolsonaro, ainda que tenha pessoas que o apoiaram insatisfeitas, ainda tem uma boa faixa de eleitores. Eles não conseguem dizer o que ele já fez, mas ainda estão num compasso de espera na expectativa de que ele faça algo. Ainda é cedo para conclusões mais definitivas sobre essa insatisfação. É preciso ver como isso vai se desdobrar.

Sul21: Considerando a conjuntura atual que vive o país, em que medida você acha que a democracia brasileira está sob ameaça?

Isabela Kalil: A democracia não é uma coisa estática, mas algo que a gente constrói todos os dias e exige um esforço de manutenção. O que chama a atenção no caso brasileiro é o apoio dado a esse projeto punitivista de encarcerar as pessoas, de ter medidas mais duras no enfrentamento da violência. Isso é um risco e um problema muito grave. Isso faz com que a gente possa tolerar socialmente autoritarismos e violações de direitos. Essa posição está baseada na ideia de que os direitos são seletivos. Isso foi uma coisa que apareceu muito na nossa pesquisa. Determinados grupos não eram exatamente contra os direitos humanos, mas eram contra a ideia de que os

direitos humanos deveriam ser universais. Apenas uma parcela da população seria merecedora desses direitos. Aquela máxima de direitos humanos para humanos direitos sintetiza essa posição.

Isso é muito preocupante. O que temos chamado de bolsonarismo é maior do que o Bolsonaro. A sociedade brasileira, à medida que vai tolerando determinadas violações de direitos, vai de certa forma ampliando o espaço para que essas violações aconteçam. Elas são reiteradas e recebem apoio da sociedade. A ideia é que, para resolver os problemas, é preciso ter um Estado que puna as pessoas. Inclusive, alguns desses grupos acreditam que não é preciso sequer haver instituições para fazer isso e as pessoas deveriam poder fazer justiça com as próprias mãos. Acho que essa é uma grande ameaça para a democracia. Não há como ter democracia sem um esforço cotidiano para manter e ampliar o acesso a direitos.

Levando em conta o que a gente viu em campo, em 2014, 2015, 2016 e 2018, outra coisa que chama atenção é o fato de que a violência foi se banalizando, mesmo a violência implícita. Assim, certos discursos e ações que causavam desconforto e estranheza e que eram intoleráveis no espaço público, em determinado momento foram sendo relativizados e se tornando aceitáveis. Hoje, vemos no espaço público coisas que eram inaceitáveis até um tempo atrás. Quando os discursos de intolerância vão para o espaço público e vão ganhando espaço isso só tende a crescer. E chega uma hora em que esses discursos que eram inaceitáveis passam a ser aceitáveis. Isso é um caminho sem volta. A sociedade como um todo passa a tolerar coisas que não deveriam ser toleradas em um estado de direito.

LIBERALISMO

exacerbado

NÃO SE PODE ESQUECER QUE EXISTEM ENORMES DIFERENÇAS SOCIAIS ENTRE O BRASIL E AS GRANDES ECONOMIAS OCIDENTAIS, ALERTA PROFESSOR

JOSÉ CLÁUDIO FERREIRA DA SILVA

Professor de Macroeconomia do Programa de Mestrado em Economia e Gestão Empresarial da Universidade Candido Mendes (RJ)

maioria dos economistas brasileiros adotou, nos últimos anos, uma postura bastante liberal, em consonância com o pensamento predominante nas principais economias do mundo. Todavia, não se pode esquecer as enormes diferenças sociais entre o Brasil e as grandes economias ocidentais.

As desigualdades no Brasil são tão grandes que o simples liberalismo, acreditando que o livre-mercado tudo resolve, não consegue sequer amenizar o que hoje se observa na nossa economia: anos de uma recessão que elevou o desemprego a níveis preocupantes e resultou em significativo aumento das iniquidades sociais.

Ou seja, mesmo com uma postura liberal, não se pode abandonar totalmente o pragmatismo, que exige tratamentos diferenciados e intervenção governamental para atenuar as diferenças individuais e regionais.

regionais.

É ainda mais preocupante observar que o liberalismo exacerbado tem levado muitos economistas brasileiros a acreditar que, apenas com uma melhora das expectativas, reformas, privatizações e novas concessões de serviços públicos, será possível reverter a trajetória atual da nossa economia.

Não se pretende reduzir a importância nos resultados econômicos das reformas, expectativas, privatizações e concessões, mas deve-se considerar as condições reinantes quando elas acontecem.

A mudança das expectativas varia de acordo com a situação presente, além, naturalmente, do grau de confiança nos dirigentes: quando o Brasil registrava taxas de crescimento razoáveis e a Petrobras descobriu petróleo no pré-sal, a mudança das expectativas foi significativa, com as empresas aumentando os investimentos em preparação para os esperados melhores tempos e o governo aumentando os gastos públicos, elevando o emprego e a renda e levando a economia brasileira para o que os mais afoitos chamaram de uma situação de quase pleno-emprego. No momento atual, quando

as empresas enfrentam altos níveis de capacidade ociosa e o desemprego é elevado, não se pode confiar que as expectativas mudem significativamente apenas com algumas reformas e novas privatizações e concessões, embora essas seiam medidas bastante positivas. O mais provável é que as vendas e concessões ocorram a preços bem abaixo dos que seriam registrados em uma economia em crescimento e que novos investimentos empresariais passem a aguardar os resultados econômicos daquelas práticas (reformas, privatizações e concessões)

Por tudo isso, não parece razoável acreditar que tais medidas possam alavancar o crescimento econômico, como pensam os liberais.

Como essa alavancagem não pode partir do aumento do consumo privado (devido ao enorme desemprego atual), nem dos investimentos empresariais (não corre investimento em aumento de produção com elevada capacidade ociosa) e, tampouco, do aumento dos gastos públicos (nos três níveis de governo a situação é pré-falimentar) resta, como "ponto de partida", um aumento significativo das exportações líquidas de mercadorias e serviços não fatores (turismo, diplomacia, fretes, seguros, ...), como aconteceu nos períodos recessivos que o País enfrentou nas últimas décadas.

É notório que acordos comerciais com outros países ou blocos econômicos ajudam a aumentar as exportações a longo prazo e devem ser estimulados, mas não serão suficientes para tirar o país da atual crise e alavançar o crescimento.

A solução que se apresenta como possível é o abandono do regime de taxas flutuantes de câmbio, algo que contraria o pensamento liberal. O retorno a um regime de "bandas cambiais", centralizado em uma taxa de cinco reais por dólar, com um intervalo entre quatro reais e oitenta centavos e cinco reais e vinte centavos, representando uma desvalorização de cerca de vinte por cento em relação aos valores atuais.

parece-me o mais adequado para o momento.

Naturalmente, os brasileiros que viajam com frequência ao Exterior não gostarão da ideia de que agora passarão a gastar 20% a mais do que antes, mas esses representam uma parcela pequena da população.

Certamente, não se espera que o atual governo, autointitulado liberal, siga uma estratégia como essa, além do fato de que, caso a seguisse, para que o empresariado acreditasse na permanência dessa estratégia, seria necessário algum tipo de compromisso formal dos atuais governantes (pouco provável), para elevar investimentos no aumento da produção para exportações.

produção para exportações.

Mas não tenho dúvidas de que, com mais alguns anos de economia "travada", algum próximo governo irá perceber que essa é a alternativa restante. O aumento da produção de exportáveis reduzirá significativamente o desemprego, incrementando, simultaneamente, o investimento empresarial e o consumo privado, ponto de partida para a retomada do crescimento econômico. Embora não se possa esperar que a recuperação seja imediata, acredito que em cerca de três meses seus primeiros sinais já serão observados.



26. O risco do bolsonarismo é a redução

A opção por estabelecer diálogo propositivo apenas com grupos que se identificam com os propósitos do governo, além de antidemocrática, é perigosa

Marco Antonio Teixeira*, O Estado de S.Paulo-16 de setembro de 2019 |

Depois de ter sido eleito num pleito extremamente polarizado por visões distintas de sociedade, **Jair Bolsonaro**, no seu discurso de posse, chegou a falar em união do País. Todavia, desde que assumiu não tem feito nenhum movimento substantivo nessa direção. O princípio democrático de que o governante mesmo sendo eleito por uma parcela da sociedade passa a governar inclusive em benefício daqueles que nele não votaram não tem prevalecido.

O que se tem visto , até o momento, é o presidente da República fazendo manifestações de apreço por grupos sociais que concordam com seus propósitos, como evangélicos, católicos carismáticos e agrupamentos que demonstram pouca estima por questões ambientais e pelos direitos de minorias. Por outro lado, não tem sido incomum ouvir na retórica presidencial palavras que desprezam a importância do trabalho de organizações que atuam em defesa do meio ambiente e de segmentos sociais que são considerados fora dos padrões dos valores tradicionais do cristianismo.

A opção por estabelecer diálogo propositivo apenas com grupos que se identificam com os propósitos do governo, além de antidemocrática, é perigosa. Antidemocrática por não reconhecer que o Brasil não se caracteriza como uma sociedade homogênea. É um País formado por brancos, negros e índios e por uma migração multireligiosa. Essa diversidade precisa ser incorporada na pauta governamental.

Perigosa para um governo que nesse momento é avaliado negativamente por mais de 50% da população. Isso combinado com uma crise econômica que

afeta enormemente a renda e o emprego de milhões de brasileiros pode afetar drasticamente sua legitimidade social.

Dialogar somente com seus iguais se constitui em um risco para o presente quanto a governabilidade e para o futuro no que se refere aos projetos políticos da família e dos aliados. Estes últimos, afetados diretamente pela queda de popularidade do presidente em suas bases eleitorais, começam a fazer calculo eleitoral e podem, como já vem ocorrendo de forma ainda isolada, abandonar barco do bolsonarismo.

27. Miguel Arroyo: Escolas militarizadas criminalizam infâncias populares

https://www.cartacapital.com.br/?p=92224&fbclid=lwAR1iplAuTlQ7aWvnkxEqfRbfbrXER5fHEvn-7X2aSKkrzLnDjYOI7mfjsgU

ANA LUIZA BASILIO 12 DE SETEMBRO DE 2019

Para o sociólogo e educador espanhol, governo aposta em discurso de medo, exceção e ameaça para questionar as escolas públicas

O anúncio do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares apresentado pelo governo Bolsonaro no início do mês se apoia em duas narrativas principais: a de que, sob gestão dos militares, as <u>escolas conseguirão</u> <u>resolver a questão da violência</u> – motivo pelo qual o plano considera aplicar a militarização em territórios mais vulneráveis – e ainda produzir melhores resultados educacionais, a partir de mais regras e disciplinas no ambiente escolar.

As justificativas não convencem o sociólogo e educador espanhol Miguel Arroyo, que vê o modelo com preocupação. Para ele, há perguntas anteriores que devem ser feitas antes de substituir educadores e gestores educacionais por militares e levar a lógica da militarização a esses espaços. "Por que há violência nas escolas e qual ideal de educação temos?", questiona.

Em entrevista a *CartaCapital*, o educador explica o modelo de escolas militarizadas como parte integrante de uma política vigente de "criminalização dos mais pobres", que questiona as estruturas democráticas, sobretudo as escolas, a partir de um discurso de medo, exceção e ameaça.

CartaCapital: Como o senhor avalia a narrativa de que a militarização das escolas resolverá a questão da violência dos territórios mais vulneráveis? Miguel Arroyo: Em relação à violência, eu destacaria o seguinte: quais escolas serão militarizadas? Não serão as privadas, mas as públicas, locais que recebem as infâncias populares das favelas, dos campos. Digo isso para que pensemos: que infâncias estão sendo pensadas como violentas? Estamos

em um momento no qual se busca a criminalização das infâncias e adolescências populares, bem como dos movimentos sociais de luta por terra, teto, transporte, o que eu chamo de política criminalizante dos pobres. E isso me soa de uma brutalidade assustadora. Portanto, o que ao meu ver legitima a criação das escolas militarizadas é o discurso de que as infâncias são criminosas, mas não todas, só as populares, ou se criminaliza quem está na escolas privadas? Esse é um alerta político muito sério, mas que não acontece de agora.

Nós já vínhamos há uns dois, três anos, pressionando pelo <u>rebaixamento da idade penal</u>. E a ideia que sustenta essa tese é a mesma, a de que as infâncias e as adolescências são violentas. Então, em vez de entregá-las às escolas públicas, aos educadores e educadoras, se defendia encaminhá-las à justiça penal, um jeito de tirar esses estudantes da escola e colocá-los na prisão.

A novidade agora é que não vamos mais tirá-los das escolas, mas colocar as próprias unidades sob o controle da justiça penal, sob a lógica policial, militar, o que eu vejo com extrema gravidade. A ideia da militarização representa a condenação da infância e seu controle pela polícia. Preferem isso a colocar uma questão fundamental: por que há violência nas escolas?

Não são as infâncias que são violentas. Elas são sim violentadas pela sociedade, pela pobreza, pelas favelas, pelas desigualdades sociais, de raça, gênero e isso chega às escolas. Mas preferem ocultar isso, a olhar com seriedade. As infâncias são vítimas de violência e respondem da mesma maneira às violações que sofrem.

Leia também:

- Militarizar as escolas é a solução para a educação?
- Aposta nos colégios militares é um projeto de conservadorismo moral

CC: Do ponto de vista da política educacional e do direito à educação, o aue a militarização das escolas representa? MA: Está se decretando a falência da escola pública e não só dela enquanto instituição, mas também dos educadores e dos gestores educacionais formados para atuar na área. Ao substituí-los por militares, damos um recado claro: vocês fracassaram. E isso é muito sério. A tentativa é de desconstruir toda a luta por uma educação pública de qualidade, tal como podemos ver com os ataques direcionado às universidades federais, às Ciências Humanas. Na visão dos conservadores, a escola pública foi longe demais e precisa ser combatida. E quando se destrói a ideia da escola pública, rui juntamente a ideia do Estado público, de direitos, de cidadanias. É uma radicalidade terrível.

Outra questão que destaco ainda sobre o direito à educação é a tentativa de validar a chamada educação familiar, no bojo da destruição do Estado. Veja, o que se diz é que quem deve educar é a família ou que, caso ela não tenha condições, que seja o Estado militar. Nesse contexto, a criança não é pensada como cidadã, como um sujeito de direitos que tem, entre eles, a garantia a uma educação pública de qualidade fornecida pelo Estado.

E essa lógica será perpetrada pela escola militarizada, porque lá as crianças não são cidadãs. O militar não é símbolo do Estado cidadão, mas da soberania

da pátria, da regra, da disciplina, do controle, da ordem. Todo Estado militarizado é anti cidadania, ou seja, não se afirma enquanto símbolo dos direitos cidadãos.

CC: O senhor acredita que esse modelo, baseado em regras rígidas, pode impactar no desenvolvimento das crianças e adolescentes? MA: Uma das formas das infâncias e adolescências se afirmarem é por meio de seus corpos. Eu costumo dizer que não temos corpos, somos corpos. Trazemos nele a marca do nosso tempo, o corpo é a marca de cada tempo, da identidade. O que eu quero dizer com isso é que quando o menino usa boné, ou quando meninos e meninas optam por usar adereços ou até por um tipo de corte de cabelo eles estão simbolizando suas identidades, os corpos passam a ser afirmação de identidade, entende? E aí vem a escola militar e diz: basta! Não existe cabelo, corpo, nada. Isso é terrível, porque não reconhece as mudanças e as lutas que se acumulam na infância, adolescência e juventude.

Até o século passado, tínhamos uma visão limitada sobre essas etapas da vida, agindo com crianças, adolescentes e jovens como se não tivessem direito à fala. A palavra infância, aliás, no seu sentido etimológico denota um sentido negativo, não-falante. A adolescência chamávamos de 'aborrescência' e a juventude era vista como uma fase preparatória para a vida adulta. Mas isso mudou radicalmente. Hoje a infância tem voz, a adolescência é o tempo da afirmação, da orientação sexual, das experiências que culminam, por exemplo, em tantos movimentos organizados pela juventude. E se estamos diante de novos tempos para esses indivíduos, a educação também deve ser outra. Ao tentar destruir identidades de corpos, raça, gênero, se destrói a identidade humana e isso não é pedagógico.

Leia também:

• <u>"Tem que impor", diz Bolsonaro sobre modelo de escolas militarizadas</u>

CC: Ainda assim, há famílias que endossam o modelo da militarização, justamente por acreditarem na solução da violência. Como o senhor vê esse movimento?

MA: Essa alternativa é validada à medida em que se cria e se fortalece a política de estado de medo, exceção e ameaça. Imagine só uma mãe que precisa trabalhar e deixar o filho na escola, claro que ela vai querer segurança. A questão é que se criou um clima de que a escola não dá conta de seu papel e isso é totalmente intencional e político, faz com que essas mulheres não confiem mais nas escolas e cedam à proposta da militarização. Veja, o caminho democrático é sempre melhor, mas quando se cria a ideia de que na democracia não há segurança, acabamos flertando com as regras, com as posturas ditatoriais e isso também chega às escolas.

CC: Outro ponto defendido pelo governo é a possibilidade das escolas militarizadas produzirem melhores resultados. Qual a análise do senhor? MA: Quais resultados? As escolas militares têm bons resultados para formar militares, mas não são os melhores exemplos para formar cidadãos com valores de democracia, de igualdade, valores políticos. Eu me formei em uma escola militar na Espanha, na época do general Francisco Franco, e eu não aprendi nada disso, mas sim a marchar, bater continência, a ter meu corpo militarizado. Essa é a boa educação que queremos? Temos que nos colocar essa pergunta. Os resultados serão bons de acordo com o que temos como

ideal, entende? E o que vejo é uma luta por uma educação para a cidadania, pautada em valores, em respeito aos outros, fraterna e participativa.

Muito obrigado por ter chegado até aqui...

... Mas não se vá ainda. Ajude-nos a manter de pé o trabalho de CartaCapital.

O jornalismo vigia a fronteira entre a civilização e a barbárie. Fiscaliza o poder em todas as suas dimensões. Está a serviço da democracia e da diversidade de opinião, contra a escuridão do autoritarismo do pensamento único, da ignorância e da brutalidade. Há 24 anos **CartaCapital** exercita o espírito crítico, fiel à verdade factual, atenta ao compromisso de fiscalizar o poder onde quer que ele se manifeste.

Nunca antes o jornalismo se fez tão necessário e nunca dependeu tanto da contribuição de cada um dos leitores. Seja **Sócio CartaCapital**, assine, contribua com um veículo dedicado a produzir diariamente uma informação de qualidade, profunda e analítica. A democracia agradece.

28. Polarização inoperante

Governo e oposição, imersos em concepções reducionistas, não estão preocupados com a realidade e em dar resposta aos problemas reais. O País fica à deriva

Notas & Informações, O Estado de S.Paulo

09 de setembro de 2019 | https://opiniao.estadao.com.br/noticias/notas-e-informacoes.polarizacao-inoperante, 70003002382

Ainda que parte considerável das forças da esquerda queira partir para o revanchismo, em relação tanto ao resultado das urnas como a decisões da Justiça, é cada vez mais evidente que ela não consegue levar adiante o seu intento. O problema não é que a agenda dos partidos de esquerda seja anacrônica - ela é absolutamente incompatível com o temperamento dos brasileiros e com a realidade política e social do País.

O mesmo se pode dizer de outras forças radicais. A direita, por sua vez, tem sido incapaz de ir longe na pregação de seu catecismo fundamentalista. Sua

pauta é igualmente retrógrada. Almeja, por exemplo, o retorno a um mundo pretérito, marcado pelas tensões da guerra fria, no qual a sociedade deveria concentrar todos seus esforços para combater o insidioso inimigo, o comunismo. O intento nem ao menos tem o idealismo do Quixote, espetando sua lança no moinho.

O fenômeno que ocorre com as extremas, da esquerda e da direita, tem, no entanto, consequências daninhas para todo o País. Diante do inevitável fracasso de suas respectivas pautas, os apoiadores de cada lado tendem a aumentar seu extremismo, imaginando que a inoperância de suas agendas é causada pela aplicação mitigada ou imperfeita de suas propostas e ideias. Nessa lógica, a solução residiria em aumentar a intensidade do radicalismo - e esta é a melhor receita para extirpar da vida política e social do País qualquer vestígio de racionalidade.

Nessa trajetória de polarização, é frequente que esses grupos persigam parte de seus próprios adeptos, taxando-os de traidores ou desertores. Buscam, assim, apontar uma causa para seu fracasso. Outro subproduto da inoperância das agendas extremistas, como já dissemos, é o recrudescimento do ressentimento de seus membros. Sentem-se profundamente frustrados em seus anseios de encaixar o mundo - o Estado, a sociedade, a família, a empresa, o vizinho, o colega de trabalho - no atraso de sua ideologia.

Tal polarização afasta interlocutores inteligentes e produtivos e leva os grupos militantes à infertilidade dos diálogos consigo mesmos, com drásticos prejuízos políticos, econômicos e sociais para todo o País. Diante desse cenário, impõese um diagnóstico lógico e cristalino: os problemas nacionais encontram-se desprovidos de resposta. E, caso o debate público continue interditado por grupos militantes extremistas, esses problemas permanecerão sem resposta.

O País precisa urgentemente de caminhos concretos, com propostas de curto, médio e longo prazos, para enfrentar os prementes desafios do crescimento econômico, do emprego, da educação, da saúde, do saneamento e de tantas outras áreas. Essas soluções não virão, no entanto, por passe de mágica. Elas são decorrência do estudo, do diálogo e da negociação - e os grupos militantes extremistas não estão dispostos a percorrer nenhuma dessas etapas. Esse é o grande drama da polarização - inviabiliza as soluções.

A polarização tem atrapalhado o governo do presidente Jair Bolsonaro. É nítida sua dificuldade para apresentar propostas para os problemas reais, bem como para estabelecer com as diversas forças políticas um diálogo capaz de gerar soluções. Ao longo desses oito meses de governo, ele optou por privilegiar uma pauta ideológica, dirigindo sua ação e seu discurso a um grupo cada vez mais restrito de seguidores. Em vez de colocar o seu governo a serviço de todos os brasileiros, o presidente Jair Bolsonaro aninhou-se numa ponta do espectro político, o que causa prejuízos não apenas internamente, mas também nas relações do Brasil com a comunidade internacional.

A população já percebeu esse modo de proceder do presidente Bolsonaro e está cada vez mais insatisfeita, como se vê pelas pesquisas de opinião. Mas a oposição que poderia corrigir os desvios do governo mal existe. Governo e oposição, imersos em suas concepções reducionistas, não estão preocupados com a realidade e muito menos em dar resposta aos problemas reais. O País fica à deriva.

29. Deve à esquerda participar da nova "frente ampla" contra o bolsonarismo,

lançada faz uma semana na PUC paulistana?

Jairo Menegaz -11 de setembro às 09:31

Em artigo no Intercept Brasil, João Filho responde com um sonoro "sim" e critica PT e, secundariamente, PSOL pela ausência no ato.

O artigo é vibrante de indignação, mas raso de argumentos.

Aplica à política uma moral de parquinho infantil: sejamos todos amiguinhos.

O título, aliás, é explícito: o PT "se recusa a dar as mãos na hora de defender o país".

O PT seria fominha ("o cacoete da hegemonia").

Teria dificuldade de superar os "traumas decorrentes do impeachment".

E insistiria na bandeira #LulaLivre, que o articulista reconhece justa - mas fala mais alto o fato de "que muita gente no campo democrático [...] discorda de que essa seja uma boa estratégia no combate ao bolsonarismo".

Seria fundamental, portanto, esquecer o golpe e engavetar a bandeira da libertação de Lula, em nome do bem comum.

Afinal, "não se trata mais de esquerda x direita, mas de civilização x barbárie".

Mais pro final do texto, João Filho escancara: "As lições da última eleição foram ignoradas". E a lição é, claro, que o PT devia ter apoiado Ciro Gomes.

O artigo é mais que uma coleção de equívocos.

É uma demonstração de como muita gente do campo progressista ficou presa na armadilha que o golpe de 2016 e o bolsonarismo criaram.

A frente ampla, que reúne Kassab, FHC, Flávio Dino, Márcio França, Marta Suplicy, Ciro Gomes e até Noam Chomsky, aponta para uma "normalização" pós-bolsonariana que aceita o golpe como dado.

Aceita uma recomposição muito parcial do pacto constitucional de 1988.

Aceita a restrição dos direitos da classe trabalhadora, a desnacionalização da economia e o retrocesso nas políticas sociais.

Aceita que o campo popular seja condenado à posição de coadjuvante do debate político.

É esse o mínimo denominador comum que garante sua frontal amplitude.

Em suma: vamos tirar o bode, Bolsonaro, da sala.

E ficar contentes com o que nos sobra, que é o Brasil do projeto original do golpe de 2016.

A recusa à defesa da liberdade para Lula é um emblema disso tudo.

Trata-se de uma questão simples de justiça: um homem, um septuagenário, está preso após um processo viciado (hoje, mais do que comprovado que foi viciado, conduzido por um juiz canalha, dentro de uma estrutura judiciária corrompida).

Como deixar isso de lado?

Mas a bandeira "Lula Livre" não é só um imperativo moral, é também uma exigência da ação política. Abandoná-la - para evocar as palavras célebres atribuídas ao chefe da polícia de Napoleão, Joseph Fouché - "é pior que um crime: é um erro".

A conspiração midiática e judicial que colocou Lula na cadeia é o fio que liga o golpe de 2016 à vitória do bolsonarismo em 2018.

Defender a anulação do processo que o condenou, sua libertação imediata, a punição aos responsáveis é defender o retorno do ideal de império da lei e da livre competição política, sem criminalização de partidos ou tendências, no Brasil.

Quando João Filho diz que "corre-se o risco de não se ter nem democracia nem Lula livre", ele está dizendo que devemos nos contentar com uma democracia que inclua perseguição judicial, criminalização de um lado do espectro político, repressão policial seletiva, suspensão das garantias constitucionais para os indesejados, tutela sobre o processo eleitoral...

Opa, que democracia seria essa?

O oportunismo da "frente ampla", portanto, é maroto para a direita que quer uma retomada contida e tutelada da democracia e do Estado de direito, para não ameaçar o projeto das contra-reformas que a une a Bolsonaro, e contraprodutivo para as forças progressistas, que precisariam perder identidade e inibir seu próprio discurso.

Há um ponto no texto de João Filho, porém, que merece atenção.

Ele diz que "o PT calcula que o melhor a se fazer é deixar Bolsonaro sangrando até 2022, perdendo popularidade e, assim, derrotar a direita nas urnas".

É errado singularizar o PT nessa posição - a ideia de que um mandato de Bolsonaro seria um bom "castigo" para o Brasil aprender presidiu, por exemplo, a neutralidade imperdoável de Ciro Gomes no segundo turno.

E o que dizer de todos aqueles que embarcaram na campanha do "ele não" quando achavam que podiam tirar uma casquinha, mas na hora H preferiram a

"neutralidade" ou mesmo o apoio ao Coiso, em nome do oportunismo de fôlego curto?

E é errado julgar que o equívoco da posição é "subestimar [...] a força avassaladora do antipetismo".

Parece então que o problema estaria só no cálculo eleitoral errado.

Se não houvesse o fantasma do "antipetismo", então estaria tudo bem em esperar uma vitória certa em 2022?

O fato é que muitos dirigentes - do PT, mas não só dele, e incluindo o próprio Lula em muitas de suas falas - parecem não ser capazes de pensar a política para além do processo eleitoral.

No entanto, o processo eleitoral, que sempre é insuficiente como forma de participação política, torna-se desprovido de qualquer sentido quando está submetido ao veto do judiciário, dos militares, dos ianques, do capital, da mídia.

Com isso em mente, a proposta da "frente ampla" se torna ainda menos sedutora.

Ou, nas palavras imortais do caminhoneiro Pedro: é cilada, Bino!

Bolsonaro tem que ser retirado da presidência? Sem dúvida. Mas não basta.

E, na tarefa mais ampla de retomada do caminho da democracia e da justiça, muitos dos amiguinhos da "frente ampla" estão do outro lado das trincheiras.

Formalizar a união com eles, da forma com o articulista do Intercept exalta, significa uma rendição precipitada ao estreitamento do universo de possibilidades políticas que o golpe de 2016 promoveu.

Wanderley Diniz

28 de setembro às 21:00 \cdot

30. O VINHO, A MÚSICA, O TRÁGICO.

Wanderley Diniz FB set 30

As vésperas dos 75 anos, sorvo o vinho de quem se sabe no fim da linha, de quem comemora cada amanhecer. E o amanhecer é sempre um pouco mais do mesmo para todos nós, brasileiros ou cidadãos do mundo, obrigados a encarar o inevitável fim. No meu caso, previsível; do mundo, anunciado dia-adia e, pior, provocado por nós mesmos.

Pouco antes de iniciar estas mal digitadas linhas, ouvi Chico Buarque em seus decassílabos, anunciando a queda de um pacote flácido, atrapalhando o trânsito, o sábado e o tráfego. De uma certa maneira, é assim que me sinto, não pelo vinho, mas pelo que a semana me revelou.

De cara, a admissão, pelo ex- Procurador Geral da República, que entrou armado no Supremo Tribunal Federal disposto a assassinar um Ministro. Se é esse o nível, independente de pensar seja no que for, a pergunta é a que fez um ministro em plena ditadura: que país é este?

A resposta, infelizmente, é esta: é o país em que vivemos. O país onde o presidente se apresenta diante do mundo, na ONU, com um discurso pleno de meias verdades, ou meias mentiras, mas obviamente pronunciado para o seu núcleo mais radical de apoiadores, quando deveria presidir para todos.

E assim, degrau por degrau, escalo o edifício. Tijolo por tijolo, o vejo como sólido, mágico, ou como uma coisa que simplesmente se desmancha no ar. Cito o STF encarando o que é público, a descarada manipulação da Lava Jato, fazendo retornar ao início os seus "julgamentos".

Coloco em causa o desmanche do País, com a revisão de sua legislação trabalhista, previdenciária e, pior ainda, com a entrega descarada das riquezas do seu subsolo. Realmente, escalo o edifício, degrau por degrau, até o seu ápice, de onde não me jogo, mas nos jogamos todos, como pacotes, flácidos ou bêbados, impedindo o sábado ou atrapalhando o trânsito, Quem sabe?

No contencioso resta o diploma do Prêmio Camões, concedido a Chico Buarque de Holanda, mote desta crônica, que o presidente, como se fora Hamlet, questiona: "assino ou não assino?" Minha opinião: não assine, para glória do Chico!

Por fim, o pedido, a partir dos Procuradores, para que seja concedida a Lula a prisão domiciliar. Sei das pressões que ele sofre para aceitar, como sei de sua solidão, talvez o instrumento maior para mandar tudo à merda e topar a parada. Seja qual for a decisão, eu a compreendo. Mas torço para que ele resista.

Se é inocente, como diz e no que acredito, que resista. Afinal, mais do que um simples Ser Humano, como eu e você, ele é um símbolo do Brasil que almejamos e que tentam enterrar.

Brasil que buscamos, como Sísifo, levar ao topo mas que teima rolar ladeira abaixo. Mas que, teimosamente, levamos novamente ao topo, desafiando deuses porque nos sabemos detentores de outro segredo, o de Prometeu, que sacrificou a Liberdade e o Fígado, legando-nos o fogo. É assim que vejo o operário que ousou tornar-se em Estadista: em parte como Sísifo, levando a pedra ao topo para vê-la rolar ao sopé. Mas também como o herdeiro de Prometeu, portador do fogo que nos conduz..

Lamento como vejo o meu País. Hoje em pleno processo de desconstrução, com ênfases nas ainda poucas e pequenas conquistas de seu estrato popular.

Com vinho e música, um degrau após o outro escalo o edifício antevisto por Chico. Discordo, porém, do seu final mórbido ou trágico e reafirmo, como Drummond, a crença na vida futura, que haveremos de criar! Axé!

31. Veto de Bolsonaro cai e Fake News dá até 8 anos de cadeia

29 de agosto de 2019 - https://blogdacidadania.com.br/2019/08/veto-de-bolsonaro-cai-e-fake-news-da-ate-8-anos-de-cadeia/?fbclid=lwAR2wEqQ8nYsN5IOTXnU3-f7U-n3A7 e6YEmZVPy fewdkg-BRMB5r80EFuU

Em sessão nesta quarta-feira (28), o Congresso Nacional derrubou um veto de Jair Bolsonaro a respeito da disseminação de fake news. Em junho de 2019, o presidente impediu que a Lei 13.834/2019 instaurasse uma pena maior para quem replicasse ou reproduzisse notícias falsas para fins eleitorais envolvendo candidatos.

Ao todo, 326 deputados e 48 senadores foram favoráveis ao fim do veto. A partir de agora, portanto, quem cria ou simplesmente replica fake news eleitorais pode pegar de dois a oito anos de prisão.

Por enquanto, não está claro como será feita a fiscalização e como será definida a confirmação de cada boato. Além disso, um veredito só será dado quando for comprovado que o acusado sabia da inocência da vítima e agiu por pura má fé. Ou seja, nem todas as replicações serão consideradas crimes.

O que é fake news?

Anteriormente, segundo a agência de notícias do Senado Federal, Bolsonaro argumentou que calúnia com objetivo eleitoral "já está tipificada em outro dispositivo do Código Eleitoral" com pena de seis meses a dois anos de reclusão. Portanto, segundo o presidente, igualar a pena de replicação com a de criação seria uma violação ao "princípio da proporcionalidade", já que a responsabilidade e a culpa de quem inventa a fake news deveria ser maior. O crime de "denunciação caluniosa com finalidade eleitoral" existe desde 1965 no Brasil.



Davi Alcolumbre

✓ @ davialcolumbre

Na sessão do Congresso Nacional, anunciei a instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) destinada a investigar notícias falsas, conhecidas como fake news, para a próxima semana. Será composta por 15 senadores e 15 deputados, e o mesmo número de membros suplentes.

19:29 - 28 de ago de 2019

O presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (DEM-AP), ainda anunciou que uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) será instaurada para "investigar notícias falsas", o que deve especificar melhor o funcionamento da lei.

WITZEL ameaça recorrer à ONU

Em um gesto de descarado oportunismo, o governador do Rio, Wilson Witzel, ameaça ir à ONU pedir providências contra a violência urbana no Rio. Diz ele, em seu delírio arrivista, que o Conselho de Segurança da ONU poderá tomar medidas contra países como Bolívia, Colômbia e Paraguai, e decretar o fechamento das fronteiras desses países com o Brasil. Para Witzel, a violência que atinge as favelas e comunidades pobres do Rio é decorrente das armas contrabandeadas aue chegam por esses Por trás dessa cortina de fumaça está a pressão que Witzel vem sofrendo contra a morte de inocentes naquelas comunidades, como a da menina Ágatha Félix, de oito anos, atingida por um tiro de fuzil no Complexo do Alemão. A pressão contra Witzel e sua política de extermínio parte de alguns setores da sociedade, aqueles que se importam com tantas tragédias, que condenam com essa política do governador. Lamentavelmente uma outra parte da sociedade acredita que só se combate a violência com mais sangue, desde que não seja em seus bairros, em seus condomínios fechados.

Foi essa parte da sociedade, contaminada pela política do "nós contra eles", que elegeu Wilson Witzel, que fez de Rodrigo Amorim o deputado estadual mais votado do Rio. Aquele Rodrigo Amorim que em um comício, ao lado de Witzel, quebrou e exibiu uma placa que homenageava a vereadora Marielle Franco, assassinada com o motorista Anderson Gomes, um crime até hoje não esclarecido. E que depois de eleito emoldurou e pendurou em seu gabinete, um troféu. uma parte da placa que ele destruiu. como Foi essa mesma parte da sociedade que elegeu, em um equívoco que está custando caro, um presidente defensor da tortura e de torturadores e seus filhos que acreditam que defender direitos humanos é defender bandidos. Um presidente que tinha como símbolo de campanha um gesto que imitava uma arma com os dedos, que reproduziu esse gesto até mesmo nas mãos de uma menina de dois anos que ele segurou no colo, durante a campanha eleitoral.

Wilson Witzel é o exemplo perfeito desse rumo que uma parte do Brasil infelizmente seguiu e que conseguiu contaminar até mesmo pessoas de vida mais simples, justamente as que mais têm a perder com essa política. Wilson Witzel é um autêntico representante de uma certa classe média e que luta eternamente empresarial egoísta, contra reformas imprescindíveis a qualquer país, para impedir a explosão da pobreza extrema e de sua parente próxima, a violência urbana como a que temos hoje no Brasil. Para impedir essas reformas, pessoas como Wilson Witzel apoiaram golpes armados ou judicializados e midiatizados, nutridas por um pensamento egoísta, sem perceber que esse pensamento um dia se voltaria contra todos, contra o Brasil, estamos vendo hoje. como Agora, Wilson Witzel, o arrivista, ameaca ir à ONU para fechar fronteiras com os países vizinhos ao Brasil.

O mesmo Witzel que aparece na foto divulgada em julho deste ano por um assessor de fuzil em punho, fazendo mira, vestindo uniforme do Bope, o sinistro Batalhão de Operações Especiais da PM. Um dia o Brasil vai entender, com base no sofrimento, que só chegamos à situação que vivemos hoje por acreditar que a exclusão de muitos na construção de uma sociedade não teria consequências. Quando o Brasil aprender essa lição, figuras abomináveis, oportunistas, execráveis, medíocres como Witzel, Bolsonaro e seus filhos, Rodrigo Amorim e tantos outros em vez

de votos terão apenas o desprezo da população. (Do Rogério Marques)

32. Mourão é a antítese do militar nacionalista, o ignorante motivado.

Leandro Fortes. Jornalista - https://www.brasil247.com/blog/mourao-e-a-antitese-do-militar-nacionalista-

o-ignorante-motivado?fbclid=IwAR0YjWozJumLf6mqdJqT6Kf2TcsbvFIM9hotvlK08QyhKNyzvf2col5viEA

"Mourão é a antítese do militar nacionalista, essa figura mítica que, por anos, habitou o imaginário popular da esquerda brasileira", constata o jornalista Leandro Fortes. "É esse tipo de militar que anos de isolamento e de não intervenção civil na caserna geraram: o ignorante motivado", acrescenta 30 de setembro de 2019, 09:02 h

Por que Bolsonaro ataca Mourão e os militares? (Foto: Adnilton Farias/VPR)

Por Leandro fortes, para o Jornalistas pela Democracia - Os recentes elogios do general Hamilton Mourão, vice-presidente da República, a bandeirantes e donatários tem um simbolismo duplamente deplorável.

Essencialmente, Mourão reforça a ideia de que as entradas e bandeiras, as primeiras, expedições patrocinadas pelo reino de Portugal, as segundas, por mercadores privados, foram um movimento civilizatório - e não a barbárie de violência, ganância e escravidão que realmente foram, nos séculos XVI e XVII.

Como pano de fundo, o elogio do general, ele mesmo, um caboclo miscigenado de fortes traços indígenas, reflete a submissão doutrinária do militares à narrativa histórica oficial. Aliás, sem surpresa alguma: na campanha eleitoral de

2018, Mourão disse que o brasileiro herdou a "indolência" do índio e a "malandragem" do africano.

Um oficial general repetir essa cantilena racista, no alvorecer do século XXI, é, antes de tudo, um desalento. Mas explica muito da inércia do Exército e, por extensão, das Forças Armadas, diante da destruição moral e patrimonial do Brasil, promovida pelo governo do qual Mourão é vice-presidente.

Mourão é a antítese do militar nacionalista, essa figura mítica que, por anos, habitou o imaginário popular da esquerda brasileira.

Não por outra razão, repete, como um papagaio, o discurso das elites nacionais que construíram o mito do bandeirante desbravador e do donatário empreendedor obrigados a conviver com a indolência dos índios e a malandragem dos negros por eles escravizados e esfolados, sertão adentro.

É esse tipo de militar que anos de isolamento e de não intervenção civil na caserna geraram: o ignorante motivado.

33. Com Jair Bolsonaro e sua 'ideologia', o Brasil comete suicídio.

https://www.cartacapital.com.br/opiniao/com-jair-bolsonaro-e-sua-ideologia-o-brasil-comete-suicidio/?fbclid=lwAR3rJbrq5CmDH3d4dvmlhveYEn3x7RH4Q3fyIAo-MCtkEZQmJg4R-9OTK08#.XZJT-wVC_xc.facebook

MINO CARTA - - 30 DE SETEMBRO DE 2019

QUINTAL DOS EUA NÃO E SIM DE DONALD TRUMP, COM EXCLUSIVIDADE.

O cidadão ancorado ainda à Razão, a despeito da mídia, encara o bestialógico bolsonarista tomado de espanto

Tivesse Bolsonaro realizado a encenação humorística do seu discurso de terça 24 de setembro em algum teatro *off* Broadway de um bairro periférico de Nova York, teria conseguido notável êxito de público e crítica. Infelizmente, para todos nós, conscientes ou não, o ex-capitão falou da tribuna das Nações Unidas e ofereceu ao mundo a sua capacidade de representar tanto a patetice quanto a parvoíce que caracterizam o Brasil pós-golpe de 2016.

O Le Monde escreveu que se tratou do discurso de um ditador e não me permito negar que Bolsonaro revela uma vocação ditatorial. Vai além, entretanto, ele se atribui a tarefa messiânica de doutrinar a população global em peso. Está claro que sua defesa da soberania nacional, formulada em tom imperioso, apela para velhos, insopitáveis recalques do país do futebol, embora a lição seja de mais largo alcance, trata-se de recolocar nos trilhos não somente o Brasil, mas também o próprio mundo, envenenado pela ideologia. Assunto já caduco desde a gueda do Muro de Berlim, e que o bolsonarismo renova com o transparente propósito de elucidá-lo mais profundamente ao propor a sua ideologia. Assim como a corrupção nasce do socialismo, o tormento ambiental que hoje move fluviais manifestações da juventude de inúmeros países foi inculcado pela tal da ideologia daninha, de resto igual ao que se deu em relação a todos os males a afligir o planeta, os mesmos que a ditadura nativa e seus torturadores e censores tão bravamente combateram. No mais sobram as falácias que a humanidade engole, tais como a ideia de que a Amazônia é o pulmão da Terra. De verdade, ela é território brasileiro e nós ali agimos como bem entendemos, até fazer dela o Saara americano. Bolsonaro diz guanto realmente logra pensar, e creio não caber dúvida de que considera ter argumentos irrefutáveis para convencer a plateia nativa e semear dúvidas naquela internacional. Quem convoca o general Heleno e o chanceler Araújo entre seus conselheiros guarda na algibeira os endereços do Bem e do Mal. Ocorre-me a possibilidade de que tenha plantado a árvore do Paraíso Terrestre, rincão infinito do esboço divino do Brasil atual, "seguro e hospitaleiro", onde balas muito bem intencionadas abatem meninas faveladas. O cidadão ancorado ainda à Razão, a despeito da mídia, tibiamente crítica desta vez, mas sempre determinada a manter a mão longe da ferida, encara o bestialógico bolsonarista tomado de espanto, quando não de terror, diante de uma situação gravíssima, criada por um bando de dementes levados ao poder pelo próprio Brasil. A demência no caso é resultado de delírios alucinados que encontram ecos na chamada classe média brasileira jamais bafejada pelos valores da civilização em um país dos mais desiguais e ignorantes do mundo e agora, graças a Bolsonaro, encaminhado inexoravelmente para o suicídio, máxima negação de si mesmo.

34. STF decide que escolas públicas podem ter ensino confessional

Votação apertada foi decidida com voto de Cármen Lúcia

https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/stf-decide-que-escolas-publicas-podem-ter-ensino-confessional
21878145?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=O%20Globo&fbclid=IwAR2zvpYKupRdegBgBq5xMdApQj

DAg48yL39gpDpSK1ZMn-MVIAGv1NElu1I

Carolina Brígido - 27/09/2017 - 16:42 / Atualizado em 27/09/2017 - 19:17

BRASÍLIA – Por seis votos a cinco, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nesta quarta-feira liberar o ensino religioso confessional nas escolas públicas, com aulas ministradas pelo representante de apenas uma determinada crença. A Constituição Federal estabelece que "o ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental". A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu para o STF declarar a neutralidade desse ensino, com aulas sobre várias crenças e a história das religiões, com base no princípio da laicidade do Estado. Em votação apertada, o pedido foi negado.

A maioria dos ministros ponderou que a religião tem um papel importante na sociedade brasileira. E, como as aulas são facultativas, ninguém seria obrigado a se matricular em uma aula com conteúdo contrário às suas crenças particulares. Dessa forma, o respeito à diversidade religiosa estaria garantido. O julgamento foi desempatado no último voto, dado pela presidente da corte, ministra Cármen Lúcia.

- Não consigo vislumbrar nas normas autorização para o proselitismo ou catequismo. Não vejo nos preceitos proibição que se possa oferecer ensino religioso com conteúdo específico sendo facultativo- disse a ministra.

O julgamento começou em agosto, foi retomado na semana passada e foi concluído nesta quarta-feira. Além de Cármen Lúcia, votaram pelo ensino confessional os ministros Edson Fachin, Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski e Alexandre de Moraes. Para eles, a disciplina não pode ser transmitida como se fosse uma ciência. Portanto, apenas alguém ligado a uma religião poderia lecionar.

A decisão do STF mantém as aulas do ensino religioso em escolas públicas da mesma forma como é feito hoje – ou seja, fica liberado o ensino confessional. A escolha da religião lecionada fica a cargo do poder público. Não há, entretanto, obstáculo a qualquer instituição que queira promover aulas filosóficas sobre a história das religiões.

O voto de Gilmar, dado na semana passada, foi um dos mais contundentes nessa corrente. Ele criticou a "ditadura do politicamente correto" e destacou que, embora o Estado seja laico, a religião tem um papel importante na formação do Brasil. Ele ironizou, questionando se seria o caso de se discutir a retirada a estátua do Cristo Redentor do morro do Corcovado, por simbolizar a influência cristã no país.

Por outro lado, Luís Roberto Barroso, Marco Aurélio, Rosa Weber, Luiz Fux e Celso de Mello votaram pelo ensino não confessional, com base no princípio constitucional da laicidade do Estado. Eles argumentaram que, ao não pedir matrícula na aula de religião, o aluno pode passar por constrangimento. Os ministros também criticam a contratação de professores para a disciplina por recomendação de determinada religião. Padres, pastores, rabinos ou ateus poderiam ministrar a aula, desde que fossem aprovados em concurso público.

Além de Cármen Lúcia, votaram na sessão de ontem Celso de Mello e Marco Aurélio – ambos contrários ao ensino confessional.

-O Estado laico não pode ter preferência confessional e não pode interferir na esfera das escolhas religiosas- disse Celso de Mello, o mais antigo integrante do STF, completando: - Em matéria confessional, o princípio da laicidade do Estado será efetivamente respeitado se, tratando-se de ensino religioso, este

não tiver conteúdo confessional, pois o aparelho estatal, para manter neutralidade, não poderá viabilizar na escola pública a ministração de aula que se refira a uma ou algumas denominações religiosas.

Para o decano, com o ensino confessional instituído, poderia haver o risco de grupos religiosos tentarem impor aos demais cidadãos diretrizes de crenças específicas. Marco Aurélio votou na mesma linha.

- O quadro impõe ao Supremo, enquanto última trincheira da cidadania, atuar em defesa do pluralismo religioso e do Estado laico, afastando a possibilidade de representantes de entidades religiosas ministrarem, nessa condição, a disciplina. É tempo para atentar para o lugar da religião na sociedade brasileira. Esta, embora aspecto relevante da comunidade, digno de tutela na Constituição Federal, desenvolve-se no seio privado, no lar, na intimidade, nas escolas particulares. Nas públicas, espaço promovido pelo Estado para convívio democrático das diversas visões do mundo, deve prevalecer a ampla liberdade de pensamento, sem direcionamento estatal a qualquer credo-afirmou Marco Aurélio.

A decisão do STF foi recebida com tristeza pelo professor Carlos Eduardo Oliva, secretário do Observatório da Laicidade na Educação. Ele diz que o Supremo perdeu uma oportunidade importante de combater o proselitismo religioso nas escolas, que acaba marginalizando alunos que não professam as religiões dominantes.

- A chance que o Supremo tinha de se pronunciar definitivamente contra a possibilidade do uso do ensino religioso para o proselitismo foi perdida. Proibir o ensino confessional era proibir o proselitismo. Os seis votos contra a

proibição entendem que o ensino religioso confessional não tenderia a ter esse efeito, mas, na prática, a gente sabe que é isso que acontece. Foi uma pena o Supremo não se pronunciar negativamente.

Apesar da decisão da Justiça, Oliva afirma que a luta pela laicidade na educação ainda não está perdida. Para o educador, o próximo passo é tentar alterar a legislação vigente por meio de uma Emenda Constitucional que exclua das escolas não só o ensino religioso confessional, mas qualquer tipo de disciplina ligada à religião.

- A nossa perspectiva é que a sociedade perceba que o problema colocado não é jurídico, mas político, e como tal precisa ser resolvido politicamente com a supressão da garantia do ensino religioso na legislação. Entendemos que isso tem que vir por meio de uma PEC, com apoio de deputados favoráveis à laicidade do estado. Que a gente possa encontrar uma solução para o fim do ensino religioso nas escolas públicas. Essa previsão existe desde a Constituição de 1934 e não saiu da Constituição de 1988, mas pode deixar de existir por meio de uma PEC.

35. Atos e venenos

 $\frac{https://marcoanogueira.pro/atos-e-venenos/?fbclid=IwAR0HryednMwtwfTA2nmNcxKXgHgMRilTbma1wJtgP-pccNLDunBCHuwCa0O}{}$

Marco Aurelio Nogueira = 30/09/2019

Palavras influenciam, organizam, são recursos de hegemonia. Podem educar, iludir, inflamar, envenenar. Precisam ser decodificadas. Sem isso, a contestação não se converte em oposição.

Durante os nove meses do governo Bolsonaro, a opinião pública, a mídia e a sociedade civil entraram em contato com um estilo particular de governança, repleto de grosserias, idas-e-vindas no plano decisório, muito desencontro administrativo, pouca qualidade técnica nas proposições governamentais e um espírito beligerante nas relações internacionais.

O discurso presidencial na ONU, dia 24/9, foi um exemplo eloquente disso.

As patacoadas e barbaridades ditas por ele, dentro e fora do País, precisam ser postas no devido lugar. Não são o dado mais importante, nem servem para ocultar o que escorre por baixo do pano. A verborragia provocativa, a narrativa tóxica e o estilo deixa-que-eu-chuto do presidente são parte do drama, integram a coreografia, mas não definem o drama.

Por trás há uma disputa direcionada para refazer o pacto social brasileiro, as regras vigentes no mundo do trabalho e do emprego, o modo como historicamente se concebeu o desenvolvimento econômico entre nós, com seus devidos acordos interclasses. Ainda não está suficientemente claro o fôlego que terão as forças políticas que hoje governam o País. Não se sabe, também, se do projeto governamental sairá alguma nova situação econômica, se haverá ou não retomada do crescimento e melhoria das condições de vida dos brasileiros. Sabe-se, porém, que Bolsonaro é o instrumento de uma aposta, de uma maneira de conceber o império do mercado, que se combina, paradoxalmente, com isolacionismo internacional e alinhamento meio atabalhoado com as correntes "soberanistas" que tentam se fixar no mundo. Direitismo combinado com ultraliberalismo econômico.

O comportamento presidencial e de parte de seus ministros prenuncia uma era de regressão ética e barbárie social, funciona como uma cortina de fumaça que oculta a fraqueza técnico-política do governo e a ausência nele de um projeto voltado para o conjunto da sociedade.

O sistema político mantém seu perfil e seu equilíbrio, sem ter sido abalado pela vitória de Bolsonaro e a ascensão inesperada do PSL. A "velha política" continua no comando, com os mesmos expedientes de sempre. Os partidos mais fortes permanecem votando em uníssono, em que pesem os ruídos provocados pela voz dissonante de alguns parlamentares, como por exemplo nas votações da reforma previdenciária.

Ainda que aos trancos e barrancos, o sistema tem resistido, chegando mesmo, em alguns momentos, a demonstrar certa capacidade de impulsionar o processo de tomada de decisões e de compensar a conduta errática do Executivo. Mas é um sistema que reitera suas marcas negativas, que opera olhando para o próprio umbigo e em nome de interesses próprios, como se pode ver nas discussões sobre o fundo eleitoral. Em parte ele se contrapõe aos movimentos do governo e mostra independência, em parte se consome em seu próprio fogo corporativista.

Há muita contestação e resistência aos atos, palavras e decisões governamentais, mas não propriamente oposição. A polarização política tornou-se inoperante: a sociedade e a opinião pública continuam divididas entre bolsonaristas, petistas, conservadores, liberais e socialistas, mas essa divisão não assume forma política. Produto passivo da longa exposição à dialética do "nós contra eles" que tem dominado a política nacional, a polarização se mantém graças à insistência governamental em hostilizar o PT, o socialismo, as esquerdas, a democracia. É uma inoperância que reflete a paralisia dos

democratas liberais, de centro e socialistas, que não se articulam para apresentar à sociedade uma via que contraste a extrema direita no poder.

A falta de uma oposição expressa uma grave crise de pensamento e ação dos democratas. Em se reproduzindo, tem um único resultado possível: o prolongamento do bolsonarismo. A paralisia cobrará um preço mais adiante.

Como a economia não dá mostras de que sairá do lugar no curto e médio prazo, pode-se antever que não haverá espaços para bonança fiscal, empregabilidade e expansão do consumo. Irá evaporar, assim, parte importante das promessas de Bolsonaro. Os portões do paraíso não serão abertos por ele. Somando-se a isso o desmascaramento da sua postura anticorrupção, seu familismo recorrente, o comportamento folclórico de alguns de seus ministros e o mau funcionamento da máquina administrativa, é de prever que sua popularidade não subirá.

Nem isso, porém, tem servido para energizar as forças políticas que se opõem ao governo. Elas permanecem desorientadas, contaminando os cidadãos e os movimentos sociais de viés democrático. Não há lideranças, faltam propostas e ideias, a perspectiva de uma coalizão democrática permanece no papel.

Em política, as palavras contam. Precisam ser decifradas, criticadas, levadas em conta, em si mesmas e na "narrativa" que impulsionam. No caso de Bolsonaro, antes de tudo, porque elas ferem a Constituição, especialmente no que diz respeito ao capítulo dos direitos e da ordem social. As frases racistas, preconceituosas, misóginas, anticientíficas, abrigam uma violência que turva e colide com o modo de ser dos brasileiros.

Palavras são palavras: têm mil e uma utilidades. Diante das tropas fanatizadas do bolsonarismo, servem para mobilizar, sem elas a base se desmancha e a narrativa não se sustenta. O "mito" deve ser reposto dia após dia, para que sua demagogia populista e patrioteira sobreviva. É uma reposição que se faz com atos e decisões, mas também com palavras, que mobilizam e persuadem.

Palavras influenciam, organizam, são recursos de hegemonia. Podem educar, iludir, inflamar, envenenar. Precisam ser, por isso, decodificadas.

É preciso separar o caricato do substantivo, descobrir o que há por trás do palavrório de Bolsonaro. Sua narrativa funciona como um filtro que bloqueia a visão da paisagem. É tóxica sobretudo por isso. Desconstruí-la é recuperar uma perspectiva e um entendimento que se perderam pelo caminho.

Publicado em *O Estado de S. Paulo*, 28/09/2019, p. A2.

36. PSL pressiona Joice Hasselmann a sair do partido

30 setembro - 2019 - 09:06| https://contraponto.jor.br/psl-pressiona-joice-hasselmann-a-sair-do-partido/?fbclid=lwAR2hY80l0oLLqQZDa 5nl3Wpl0t5rkye9KckHq8uNFV38pV28eRwSWvFtKM

O PSL de São Paulo está pressionando a pré-candidata à prefeitura da capita paulista, deputada federal Joice Hasselmann, líder do governo no Congresso, a deixar o partido. Por isso, segundo o jornal Valor Econômico, Joice já negocia com quatro legendas sua eventual migração e critica a direção da sigla em São Paulo, presidida pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro, filho do presidente da República.

Dirigentes do partido dizem que a deputada atua por seus próprios interesses e não em favor da legenda. Criticam ainda sua proximidade com o governador de São Paulo, João Doria, que deverá apoiá-la, mesmo que informalmente, na campanha municipal do próximo ano.

Joice, que trabalhou vários anos na imprensa paranaense, quer ser candidata de qualquer jeito à Prefeitura de São Paulo, seja pelo PSL, o partido de Jair Bolsonaro, ou qualquer outra agremiação

37. QUE MAL ACOMETE OS PARTIDOS DE OPOSIÇÃO?

Artur Araujo - FB29 de setembro às 12:25

Por 2 dias seguidos, a matéria principal do caderno de economia da FSP é sobre o horror do desemprego e do subemprego no Brasil.

Na de hoje (29), vêm do Insper, da FGV, da LCA Consultores, do próprio corpo técnico do IBGE sob o tacão bolsonarista, as interpretações dos dados que fundamentam alertas sobre os riscos do cenário e críticas à política econômica que gera o desemprego e subemprego, os tornando quase estruturais.

Alon Feuerwerker, analista político da empresa de RP e assessoria de imprensa FSB, examinando as relações entre os 3 poderes da república, escreve:

"Então está tudo bem? Não, tem aquele probleminha: quase 13 milhões de desempregados, fora os subempregados e desalentados em geral. Eis a fenda na represa, fenda que se não for fechada embaralha bem esse jogo. Ninguém vai querer ser sócio do fracasso. Mas enquanto não chega o dia do juízo político o bolsonarismo aproveita o mar de almirante para radicalizar na guerra de posição, inclusive no campo cultural. Já que Gramsci está na moda."

Arthur Cagliari abre a reportagem que assina no jornal dizendo:

"O trabalho informal cresce de maneira persistente, quebrando recorde atrás de recorde. Se por um lado isso indica que há um respiro para quem precisa ganhar a vida, por outro, a lenta retomada do emprego formal, com carteira assinada, sinaliza que uma recuperação robusta no mercado de trabalho tende a demorar.

Mantido o ritmo atual de criação de vagas, a taxa de desemprego deve cair aos níveis pré-crise em 2024, segundo especialistas ouvidos pela Folha.

Na percepção deles, o aumento contínuo da informalidade em velocidade muito superior à criação de vagas formais indica que ainda há desconfiança dos empresários sobre a retomada econômica, o que trava investimentos e a consequente geração de empregos."

O PT, há mais de 1 mês, lançou uma proposta de alta qualidade, enorme facilidade de compreensão, fortemente unitária e que responde muito bem aos interesses, necessidades e desejos da maioria dos brasileiros. Infelizmente, parece ter de fato lançado o Plano Emergencial de Emprego e Renda (PEER) na proverbial sexta gaveta, pois dele não fala, não procura

adesões, não o coloca no centro de sua atuação política. PEER? Ninguém sabe ninguém viu.

De PSOL, PCdoB, PDT, PSB, PCB, PSTU, nem isso.

Impera, nos partidos de oposição, o silêncio dos nada inocentes, sob o disfarce de um espetáculo de som e luz sobre tudo e mais um tanto, uma algaravia sem centro e sem norte.

Fala-se de qualquer coisa, menos sobre serviços públicos em colapso, sobre o endividamento escorchante das familiais e sobre desalento, subutilização, subemprego e desemprego.

Já a insperiana Juliana Inhasz fala do que vê e sabe: "Investidores e empresas ainda não estão confiantes em relação à retomada. Então, ninguém quer dar um passo forte e contratar de maneira formal", diz Juliana Inhasz, economista do Insper.

"Se não há perspectiva de crescimento duradouro, já que as reformas demoram para sair e os sinais estão trocados da economia, o mercado acaba apostando em uma contratação 'com menos compromisso'."

Narra a FSP:

"Para Cosmo Donato, economista da LCA Consultores, a conjuntura do país tem forçado pessoas que não trabalhavam (seja porque estudavam, tinha alguma renda guardada ou por não precisar) a procurar emprego, engrossando o total de desocupados no país.

Na sua avaliação, esse cenário deve persistir ainda por muito tempo e isso vai fazer com que a queda do desemprego ocorra de forma lenta e gradual. 'Projetamos que essa taxa só vai cair na média anual abaixo de 10% em 2024', diz.

É o mesmo Cosmo quem recomenda: "(...) cautela com a ideia de que a informalidade é um fenômeno do mundo moderno que ganha espaço no Brasil. Em parte, diz ele, é verdade que há novas modalidades de atuação profissional, mas o fenômeno ocorre de maneira forçada e ainda pouco estruturado no país.

'A crise lá atrás pode até ter antecipado um movimento estrutural de mudanças no mercado de trabalho, mas por ser seguida de uma retomada lenta está gerando uma debilidade na oferta de emprego de mais qualidade'."

De volta à FSP:

"Mas não é apenas a falta de emprego que indica que o mercado está demorando para reagir. Tanto os trabalhos formais quanto os informais emitem sinais sobre a dificuldade de retomada.

Adriana Beringuy, analista da coordenação de trabalho e rendimento do IBGE, diz que isso é nítido na média dos salários. 'Mesmo com mais pessoas trabalhando, esse crescimento não foi suficiente para aumentar a massa de

rendimentos da economia, porque as pessoas estão se inserindo com salários mais baixos'.

No caso das vagas celetistas, os empregos que abrem são justamente aqueles que pagam de um a dois salários mínimos e exigem menos qualificação.

De acordo com dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), em agosto foram abertas 42,4 mil postos formais com salários de até um salário mínimo. Outras 99,8 mil vagas aberta naquele mês ofereceram salário de até dois salários mínimos. Ao mesmo tempo, os saldos de vagas com rendimentos superiores ficaram negativos."

Enquanto isso, tramita na Câmara Federal a nova legislação sobre salário mínimo, para o qual a proposta de Paulo Ipiranga é que não acompanhe nem a inflação, e Centrais Sindicais e partidos de oposição dedicam zero atenção ao assunto.

Afinal, de que mal estão acometidos os partidos de oposição? Umbiguismo? Tendência ao suicídio? Personalidade sociopata que impede até empatia com o drama cotidiano de seus apoiadores e eleitores? Perda de sinapses ativas?

A política segue a natureza em pelo menos uma coisa, a tendência inexorável ao preenchimento do vácuo.

Ou os partidos antiliberais se lançam no comando da demanda por soluções imediatas para o quadro de horror que é do desemprego, do subemprego, da subutilização e do desalento, ou muito rapidamente aventureiros liberais, da linha "nutella", ocuparão inteligentemente o vazio criado por nós.

A íntegra da reportagem da FSP está acessível via link nos comentários

Comentário P.Timm -

Tendo a concordar com o Artur Araújo. E o que é pior: A ideia da inevitabilitabilidade do ESTANCAMIENTO, que já nos traiu na década de 60 - em boa hora contestada pelo clássico artigo de SERRA&CONCEIÇÃO, "Más allá del estancamiento"- pode nos pegar desprevenidos de novo.. Como adverte Róber Iturriet: "A taxa de salários já rebaixaram; se conseguirem recursos das PRIVATIZAÇÕES e MAIS ARROCHO FISCAL, pode haver uma retomada de Investimentos públicos, com relfexos no I. Privado.

38. O TRISTE FIM DE JAIR MESSIAS BOLSONARO

por José Eduardo Agualusa - 21 de setembro -

^{*}Publicado originalmente na revista "Visão" de Portugal.

Jair acordou a meio da noite. Mandara colocar uma cama dentro do closet e era ali que dormia. Durante o dia tirava a cama, instalava uma secretária e recebia os filhos, os ministros e os assessores militares mais próximos. Alguns estranhavam. Entravam tensos e desconfiados no armário, esforçando-se para que os seus gestos não traíssem nenhum nervosismo. Interrogado a respeito pela Folha de São Paulo, o deputado Major Olimpio, que chegou a ser muito próximo de Jair, tentou brincar: "Não estou sabendo, mas não vou entrar em armário nenhum. Isso não é hétero."

Michelle, que também se recusava a entrar no armário, fosse de dia ou de noite, optou por dormir num outro quarto do Palácio da Alvorada. Aliás, o edifício já não se chamava mais Palácio da Alvorada. Jair oficializara a mudança de nome: "Alvorada é coisa de comunista!" — Esbravejara: "Certamente foi ideia desse Niemeyer, um esquerdopata sem vergonha."

O edifício passara então a chamar-se Palácio do Crepúsculo. O Presidente tinha certa dificuldade em pronunciar a palavra, umas vezes saía-lhe grupúsculo, outras prepúcio, mas achava-a sólida, máscula, marcial. Ninguém se opôs.

Naquela noite, pois, Jair Messias Bolsonaro despertou dentro de um closet, no Palácio do Crepúsculo, com uma gargalhada escura rompendo das sombras. Sentou-se na cama e com as mãos trêmulas procurou a glock 19, que sempre deixava sob o travesseiro.

— Largue a pistola, não vale a pena!

A voz era rouca, trocista, com um leve sotaque baiano. Jair segurou a glock com ambas as mãos, apontando-a para o intenso abismo à sua frente:

— Quem está aí?

Viu então surgir um imenso veado albino, com uma armação incandescente e uns largos olhos vermelhos, que se fixaram nos dele como uma condenação. Jair fechou os olhos. Malditos pesadelos. Vinha tendo pesadelos há meses, embora fosse a primeira vez que lhe aparecia um veado com os cornos em brasa. Voltou a abrir os olhos. O veado desaparecera. Agora estava um índio velho à sua frente, com os mesmos olhos vermelhos e acusadores:

- Porra! Quem é você?
- Tenho muitos nomes. Disse o velho. Mas pode me chamar Anhangá.
- Você não é real!
- Não?
- Não! É a porra de um sonho! Um sonho mau!

O índio sorriu. Era um sorriso bonito, porém nada tranquilizador. Havia tristeza nele. Mas também ira. Uma luz escura escapava-lhe pelas comissuras dos lábios:

- Em todo o caso, sou seu sonho mau. Vim para levar você.
- Levar para onde, ô paraíba? Não saio dagui, não vou para lugar nenhum.
- Vou levar você para a floresta.
- Já entendi. Michelle me explicou esse negócio dos pesadelos. Você é meu inconsciente querendo me sacanear. Quer saber mesmo o que acho da Amazónia?! Quero que aquela merda arda toda! Aquilo é só árvore inútil, não tem serventia. Mas no subsolo há muito nióbio. Você sabe o que é nióbio? Não sabe porque você é índio, e índio é burro, é preguiçoso. O pessoal faz cordãozinho de nióbio. As vantagens em relação ao ouro são as cores, e não tem reação alérgica. Nióbio é muito mais valioso que o ouro…

O índio sacudiu a cabeça, e agora já não era um índio, não era um veado — era uma onça enfurecida, lançando-se contra o presidente:

— Acabou!

Anhangá colocou um laço no pescoço de Jair, e no instante seguinte estavam ambos sobre uma pedra larga, cercados pelo alto clamor da floresta em chamas. Jair ergueu-se, aterrorizado, os piscos olhos incrédulos, enquanto o incêndio avançava sobre a pedra:

- Você não pode me deixar aqui. Sou o presidente do Brasil!
- Era. Rugiu Anhangá, e foi-se embora.

Na manhã seguinte, o ajudante de ordens entrou no closet e não encontrou o presidente. Não havia sinais dele. "Cheira a onça", assegurou um capitão, que nascera e crescera numa fazenda do Pantanal. Ninguém o levou a sério. Ao saber do misterioso desaparecimento do marido. Michelle soltou um fundo suspiro de alívio. Os generais soltaram um fundo suspiro de alívio. Os políticos (quase todos) soltaram um fundo suspiro de alívio. Os artistas e escritores soltaram um fundo suspiro de alívio. Os gramáticos e outros zeladores do idioma, na solidão dos respetivos escritórios, soltaram um fundo suspiro de alívio. Os cientistas soltaram um fundo suspiro de alívio. Os grandes fazendeiros soltaram um fundo suspiro de alívio. Os pobres, nos morros do Rio de Janeiro, nas ruas cruéis de São Paulo, nas palafitas do Recife, soltaram um fundo suspiro de alívio. As mães de santo, nos terreiros, soltaram um fundo suspiro de alívio. Os gays, em toda a parte, soltaram um fundo suspiro de alívio. Os índios, nas florestas, soltaram um fundo suspiro de alívio. As aves, nas matas, e os peixes, nos rios e no mar, soltaram um fundo suspiro de alívio. O Brasil, enfim, soltou um fundo suspiro de alívio — e a vida recomeçou, como se nunca, à superfície do planeta Terra, tivesse existido uma doença chamada Jair Messias Bolsonaro.

39. **Bolsonarismo-raiz é apenas 6% do**

Brasil

Marcos Coimbra - sociólogo e presidente do Instituto Vox

Populi

https://www.brasil247.com/blog/bolsonarismo-raiz-e-apenas-6-do-brasil

Na mais recente pesquisa Vox Populi, "o tamanho do bolsonarismo foi objeto

de uma pergunta direta", destaca Marcos Coimbra, presidente do Vox Populi.

"No total da amostra, 6% dos entrevistados escolheram a primeira resposta e

se auto classificaram como 'bolsonaristas'", diz. Bolsonaro quer uma tropa

"raivosa e beligerante" para amedrontar quem discorda dele, avalia

27 de setembro de 2019, 11:32 h

•

O bolsonarismo já teve dias melhores. Não faz muito tempo, ainda se pensava que fosse algo "grande", que mobilizava grandes massas. Alguns ficavam

alegres, outros tristes, mas o bolsonarismo impressionava.

Hoje, passados apenas oito meses desde que Bolsonaro assumiu o poder,

vemos que as coisas não são assim. As estimativas a respeito do tamanho do

bolsonarismo convergem para números modestos. As pesquisas de opinião

sugerem que, ao contrário de se consolidar, mingua.

Calcular quantos são os bolsonaristas é mais que um exercício acadêmico.

Estarmos perante uma corrente de opinião que atrai a maioria da opinião

pública (ou uma parcela ampla) é diferente de lidarmos com uma facção

claramente minoritária. Daí não decorre que seus pontos de vista devam ser

desprezados ou seus chefes ignorados. Mas quer dizer que a maioria tem o

direito de tratá-la como a minoria que é.

Na mais recente pesquisa Vox Populi, realizada no final de agosto, o tamanho do bolsonarismo foi objeto de uma pergunta direta, com a seguinte redação: "Tem-se falado muito sobre o bolsonarismo, a forma como Bolsonaro faz política, as ideias defendidas por ele e sua equipe, o modo como fala e se relaciona com os seus opositores e com as pessoas de uma maneira geral. Em relação ao bolsonarismo, você diria que: a) gosta muito, se sente uma(um) bolsonarista; b) gosta, mas não se sente uma(um) bolsonarista; c) não gosta, nem desgosta do bolsonarismo; d) não gosta, mas não chega a detestar; ou e) detesta o bolsonarismo".

No total da amostra, 6% dos entrevistados escolheram a primeira resposta e se auto classificaram como "bolsonaristas". Os outros 94%, em respeito às suas opções, não podem ser identificados da mesma maneira, mesmo os 17% que disseram que "gostavam, mas não se sentiam bolsonaristas". O que a pesquisa mostra é que 94% da população não se define como bolsonarista (admita-se, todavia, que pode haver bolsonaristas com vergonha de se assumir, o que seria compreensível).

Os bolsonaristas genuínos são poucos, em termos relativos, e são diferentes da média da população, a começar pelo gênero. Enquanto, na sociedade, as mulheres são uma maioria de 52%, entre os bolsonaristas elas não passam de 37%. Os homens são 63% dos bolsonaristas, o que talvez possa ser explicado por sua retórica de afirmação de toscos estereótipos masculinos (algo que nos faz pensar nos valores que as mulheres bolsonaristas compartilham).

Há outras diferenças, por exemplo na composição etária: na população adulta, os jovens de até 24 anos são 17%, mas não passam de 10% entre os bolsonaristas. Inversamente, as pessoas com mais de 45 anos de idade são 39% do universo, enquanto representam 48% dos bolsonaristas. No que se refere à renda, 28% dos bolsonaristas pertencem a famílias que ganham acima

de 25 salários mínimos. Na população, no entanto, apenas 18% das pessoas têm esse perfil.

Os bolsonaristas tendem a ser contra politicas de cotas para acesso às universidades públicas e se opõem a que o governo atue na promoção de direitos da população LGBT. Quase a metade é evangélica e vai toda semana à igreja. Também quase a metade se define como de cor ou raça "branca".

Estão mais conectados à internet que a média: em cada quatro bolsonaristas, três a acessam diariamente. Seu uso de redes sociais para informar-se e interagir a respeito de questões politicas é quase o dobro do que se observa no conjunto da sociedade: no Whatsapp, por exemplo, 49% dos bolsonaristas compartilham conteúdos políticos, enquanto, na população, a proporção é 25%.

Tanta informação não os torna realistas: 53% acreditam que os problemas econômicos do Brasil "já acabaram" ou "acabam até o fim deste ano". No governo, seu preferido é Sergio Moro: 61% supõem que tem "ótimo" desempenho, contra 25% que dizem o mesmo do ministro da Fazenda (na população, os números são 15% e 4%, respectivamente).

O bolsonarismo é uma minoria pequena, mas com significativo potencial de militância: 86% afirmam que publicariam informações favoráveis a Bolsonaro em suas redes sociais, 48% adeririam a boicotes a seu pedido, 65% entrariam em perfis de artistas ou personalidades para defendê-lo e 89% pediriam votos para candidatos com ele alinhados. Para o capitão, talvez o mais relevante seja que 39% dos bolsonaristas asseguram que "se necessário, brigariam com pessoas com ideias contrárias a Bolsonaro".

É seu sonho: dispor de uma tropa para amedrontar quem discorda dele. É pouca gente, mas raivosa e beligerante.

PARTE IIII -

Artigos autores Torres/Passo Torres

1. AS PROCLAMAÇÕES DE SETEMBRO

Paulo Timm - Publicado A FOLHA, Torres RS - SET 13

Setembro parece estar se configurando, cada vez mais, como o mês das "Proclamações". Tudo começou às (supostas) margens do Ipiranga quando D.Pedro I em gesto heroico, voltando de uma visitinha à Marquesa de Santos, cunhou o célebre "Ovinrudu!". Na verdade, ele lia, na ocasião, um bilhete de sua diligente esposa, Princesa Leopoldina, informando que já éramos uma Nação independente. Vá o feito! Celebrado em épicos quadros guardados no Museu da República. Pouco tempo depois a grande colcha de retalhos regionais do imenso Brasil desembocava em inúmeros conflitos e outras Proclamações. Detenho-me no caso do Rio Grande do Sul, onde vicejou desde setembro de 1935 a Revolução Farroupilha, que acabaria, também na sua Proclamação da República Riograndense a 11 de setembro de 1836. E, desde então, vozes alteiam na primavera das estações em novas proclamações, senão de Independência, de estados de espírito. Melhor chamá-las, até, de desabafos

Vejamos duas destas pérolas nos dias que correm: O filho 02 - ou seria o3? - do Presidente Bolsonaro abriu a galeria com estas palavras tonitruantes que, se não fossem de um notório conservador, poderiam ser atribuídas a um exaltado comunista pregador da Revolução Proletária contra as "Classes Dominantes":

"Por vias democráticas a transformação que o Brasil quer não acontecerá na velocidade que almejamos... e se isso acontecer. Só vejo todo dia a roda girando em torno do próprio eixo e os que sempre nos dominaram continuam nos dominando de jeitos diferentes!" Sem

Um Procurador do Estado de Minas Gerais, parece ter ouvido o brado de conclamação à ira e não perdeu tempo para dar a saber a Nação suas doutas palavras:

""Estou fazendo a minha parte. Estou deixando de gastar R\$ 20 mil de cartão de crédito e estou passando a gastar R\$ 8 (mil), para poder viver com os meus R\$ 24 mil. Agora, eu e vários outros, já estamos vivendo à base de comprimidos, à base de antidepressivo. Estou falando desse jeito aqui com

dois comprimidos de sertralina por dia, tomo dois ansiolíticos por dia e ainda estou falando desse jeito. Imagine se eu não tomasse? la ser pior que o Ronaldinho. Vamos ficar desse jeito? Nós vamos baixar mais a crista? Nós vamos virar pedinte, quase?" Continuou o Azeredo dos Santos, com tom de voz bastante alterado.

Também comentários. registro apenas histórico. A crise, enfim, do país, parece ter atingido, além do emprego e das finanças públicas, também o juízo das pessoas. Acreditava-se, primeiro, que bastava tirar a Era Lulo-Petista do comando que tudo se normalizaria. Veio o Presidente Temer e nada aconteceu. A depressão saiu da economia, atingiu e Política e chegou às pessoas. A sinistro se expressou-se pela explosão de brasileiros procurando o exterior. Então vieram as eleições e criaram, no mínimo, um clima de expectativa: - Pior não fica! . Elegeu-se Jair "Messias", solenemente empossado com a corte de grande número de militares, juízes e procuradores, grandes empresários do campo e da cidade. Tudo pelo BRASILNOVO - ou seria NOVOBRASIL? Sem os vícios da República Velha acusada de falsa renovação pela Constituição de 1988. Passaram-se quase nove meses, tempo de gestação de uma alma de difícil confecção e não se viu, ainda, nenhum resultado palpável. Desemprego/desalento na ordem de 25 milhões, ou 1/4 da nossa População Ativa; PIBinho rastejante; déficit público crescente, mesmo sob Teto dos Gastos e, ainda por cima, Amazônia em chamas. Pior: A base governamental do dia da posse se esvai pelo ralo de interesses eleitorais. O PMDB já procura maior independência. O PSDB, sempre meio de lado, mas com o Governador de São Paulo já de olho em 2020, pula fora e conclama outra Proclamação - a reorganização de uma Frente Democrática antibolsonaro, atraindo para si os Governadores de Santa Catarina e Minas Gerais. O Partido Novo recruta os dissidentes dispersos pela confusão, como a Deputada Tábata e, certamente, alguns menudos do PSL, dentre eles o microcéfalo Alexandre Frota. Parece que tudo começa a desmoronar. Basta ver e ouvir a REDE GLOBO para se ter a impressão de que algo está para ir aos ares além de suas telenovelas. Só a Oposição, enfim, parece quieta, concentrada na Campanha LULA LIVRE como estopim de uma reversão mágica. A tudo e a todos o Presidente responde com o gesto de arminha de dedos apontados para o horizonte. Qual horizonte? Ninguém sabe, embora sabendo que ele joga para seu empoderamento pessoal sobre uma enorme estrutura institucional que é o Estado, amparado, de um lado, pelo Sílvio Santos e, por outro, pelo Bispo Edir Macedo, sob os aplausos frenéticos do Véio da Havan... Mas estamos há meio mês. Vamos esperar o que se nos oferece até o dia 30.

2. O DIA DO RIO GRANDE DO SUL - Paulo Timm Publicado em A FOLHA, Torres, 20 set 2019.

Impossível passar o 20 de setembro sem tocar em temas riograndenses. Há muito o que se falar sobre a Revolução Farroupilha, hoje estigmatizada por grande parte da inteligência crítica do Rio Grande, à luz não só do episódio de Porongos, denunciado por Tao Golin e Juremir Machado, quando os Lanceiros Negros foram traídos da promessa de alforria, mas pelo caráter inter-

oligárquico dos contendores. Os desdobramentos desta controvérsia atravessam os tempo e se traduzem numa rejeição da dita inteligência gaúcha ao tradicionalismo cultivado pelos CTGs. Acham que há excesso de conservadorismo no movimento que tenta eternizar clivagens sociais hierárquicas e discriminatórias de gênero e até de orientação sexual . Tudo condenável, sob o olhar do "politicamente correto". Adicionam, também, a crítica de que o Rio Grande não se reduz em sua formação social, ao gaúcho. muito menos o gaúcho estilizado pelos CTGs. Com efeito, o Rio Grande tem nos povos pré-colombianos seu maior ancestral, na presença de guaranis no Planalto, gês no Litoral e Minuanos e Charruas na campanha. Sobre eles sobrepôs-se, a partir de meados do século XVII a colonização portuguesa, que entrou por terra, vinda de Laguna até se encontrar no que viria a ser Porto Alegre, no século XVIII, com o flanco marítimo procedente do Presídio de Rio Grande. Cristovam Pereira de Abreu, o "inventor" do Rio Grande costuraria estas duas bandas articulando-as pelos caminhos das tropas (marítimo e serrano) ao centro do Brasil. No século XIX chegam os alemães a partir de 1824 e os italianos, depois de 1870, abrindo caminho sobre as áreas relativamente despovoadas de Serra Geral, até as barrancas do Rio Uruguai, a eles somando-se outras correntes de migrantes europeus que acabariam alterando substancialmente a imagem do gaúcho primitivo. Para a crítica ao Tradicionalismo, portanto, não é justo identificar o povo riograndense como este gaúcho original. O mais forte argumento, porém, contra o Tradicionalismo provém da denúncia da redução de seu principal leitmotiv na Revolução Farroupilha, mais das vezes confundida, pelo uso do lenço vermelho, com os ideias liberais dos federalistas de 1893/95 ou maragatos de 1923/25, cujo epicentro eram - não por acaso - os "infames" estancieiros das "Perversas Famílias" oligárquicas da campanha. Segundo alguns deles, o tradicionalismo deveria centrar-se, sim, no espírito republicano de 1835 que se reproduziria radicalizado 50 anos depois entre os estudantes gaúchos na Escola de Direito de São Paulo, Júlio de Castilhos como baluarte deste processo, dando origem ao inédito e peculiar PARTIDO REPUBLICANO RIOGRANDENSE (RADICAL), a mais forte voz do republicanismo na República Velha. Tão forte, que desde a Presidência instável de Floriano Peixoto é chamado a sustentar pelas armas o regime recém instalado, vindo a consagrar-se vitorioso no confronto com a Revolta da Armada recolhida na então Ilha do Desterro, em Santa Catarina, e. depois do feito, não isento de grande crueldade, denominada Florianópolis. Ou seia, a se tomar a Revolução Farroupilha como um marco significativo da História Riograndense, melhor fazê-lo na louvação do brado republicano daquela Guerra - perdida! - do que propriamente pelos feitos de seus combatentes. Isso, porém, é História. E nunca esquecendo: a data da Proclamação da República Riograndense, que corou este brado, não foi 20 de setembro de 1835, mas 11 de setembro de 1936.

3. DEMOCRACIA EM CRISE

Paulo Timm - Publicado em A FOLHA, Torres RS -27 SET

Democracia, todos sabem, é o governo de todos, para todos e por todos. Não admite adjetivos. Mas todos sabem, também, que a definição mesma de democracia é sempre um ideal, nunca uma realidade palpável e acabada. Neste caso, caberiam então qualificações como democracia madura,

democracia insipiente, democracia tardia, democracia frágil, democracia popular etc. Numa coisa, porém, há consenso: Queremos sempre mais democracia e não menos. A pergunta que fica no ar, entretanto, é sempre essa: Como?

Ultimamente estas questões têm vindo à tona no mundo inteiro e, particularmente, no mundo ocidental, onde, desde a Grécia de Péricles, a democracia se estabeleceu como parâmetro da liberdade. Depois de meio século de regozijo com sistemas democráticos de Governo, após a derrota do nazi-fascismo na II Guerra Mundial, começa-se a perceber sintomas que os colocam em cheque, começando pelo recrudescimento das ideias extremistas de direita em vários países, inclusive na própria Alemanha onde é vedado o uso de símbolos e expressões nazistas. O problema maior é que muitas das correntes da direita nem fazem alusão à Hitler ou Mussolini. Agem e falam como democratas convictos embora, no fundo, mais se assemelhem a estes fantasmas. Evitemos dar nome aos bois. Falemos, antes, de algumas razões que podem estar minando a democracia.

Muitos imaginam, quando as coisas vão mal, que isto ocorre por causa das pessoas. O discurso político é pródigo nisso apresentando-se sempre como uma alternativa ao que "aí está". Na verdade, as situações sociais costumam desenrolarem-se mais como processos do que por meros incidentes. E, com efeito, tem havido, nas últimas décadas profundas mudanças estruturais nas nossas sociedades, as quais talvez apontem para as causas da crise da democracia.

Comecemos pelas transformações da economia.

Na virada da década de 1980 nós ingressamos numa grande onda inovações tecnológicas, com o advento da revolução eletro-eletrônica, ainda em curso, com novas derivações, agora além do campo da telemática e da robótica, para a área de administração de sistemas de informação. A consequência disto é visível no campo do emprego e da fisionomia das cidades. A velha classe operária dos bairros industriais deu lugar a dois processos simultâneos: elevadas taxas de desemprego em regiões e áreas antes industrializadas, com graves prejuízos à qualidade de vida de seus moradores e concentração do emprego urbano em setores do dito terciário, como prestação de serviços. Isso se refletiu imediatamente no comportamento eleitoral da cidadania, antes articulada, em grande parte, em Partidos Políticos com forte clivagem social. Não por acaso, regiões inteiras da França, Espanha e Itália, antes dominadas pela esquerda, hoje votam na direita. Trata-se de áreas degradadas pela desindustrialização. Perderam o pé e o rumo. Mesmo nos Estados Unidos, o mesmo aconteceu com o Partido Democrata, antes fortemente ancorado no movimento sindical, hoje à mercê de uma Agenda mais liberal de defesa dos negros, da mulher e dos LGBTs. De outra parte, os integrados no sistema, com maior nível educacional e capacidade de acesso aos mercados, ficam, também influenciados por novos ares ideológicos sem correspondência nos Partidos.

Outro fator da crise, associado às mudanças acima assinaladas, é o modelo mesmo de organização política das democracia, com eixo em Partidos Políticos. São eles, no mundo inteiro que detêm, legal ou tradicionalmente, o monopólio da representação política e que acabam elegendo governantes e parlamentares. Tal modelo nasceu no final do século XIX, quando a Sociedade Civil ainda engatinhava e se via nos Partidos o caminho para a formação de lideranças seculares que substituiriam os Príncipes, capazes de conduzir os públicos. De lá para cá, porém, as formas de organização da sociedade e suas ideias e reivindicações se multiplicaram em Sindicatos, Associações de profissionais, como OAB, veículos de comunicação, Igrejas, ONGs ambientais e assistenciais, Movimentos Sociais de Negros, Índios, Mulheres e LGBTs, etc. Fazendo com que os Partidos ficassem muito aquém da promessa. Como diriam alguns direitistas: "Há mais marxismo/socialismo nas Artes e Escolas do que nos Partidos de esquerda..." Há um descompasso cada vez maior entre a forma de organização da Política e a nova realidade social, ansiosa por outros modelos. Diante do fracasso dos Partidos o que ocorre? Os Partidos são invadidos por interesses que são alheios ao seu próprio Programa. O caso clássico foi a eleição de D. Trump pelo Partido Republicano nos Estados Unidos, onde, eleito, desenvolve uma política que contraria princípios e tradições dos republicanos. A moda, aliás, de milionários arrombarem a Política está se disseminando não só lá, mas em várias partes do mundo. Resultado: Crise da democracia.

Outro fator de falência da democracia é a manipulação dos próprios Partidos e dos processos eleitorais por grandes corporações, que montam poderosos lobbies em defesa de seus interesses, começando pelo apoio financeiro aberto ou simulado a candidatos, mas enveredando pela influência em campanhas através da contratação de redes de influência digital que espalham fake news de adversários por todos os poros. Nem os americanos ficaram livres dessa praga nas últimas eleições presidenciais...

Diante disso, a própria ONU, criada com o propósito de reunir todas as nações do mundo para a discussão aberta e encaminhamento dos programas paz e desenvolvimento conjuntos, vai se transformando em mais uma janela de espetáculos em que cada Chefe de Governo lá comparece para falar, não ao mundo, mas aos seus próprios eleitores. Mau sinal. E uma jovem sueca, Greta Thurborn, lá deu seu grito de revolta. Hora, pois, de se começar a repensar tudo, sem abrir, por certo, do fundamental: A democracia é inegociável. Cada Nação acima de tudo, mas a Liberdade e o Desenvolvimento Sustentável devem ser o suporte de todas e cada uma delas.

* POSTS no Facebook

Nazistas e fascistas

Revejo cenas de ROMA CIDADE ABERTA, de R.Rosselini, o filme que retirou o cinema dos estúdios e o colocou nas ruas devastadas pela II Guerra, com atores não profissionais

e sentimentos à flor da pele. Tudo na Série FILMES QUE FIZERAM ÉPOCA, tipo documentário com inserções do Diretor, amigos e atores. Divino. De Rosselini a observação de que dos escombros da nação destroçada surge uma energia criadora inimaginável. Isso me dá, senão esperanças, um consolo: NEM TUDO ESTÁ PERDIDO. Outra: Ele se penitenciava por ter sido excessivamente MORAL na condenação ao nazifascismo como expressão do mal e deixa escapar essa pérola que também faz sentido pra nós, hoje: - "Os nazistas eram o mal, os fascistas apenas seus lacaios."

*

*Negros: O verdadeiro impasse à democracia

Negros ocupam 5% dos Executivos no Brasil, mas são e sempre foram, com pardos, a maior parte da população. Enchem os Mocambos, os Presídios e Prostíbulos, vivendo em condições sub-humanas. Este o impasse.

* OS HERDEIROS DE KANT: HEIDEGGER x CASSIRER

"Eis o horizonte de questões diante do qual Cassirer e Heidegger se encontram em Davos (1929) . Esse horizonte foi a inspiração de ambos pensadores durante dez anos para suas principais obras.

...

Ao se seguir as tentativas de resposta (a Kant) de Cassirer e Heidegger , é possível imaginar em que medida a antiga pergunta de Kant sobre o ser humano conduz a dois ideais completamente opostos relativos ao desenvolvimento cultural e político. A afirmação de uma humanidade igualitária formada por todos os seres que fazem uso de símbolos vai de encontro à coragem elitista de autenticidade; a esperança de uma domesticação civilizadora das angústias humanas mais profundas vai de encontro à reivindicação do enfrentamento mais radical possível dessas angústias; uma vinculação ao pluralismo e à diversidade das formas culturais vai de encontro à ideia de uma perda de individualidade em meio à multidão; a continuidade moderadora vai de encontro à vontade de ruptura total e de recomeço."

Wolfram Eilenberger in TEMPO DE MÁGICOS, Ed Todavia – pg. 129/131

*Almanak do Timm

.

Moisés Trisch FB 26 de setembro

.

Meu pai, José Marcelino, o Zeca, tinha asco do que ele chamava de "jogatina", qualquer tipo de jogo em que envolvesse apostas. Segundo ele, o momento em que mais perdemos é quando supostamente ganhamos, pois estamos tirando de alguém o resultado do seu trabalho. Trabalho, aliado ao recursos naturais, é a única maneira saudável de gerar valor, ainda segundo ele, que tinha a quarta série.

Na faculdade de economia aprendi que "não é bem assim", afinal, p. ex., para falar do mercado financeiro, empresas lançam ações para se capitalizar e investir, gerando emprego e renda. Infelizmente, foi assim quando surgiram as

primeiras SAs. Com o tempo, o mercado financeiro desenvolveu infinitas ferramentas, que o afastaram cada vez mais do mercado real. Virou mera especulação, jogatina.

O "investidores" (na verdade meros apostadores) não estão nem aí, p. ex., se privatizações eventualmente jogarem milhares de pais de família na rua (e seus filhos na desgraça), se empresas estratégicas na área de energia ou água forem vendidas, comprometendo a soberania e o futuro das próximas gerações.

Os apostadores só se importam com uma maneira, uma estratégia, de ganhar com tudo isso, de transformar as perdas de muitos em fortuna de poucos. Todas grandes crises que mataram e empobreceram gerações nasceram da jogatina do mercado financeiro, onde alguns visam ganhar sem o respectivo trabalho.

Meu pai sempre teve razão, jogatina só traz desgraça, e ainda vai desgraçar completamente a forma mais eficaz que encontramos de produzir bens, o capitalismo.

Paulo Timm - Comentário

Mas há uma diferença fundamental entre o JOGO LÚDICO e o CASSINO FINANCEIRO da economia contemporânea. No primeiro, só entram os jogadores. Neste, todos estamos engolfados sem que jamais tenhamos tido a oportunidade de optar. Não se trata mais de um departamento da vida, mas sua própria cultura. No Brasil, calculo que em torno de R\$ 10 trilhões estejam neste mercado especulativo, parte aplicado em Títulos do Governo e outra parte, póuco mais da metade, no crédito privado, cujas taxas de juros chegam amais de 200% a.a. Agora vejamos:10 trilhões de reais a uma taxa de 10%as.a.- por baixo - implica no pagamento de 1 trilhão de juros num só ano. Isso representa quase 15% do PIB do Brasil. E quem recebe essa grana? Cerca de 200 mil famílias abastadas. Os donos do BRASIL. Enquanto isso, 100 milhões de brasileiros ganham até (!!!) um SALARIO MINIMO por mês, significando uma massa salarial que seguer alcança neste mesmo o mesmo valor de R\$ 1 trl (100.000.000 x R\$ 1.000x 12 meses)..Não é por acaso que a participação dos Salários no PIBBRASIL é muito mais baixa do que em países desenvolvidos).E ainda queremos que a **DEMOCRACIA funcione entre-nós**

4. O povo é o sangue que dá vida à sociedade, como dizia Babeuf. Décio Freitas - Escritor RS. Almanak do Timm - Publicado por Paulo Timm - 28 de setembro às 09:52 -

"Assim como sem a irrigação sanguínea o cérebro perece, o governo é impotente sem o apoio do povo. Mas a verdade é que o povo, por sua vez, não pode tudo. Pode decerto expulsar do poder os que o detêm, mas não pode ele próprio, coletivamente ocupá-lo. Será preciso que alguém o ocupe em seu nome. Tal a fonte dos desenganos do povo, frustrado tantas vezes em seus desígnios por novos ocupantes do poder. Desde o momento em que entrega o poder a um homem ou a um grupo de homens, o povo passa a ser menos ator do que que espectador. " - Décio Freitas, in A Miserável Revolução das Classes Infames - Ed..Record, 2005, pag. 109

5. NUVENS NEGRAS

Manu Mantovani - fb 20 de setembro às 21:01

3,7 milhões de empregos em 10 anos. Essa é a promessa da MP da Liberdade Econômica que nada mais é do que a precarização total do trabalho. Bolsonaro, ao assinar a MP disse que ela serve para duas coisas: para que o "Estado deixe de atrapalhar" quem quer empreender; e para que "aqueles que reclamam que não têm emprego", possam abrir suas próprias empresas.

Nem sei dizer o tamanho do mau-caratismo dessas falas. O Estado não atrapalhar, é a velha conversa fiada do Estado mínimo, do Estado que se retira, do Estado que se exime de governar e deixa que o mercado e o sistema o façam. .

Além da falácia do Estado mínimo, a retórica do empreendedorismo é outro descaramento. É mentira que todos podem ser empreendedores. É mentira que basta querer para vencer como empreendedor. É mentir que basta ter um sonho e trabalhar duro. É mentira que com a MP da Liberdade Econômica, é só abrir um negócio e criar seu auto emprego. Não é assim que funciona porque existe um contexto bem maior que é político, econômico, social, cultural, etc e etc. Não é assim que funciona porque ter um CNPJ não garante trabalho para ninguém.

Nos anos 1980 e 90, no contexto da implantação das políticas neoliberais em toda a América Latina os discursos eram os mesmos: o enxugamento do Estado e o empreendedorismo como solução para o desemprego. Naquele período não funcionou e ele foi marcado por um grande número de pessoas desempregadas, desalentadas, subocupadas, precarizadas e miseráveis. Em pleno 2019, Bolsonaro ignora o que a realidade concreta já mostrou sobre isso e leva o Brasil de volta para os anos 1990.

Almanak do Timm - Comentário

- Publicado por Paulo Timm · 21 de setembro às 08:16 ·

Uma coisa é uma coisa; outra coisa é outra coisa. Se é verdade que o ESTADO MÍNIMO é a grande mentira do NEOLIBERALISMO, também é verdade que a SOCIEDADE TECNOLÓGICA exige cada vez menos emprego. Ver, a propósito, o paradoxo de Tugan Baranowski sobre TEORIA DO VALOR em P.Sweezy- TEORIA DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA. Aliás, é exatamente por isso que o ESTADO é cada vez mais indispensável no mundo pós industrial. Logo, a questão central da economia contemporânea é RENDA e não EMPREGO. Daí a importância dos Programas de Renda Mínima defendidos pelo SUPLICY há anos e já implantados em alguns países da EUROPA.

6. Citação abaixo de Marcelo Gullo, argentino em "A insubordinação fundadora" - Ed.. Insular pg.189 - Recomendo leitura.

20 de setembro às 17:26

"No jogo da Politica Internacional um poder surge ao propor Agenda, Marco Teórico e Palavras.

Necessitamos pensar a partir da periferia para sair da periferia. E só poderemos sair da periferia juntos. (Gullo cit... pg. 189)

Na A.Latina , os líderes políticos, os jornalistas especializados e os estudiosos das relações internacionais, muito frequentemente,, costumam ficar presos à agenda,,, ao debate e ao vocabulário produzido pelos grandes centros de excelência acadêmica dos Estados Unidos especializados em relações internacionais. " (Cit. pg 189)

Indago: E nós...? Que fazemos...?

ANEXOS

Bolsonaro e as Redes

> Nevmar

1.Rede pró-Bolsonaro engaja mais do que Madonna e

https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,rede-pro-bolsonaro-engaja-mais-do-que-madonna-e-neymar,70002544629

No último mês, 28 páginas na internet que apoiam e difundem ideias do candidato do PSL alcançaram 12,6 mi de interações no Facebook

Luiz Fernando Toledo, O Estado de S.Paulo 12 de outubro de 2018 | 05h00

Um conjunto de endereços nas mídias sociais se tornou a principal e mais influente rede de apoio e difusão de ideias do candidato do PSL à Presidência da República, Jair Bolsonaro, nas eleições 2018. Ao menos 28 páginas e seis sites – que pertencem a um mesmo grupo chamado Raposo Fernandes Associados (RFA) – representam hoje o maior engajamento no entorno de Bolsonaro no Facebook. Este grupo atingiu um alcance tão grande nas redes sociais que supera, em nível de interação no Brasil, a soma dos índices de páginas oficiais de famosos como Madonna, Neymar e Anitta.

Uma investigação do **Estado** em parceria com a organização internacional de campanhas e mobilização social **Avaaz** revela que, somente nos últimos 30 dias, os endereços alcançaram 12,6 milhões de interações no Facebook – ou seja, o total de reações a postagens, comentários e compartilhamentos. Mais de 16 milhões seguem essas páginas. Nos mesmos 30 dias, o jogador Neymar acumulou 1,1 milhão de interações, a cantora Anitta conseguiu 574,8 mil e Madonna, 442,5 mil. Segundo analistas, o sucesso do candidato do PSL nas urnas pode ser explicado, em parte, por essa força na internet, já que ele não teve apoio de partidos tradicionais ou tempo de TV.

No campo da esquerda e de apoio ao petista Fernando Haddad também há dezenas de páginas e sites de apoio, mas sem a mesma organização ou alcance. Das 100 páginas que mais citaram Haddad nos últimos 30 dias, 24 o

apoiam e outras 47 o criticam. As outras são de políticos, a favor e contra sua candidatura. O site Brasil 247 foi o que mais engajou no período – 2 milhões de interações, seguido pela página O Brasil Feliz de Novo, com 903 mil interações. Não, há, no entanto, uma rede estruturada de grande alcance, como no caso da RFA. O petista começou a ganhar força no cenário eleitoral ao ser apoiado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva – preso e condenado na Operação Lava Jato.

O conjunto de páginas da RFA surgiu a partir de um ativismo digital que teve sua ascensão em meio aos protestos de junho de 2013 e da Lava Jato, em 2014, se consolidou no processo de impeachment de Dilma Rousseff e convergiu no apoio a Bolsonaro.

A empresa que administra o grupo é a Novo Brasil Empreendimentos Digitais Ltda, de propriedade do advogado Ernani Fernandes Barbosa Neto e de Thais Raposo do Amaral Pinto Chaves. As páginas da rede são sempre identificadas com a sigla RFA na descrição.

Embora se declare como independente, a rede administra endereços como Apoio a Jair Bolsonaro e, durante a divulgação dos resultados do primeiro turno, comemorou nas páginas vitórias como a dos candidatos Eduardo Bolsonaro e Janaina Paschoal, ambos do PSL.

Sozinha, a RFA configura a maior parcela das páginas bolsonaristas na rede. Um levantamento do Monitor do Debate Político no Meio Digital, dos pesquisadores Márcio Moretto Ribeiro e Pablo Ortellado, a que o **Estado** teve acesso, identificou ao menos 114 páginas de apoio ao militar em toda a rede. A RFA corresponde à maior e mais influente parte desses redes, à frente até mesmo do **Movimento Brasil Livre (MBL)**.

O maior puxador de interações da RFA é uma página chamada Movimento Contra Corrupção (MCC), de uma entidade criada por Ernani, Thais e outros

membros em 2013, no auge dos protestos de rua. O MCC ganhou força nas manifestações de junho. O movimento atuava com mais força dos bastidores, com foco na mobilização virtual e críticas à imprensa.

Página divulgou boatos sobre fraude em urnas

A rede RFA administra, além das páginas de Facebook, sites com nomes parecidos com os da imprensa tradicional: Correio do Poder, Crítica Política, Folha Política, Gazeta Social e Política na Rede. Com isso, conseguem reverter o alto engajamento em cliques e lucrar com anúncios de plataformas.

O conteúdo publicado por essas páginas e sites varia entre a republicação de reportagens, menções positivas a Bolsonaro e correligionários e divulgação de boatos.

No dia 7 de outubro, votação em primeiro turno, por exemplo, as páginas da RFA foram uma das responsáveis por dar voz ao boato de que as urnas eletrônicas estavam sendo fraudadas. O site Folha Política divulgou que um delegado havia identificado fraudes em urnas no Paraná. Na verdade, tratavase uma suposição não confirmada do candidato a deputado federal pelo PSL Delegado Francischini, que já usou dinheiro de sua cota parlamentar para a empresa vinculada à RFA, em 2017. "A Rede RFA provavelmente teve uma grande influência no voto das pessoas por conta de sua capilaridade e alcance a milhões de pessoas em tempo real", disse o coordenador da Avaaz, Diego Casaes.

A RFA cresceu associada à imagem de militantes pró-impeachment como os recém-eleitos deputados federais Alexandre Frota e o líder do MBL, Kim Kataguiri, além da deputada estadual eleita Janaina Paschoal e o líder do Revoltados Online, Marcello Reis. No caso de Frota, a rede é dona de sua página oficial – o próprio ator tem somente poderes de editar conteúdo.

Um dos grandes parceiros e impulsionadores do movimento foi o Revoltados Online. "A gente defendia as mesmas causas", contou Reis ao **Estado**. "Ele queria que houvesse um rosto para o MCC."

Ernani já era conhecido por trabalhar com um canal no YouTube que tinha Kataguiri como um de suas figuras – o Ficha Social. O deputado recém-eleito disse que só ficou seis meses no projeto, em 2014. "Não foi para frente na época."

Candidatos e administrador não comentam o assunto

Procurado, o candidato à Presidência da República Jair Bolsonaro (PSL) não comentou a reportagem. A recém-eleita deputada estadual Janaina Paschoal (PSL-SP) disse ter conhecimento sobre páginas em seu nome, mas afirmou que não conhece a rede RFA nem tem domínio sobre as postagens que são feitas.

Ernani Fernandes Barbosa Neto e Thais Raposo do Amaral Pinto Chaves, proprietários da empresa que administra o grupo, foram procurados pela reportagem durante duas semanas, por e-mail, telefone e por intermédio de colegas, mas não quiseram se manifestar.

O deputado federal eleito Alexandre Frota (PSL-SP) e o deputado estadual eleito pelo Paraná Delegado Francischini (PSL) também não responderam à reportagem. O **Estado** ainda tentou contato com o PRTB e com Levy Fidelix – o partido pagou cerca de R\$ 30 mil de sua cota de Fundo Partidário no ano passado por serviços de uma das empresas do casal –, mas não obteve resposta nem de Fidelix nem de outro representante da sigla.

REPASSANDO SEM CONFIRMAR AUTENTICIDADE-SOBERANIA - DEMOCRACIA - SOLIDARIEDADE E REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA E DE RIQUEZA

Exclusivo: começam a desmoronar as redes sociais do bolsonarismo As redes sociais bolsonaristas começam a ser desmontadas como parte do processo de ocaso da extrema-direita. O coordenador do "Zap Bolsonaro", Carlos Henrique, distribuiu um áudio à neste domingo com críticas pesadas a Bolsonaro e anunciando a desativação da rede, que inclui um site e cerca de 100 grupos de Whatsapp. O site que congrega os grupos publicou o último post quarta passada, 25 de setembro

2. A digital dos Bolsonaro no projeto que quer mudar a TV paga (e pode afetar o streaming)

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/13/politica/1568331156_959924.html

Filhos do presidente fazem lobby para aprovar texto em tramitação no Senado que beneficia fusão da AT&T e Time Warner. Senador do PT estuda apoiá-lo, se incluir cota de produção nacional para empresas como Netflix

AFONSO BENITES - Brasília 13 SET 2019 - 18:25 CEST



Vídeo de Eduardo Bolsonaro a favor da fusão.

Depois de ver fracassada sua tentativa de pressionar a Agência Nacional de Telecomunicações para que a entidade aprovasse ainda neste ano a compra da Time Warner pela AT&T no Brasil, o Governo Jair Bolsonaro (PSL) aposta agora no Senado uma alternativa que vai beneficiar as duas empresas americanas. Na próxima quarta-feira, a Comissão de Ciência e Tecnologia pretende votar o projeto de lei 3.832/2019, que altera as regras da TV paga no país e suspende a proibição de propriedade cruzada, o que permitiria a fusão

de quem produz conteúdo (Warner) com quem o distribui (AT&T, a controladora da Sky). A defesa do negócio das gigantes americanas no Brasil virou uma bandeira aberta do Planalto e, especialmente, do deputado Eduardo Bolsonaro, em campanha para ser o novo embaixador do Brasil nos EUA.

MAIS INFORMAÇÕES

Acusado de ser "traidor da Lava Jato", Flávio irrita até bolsonaristas fiéis

"Nem com o PT a Lava Jato esteve tão ameaçada", diz criador de rede pró-Bolsonaro no WhatsApp

Bolsonaro rebate onda impopular com Moro, Edir Macedo e Silvio Santos em desfile

O texto, que se aprovado na comissão vai direto para a apreciação da Câmara, movimenta também as atenções e os lobbies da gigante local, Globo, e suas concorrentes Record, SBT e RedeTV, sócias da programadora de TV a cabo Simba —as últimas cultivam relações mais próximas como os Bolsonaro. Enquanto as nacionais ainda não chegaram a um consenso em pontos da matéria, como a prerrogativa de compra dos direitos de grandes eventos, outro tema embola o debate: a inclusão da Internet, o que pode ter impacto ainda mais amplo.

Caso uma emenda ao texto seja aceita, os canais de streaming, como Netflix e HBO GO, entrariam na lei e seriam equiparados aos canais de TV por assinatura e poderiam ser obrigados a exibir uma cota mínima de produção brasileira. Esse grupo é chamado de over the top (OTT – nomenclatura para transmissão não linear pela Internet). Hoje, os canais por assinatura têm de ter

ao menos 3h30 de produção local por semana em sua grade de programação. No caso das OTTs, não está claro como seria essa cota, já que não é possível mensurar a sua grade pela quantidade de horas de transmissão. Tampouco a emenda ao projeto de lei deixa claro como seria feita essa contabilidade.

As iminentes alterações atingem um mercado em queda, o das TVs pagas, que registraram 17,5 milhões de assinantes no ano passado (550.000 assinantes a menos que em 2017) e um ascensão, das OTTs, que supera os 10 milhões no Brasil. Os dados são da Anatel e do mercado. A tendência é que as plataformas digitais superem em poucos anos as TVs por assinatura.

O rastro da família Bolsonaro nessa negociação está no lobby pela aprovação da proposta. O principal articulador para os Governos brasileiro e americano é o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente que deve ser indicado para assumir a embaixada do Brasil nos Estados Unidos, o que depende ainda da aprovação do Senado. A pedido da gestão Donald Trump, ele chegou a ir pessoalmente à Anatel para angariar apoio à fusão das companhias, já aprovada pelo Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).

O pedido do deputado foi ignorado por enquanto. Dos cinco conselheiros, dois votaram a favor da união da AT&T com a Time Warner,. Um pediu vistas de 120 dias no processo. Os outros dois ainda não votaram. Em Brasília, Eduardo é visto como um lobista aguerrido em favor do Governo Trump, o que ele nega. Seu irmão, o senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), é outro negociador junto aos congressistas na matéria. Flávio conversou com ao menos quatro dos membros da Comissão de Ciência e Tecnologia pedindo votos a favor da mudança legal.

Segundo especialistas, caso o projeto de lei seja aprovado de forma terminativa na comissão do Senado (não precisa passar no plenário) e, posteriormente, na Câmara, o processo que tramita na Anatel será extinto, já que a lei brasileira passaria a autorizar essa união. "Uma lei federal se sobrepõe a uma norma de agência reguladora", explicou o advogado

especialista em fusões e aquisições Paulo Bardella, do escritório Viseu Advogados.

"Tem gente querendo pegar carona"

O relator do projeto de lei na Comissão de Ciência e Tecnologia, senador Arolde Oliveira (PSD-RJ), um aliado de Bolsonaro, diz que as mudanças não são apenas direcionadas para a AT&T. "Queremos apenas destravar o problema da propriedade cruzada e permitir que o país tenha mais investimentos", afirma.

Já o opositor ao bolsonarismo, Rogério Carvalho (PT-SE), afirma que, caso seja garantida a cota de produção local para as OTTs, a oposição deve votar junto com o Governo. "Desde que a lei da TV paga surgiu, diversos produtores independentes surgiram no país. Queremos que criar um marco para que a produção voltada para a Internet respeite essa produção local", ponderou Carvalho. Ele é o autor da emenda que pode alterar as regras para as empresas de *streaming*.

Na opinião do senador Oliveira, contudo, o assunto ainda não está pacificado. "Tem gente querendo pegar carona em um projeto que é simples. Por mim, não mudamos nada de Internet agora", afirmou. Sua ideia é incluir esse tema em um projeto de lei mais profundo, no qual todos os aspectos das OTTs seriam debatidos, desde a criação de limites de produção até eventuais cobranças taxas. Sairá vencedor do primeiro *round* dessa batalha quem obtiver ao menos 9 dos 17 votos dos senadores da comissão na próxima quarta.

> 3. Rede social de ultradireita chega ao Brasil com acenos a Bolsonaro

http://observatoriodaimprensa.com.br/redes-sociais/rede-social-de-ultradireita-chega-ao-brasil-com-acenos-a-bolsonaro/

Por Ethel Rudnitzki e Felipe Sakamoto em 22/01/2019 na edição 1021 Publicado <u>originalmente</u> pela Agência Pública.



Levantamento inédito mostra que às vésperas das eleições presidenciais, brasileiros se tornaram segunda maior nacionalidade na plataforma Gab, que é investigada no Brasil e nos EUA

Frases racistas, xingamentos a mulheres e feministas, insultos a LGBTs, posts que relativizam a escravidão no Brasil. Esses são alguns dos temas discutidos livremente em português no Gab, "uma rede social que defende a liberdade de expressão, as liberdades individuais, e o fluxo livre de informações", segundo o <u>site oficial</u>. "Todos são bem-vindos", define. A rede ficou famosa por ser um reduto da ultradireita americana — um dos saltos de usuários nos EUA foi na época do protesto supremacista branco de Charlotesville.

Criado nos Estados Unidos em agosto de 2016, às vésperas do pleito que elegeu Donald Trump à Casa Branca, o Gab, agora, é também terreno brasileiro. Em levantamento inédito, a **Pública** revela como o Brasil se tornou a segunda maior nacionalidade na rede após um *boom* de novos perfis em agosto deste ano – uma onda de novos usuários que trouxeram para o Gab uma série de comentários que poderiam ser banidos em outras redes.

A ação foi liderada pelo próprio fundador do Gab, o americano Andrew Torba, que se aproximou de apoiadores do então candidato Jair Bolsonaro para expandir seu mercado. A própria plataforma chegou a convidar o presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) para criar um perfil por lá — seu filho Flávio Bolsonaro já tem um.

O Gab funciona de maneira parecida com o Twitter. Os usuários podem postar textos de até 300 caracteres, fotos, links e vídeos. A página inicial é aberta com as postagens mais populares do momento, mas cada perfil pode construir seu próprio feed. A grande diferença são os termos de uso. Enquanto no Twitter não são permitidos conteúdos abusivos, de propagação de ódio ou violência, no Gab só serão excluídas publicações com pornografia infantil e as que incitem explicitamente à violência. "O Gab é uma rede que visa não ter moderação nenhuma. Na verdade ele tem uma moderação muito fraca. Ele fala alguma coisinha que ele não permite e o resto está liberado", explica Fabrício Benevenuto, pesquisador da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Enquanto a plataforma diz ser defensora da liberdade total de opinião, autoridades nos EUA e no Brasil estão investigando a presença de discurso de ódio e até a relação com ataques terroristas de ultradireita.

Ação coordenada levou usuários brasileiros ao Gab

Em agosto deste ano, o Twitter brasileiro foi inundado de sapos verdes — antigo logo do Gab, uma alusão ao "Pepe The Frog", desenho adotado por supremacistas durante a campanha de Trump —, acompanhados da hashtag #MeSegueNoGab. Era uma ação de convite para que brasileiros migrassem de outras redes e criassem contas no Gab.

A hashtag foi postada 25 mil vezes entre o dia 21 e 23 de agosto, segundo <u>relatório da Sysomos</u>, uma empresa de análise de mídia social com sede em Toronto, no Canadá, obtido pela pesquisadora Luiza Bandeira, do

Observatório das Eleições (Election Watch), um projeto do centro de estudos internacionais americano Atlantic Council.

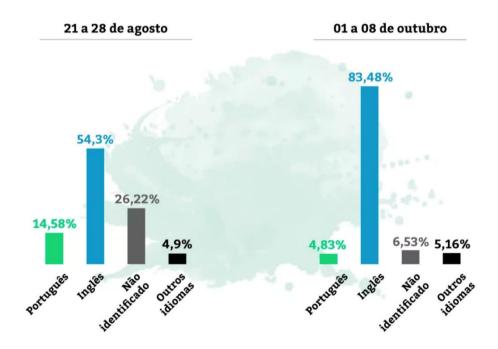
A estratégia deu resultado: nos primeiros 30 dias da campanha eleitoral no Brasil (de 20 de agosto a 17 de setembro), o endereço do site gab.ai foi o 16º domínio mais compartilhado no Twitter brasileiro.

De acordo com <u>relatório da Secretaria de Títulos e Câmbios do governo americano</u>, em 10 de setembro, o Brasil se tornou a segunda nacionalidade mais presente na rede: 144 mil brasileiros possuíam contas no Gab, atrás apenas dos EUA, com 275,6 mil perfis. Até junho, os brasileiros não apareciam nem entre as cinco maiores nacionalidades dentro da plataforma.

A **Pública** analisou mais de 66 mil publicações na plataforma de 21 a 28 de agosto, período da campanha #MeSegueNoGab. Descobriu que 9.691 dos posts que possuíam sua linguagem identificada foram feitos em português. Isso equivale a 15% das postagens no período, o que coloca o português como o segundo maior idioma nas postagens, depois do inglês, que foi 54% do total.

A reportagem analisou também outras 105 mil publicações, realizadas na semana que antecedeu o primeiro turno das eleições, de 10 a 8 de outubro. A porcentagem de posts identificados com o idioma português nesse período era de 5% do total. Mesmo assim, o português foi a segunda língua mais presente na rede social.

Porcentagens de postagens por idioma no Gab



A adesão em massa de brasileiros para o Gab foi, em parte, uma resposta à <u>exclusão de centenas de contas</u> em redes sociais por denúncias de publicação de conteúdo falso (fake news) e discurso de ódio que violam os termos de uso dessas plataformas.

No dia 25 de julho, o <u>Facebook removeu 196 páginas e 87 perfis brasileiros</u> <u>que violavam as políticas de autenticidade da plataforma</u>. "Essas Páginas e Perfis faziam parte de uma rede coordenada que se ocultava com o uso de

contas falsas no Facebook, e escondia das pessoas a natureza e a origem de seu conteúdo com o propósito de gerar divisão e espalhar desinformação", escreveu o líder de cibersegurança do Facebook, Nathaniel Gleicher.

Em outro comunicado, em 15 de agosto, a empresa informou que <u>retirou 74 grupos, 57 contas e 5 páginas</u> do Brasil que violaram os Padrões de Comunidade e spam.

O Twitter também se engajou na remoção de usuários e aplicativos que vão contra sua política de uso. Entre o dia 21 e 27 de agosto deste ano, em seu perfil oficial, a rede social informou que suspendeu 770 contas por "engajar em manipulação coordenada de informações". A plataforma não divulgou dados da exclusão de contas no Brasil.

Brasileiros que haviam sido banidos do Twitter e Facebook criaram contas no Gab. A migração também foi associada à hashtag #DireitaAmordaçada, que chegou aos trending topics do Twitter no Brasil nos dias 7, 8 e 16 de agosto. O próprio <u>Jair Bolsonaro aderiu à hashtag, assim como membros do Movimento Brasil Conservador (MBC)</u> e do Movimento Brasil Livre (MBL).

O projeto Bot ou Humano, desenvolvido pelo grupo Eleições sem Fake, da UFMG, concluiu que <u>não houve interferência significativa de robôs nas postagens da hashtag #MeSegueNoGab</u> – 98% dos perfis eram humanos.

Mas, segundo Luiza Bandeira, houve uma coordenação nesse movimento. "Existe uma diferença entre um movimento que é coordenado e um movimento automatizado. Quando você tem grandes contas participando de um movimento, você acaba gerando uma coordenação, que pode ser orgânica."

O primeiro perfil a postar a #MeSegueNoGab no Twitter foi do Movimento Brasil Conservador, apoiador declarado de Jair Bolsonaro. O <u>tweet foi publicado no dia 21 de agosto às 13h04</u>, convidando os seguidores a subir a hashtag. Depois disso, outros perfis ligados à direita e ao então candidato a presidente também se engajaram, entre eles o MBL e os sites <u>Conexão Política</u>, Renova Mídia e Terça Livre.

Em entrevista à **Pública**, Anderson Sandes, membro do MBC e da equipe editorial do site Conexão Política, negou que hashtag foi iniciada pelo movimento. "Fomos um dos primeiros, porque nós estamos sempre ligados no Twitter, é a rede social que nós mais usamos, mas quem começou eu não sei", disse.





Vamos subir a #MeSegueNoGab. Deixe seu nome de usuário nos comentários deste tweet e dê RT! SIGA: gab.ai/EuSouMBC



Anderson C. Sandes, Maurício Costa, Davy Albuquerque and 2 others

981 Retweets 1,944 Likes

O perfil do Movimento Brasil Conservador no Twitter foi o primeiro a postar a hashtag #MeSegueNoGab (Foto: Reprodução)

O perfil do Movimento Brasil Conservador no Twitter foi o primeiro a postar a hashtag #MeSegueNoGab

Sandes conta que o CEO do Gab, o empresário americano Andrew Torba, procurou o site Conexão Política para convidá-los para a plataforma e ofereceu ainda um selo de verificação. "É essa estratégia de marketing deles. Eles pegam páginas que tenham muitos seguidores e uma linha editorial ideológica semelhante à deles, que lutam por uma rede social que não tenha uma política tão fechada. Eu não sei como é que eles acham, mas eles saem pedindo para essas pessoas migrarem para o Gab e divulgarem o Gab."

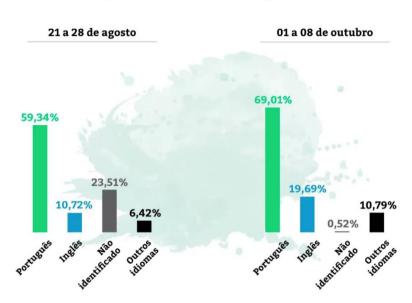
A **Pública**, a empresa não quis comentar o convite a páginas brasileiras para se juntarem à rede.

Para Sandes, não cabe às plataformas sociais moderar o discurso: "A rede social não é só uma questão de conhecer o crush e curtir uma fotinho como era de início. Agora ela tem um papel informativo e midiático. E assim como a TV que não vai me calar da minha casa, as redes sociais também não têm esse papel de calar", diz.

Agrados a Bolsonaro e a bolsonaristas

Segundo o levantamento da **Pública**, as menções ao então candidato dispararam nas postagens realizadas na semana da votação do primeiro turno: entre as publicações em português, Bolsonaro apareceu em 21% delas.

Já na semana de 21 a 28 de agosto, quando houve a campanha #MeSegueNoGab, das postagens em português, mais de 10% citavam Bolsonaro. Também mais de 2% das 17 mil postagens sem idioma identificado continham a citação.



Menções a Bolsonaro no Gab por idioma

A pesquisadora Luiza Bandeira concluiu em artigo que o movimento em torno da hashtag #MeSegueNoGab também estava ligado a um apoio ao então candidato à Presidência Jair Bolsonaro. As principais hashtags utilizadas em conjunto com a #MeSeguenoGab foram #DireitaUnida, #DireitaNoGab, #BolsonaroNoGab e #BolsonaroPresidente17.

Além disso, os seguidores de Bolsonaro no Twitter foram os que mais compartilharam a hashtag — 5.819 deles postaram a #MeSegueNoGab, de acordo com estudo da Sala de Democracia Digital da Fundação Getulio Vargas (FGV). Em segundo lugar ficaram os seguidores de João Amoedo, candidato do Novo: 1.218 deles publicaram a hashtag. Em último ficaram os de Guilherme Boulos, do Psol (167).

Mas a aproximação da plataforma com Bolsonaro não se restringe ao apoio dos seus usuários. O empresário americano *Andrew Torba, CEO e fundador do Gab, chegou a convidar oficialmente o presidente eleito Jair Bolsonaro a fazer parte da rede social*. O convite foi publicado em inglês e em português, mas as postagens foram excluídas posteriormente. Ele compartilhou outros conteúdos relacionados ao político e às eleições brasileiras.

O próprio Andrew Torba, nas postagens depois eliminadas, criticou a campanha petista. A **Pública** teve acesso a 86 postagens de Torba relacionadas ao Brasil e publicadas entre 18 de agosto e 9 de setembro. Em 23 de agosto, ele publicou "Como é possível que o candidato preso esteja à frente nas pesquisas?". Torba compartilhou link para uma petição de autoria da página "Brasil No Corrupt" pela adesão de Bolsonaro à rede. No dia 25 de agosto, ele compartilhou dois vídeos do político e postou: "Quanto mais eu vejo vídeos do Bolsonaro, mais eu gosto dele". No primeiro vídeo, chamado "Conheça Jair Bolsonaro, o Trump Brasileiro", o então candidato aparece

dizendo que as minorias devem se curvar às maiorias. O segundo se trata da <u>entrevista de Bolsonaro a Stephen Fry</u>, o qual Torba descreveu como "hilário".



Andrew Torba é CEO do Gab. (Foto: Reprodução)

A <u>conta oficial de Twitter do Gab também fez referência ao candidato eleito</u> e às eleições brasileiras em diversos posts — que foram igualmente deletados depois. O mesmo ocorre nos perfis oficiais dentro da plataforma. É comum Torba republicar postagens de brasileiros e a <u>página verificada do Gab postar conteúdos em português</u>.



A conta oficial de Twitter do Gab também fez referência à Jair Bolsonaro e às eleições brasileiras (Foto: Reprodução)

A plataforma nega ter tido influência nas eleições brasileiras ou de qualquer outro lugar no mundo. Mas admite ter impacto. "Muitos souberam do recente esfaqueamento de Bolsonaro primeiramente pelo Gab. As informações fluem livremente no Gab sem o policiamento da Big Tech. Todos vocês estão fazendo a diferença", disse a empresa em <u>postagem oficial no dia 17 de setembro</u>.

Andrew Torba compartilhou em seu perfil uma postagem do Twitter de Eduardo Bolsonaro com vídeo da facada que atingiu seu pai. Em outra publicação ele

escreveu: "Nenhuma facada comunista vai parar esse homem". O CEO do Gab ainda compartilhou a hashtag #PrayForBolsonaro (rezem por Bolsonaro, em inglês).

Apesar do convite e dos agrados, o presidente eleito ainda não tem uma conta oficial na plataforma — existe apenas um perfil extraoficial e outro dedicado a republicar seus tweets.

Mas seu filho <u>Flávio Bolsonaro</u> possui desde setembro. Os outros dois filhos, Eduardo e Carlos Bolsonaro, possuem contas extraoficiais, criadas por usuários. "Pela iniciativa de outros usuários do GAB, fiz essa conta e está reservada para o vereador pelo PSL-RJ Carlos Bolsonaro, quando ele vier para o GAB", <u>escreve o perfil não oficial</u> na sua apresentação.

O Partido Social Liberal (PSL) possui uma conta oficial – é o único dos 35 partidos brasileiros que tem uma conta do Gab.

Uma rede onde o discurso de ódio é livre – e aplaudido

No Gab, o espaço é aberto para propagação de todo tipo de discurso – incluindo o que outras plataformas classificaram como discurso de ódio. O estudo "O que é o Gab? Um bastião da liberdade de expressão ou uma câmera de eco da extrema direita?", realizado em parceria com universidades americanas e europeias, constatou que 5,4% das postagens na plataforma entre agosto de 2016 e janeiro de 2018 continham palavras de ódio em inglês, como palavrões e xingamentos. O número é 2,4 vezes maior do que o encontrado no Twitter.

"Todos os crimes de ódio serão permitidos", postou um usuário do brasileiro Gab no dia 29 de outubro, um dia depois da vitória de Bolsonaro. É possível encontrar diversas publicações incitando à violência contra grupos e indivíduos na plataforma, como "Viado é igual punheta só serve pra bater kkk" e "Jornalistas e artista também têm que apanhar até virar gente", entre outras postagens.

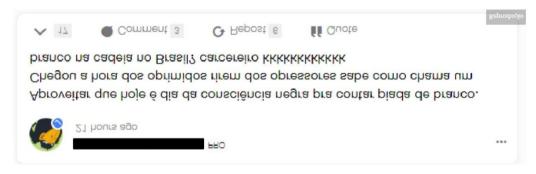


(Foto: Reprodução)

Na semana de 21 a 28 de agosto, o post mais curtido com menção a "negros" foi do Allan dos Santos, do portal Terça Livre. Na postagem, ele relativiza a escravidão ao afirmar que o ex-presidente da África do Sul Nelson Mandela

participou da exploração de diamantes, assim mantendo a exploração de negros africanos como escravos nas minas. Outra postagem, do usuário Lincoln Menezes, também relativiza a escravidão: "Eu corro o risco de ser extremamente politicamente incorreto, mas foda-se. Se não houvesse escravidão africana, todos os cidadãos negros das Américas de hoje seriam miseráveis africanos. Os ancestrais foram escravos, seus descendentes são livres numa sociedade infinitamente mais evoluída".

Já o terceiro post com mais interações com menção a negros no período tinha uma conotação ainda mais racista. "Os brancos têm uma dívida histórica com os negros'. Beleza. A minha eu paguei quando tinha 14 anos e um preto roubou meu relógio e minha carteira", publicou o usuário Renato Monteiro. A publicação atingiu 37 curtidas, mas foi apagada depois. O mesmo perfil havia publicado outras afirmações racistas antes, mas apagou e hoje possui apenas uma publicação no Gab.



No Gab é possível encontrar diversas publicações de cunho racista (Foto: Reprodução)

A reportagem analisou também publicações que se referiam à população LGBT. Foram 467 publicações com as palavras "Igbt", "gays", "lésbicas", "transexuais", "bissexuais", "homossexuais", e xingamentos relacionados, na semana de 21 a 28 de agosto. "Gente, eu sou novo aqui. Posso desejar morte aos comunistas e chamar os viados de bichas?", comentou Wellington Nunes em uma postagem no grupo "Brasil no Gab" que divulgava os números de candidatos do PSL em São Paulo e o link para doar para a campanha de Bolsonaro.

As publicações que mencionavam feministas foram 228 na primeira semana de análise. A grande maioria ironizava o movimento e ofendia essas mulheres. "Para desespero dos Vagabundos Petistas, do PSOL e PC do B, o negócio da cachorrada aqui no GAB é MULHER DE VERDADE, vagabundagem. Não venham com feminazis peludas e comunistas anoréticas (SIC) com brincos nos cotovelos e cabelo verde...AQUI, NÃO !!!!", publicou o perfil Ataque Aberto. O texto veio acompanhado de uma foto de uma mulher seminua e foi marcado como sensível para menores de 18 anos.

Menções ofensivas, agressivas ou conspiratórias a "esquerdistas" "comunistas" ou "petistas" também são comuns — foram 273 publicações entre as analisadas, representando 3% das identificadas em português. O usuário Jonathan Jean publicou uma imagem do sapo Pepe com uma metralhadora e de legenda escreveu: "pronto para receber os esquerdistas aqui...". A segunda

publicação com maior interação mencionando esses grupos foi do portal Renova Mídia, dizendo que "4 das maiores plataformas de tecnologia do mundo têm parcerias de trabalho com uma associação esquerdista que tem um histórico de imprecisões e rotula rotineiramente organizações conservadoras como 'grupos de ódio'". O post teve 208 likes.

Na semana do primeiro turno, de 1o a 8 de outubro, as ofensas a esses grupos se misturavam com comentários xenófobos. "Cara, eu estou com um ódio tremendo dessas desgraças que votaram em esquerdistas, tanto aqui no Nordeste quanto nas demais regiões do país!", com 54 likes, foi a terceira postagem com maior número de likes mencionando esquerdistas entre as analisadas.



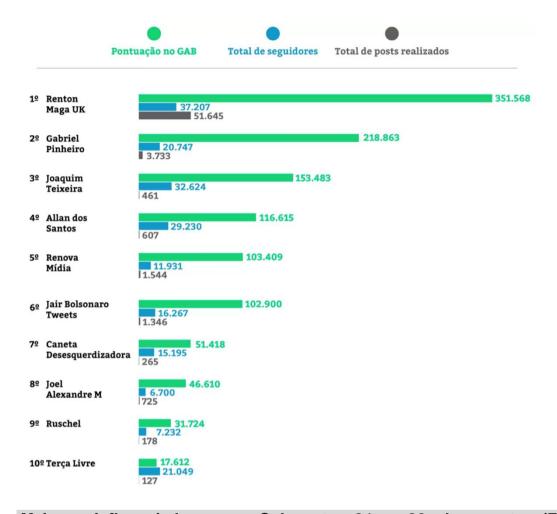
Publicações incitando à violência e comentários xenófobos são comuns no Gab. (Foto: Reprodução)

Brasileiros pró-Bolsonaro são "influenciadores" no Gab

Entre as personalidades brasileiras que aderiram ao Gab durante o início da campanha eleitoral estão diversos nomes ligados a Bolsonaro. Fernando Holiday e Kim Kataguiri, ambos do MBL, entraram na plataforma em agosto de 2018, mês da campanha #MeSegueNoGab. Olavo de Carvalho, escritor e mentor de Bolsonaro, e Luiz Philippe de Orleans e Bragança, descendente da família real portuguesa e eleito deputado federal pelo PSL-SP, também criaram suas contas na rede no mesmo mês. O deputado eleito recebeu até postagem de boas-vindas do CEO da plataforma: "Agora o Gab tem realeza", escreveu Torba no dia 23 de agosto.

O sucesso dos brasileiros na rede é visível: na primeira semana da campanha eleitoral, usuários brasileiros ficaram entre os perfis com maior interação na plataforma. Nas 66 mil publicações analisadas pela **Pública**, de 16.044 perfis, as oito contas com maior número de curtidas em publicações eram de brasileiros.

Maiores influenciadores no Gab entre 21 e 28 de agosto



Maiores influenciadores no Gab entre 21 e 28 de agosto. (Foto: Reprodução)

No topo, ficou Gabriel Pinheiro, membro do Gab desde sua fundação, em agosto de 2016. Seus posts no período somaram quase 5 mil curtidas, ou "pontos positivos", como contabilizado pelo Gab. Ele já publicou mais de 3,7 mil posts com mais de 218 mil pontos (uma média de 59 curtidas por publicação – um número alto para o Gab).

Pinheiro atualmente reúne 20.751 seguidores na rede e ficou famoso entre os conservadores no Twitter com postagens contra o "politicamente correto". Ele não possui mais conta em outras redes sociais, após ser banido inúmeras vezes. No Gab, publica todos os dias. Durante as eleições sua atividade se resumia a postagens de apoio a Bolsonaro e críticas aos adversários do político. Hoje seu perfil compartilha mais vídeos de músicas do que relacionados à política.

Já Allan dos Santos, do site Terça Livre, que afirma tentar "desmascarar todas as mentiras que a mídia propaga dia e noite", ficou em segundo lugar nas interações, somando 4.697 likes no período. Sua conta no Gab foi criada em julho de 2018 e ele já publicou 606 posts, totalizando 192 curtidas por post – e 29.220 seguidores. Sua atividade se resume a republicar conteúdos do Terça

Livre e algumas outras notícias hiperpartidarizadas. No Twitter, <u>Allan também já teve conta excluída</u>, mas possui novo perfil com 91,5 mil seguidores.

O Terça Livre também teve grande interação de posts no Gab, ficando em décimo lugar, com 1.401 likes. O portal está com sua conta temporariamente suspensa pelo Twitter desde junho, mas está no Gab desde novembro de 2016.

Em terceiro lugar, com um total de 3.332 curtidas nos posts analisados, ficou o perfil Joaquin Teixeira, que se descreve como um homem aposentado, cristão e patriota. Ele criou sua conta em setembro de 2016, publicando sátiras e piadas para maiores de 18 anos — como define em sua biografia no Gab. Atualmente, possui 32.597 seguidores e 452 posts.

Portais de conteúdos apoiados pelos movimentos de direita também são populares no Gab. O Renova Mídia, que defende a propagação de notícias "sem o filtro do politicamente correto", ficou em quarto lugar nas interações de 21 a 28 de agosto. Com 2.407 curtidas e 11.925 seguidores, o perfil do site no Gab tem 1.544 publicações — cerca de 12 posts por dia desde a criação, em agosto deste ano. No Twitter, o Renova tem 94 mil seguidores, enquanto no Facebook possui apenas 15 mil likes.

Em quinto lugar ficou o perfil do site Caneta Desesquerdizadora, um portal pró-Bolsonaro que critica a imprensa que chama de "esquerdista" e projetos de fact-checking. Também são publicadas análises e notícias hiperpartidarizadas relacionadas à direita.

A Caneta tem 15.198 seguidores no Gab e seu perfil foi criado em agosto, como a maioria das contas brasileiras. Desde então, publicaram 265 posts, somando 51.385 likes. Na semana analisada, de 21 a 28 de agosto, os posts tiveram 2.386 likes. No Twitter, a conta foi criada em 26 de julho e soma mais de 200 mil seguidores. O site também possui Instagram e YouTube.

Outro perfil de destaque, sobretudo na semana da votação do primeiro turno, foi o "Blog do Pim", uma conta de Felipe Moura Brasil. O perfil teve 1.537 likes nas postagens analisadas no período e soma mais de 1.653 posts, com 63.894 likes e 8.063 seguidores. Grande parte das publicações são cópias das publicações oficiais no Twitter.

Em comum, todos os "influenciadores" do Gab compartilham apoio declarado a Jair Bolsonaro. Na primeira semana de levantamento, das 1.697 postagens analisadas que continham menção ao então candidato, as três com maior número de likes foram feitas por algum desses perfis.

Gab é investigado nos EUA por relação com terrorismo

Devido à falta de moderação e de combate ao discurso de ódio, o Gab tem enfrentado crescentes dificuldades nos EUA – e os problemas começam também aqui no Brasil.

A empresa teve seu aplicativo rejeitado pela loja virtual do sistema Android, o Google Play, e pelo IOS, a Apple Store. No dia 29 de outubro, <u>a empresa</u>

<u>GoDaddy baniu o site de seus servidores</u> devido à associação da rede com o atentado de Pittsburgh em 27 de outubro.

O atirador, que entrou em uma sinagoga e matou 11 pessoas, tinha perfil no Gab e havia postado conteúdos antissemitas diversas vezes. Sua apresentação na plataforma era "Judeus são os filhos de Satã". Dias antes do atentado ele postou "O HIAS [Sociedade de Auxílio a Imigrantes Hebreus] gosta de trazer invasores que matam nosso povo. Não posso ficar sentado e assistir a meu povo ser massacrado. Danem-se suas opiniões, eu vou agir". Seu perfil foi banido depois do massacre.

Por causa do crime, o Federal Bureau of Investigation (FBI) investiga a associação do Gab com terrorismo, monitorando seus usuários.

Em novembro, outro membro da rede social foi preso por associação com o atirador de Pittsburgh e por planejar outro atentado. Seu perfil também foi excluído.

Depois de ter perdido seu servidor no Go Daddy, o Gab ficou fora do ar até dia 4 de novembro, quando conseguiu <u>acolhimento pela startup Epik, situada em Seattle</u>. Quando voltou ao ar, todas as postagens anteriores do CEO Andrew Torba haviam sido excluídas.

A associação com o terrorista, ainda, fez o <u>Gab perder seu contrato com as empresas Paypal e Stripe</u>, que facilitavam os pagamentos do *crowdfunding* que mantêm a plataforma e da compra de contas "Pro". Agora, para fazer doações ou pagar mensalidade da conta especial, é preciso enviar cheques para os endereços postais do site.

Sobre a investigação do FBI, o GAB afirma ser protegido pela legislação americana, por meio da Primeira Emenda, que garante a liberdade de expressão. É essa lei que permite, por exemplo, a existência de grupos como a Ku Klux Klan, declaradamente racista e antissemita, nos Estados Unidos.

Sérgio Amadeu, membro do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI), explica que a primeira emenda americana determina limites claros até para a Ku Klux Klan. "Pode falar, porque esse grupo está exercendo sua liberdade de expressão, sua liberdade de queimar uma cruz. Mas ele nunca assume um ato de violência, por exemplo", explica.

No Brasil, Ministério Público de Minas investiga crimes de ódio no Gab

Porém, no Brasil, a interpretação legal é outra. A liberdade de expressão é garantida pelo artigo 5º da Constituição Federal, mas, diferentemente dos EUA, ela tem exceções que ocorrem "exatamente quando alguém extrapola esse direito e passa a agredir o outro, a praticar, por exemplo, o racismo, que na nossa Constituição é proibido. Então você tem todo um mecanismo de contraposição", diz Amadeu.

O Marco Civil da Internet protege os chamados provedores de aplicação, que são sites, blogs, aplicativos ou redes sociais. "Pelo Marco Civil, os provedores de aplicação não podem ser responsabilizados pela ação de terceiros dentro dele", explica o membro do CGI.

No caso de crimes de ódio ou ofensas, as legislações aplicáveis são as de crimes contra a honra, como calúnia, injúria e difamação, e crimes de discriminação, racismo e injúria racial. Vítimas desses tipos de crimes dentro do ambiente online podem recorrer à Justiça para punir o responsável pela postagem e exigir a retirada do conteúdo, por exemplo. "A plataforma somente será responsabilizada se, uma vez acionada, não atender ao pedido da Justiça", diz Sérgio Amadeu.

Foi o que aconteceu com o Gab no dia 19 de novembro. A Coordenadoria Estadual de Combate aos Crimes Cibernéticos do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) solicitou ao CEO do Gab dados da plataforma para apurar uma investigação que corre em sigilo sobre disseminação de discurso de ódio, envolvendo racismo e gênero. O órgão deu dez dias de prazo sob pena de responsabilidade criminal em caso de não cumprimento.

Em seu perfil no Gab, Torba <u>publicou a resposta encaminhada à promotora responsável pelo processo</u>, Christianne Cotrim. Ele afirmou que não responderia aos questionamentos do MPMG por seguir a lei federal dos Estados Unidos: "Chamamos sua atenção para a lei federal dos EUA, que nos proíbe de divulgar o conteúdo de comunicações eletrônicas a qualquer pessoa e de divulgar 'um registro ou outra informação pertinente' de um usuário de nosso serviço a qualquer entidade governamental", escreveu Torba.

À **Pública**, o Gab respondeu que só respeita a legislação americana: "O Gab.com é uma rede social livre de anúncios dedicada a preservar a liberdade individual e de expressão, e o fluxo livre de informações na internet. Nós recebemos todos na nossa plataforma. Nós somos uma empresa americana. Assim, somos subordinados à lei federal dos Estados Unidos de proteção à privacidade e dados e estendemos a todos os nossos usuários a proteção do direito de liberdade de expressão conforme garantido nos EUA. Até onde sabemos, as únicas leis que se aplicam a pessoas nos Estados Unidos são as leis dos Estados Unidos. Sem mais comentários".

Sérgio Amadeu defende que, devido ao enorme número de brasileiros, o GAB precisa respeitar a nossa legislação. "O Gab é uma plataforma que não está acima da legislação do Brasil, assim como o Facebook e o Twitter. E o que se publica nela, se forem conteúdos extremamente discriminatórios, homofóbicos, misóginos, são conteúdos que, na nossa Constituição, são fora dos seus parâmetros. O fato de ter uma liberdade de expressão não pode ser assim usado para esconder o chamado discurso de ódio."

"Qualquer órgão é obrigado a cooperar com a Justiça brasileira. Se a Justiça pede informação e esse órgão não passa, eles aplicam uma multa", explica o delegado Felipe Carvalho, da Delegacia Especializada de Investigações de Crimes Cibernéticos (DEICC) de Minas Gerais. Para que o Gab responda à solicitação, contudo, é preciso acionar a Justiça americana, visto que o site não possui sede ou representação no Brasil. "Como a Justiça brasileira pode se comunicar com esses sites? Através do Ministério das Relações Exteriores e da Polícia Federal. Mas é complicadíssimo", diz o delegado.

Extrema direita americana e eleição de Trump tornaram Gab uma rede milionária

Nos Estados Unidos, o Gab se tornou também uma alternativa para usuários da ultradireita. Nos primeiros três meses após a criação da plataforma, em agosto de 2016, já havia mais de 100 mil usuários cadastrados. Em setembro deste ano já eram 635 mil inscritos, 242 mil deles eram ativos. Hoje, são mais de 820 mil usuários e 10 milhões de visitas por mês.

Com o crescimento de usuários, a empresa sediada no Texas declara seu <u>valor de capital em US\$ 9,9 milhões</u>. Além disso, mais de 3 mil pessoas teriam doado dinheiro para a plataforma através de seu <u>crowdfunding</u> inicial, que arrecadou US\$ 150 mil, segundo dados do próprio Gab. Além das doações, a empresa se financia através de mensalidades de usuários que pagam por uma conta "Pro", com mais recursos na plataforma como verificação de conta, possibilidade de salvar posts e ter conversas particulares com outros usuários. Em junho de 2017, o Gab <u>abriu parte de seu capital através da Start Engine</u>, uma plataforma online de financiamento de startups na qual pessoas comuns podem investir. O primeiro arrecadamento atingiu a meta de US\$ 1,07 milhão em menos de dois meses, com mais de mil investidores. Agora, a empresa está testando um projeto de arrecadação maior – US\$ 20 milhões.

O sucesso começou com a eleição de Donald Trump. Segundo <u>monitoramento</u> <u>da UFMG</u>, durante o primeiro ano de funcionamento do Gab, 51,4% dos usuários se inscreveram entre agosto e dezembro de 2016, e apenas em novembro daquele ano foram 28% — data que coincide com a eleição. No período, as hashtags mais compartilhadas eram pró-Trump. Em primeiro lugar ficou a #MAGA, sigla para o slogan de campanha do presidente "Make America Great Again" (ou Faça a América Grande Novamente, em tradução livre para o português).

Não há membros da campanha nem do governo de Trump na plataforma, mas sim outras personalidades relacionadas à política nos EUA. Entre elas está Patrick Little, candidato ao Senado nas eleições parciais para o legislativo americano em 2018. Little <u>foi expulso do Partido Republicano e teve que interromper sua campanha</u> devido a seus comentários antissemitas – o político nega o Holocausto e chegou a <u>comparar Adolph Hitler à "segunda reencarnação de Cristo"</u>.

Recentemente, a conta de Little foi excluída do Gab devido a postagens em que ele pedia a "completa erradicação" de judeus. A exclusão foi feita no dia 20 de novembro, depois de a *Microsoft ameaçar retirar o site de seus servidores*. O Gab publicou em seu perfil oficial uma *nota sobre o acontecimento* em que justifica a exclusão: não foi pela grande quantidade de discurso de ódio, mas pela presença de ameaças concretas a indivíduos e ao patrimônio.

Apesar da exclusão de Little, contas ligadas a personagens da extrema direita americana são comuns.

O estudo da UFMG analisou 36 mil usuários do Gab cadastrados entre 2016 e 2017 e encontrou, entre eles, perfis listados como extremistas por organizações como o Southern Poverty Law Center (SPLC) e a Liga Antidifamação (ADL). Entre os listados pela ADL, 61,1% tinham conta no Gab no período.

"Falando do Brasil ou dos Estados Unidos, o Gab se trata de uma parede de eco da extrema direita", conclui Fabrício Benevenuto, da UFMG.

Além disso, a análise mostra que 67% dos usuários da plataforma eram homens, contra 32% de mulheres. Levando em conta a raça, 76,1% eram brancos, 8,2%, negros e 15,7%, asiáticos. Os homens brancos representavam mais da metade dos usuários (50,9%).

Com tamanha adesão da extrema direita, outro evento que atraiu usuários para o Gab nos EUA foram os protestos de supremacistas brancos em Charlottesville em agosto de 2017. Dos usuários inscritos na plataforma entre agosto de 2016 e janeiro de 2018, 13% entraram nesse período, segundo a pesquisa.

Na ocasião, o <u>Facebook prometeu excluir contas que contivessem ameaças</u>. "Não há espaço para ódio na nossa comunidade", escreveu Mark Zuckerberg em seu perfil oficial. Até então, <u>pelo menos oito grupos relacionados à extrema direita americana foram excluídos da plataforma</u>.

Texto de **Ethel Rudnitzki** e **Felipe Sakamoto** | Infográficos de **Bruno Fonseca** Também colaboraram Babak Fakhamzadeh e Bruno Fonseca.